

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Anita Maria Pequeno Soares

“Sou, de corpo e alma, meio brasileiro e meio africano”:
a questão racial a partir da escrita de si do abolicionista André Rebouças

RECIFE

2024

ANITA MARIA PEQUENO SOARES

“Sou, de corpo e alma, meio brasileiro e meio africano”:
a questão racial a partir da escrita de si do abolicionista André Rebouças

Tese a ser apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg

RECIFE

2024

Ficha catalográfica

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Soares, Anita Maria Pequeno.

"Sou, de corpo e alma, meio brasileiro e meio africano": a questão racial a partir da escrita de si do abolicionista André Rebouças / Anita Maria Pequeno Soares. - Recife, 2024.

275f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2024.

Orientação: Remo Mutzenberg.

1. André Rebouças; 2. Abolicionismo; 3. Relações Raciais. I. Mutzenberg, Remo. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ANITA MARIA PEQUENO SOARES

“SOU, DE CORPO E ALMA, MEIO BRASILEIRO E MEIO AFRICANO”: a questão racial a partir da escrita de si do abolicionista André Rebouças

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 19/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Aristeu Portela Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Francisco Jatobá de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Rita de Cassia Barbosa de Araujo (Examinador Externo)
Fundação Joaquim Nabuco

Para Nininho

Agradecimentos

À minha avó e fortaleza, Anita Pequeno, hoje com noventa anos, agradeço por nosso amor, minha maior força, e pela cumplicidade inexplicável, que tanto impressiona e emociona, aos outros e a nós mesmas. Minha mãe, Mércia Pequeno, não nasceu no dia de São Jorge por acaso; guerreira invencível, minha nunca permitiu que faltasse nada a nós quatro, frutos do seu ventre abençoado que só traz ao mundo gêmeos. Essas duas mulheres são a quem devo agradecer por tudo.

Obrigada à minha irmã Luna, minha gêmea, que me permitiu nascer já conhecendo o amor, e à Bu, minha irmã caçula, minha bebê. Eu e minhas irmãs somos melhores amigas. Obrigada ao meu irmão Serginho, quem eu amo com todas as forças. Minha me deu os melhores presentes do mundo: um por todos e todos por *uma*! Não posso esquecer de agradecer a Luna pelos meus sobrinhos, donos do coração da dinda/titia. Eu sou muito apaixonada por vocês, Fernando e Maitê. Muito mesmo. Ao meu pai, Dorgival Soares, quero agradecer por se orgulhar de mim, por me enviar livros, por ler o que eu escrevo e por ser um grande entusiasta da minha carreira. Dizem que somos parecidos. À minha família Pequeno, minhas tias e tios, primas e primos, obrigada por tudo. Recife sempre será o meu lugar, porque é o *nosso*.

Ao meu Lipinho, companheiro dos últimos doze anos, nem sei por onde começar a agradecer. Simplesmente, eu vivo ao lado de uma das melhores pessoas que já conheci. Como seria impossível descrever aqui a minha gratidão em relação a tudo que você representa na minha vida, vou focar no que diz respeito a esta tese: obrigada por ter me escutado, nos últimos doze anos, todas as vezes em que eu quis “ler o que escrevi”. Obrigada por ler atentamente os meus textos, por todas as sugestões, por ter sido a principal testemunha de todo o meu processo de escrita, por enxugar minhas lágrimas e me motivar a concluir este trabalho de forma tão amorosa. Ah, obrigada pelas perguntas quase diárias: “quem se garante?”. Aproveito para agradecer a todos os Barreiros (e) Alves Pinto, minha família alagoana. Obrigada, vovó Tereza, por ter abençoado a mim e a minha união com seu neto. Meus sogros, especialmente, obrigada por me acolherem como filha e por serem grandes incentivadores deste trabalho.

Eu tenho a sorte de ter tantas amigas e amigos que seria difícil nomear cada uma aqui. Amigas(os) de infância, adolescência, da escola, da faculdade, do mestrado, do doutorado... amigas(os) de quando morei em Hamburgo, em Lisboa, em Fernando de

Noronha, em Brasília, em Middlebury... eu cultivo, celebro e agradeço por cada amizade verdadeira.

Toda a minha gratidão aos meus orientadores, Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg, por toda a generosidade em cada encontro, leitura, correção. Eliane, obrigada pelos encontros na sua casa, com nosso amado grupo de literatura, sempre transformadores; obrigada por sua amizade e por ser uma referência na minha vida pessoal e profissional. Aliás, posso dizer o mesmo a você, Remo, grande referência de sociólogo, de professor e de ser humano. Os dois me acompanham desde o início, quando ingressei na graduação em Ciências Sociais aos 18 anos... obrigada pela contribuição à minha formação, da qual tanto me orgulho. A Inocência Mata, minha coorientadora, agradeço por ser uma das maiores intelectuais do nosso tempo, uma inspiração. Obrigada, professora, por ter me acolhido em Lisboa, por abrir as portas da sua casa e do seu coração. Hoje sabemos: nossa história começou a ser escrita muito antes e, quem poderia imaginar, de todos os professores aqui, você é quem conhece a minha avó.

Aos membros da banca, agradeço, inicialmente, a Rita de Cássia Araújo, quem me deu o grandioso presente de conhecer e estudar sobre André Rebouças. Rita, você que me aguenta repetindo isso para todo o sempre! A Ana Flávia Magalhães Pinto, agradeço por estar sempre disposta a me abrir portas. Esses gestos justificam, para mim, muito do seu sucesso: você não é apenas brilhante, referência incontornável para o meu trabalho, mas também generosa e do bem. Meu querido Aristeu Portela, obrigada por estar junto comigo nesse que é, sem dúvida, dos momentos mais importantes da minha vida; que honra contar com sua leitura cuidadosa, com sua inteligência rara sobre a minha tese. Francisco Jatobá, assim como Eliane e Remo, também contribuiu imensamente à minha formação, como meu professor e como membro de outras bancas pelas quais passei. Você ajudou a construir esse trabalho, Francisco. Obrigada.

Obrigada a todas as professoras, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, bem como aos órgãos que fomentaram a minha pesquisa, CNPq e CAPES (bolsa Print/Capes).

Obrigada, *André Rebouças*. Para sempre, contemplarei o Cruzeiro do Sul, na certeza de que você também estará contemplando.

Resumo

Esta tese investiga o processo de construção de si de um dos maiores abolicionistas da história do Brasil: André Pinto Rebouças. O objetivo principal foi analisar, a partir do seu *discurso biográfico*, que combina a biografia histórica e análise crítica do discurso, as consequências subjetivas do racismo em sua trajetória. Frequentador da elite do Império escravocrata, lutador incansável pela Abolição da escravidão do Brasil, a vida de André Rebouças ilustra tensões e conflitos que permitem compreender seu texto à luz do contexto histórico. A linguagem do engenheiro e abolicionista é, portanto, entendida como parte fundamental na construção do indivíduo e da vida social. Os resultados destacam como a vida de André Rebouças, especialmente através da análise dos obstáculos que enfrentou, ilumina a discussão sobre a formação dos esquemas raciais no Brasil do século XIX. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais profunda da questão racial, tanto do ponto de vista individual, de um homem injustiçado ontem e hoje, quanto no contexto da sociedade brasileira.

Palavras-chave: André Rebouças. Abolicionismo. Relações Raciais.

Abstract

This thesis investigates the self-construction process of one of the greatest abolitionists in Brazilian history: André Pinto Rebouças. The primary objective was to analyze, from his biographical discourse—which combines historical biography and critical discourse analysis—the subjective consequences of racism in his trajectory. As someone who frequented elite spaces in a slave-holding empire and a tireless fighter for the abolition of slavery in Brazil, André Rebouças's life illustrates tensions and conflicts that help understand his writings in their historical context. The language of the engineer and abolitionist is thus seen as a fundamental part of the construction of the individual and social life. The results highlight how André Rebouças's life, especially through the analysis of the obstacles he faced, illuminates the discussion about the formation of racial schemes in nineteenth-century Brazil. This approach contributes to a deeper understanding of the racial issue, both from the individual perspective of a man unjustly treated in the past and present, and within the broader context of Brazilian Society.

keywords: André Rebouças. Abolitionism. Race Relations.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: André Rebouças. Diário, 19 de abril de 1889.	46
Figura 2: André Rebouças. Diário, 17 de setembro de 1884.	49
Figura 3. André Rebouças. Diário, 30 de agosto de 1874.....	53
Figura 4. André Rebouças. Diário, 13 de maio de 1888.	73
Figura 5: André Rebouças. Diário, 3 de março de 1865.....	78
Figura 6: André Rebouças, Diário, 17 de junho de 1868.....	85
Figura 7: André Rebouças. Diário, 17 de setembro de 1870.	97
Figura 8: André Rebouças, Diário, junho de 1874. Um dentre vários recortes sobre a morte de Antonio Rebouças (filho).	108
Figura 9: André Rebouças. Diário. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.	115
Figura 10: André Rebouças. Diário, 6 de junho de 1884.....	120
Figura 11: André Rebouças. Diário, 2 de maio de 1888.	122
Figura 12: André Rebouças. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.	124
Figura 13: André Rebouças. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.	125
Figura 14: André Rebouças. Diário, 6 de dezembro de 1864.	133
Figura 15: André Rebouças. Diário, 7 de dezembro de 1864.	134
Figura 16: André Rebouças. Diário. Página referente ao dia 20 de julho de 1868.	141
Figura 17: André Rebouças. Diário, 4 de setembro de 1870.	145
Figura 18: André Rebouças. Diário, 09 de fevereiro de 1871	148
Figura 19: André Rebouças. Diário, 9 de fevereiro de 1871	148
Figura 20: André Rebouças. Diário, 10 de fevereiro de 1871.	149
Figura 21: André Rebouças. Diário, 31 de março de 1871.....	150
Figura 22: André Rebouças, Diário, 24 de dezembro de 1871.	153

Figura 23: André Rebouças. Diário, Mapa do percurso, pela White Star Line, do navio “Oceanic”, com escritos e assinatura de André Rebouças.	159
Figura 24: André Rebouças. Diário, 1866, contracapa.	162
Figura 25: André Rebouças, Diário, 21 de junho de 1873 – reparem que ele corrige o texto..	166
Figura 26: André Rebouças. Diário, 23 de junho de 1873. LOUISIANA RECONSTRUCTION, New Orleans, 17 de junho de 1873.	167
Figura 27: André Rebouças. Diário, 16 de setembro de 1865.	170
Figura 28: State Capital, Springfield, Illinois, 13 de agosto de 1892 apud Brito, 2019b, p. 261	198
Figura 29: André Rebouças. Registro de Correspondência, outubro de 1891.	217

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. “UMA EXALTAÇÃO DA MEMÓRIA”.....	23
2.1 O discurso biográfico de André Rebouças.....	23
2.1.2 Biografia histórica.....	25
2.1.3 Análise do discurso.....	33
2.1.4 Análise crítica do discurso.....	35
2.2 “Documentos humanos”	44
2.3 “Há de fazer falar de si!”	56
3. “PROFISSÃO DE FÉ DE ABOLICIONISTA”	73
3.1 “Prefiro as desordens da liberdade ao sossego da escravidão”	73
3.2 “Exceção entre as nações civilizadas”	86
3.3 “Deus ainda não dissera de que cor eram os seus anjos”	94
3.4 “Sobre a liberdade do ventre”	98
3.5 “Juraram não sobreviver à reescravização da sua raça!”	104
3.6 “Terra da luz”	116
4. “O MAL DISFARÇADO”.....	132
4.1 “Como concordar estes elogios à queima-roupa com a recusa de admissão a exames vagos na Escola Central?”	132
4.2 “Mr. Perpetual – Motion Rebouças”	154
4.3 “Ah! A verdade histórica!!!”	169
4.4 “O maestro Santa Rosa é mulato como eu”	185
5. “O NEGRO ANDRÉ”	206
5.1 “Dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos”	206
5.2 “Sem pátria e sem rei”	217
5.3 “Um africano, André Rebouças, foragido do Brasil depois de 50 anos de lutas, tantas quantas de vida”.	228
6. CONCLUSÃO.....	241

7. REFERÊNCIAS – DIÁRIOS E REGISTROS DE CORRESPONDÊNCIAS.....	255
8. REFERÊNCIAS – ARTIGOS DE JORNAIS.....	257
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259
ANEXO	271

1. INTRODUÇÃO

Oito de outubro de 2022, cinco horas da manhã. Começo a escrever esta Introdução. Estou, na verdade, acordada desde muito mais cedo, em uma noite insone, reflexo de um momento de vida desafiador. Apesar das tantas dificuldades em escrever uma tese, não se deve, exatamente, a ela o caráter desafiador desta fase – ao contrário, produzi-la tornou-se um alento e um propósito. Acordada, penso em André Rebouças e lembro-me de uma coincidência: suas noites em claro, com sede de escrever, em um quase delírio de “exaltação da memória”. Essa lembrança enche-me do desejo de escrever agora. É mais reconfortante olhar assim – através de um elo entre nós – para a perda do sono, esse desassossego, do que atribuir a qualquer outro caminho mais óbvio e comum, tal como a ansiedade, tão normal à maioria das doutorandas e doutorandos em fase de conclusão do curso.

Minha história com Rebouças começou há dez anos. Eu tinha 21 anos, morava em Hamburgo, na Alemanha, realizava parte de minha graduação em Ciências Sociais na Universität Hamburg, quando recebi uma mensagem de uma pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) chamada Rita de Cássia Araújo. Já nos conhecíamos, porque sua filha, minha amiga Juju, era de minha turma de graduação na UFPE, e ambas sabiam do meu já evidente interesse em estudar as relações raciais no Brasil. Na mensagem, Rita convidava-me a ser sua aluna de iniciação científica, em uma pesquisa sobre o abolicionista André Rebouças. Explicou-me, então, a principal razão de seu desejo: era preciso realizar pesquisas sobre a vida desse homem tão importante para o Brasil, sobretudo porque temos o grande privilégio de o Acervo Rebouças ser parte da Fundaj.

Por mais vergonhoso que venha a ser, confesso que não conhecia André Rebouças e, naquele momento, não fui acometida por muita empolgação. A razão de não ter tido um interesse imediato pelo tema deve-se, acredito, a dois fatores: o primeiro, a meu desconhecimento de nossa própria história... o segundo, a meu interesse, à época, em estudar assuntos contemporâneos e voltados à realidade das mulheres negras. Nenhum desses fatores foi forte o bastante para que eu não sucumbisse logo à paixão por Rebouças. Rita – a quem devo tudo isso – deixou-me muito livre para escolher, entre aquele *corpus* imenso de cartas e diários, que me soava infinito, qual seria o recorte da pesquisa. Comecei a ler tudo o que fosse possível sobre o assunto. Deparei-me com um texto da historiadora Hebe Mattos, segundo o qual Rebouças, sempre reticente a falar sobre o racismo que sofreu em sua biografia, vivera uma inflexão, no período final da sua vida,

em seu exílio, e passara a ressignificar sua identidade. Naquele momento, ele decide morar em África, assumir sua “alma africana” e declara-se, para si e para o mundo, como “o negro André”.

Informei a Rita que queria, então, trabalhar suas cartas referentes a esse período. Cartas, porque, no exílio, ele diminui seu compromisso com os diários, mas passa a transcrever todas as cartas que enviava. Ambas ficamos felizes com recorte tão especial e potente. A pesquisa foi premiada ao final da jornada de Iniciação Científica, transformou-se em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, sob orientação da profa. Dra. Liana Lewis e, ainda, em um artigo, intitulado: *O negro André: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças*.

Lembram-se de meu interesse em estudar assuntos atuais e relacionados ao feminismo negro? Pois bem. Embora dar continuidade ao trabalho sobre Rebouças soasse como o caminho mais óbvio, decidi realizar esse desejo antigo e desenvolvi um mestrado sobre mulheres negras que passaram pelo processo de transição capilar. Dessa vez, era Rebouças quem eu não esqueceria. Durante o mestrado, seguia lendo sobre ele, apegada ao meu trabalho e, principalmente, à sua vida. O doutorado foi o momento certo para essa continuidade, para este trabalho que não caberia numa dissertação – como talvez não caiba em espaço algum, afinal de contas, como bem disse Joaquim Nabuco, é impossível resumir André Rebouças em um traço.

No doutorado, assumi a missão de ler todos seus diários e cartas. Ainda na época da Iniciação Científica, foi-me inesquecível o momento em que, lá na Fundaj, entrei na sala, esperei enquanto o funcionário ia ao Acervo buscar o caderno que pedi, trouxe-o – original, lindo, dentro de uma pasta – e me disse, simplesmente, “Aí está”. Sentada na cadeira, abri a pasta, retirei-o com o maior cuidado, abri e chorei. Sua letra, para minha emoção e alívio, era linda. Meu Deus, são originais mesmo, ele quem escreveu, esse papel navegou pelo tempo que nos separa e hoje estamos em diálogo! Inacreditável. Arrebatador.

Há pouco tempo, conheci Ana Maria Rebouças, sobrinha bisneta de André! Fiquei radiante com a possibilidade de conversar com alguém da família Rebouças. O contato com a sobrinha bisneta do homem sobre quem estudo há tanto tempo me afetou de forma muito profunda e peculiar. Ela é neta do Andrezinho! Sobrinho, afilhado, filho primogênito do seu tão amado “mano” Antonio. Sua outra sobrinha, Carolina, a quem todos chamavam Iaiá, não teve filhos, me contou Ana Maria. Esse contato em tempo real com alguém a partilhar comigo dados como o apelido da Carolina exigiu de mim um

esforço de redirecionamento da minha relação com André Rebouças. E aproveitei esse ensejo para trazer algumas reflexões bastante subjetivas sobre a minha relação com essa pesquisa (a discussão metodológica propriamente dita é conteúdo do primeiro capítulo).

Enquanto conversava com Ana Maria Rebouças, podia conhecer seu tio-bisavô sem precisar viajar ao passado. Senti-me como se pudesse testemunhar a continuidade dele, como se ela fosse, de certa forma, parte do seu eu no hoje. Embora os livros tenham me ensinado muito sobre André Rebouças, a leitura de sua fonte primária, diários e cartas, possibilitou-me alcançar um nível de conexão muito singular. Em mim, as palavras escritas por Ana Maria percorriam caminhos semelhantes às próprias letras do seu tio-bisavô, ou seja, foi o que de mais semelhante pude experimentar. Conversar com ela fez com que as memórias de André Rebouças não fossem mais a única trilha para o meu encontro com ele.

Do ponto de vista metodológico, refleti sobre os limites e as possibilidades da intimidade adquirida através da minha leitura dos seus diários. Durante os últimos dez anos, mergulhei o mais profundo que pude em um tempo/espço alheio a mim. Foi preciso bastante rigor científico para recriar um outro século, de forma a poder analisar as memórias íntimas de quem se pretendia estudar, sem deixar a minha imaginação, capaz de visualizar todas as cenas por ele descritas, imperar. À minha intimidade com essa memória, acrescentei muito estudo sociológico e histórico a fim de poder conceituar e transformar em uma tese de sociologia esse encontro inegavelmente profundo entre duas subjetividades – a minha e a de André Rebouças. Até aquele momento, o máximo de materialidade a nos aproximar eram suas letras. É nesse sentido minha afirmação de que conhecer sua sobrinha bisneta redimensionou nossa relação. Ana Maria Rebouças, a cada contato, tornava a memória dele tangível de uma nova maneira.

Conheci também um jornalista que afirma ser a reencarnação de André Rebouças. Ele não só afirma, como percorreu a maioria dos espaços por onde o abolicionista esteve. Dentre eles, Funchal, na Ilha da Madeira, seu derradeiro canto. Decidi entrar em contato com ele enquanto me questionava até onde essa pesquisa me levaria e se realmente fazia algum sentido. Ele, tão educado quanto generoso, se dispôs a me ajudar no que pudesse, mas reconheceu que não era nada propício a um trabalho científico.

Outro dia, peguei o livro *André Rebouças – Diário e Notas autobiográficas*, editado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo, para ler suas últimas cartas. Fiz isso em um momento de descanso, não estava, propriamente, estudando para a tese. Queria apenas continuar em contato com suas palavras. Foi quando li uma carta tão linda, em que

Rebouças fala sobre “o belo plano” traçado pelo seu “Santo Pai”, que, naquele dia da sua escrita, completaria 99 anos. O plano do Conselheiro Rebouças fora “tornar inseparáveis os dois irmãos, André e Antonio; a tal ponto que nossa biografia é exatamente a mesma até 28 de dezembro de 1863”¹. Inseparáveis como eram, porque foram conduzidos e aceitaram sê-lo, era óbvio que a morte precoce de Antonio o arrebataria; o dia mais triste de sua vida.

Enquanto lia os diários, acompanhei com nervosismo o momento em que Antonio adoeceu gravemente. Esqueci, naquele instante, que ele morreria tão jovem. Quando, finalmente, leio a lancinante notícia, acompanho o pesar, a dor incomensurável sentida por André Rebouças... paro para chorar com ele. Fiquei arrasada. Talvez por eu mesma ser muito próxima aos meus irmãos... Talvez por, na minha ilusão, julgar-lhe um amigo a me confidenciar segredos. Como me dói saber o quanto a vida lhe foi amarga e injusta. Ao ler sobre a morte de Antônio, também concluí que jamais poderei colocar em palavras quem foi André Rebouças.

Nesse momento, refleti sobre o meu próprio fazer sociológico. Como vou realizar uma pesquisa, se sou tão conectada ao ser humano sobre quem estudo? Ele me disse estar vivendo um dos dias mais tristes de sua vida e, enquanto chorava, entendi ser impossível traduzir sua dor, seus conflitos, sua história. Esse fragmento de sua biografia, a morte de seu irmão, me deixou sem palavras. A força do meu sentimento inspirou-me ao entendimento de que eu escreverei não para falar por ou, meramente, sobre alguém; escreverei para falar sobre mim e sobre o que ele me causa, os impactos profundos acarretados em minha vida e a minha admiração infinita pelo homem que ele foi. Vou escrever a minha versão sobre André Rebouças, um ser humano marcado por tantos conflitos, quantas dores e lutas. Peço licença para me dirigir a ele nos próximos parágrafos.

Você escreveu suas memórias na esperança de ser lido; eu sinto isso muito forte e todos os dias, enquanto lia seus diários, sentia como se estivéssemos conversando. Você me fazia rir e chorar, questionar tudo que aprendi até hoje, desafiava-me a tentar te entender, impulsionava a minha vontade de conhecer sempre mais o contexto que te circundou. Às vezes, você também me aborrecia e entristecia e, então, lamentava a unilateralidade de nosso diálogo. Queria poder te dar umas broncas. Como era bonita sua relação com sua memória... Desde o primeiro volume de seus diários, você afirmava

¹ Carta enviada a Taunay em 10 de agosto de 1897.

deixar esses registros para a história. Essa sua relação, sua introspecção contínua no exercício da escrita, por vezes até extenuante, me expõe a uma temporalidade multivariada. Você brincava com o tempo. O presente está ali em seu compromisso diário; o passado, na forma como você relê seus escritos, reescreve, atualiza, reconstrói seu texto e a si mesmo e, finalmente, o futuro, nas utopias, denúncias e interpretações póstumas de pesquisadoras como eu. Aproveito para agradecer por esse legado e junto-me a você na gratidão ao seu pai, por todo esmero em fazê-lo ter uma letra tão linda.

Nas suas cartas, encontro tanta beleza na singularidade de sua relação com cada destinatário. Novamente, um novo tempo, o tempo da demonstração do afeto pelo outro que está distante. O tempo da saudade irremediável. O seu empenho em transcrevê-las reitera seu compromisso com a sua memória. Admiro e me emociono com sua fidelidade aos seus, suas palavras sempre tão carregadas de amor e reconhecimento. São lindas as nuances de seu eu presentes na forma única com a qual você lidava com cada uma de suas pessoas queridas. No fim da sua vida, suas palavras para os outros foram mais generosas do que seus atos para consigo. Nelas, ademais, fica nítido o seu esforço em disfarçar sua dor; nisso, também refletem bem sua vida. Quantas dores na trajetória de quem teve o infortúnio de viver a longa noite escravista... Mais do que isso, lutar com todo o seu ser contra ela e ver ser proclamada uma “República de escravocratas”.

Como entender os trânsitos do seu corpo quando lembro do Atlântico como seu lugar derradeiro? Esse oceano infinito me perturba na sua ambiguidade: tão belo e tão triste, tão vivo e tão morto. Ele o levou à Europa para a realização de sonhos improváveis. Levou-o aos Estados Unidos, experiência dolorosamente incontornável para o teu autorreconhecimento. Levou-o para a África quando, mesmo cansado, você ainda sonhava. Um dos seus últimos sonhos é dos que acho mais lindos: você queria vestir todos os negros africanos. Você sabia como aquela nudez era instrumentalizada para o fim de colocar aqueles corpos em um lugar de onde você lutou a vida toda para sair.

A quem me lê, já deve estar evidente que a emoção é imprescindível ao meu texto. Pensei em fazer diferente, em cumprir mais à risca os tais rigores da academia; por que, no entanto, faria isso, se o afeto conduziu todo o meu percurso até agora? Seria uma mentira, uma contradição, tirá-lo de cena. Isso, sim, seria anticientífico. Além disso, não conseguiria fazer de outra forma. André Rebouças foi o homem mais sensível que já conheci. Também o mais elegante. Desde a sua letra linda a tudo o mais que ela me disse. Paulo Leminski certa vez escreveu que um homem com uma dor é muito mais elegante. Suas memórias refletem muita dor. Dor e cor se confundem na sua biografia. Com sua

cor, ele tinha tudo para chegar atrasado, mas nunca desistiu de ir sempre mais adiante. O peso da dor, ele também o carregava como quem porta medalhas. Ocupar os espaços que ocupou, à revelia da cor e da dor, dava-lhe justa e necessária altivez. Incompreendido. Como pode um homem negro ser tão elegante? Julgaram-no e ainda o fazem, mas desejo, consonante a uma promessa do Visconde de Itaboraí, fazer-lhe justiça. Sentimento, emoção e propósito conduzem este trabalho, assim como conduziram cada um dos projetos de André Rebouças, os quais tornaram-no eterno na História da Abolição, na do Brasil como um todo, e na da minha vida.

Região de terras férteis, banhadas pelas águas do rio Paraguaçu, Cachoeira, cidade localizada no Recôncavo da Bahia, desempenhou um papel significativo na História do Brasil. Sua riqueza ajudou a metrópole portuguesa a se reconstruir quando um terremoto arrasou Lisboa em 1755. Além disso, Cachoeira é reconhecida pela sua participação no movimento de Independência do Brasil, onde as primeiras tropas se levantaram pela causa emancipadora. Durante a Sabinada², Cachoeira chegou a ser sede do governo. Nesse período, a cidade tornou-se ainda mais simbólica: em 13 de janeiro de 1838, Carolina Pinto Rebouças deu à luz André Pinto Rebouças.

O contexto histórico da Sabinada marcou a vida da família Rebouças, que se mudou para o Rio de Janeiro anos mais tarde devido às repercussões da rebelião. Embora nascido na Bahia, André Rebouças cresceu no Rio de Janeiro, onde seu pai, Antônio Rebouças, um advogado autodidata e figura notável na política nacional, exerceu uma influência desmedida na sua educação. Maior responsável e entusiasta pela educação dos filhos, Antonio Rebouças esmerou-se a ponto de criar dois dos mais importantes engenheiros do Império, André e seu irmão Antonio.

No Rio de Janeiro, os irmãos Rebouças formaram-se engenheiros militares pela Escola Militar — embrião da Escola Politécnica, criada em 1874. Uma vez formados, esperava-se que o Governo financiasse suas idas à Europa, como era regra para os melhores alunos recém-formados da Escola Militar. Face à recusa do Governo, o pai

² A Sabinada foi uma revolta separatista que ocorreu na Província da Bahia entre 1837 e 1838, à época da regência de Feijó. Um de seus líderes foi o médico e jornalista Francisco Sabino.

custeou tal viagem a fim de garantir aos filhos a oportunidade de conhecer o que havia de mais moderno na engenharia da época: “Minha Carolina”, ele diz à mãe de André, “venderei os meus livros, mas os meninos hão de terminar sua educação na Europa”. De volta ao Brasil, André Rebouças trabalhou como engenheiro em importantíssimas obras do Império, a exemplo das Docas de Dom Pedro II, e atuou como engenheiro militar na Guerra do Paraguai³. O expediente no *front*, aliás, lhe causou profunda ojeriza às guerras e ao militarismo.

Além de engenheiro, André Rebouças exerceu a docência por longos anos. Professor apaixonado, ministrava aulas quase diárias também aos irmãos. A luta pela abolição da escravidão, no entanto, foi a grande causa da sua vida, a sua “profissão de fé”. Essa é também sua face mais memorável, a sua assinatura mais pungente na História do Brasil. Rebouças fez parte da fundação de algumas das principais sociedades empenhadas nessa luta, tais como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, a Sociedade Abolicionista, criada juntamente com os seus alunos da Escola Politécnica, e a Sociedade Central de Imigração. Joaquim Nabuco, inclusive, não hesita em afirmar o nome do grande amigo como o maior da luta pela abolição no Brasil (Nabuco, 1998).

Rebouças defendia mais do que o fim do cativeiro; suas propostas refletiam forte compromisso social. Seu projeto mais conhecido, nucleado em seu conceito de “democracia rural brasileira”, propunha a democratização da terra, porque, nas suas próprias palavras, “quem possui a terra possui o homem”. Amigo íntimo de Dom Pedro II, decidiu acompanhá-lo no exílio na Europa. Após a morte do Imperador, morou na África e, depois, em Funchal, na Ilha da Madeira, onde morreu em 1898.

Tendo sido um dos maiores abolicionistas da História do Brasil, muito já foi produzido sobre a sua herança como engenheiro e abolicionista – temas sobre os quais também trago minha contribuição. O cerne deste trabalho, no entanto, foi analisar o processo de construção de si do homem negro, abolicionista, professor, intelectual e engenheiro renomado André Rebouças. Sua vida, uma vez que frequentava a elite de um Império escravocrata, ilustra tensões e conflitos que permitem compreender o seu texto à luz do seu contexto histórico. Proponho-me a enfatizar as consequências subjetivas do racismo em sua trajetória, os seus conflitos identitários, através da análise do seu *discurso biográfico*. Em 1863, aos 25 anos, André Rebouças inicia a escrita de seus diários. O registro sistemático de sua memória o acompanha até o fim da vida, ainda que, após o

³ André Rebouças atuou como engenheiro na Guerra do Paraguai entre maio de 1865 a julho de 1866.

exílio, diminua a escrita dos diários e passe a transcrever as cartas enviadas. Seu valioso material autobiográfico compreende, então, um período de mais de três décadas da sua vida vinculadas à história do Brasil. Esses registros foram o campo fértil para a pesquisa sociológica a que me propus cujo objetivo principal foi analisar como as dinâmicas sociais e raciais do Brasil do século XIX influenciaram no seu processo de construção de si.

Não obstante tenha idealizado, quando da escrita do projeto de tese, ler todos os diários de André Rebouças, não foi possível realizar tal feito integralmente – mas foi quase. Eu li e analisei todos os 19 volumes que compõem o Acervo André Rebouças da Fundação Joaquim Nabuco, além de 5 dos 7 diários disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As transcrições de suas cartas enviadas durante o exílio estão reunidas em nove volumes intitulados Registros de Correspondências, que também fazem parte do acervo da Fundaj. Eu li os 5 primeiros volumes, até maio 1893. Há um hiato na escrita de si de André Rebouças: por razões desconhecidas, ela abandona esse hábito cotidiano entre fevereiro de 1877 até o final de 1882. Para preencher as lacunas dos anos narrados por ele aos quais não tive acesso às fontes primárias, amparei essa parte da pesquisa nas obras “André Rebouças – Diário e notas autobiográficas”, organizada por Ana Flora e Inácio José Veríssimo (1938), e em “Cartas da África – registro de correspondência, 1891-1893”, organizado por Hebe Mattos (2022).

A questão racial é fundamental para esta tese, porque minha maior inquietação sempre foi compreender como a racialização impactou a subjetividade de André Rebouças. Ou seja, analisar, do ponto de vista de sua elaboração como sujeito, a experiência de ter sido um homem negro não somente livre, mas influente em um Império escravocrata. Além dos seus diários e cartas, Rebouças produziu numerosos artigos para jornais e escreveu livros, entre os quais destaca-se sua obra mais importante, Agricultura Nacional, publicada em 1883. Em meio a essa vasta produção, é possível compreender como escassos os relatos sobre o racismo enfrentado diariamente e as reverberações dessa violência em sua vida. Essa afirmação da reticência de Rebouças a abordar temáticas raciais, aliás, está presente na argumentação de importantes pesquisadoras que analisaram sua vida, a exemplo de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998), Joselice Jucá (2011) e Hebe Mattos (2013). Ao iniciar a leitura dos diários para a tese, confesso minha surpresa ao encontrar muito mais relatos do que supunha.

Pretendo, com este trabalho, contribuir para uma compreensão mais justa sobre quem foi o homem negro André Rebouças. Justa, porque considero como bastante

reduzidas algumas interpretações que não hesitam em taxá-lo de alienado, vendido e/ou paranoico. Leo Sptizer, por exemplo, em *Vidas de entremeio* (2001), ao analisar a fase final da vida de André Rebouças define o momento como uma “perturbadora crise de identidade” para quem, até aquele momento, havia se conformado aos padrões da classe dominante branca; Gislene Aparecida dos Santos, em *A invenção do ser negro* (2005), intitula o abolicionista como “perfeito cavalheiro de sua época”, que teria escolhido *deliberadamente* a identificação com a ideologia branca, ainda que oprimido por ela; já Eduardo Coelho, em *As profissões imperiais* (1999), diz que Rebouças, enquanto reproduzia imagens equivocadas de seus colegas engenheiros, nutria uma muito lisonjeira de si. Para justificar esse olhar sobre si, que interpreta como exagerado, Coelho diz: “as biografias de Rebouças e seus próprios escritos sugerem inequívocos traços de paranoia” (1999, p. 198).

Reconheço que a relação de André Rebouças com sua identidade é permeada por conflitos, mas, antes de individualizá-los, patologizá-los ou mesmo condená-los, busquei compreendê-los sociologicamente. Nesse sentido, os silêncios, as hesitações e as contradições de André Rebouças foram interpretadas em seu caráter construtivo em relação à sociedade brasileira escravista, autoritária, católica, em vias de modernização e em plena crise das instituições monárquicas.

Através do discurso biográfico de Rebouças, será possível conhecer muito sobre a realidade do Brasil do século XIX. Principalmente, penso contribuir, com o estudo, para uma maior compreensão acerca da questão racial, tão relevante e peculiar em sua trajetória de vida, quanto para a formação da sociedade brasileira. Seu discurso biográfico, nesse sentido, é uma fonte de pesquisa fundamental para compreender as relações de tensão e de acomodação vividas cotidianamente por escravizados, livres, libertos, negros, “mestiços” e imigrantes na sociedade brasileira em contextos de escravidão e liberdade. A vida de André Rebouças, portanto, ilumina a discussão sobre a formação de esquemas raciais que perpassou o século XIX e nos mostra como a dinâmica das relações raciais no Brasil à época ia muito além da dualidade senhor/escravo. Por fim, acredito que a pesquisa sobre as relações raciais no “país do mito da democracia racial” ainda tem muito a explorar e aprofundar a crítica a interpretações sedimentadas que dificultam, cotidianamente, a construção de horizontes mais democráticos.

O segundo capítulo, “Uma Exaltação da Memória”, consiste na discussão metodológica da tese. Discorrerei sobre o meu conceito de *discurso biográfico*, o qual

alinha a biografia histórica à análise crítica do discurso, utilizado para pesquisar os diários e as cartas de André Rebouças, além de outras questões ligadas à sua relação com a escrita. Em “Profissão de Fé de Abolicionista”, terceiro capítulo, acompanharemos o caminho percorrido por Rebouças para tornar-se um militante tão aguerrido pela causa da liberdade. Ao analisar a luta abolicionista por meio das memórias íntimas de quem a construía, muitas estratégias são descortinadas; o movimento ganha um tom ainda mais humano e potente. Sobretudo, busco alinhar o abolicionismo à própria composição do eu de André Rebouças como homem negro. O quarto capítulo, “O Mal Disfarçado”, mergulha nas tramas sociais do século XIX tendo, como fio condutor, todos os episódios relativos às dinâmicas raciais – em sua maioria, vivências dolorosas do racismo – encontrados na memória escrita de André Rebouças. Os seus conflitos identitários são, portanto, problematizados a partir da exposição e análise das perversas artimanhas, ofensas, injustiças, obstáculos em geral enfrentados em sua trajetória. Veremos, por exemplo, como a reticência para falar sobre raça e racismo não era algo individual. Além disso, esse capítulo desenvolve uma discussão sobre a dinâmica das cores e dos lugares sociais em uma sociedade que, apesar de escravista, buscava articular noções não-racializadas de cidadania. Em “O Negro André”, último capítulo da tese, é dada continuidade ao mergulho nas dinâmicas sociais do Brasil oitocentista a partir do pensamento de Florestan Fernandes, especialmente de seus conceitos de “impulsões igualitárias” e “dilema racial brasileiro”. Em seguida, analisar-se-á o momento final da vida de André Rebouças, seu exílio após a Proclamação da República. Do ponto de vista identitário, trata-se de um momento peculiar, no qual sua identidade negra é afirmada através da reivindicação de sua ascendência africana.

2. “UMA EXALTAÇÃO DA MEMÓRIA”

Esta tese se baseia em fontes primárias. A conduzir a análise, estão as memórias de quem se pretende analisar. Essa intimidade suscitou questões as mais diversas, tanto do ponto de vista metodológico, quanto inquietações subjetivas decorrentes do quanto André Rebouças me afeta. Como logo ficará evidente, animava a sua alma uma inesgotável sede pela escrita. Essa entrega tão visceral nos legou um testemunho histórico de valor incomensurável para quem almeja conhecer um período tão importante da história do Brasil, a saber: o derradeiro século do escravismo. Neste segundo capítulo, discorrerei sobre como procedi a análise dos seus Diários e Cartas. Apresentarei o meu conceito de *discurso biográfico*, o qual alinha a biografia histórica à análise crítica do discurso e justificarei sua pertinência para meu objetivo de compreender o processo de construção de si do homem negro e abolicionista André Rebouças. Sua linguagem, nesse sentido, não é entendida como realista, mas como parte fundamental na construção do indivíduo e da vida social. O sentido analítico de compreender o caráter construtivo da linguagem e sua relação dialética com a realidade é, justamente, olhar atentamente para os fragmentos e para as contradições.

Para além da dimensão metodológica, sua devoção à escrita me levou a trabalhar outras questões. Enxergo sua produção textual – seus diários, cartas e publicações – como reflexo de sua diligência em legar sua memória. Nesse sentido, analiso também produções de terceiros sobre sua vida e obra, ou seja, reverberações ao seu texto. Ainda que o tempo de vida dedicado ao registro de suas lembranças tenha sido, em geral, solitário, porque tão pessoal, tornar-se memorável evocou – e evoca – outras presenças, interpretações. Desde relatos de seus contemporâneos até as publicações mais recentes, a história de André Rebouças segue a ser escrita. Outras mãos cujas produções também devem ser lidas em seu caráter construtivo e dialético em relação à realidade. Outros discursos.

Por fim, tendo ficado evidente seu enorme interesse por contar não apenas a sua história, mas também a de muitos outros, analiso esses textos como parte da produção da intelectualidade brasileira oitocentista que exaltava biografias como recurso narrativo para a história e construção da identidade nacional.

2.1 O discurso biográfico de André Rebouças

A documentação textual manuscrita original existente no Arquivo André Rebouças, da Fundação Joaquim Nabuco, consistiu no principal *corpus* de análise desta

tese. Para trabalhar esses dados, optei por alinhar a biografia histórica e a análise crítica do discurso e articular esses dois métodos de forma complementar. Discorrerei sobre cada uma dessas abordagens a fim de justificar a pertinência delas para a apreensão de questões caras ao meu trabalho, quais sejam: as contradições e ambivalências vividas por André Rebouças; as relações de poder que alicerçavam a conjuntura em que viveu, sobretudo a dinâmica das relações raciais; a maneira como sua trajetória de vida remete a questões centrais à sociologia, como a relação agência *versus* estrutura. A junção de tais métodos me permitiu analisar a sociedade na qual o personagem estava inscrito por meio de seus relatos autobiográficos. A sua trajetória de vida ilustra as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o próprio sujeito Rebouças encarna tais tensões. Justamente por perceber a pertinência tanto da biografia histórica quanto da análise crítica do discurso, considero os escritos de André Rebouças, fonte primária do meu trabalho, um *discurso biográfico*.

A investigação sociológica realizada baseou-se, fundamentalmente, na exploração de fontes primárias, ou seja, para responder às indagações centrais à pesquisa, foi priorizada a documentação textual manuscrita original existente no Arquivo André Rebouças, da Fundação Joaquim Nabuco, além de importantes fontes secundárias, a exemplo de artigos de jornais.

O Arquivo André Rebouças é formado por dezenove volumes manuscritos originais de seu *Diário*, abrangendo o período entre 27 de maio de 1863 e 31 de dezembro de 1889 e mais o ano de 1893; nove volumes de manuscritos inéditos, reunidos sob o título *Registro de correspondência*, que cobre o período de junho de 1873 a abril de 1898, tais como *Cadernos de primeira viagem à Europa* (1861-62); anotações sobre *Madeiras do Brasil*, *Economia política*, e um volume intitulado *Sobre botânica*, acompanhado dos *Índice Paraná e Mato Grosso* (1869); *Viagem aos Estados Unidos* (junho de 1873, em dois volumes); *Melhoramentos urbanos* (1873); *Docas em geral* (1873); *Parque Nacional – notas e considerações gerais pelo engenheiro André Rebouças* (sem data), e *Excursão ao Salto do Guaira ou Sete Quedas*. A essa documentação existente no acervo da Fundação Joaquim Nabuco, foram incorporadas cópias em microfilme de seis outros volumes do *Diário* cujos originais pertencem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Até o momento, não foram encontrados registros para os anos de 1886, 1890, 1891 e 1892 (Jucá, 2001).

O *Diário* era uma obrigação que Rebouças tomou para si, não esquecendo de anotar nem aos domingos e feriados. Só deixou de visitar suas páginas algumas vezes,

quando doente. Todos os dias são assinalados cronometricamente, até os quartos de minutos. Registrava, também, com precisão, dia e noite, as mudanças meteorológicas do tempo (ACIOLI, 2010). Fica evidente um esforço autobiográfico por parte do nosso abolicionista, aspecto que suscita importantes questões metodológicas. A pesquisa possuiu um caráter compilativo e analítico, uma vez que o processo de identificar, selecionar e reunir as passagens pertinentes escritas nas valiosas fontes autobiográficas exigiu domínio da literatura sobre o contexto histórico da época e sobre o próprio autor das anotações. No presente estudo, os registros da memória pessoal do autor serão fios condutores que ajudarão a compreender o sujeito histórico André Rebouças (Mello, 1997; Muaze, 2008; Del Priore, 2009).

Para proceder à realização deste trabalho, foi necessário conhecer o contexto em que viveu André Rebouças e problematizar a narrativa do autor, a fim de interpretá-los à luz dos condicionantes culturais, políticos e sociais da sociedade brasileira escravista, autoritária e católica, e em plena crise das instituições monárquicas. Assim como o fez Maria Alice Rezende, em **“O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil”** (1998), o texto do intelectual é tido como uma narrativa filtrada pelas exigências de uma personalidade autocontida, pela obediência ao repertório sancionado à época e, claro, pela escolha daquilo que ele se dispunha a oferecer à avaliação dos seus contemporâneos e pósteros. Seu texto é fonte riquíssima para o conhecimento do Brasil do século XIX e para iluminar a compreensão sobre as relações raciais do país à época, segundo um prisma que privilegia a experiência individual e a subjetividade do indivíduo subjugado em consequência do racismo. Para justificar a pertinência de falar em termos de um discurso biográfico, é preciso compreender as bases metodológicas subjacentes.

2.1.2 Biografia histórica

A biografia é um gênero fascinante. Por muito tempo, esteve inscrita em um terreno híbrido entre a história e a literatura (Cano, 2004). Considerada uma das primeiras formas de história, a biografia remonta a antigos historiadores romanos que, desde Tito Lívio, não renunciavam a uma boa narrativa para discorrer sobre os acontecimentos históricos. A preocupação em explicar tais eventos ficava em segundo plano, porque o mais importante era uma boa retórica, uma boa história para contar. Daí uma das razões para o seu fascínio: uma boa história contada nos remete ao prazer próprio de uma boa literatura. Essa hibridez com a literatura, no entanto, exige cuidado extra para não perder do horizonte o rigor metodológico. Após esse período de “contação de histórias”, a

biografia prestou o papel de demonstrar a exemplaridade humana. A vida de muitos santos foi narrada a fim de incentivar a sociedade a seguir tais modelos de conduta. Já a partir dos séculos XII e XIII, os santos perderam os holofotes e chega o momento de os cavaleiros medievais entrarem em cena. Agora era hora de vangloriar e de se inspirar não mais nos santos, mas nos heróis. Tardou um pouco para que as pessoas se libertassem do peso desses modelos tradicionais de conduta. É a partir do Renascimento que emerge uma nova maneira de conceber o indivíduo no mundo. Desde então, “escrever sua própria vida” virou lugar comum. No século XVIII, o herói medieval havia sido substituído pelos “grandes homens” da história e o que os destacava agora não era sua santidade ou atributos heroicos, mas sim sua contribuição à sociedade. Percebe-se, então, como a biografia está profundamente atrelada aos registros de grandes feitos (Del Priore, 2009).

Já no século XIX, o século dos nacionalismos, as biografias serviram ao propósito de contribuir com a ideia de “nação”. Para tal, continuaram imortalizando “grandes personalidades”, ajudando a criar as comunidades imaginadas que são os Estados (Anderson, 2008). O positivismo reforçou essa “função” das biografias. Era fundamental a exaltação das glórias nacionais quando a história embelezava o acontecimento, o fato. Paulatinamente, a história (gênero biográfico aqui incluído) e a literatura romperam. A primeira reivindicou a sua especificidade enquanto disciplina acadêmica. A Escola dos Annales, no início do século XX, foi de encontro àquela história que discorria sobre fatos isolados. A Nova História, nascida dos Annales, passou a privilegiar não acontecimentos, mas sim o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais (Del Priore, 2009).

A Escola dos Annales renovou de alto a baixo os métodos de trabalho do historiador, fazendo desse um especialista escrevendo para outros especialistas. No que deveria ser uma ciência, não havia espaço para a arte. Menos espaço ainda, pois a nova orientação excluía a biografia, que é narrativa por excelência (Del Priore, 2009, p. 8).

Devido a seu caráter estruturalista, a Escola de Annales levou os historiadores a recusarem análises sobre ídolos individuais e com recortes cronológicos medidos pelo tempo de uma vida. Coube aos escritores, então, o feito de tornarem-se os grandes biógrafos (Del Priore, 2009, p. 8). Esse ponto é importante, porque, segundo Cano (2003), esses escritores tornaram-se profissionais e a biografia, enquanto gênero literário, passou a ter um reconhecimento editorial que fomentou a hibridez supracitada. Por trás desses processos, estão as razões de não haver, em relação à biografia, consensos e paradigmas epistemológicos (Cano, 2004). Houve, contudo, um “retorno à biografia” por parte da

História. Trata-se de um retorno discreto, porque, até meados do século XX, devido à emergência da nova História Social e, também, por influência do marxismo, a história biográfica seguiu em segundo plano. Somente a partir das décadas de 1970 e 1980, a chamada biografia histórica ganha fôlego entre os pesquisadores. Como bem disse Mary Del Priore (2009), até que enfim, “o indivíduo encontrava a história”.

Apesar de todo esse debate metodológico em torno da biografia estar fortemente associado à história, foi um sociólogo quem o ampliou com críticas contundentes e com questões centrais à sociologia. Pierre Bourdieu apontou defeitos fundamentais nas biografias baseadas na ilusão de trajetórias de vida perfeitas e coerentes. Seus argumentos, consonante aos conceitos clássicos de *habitus* e campo simbólico, afirmam que os indivíduos são relativamente livres para agir dentro um conjunto previsível de comportamentos. Para ele, a trajetória de vida resulta da interação entre as restrições estruturais e a liberdade que é tanto condicionada quanto condição para a própria existência das estruturas. A partir daí, afirma que as trajetórias biográficas não resultam, meramente, das intenções das pessoas. Pensar assim é recair, justamente, no que ele chama de “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2008). Esse seria um equívoco reproduzido por muitas pesquisadoras e pesquisadores. Imaginar os atores históricos como tendo uma história coerente, obedecendo a um modelo de racionalidade anacrônica e limitada, negligencia-se, assim, o contexto social que os aloca em múltiplos campos (Levi, 1989). Bourdieu mostrou como reconstruir a vida das pessoas costumava recair em tamanha artificialidade que chegava a ser absurda. Ao escrever sobre “a ilusão biográfica”, Bourdieu não afastou o interesse dos historiadores, mas os desafiou; propôs não a negação da biografia, mas abordá-la segundo uma nova perspectiva (Del Priore, 2009).

O autor autobiográfico se propõe a nos explicar sua vida e há aí um comprometimento em manter uma estreita conexão entre aquilo que conta e o que uma investigação “objetiva” poderia descobrir (Becker, 1993). Para Bourdieu, falar de história de vida, geralmente, já pressupõe a vida como uma história. Essa associação, como diz o senso comum, descreve a vida como um caminho, uma estrada que percorremos e que deve ser percorrida. Subjaz a isso uma concepção de percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim. A vida constituiria um todo, um conjunto coerente. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, elenca acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em estrita sucessão cronológica, tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas

segundo relações inteligíveis. Há uma intenção tanto do biografado quanto da pesquisadora em aceitar o postulado do sentido da existência narrada. É preciso, então, enxergar a dimensão da biografia enquanto uma construção artificial de sentido, na qual há uma propensão de procurar alguma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência (Becker, 1993).

Foi importante estar atenta a isso, porque, no início da pesquisa, eu mesma tendia a enxergar a trajetória de André Rebouças de uma forma quase teleológica, já que associava a inflexão que o acometeu no fim da vida (em relação ao seu autorreconhecimento racial) a uma “tomada de consciência”. Excluí essa expressão da pesquisa justamente por enxergar nela um sentido de “fim”, como se esse acontecimento cumprisse uma lógica inevitável. A identidade não deve ser considerada como algo inteligível e previsível, como uma unidade, uma “totalização do eu”, porque a trajetória individual depende, também, das dinâmicas dos campos dos quais fazemos parte e dos diferentes tipos de capital que precisamos dispor a cada contexto. É por isso que Bourdieu (2008) enfatiza a importância de compreendermos bem os campos sociais que formam os contextos de ação do indivíduo biografado. Cada pessoa está situada em determinada conjuntura e aprende uma série de atribuições necessárias à sua ação dentro de diferentes campos.

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (Bourdieu, 2008, p. 82).

É o que faz Maria Lúcia Pallares-Burke (2005) ao desenvolver a “biografia intelectual” de Gilberto Freyre. A autora trilha um caminho que nos leva a conhecer os elementos formadores de seu pensamento, suas principais ideias e interesses, com um olhar atento mais à sua jornada do que ao seu ponto final. O objetivo é explicar como ele se tornou a pessoa que a posterioridade conhece. A pesquisadora precisou conhecer a fundo as tendências intelectuais tanto na Europa quanto nas Américas, ou seja, o “campo intelectual” em que Freyre viveu. Por isso, ela traz Bourdieu e reitera a importância, para o seu propósito de escrever uma biografia intelectual, de conhecer bem “a rede de posições intelectuais variadas” que compõe um campo intelectual. A variedade de posições dentro de um campo responde a uma autoridade, ou poder simbólico, dentre agentes que competem pela hegemonia. Para entender um indivíduo enquanto pensador,

faz-se necessário conhecer os elementos formadores do seu pensamento e isso não pode ser feito sem uma análise do campo intelectual ao qual pertenceu (Pallares-Burke, 2005).

A obra de Pallares-Burke, “Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos” (2005), é consonante às proposições bourdiebianas também na maneira como a autora reconhece o empenho de Freyre em reinterpretar e manipular seus escritos para apresentá-los aos seus leitores. Fica evidente aqui a “criação artificial de sentido” esmiuçada por Bourdieu (2008). Pallares-Burke problematiza a estratégia do seu protagonista e evita mostrar sua vida como uma espécie de espelho, que nada mais faz do que refletir o que ele queria que todos os leitores vissem. Seu trabalho rastreia a ideia de “democracia racial” para que possamos conhecer os caminhos que o levaram a postular essa que é a maior falácia das relações raciais no Brasil e, ao mesmo tempo, o pilar simbólico da dominação racial na sociedade brasileira.

Outro ponto interessante tratado por Bourdieu (2008), ao falar sobre a ilusão biográfica, refere-se ao nome próprio. Ao criticar a maneira como a biografia tentou construir um tipo de “totalização do eu”, o sociólogo francês argumenta que tal tentativa vai além das pretensões biográficas. O mundo social, de maneira geral, também tende a criar a quimera de uma constância na história de vida das pessoas. Para tal, dispõe de uma série de instituições que tentam postular essa mesma “totalização do eu”. A mais evidente, para ele, é o nome próprio (Bourdieu, 2008).

O nome próprio funciona como um “designador rígido”, o qual pressupõe certa coerência e unidade através do tempo e dos diferentes campos. É como se fosse o atestado visível da identidade. Como já foi dito, a contundente crítica feita por Bourdieu reside, justamente, na rejeição das tentativas de compreender a vida como uma série única de acontecimento sucessivos e ele afirma que o nome próprio é uma artimanha capaz de apresentar essa aparente constância. É com seu nome que cada indivíduo se apresenta através dos tempos e nos mais diversos espaços sociais; essa mesmice, no entanto, é somente aparente, é uma ilusão (Bourdieu, 2008). Esse questionamento me permitiu refletir sobre um momento tão crucial na trajetória de André Rebouças. De fato, foi com esse nome que ele se apresentou nos mais diversos espaços, foi com ele também que assinou documentos, cartas e mesmo o seu Diário. É também com esse nome que ele é reconhecido pela história... Percebe-se como o nome reivindica certa permanência. O que me pareceu interessante foi observar que, quando André Rebouças adjetiva esse nome de

forma afirmativa, em tom de apresentação de si, o faz em um momento crucial de sua vida. Quando, em 1891, ainda em Cannes, Rebouças refere a si mesmo como “o negro André”, ele está vivendo um processo árduo de reconhecimento de sua negritude, um período de grande reviravolta na sua “construção de si”. Esse momento reitera o caráter multifacetado das identidades.

Isto posto, pode-se dizer que as complexas relações entre o texto e o contexto de André Rebouças não podem ser lidas como um todo, como um conjunto coerente e orientado. Ainda mais em se tratando de um homem cuja postura intelectual, apesar de surpreendente, é tida, algumas vezes, como contraditória; o que, aliás, é observado em outros aspectos de sua vida (Jucá, 2001). Por exemplo, era um árduo defensor da reforma agrária e monarquista convicto; intelectual negro que viveu na pele a segregação racial norte-americana, mas apaixonado pela cultura *yankee*. Ou, ainda, o que muitos tendem a considerar contraditório, mas com controversas importantes que serão aprofundadas: um abolicionista e monarquista. Rebouças também teve de lidar com o discurso científico que era (re)produzido pela elite intelectual no Brasil em finais do século XIX. O diálogo com esse pensamento social de cunho racista permite afirmá-lo, em alguns aspectos, como um “um homem de seu tempo”, que reiterou alguns desses discursos. Rebouças, no entanto, era um abolicionista verdadeiramente preocupado com as consequências da abolição para a população escravizada e um homem negro que, no fim da vida, reivindicou uma ancestralidade africana e ressignificou a sua negritude. Ou seja, em oposição aos intelectuais que idealizavam o futuro da nação sem a presença dos negros, ele não queria a perpetuação do *status quo*.

Todas essas questões, acredito, podem ser exploradas e, de certa forma, compreendidas através de uma pesquisa sociológica que interprete seu texto à luz do seu contexto histórico, isto é, das forças em tensão que atravessavam o passado colonial e limitavam o presente da nação. Ao que me proponho dar mais ênfase a algo pouco explorado, mas que me parece basilar no processo conflituoso de construção de si de André Rebouças: as relações raciais no Brasil.

As críticas decorrentes de “A ilusão biográfica” (Bourdieu, 2008[1994]) não minaram a continuidade do gênero biográfico; ao contrário, serviram como um desafio para as pesquisadoras e impulsionaram o retorno das biografias, porém segundo uma perspectiva totalmente diferente daquela que louvava “grandes homens e mulheres” em seu caráter supostamente heroico. É a reabilitação da biografia histórica, a qual retrata

não mais a história de vida de um indivíduo isolado, considerado célebre, quase como um santo, mas sim com atenção especial a significação histórica de uma trajetória individual. Como não deixa de ser uma narrativa de vida, a biografia histórica recorre a uma cronologia de fatos e não há problema algum nisso. O ponto aqui é enxergar tal trajetória em suas múltiplas possibilidades, escolhas, hesitações, acasos. A partir daí, podemos escapar à ilusão biográfica (Del Priore, 2009). Mais além, pretende-se interpelar a trajetória de André Rebouças a partir da questão sobre como as relações raciais influenciaram sua construção de si e seus projetos de sociedade.

Segundo Cano (2004), a reconstrução de uma consciência individual é parte estruturante tanto da biografia quanto da autobiografia. Bourdieu (2008) também reforça esse aspecto ao associar a história de vida ao esforço de construção de si. Ao desenvolver uma biografia histórica, entramos em contato com os gestos, os pensamentos cotidianos, as dúvidas, as incertezas... É um contato com a natureza fragmentária e dinâmica da identidade a partir, sobretudo, dos momentos contraditórios de sua construção. Ao usar a biografia como um instrumento do conhecimento sociológico, podemos examinar a maleabilidade do indivíduo, sua capacidade de acomodar-se ou não ao tecido humano que o circunda ou, até mesmo, o modo como as suas crises internas podem refletir tensões de uma época (Levi, 1989; Cano, 2004; Del Priore, 2009). A proposta de analisar a construção de si de André Rebouças, um intelectual negro imerso “em um mundo branco”, é, em minha opinião, negligenciada pela literatura acadêmica. Para compreender esse processo de construção de si, conflitos identitários que perpassaram sua existência, e que culminaram em sua morte trágica em 1898, são centrais ao meu trabalho.

O objetivo principal desta tese é, justamente, analisar como o contexto das relações raciais no Brasil e sua experiência fora do país influenciaram o processo de construção de si de André Rebouças. Acredito ter demonstrado como o método biográfico – aqui mais especificamente a biografia histórica – pode ser útil para tal propósito. Gostaria de trazer, também, uma analogia feita por Gilberto Cano (2004) que associa o recurso biográfico à agulha e à linha. Essa metáfora já foi utilizada por outros importantes artistas brasileiros. Machado de Assis, em seu conto “Um Apólogo”, utiliza esse recurso linguístico para ilustrar as relações de poder da época. Gilberto Gil, por sua vez, traz “a linha e o linho” para falar de amor. Cano também se inspirou nos sentidos figurados de tais substantivos e relaciona o indivíduo biografado a uma linha na agulha a costurar um vestido. O vestido seria a sua construção de si, a sua história de vida e, mais importante

do que a própria peça final, seria a compreensão sobre o caminho percorrido pela agulha e a linha, ou seja, a compreensão dos processos vividos (Cano, 2004). Vale reforçar que tal construção não pressupõe um ponto de vista teleológico tampouco coerente. Essa perspectiva já foi exaustivamente criticada aqui. O que essa analogia da costura, onde o indivíduo é tido como a linha na agulha a costurar uma roupa, nos permite é refletir ainda mais sobre a história de vida segundo um ponto de vista que privilegia os processos individuais costurados ao seu contexto social.

A memória pessoal de André Rebouças é o grande fio condutor utilizado para compreendê-lo enquanto um homem negro abolicionista na elite de um Império escravocrata. Em “Discursos Memorialistas africanos e a construção da história”, Inocência Mata ressalta o papel fundamental da memória na constituição de identidades: “a memória é um dos fenômenos culturais e políticos mais privilegiados nos estudos culturais, devendo, por isso, ser pensada em relação às dinâmicas sociais e históricas por que passam tanto sujeitos quanto ideias” (Mata, 2017, p. 08). Precisamos, então, estar cientes de que um processo de narração de histórias possibilita uma proximidade (porque não é o passado real) com o passado vivenciado naquela época e é um importante caminho para o conhecimento sociológico (Rosenthal, 2014; Becker, 1993).

Partindo, inicialmente, da percepção de que as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, essas lembranças não se referem a um estoque de memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas. Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso. A recordação se baseia, como Edmund Husserl já discutiu, num processo de reprodução em que aquilo que passou está sujeito, de acordo com as condições e exigências do presente da situação recordada e do futuro antecipado, a uma modificação constante (Rosenthal, 2014. p. 229).

Os pressupostos aqui discutidos sobre as biografias remontam a um conjunto amplo de dualidades que percorrem a sociologia, desde os dualismos indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, individual/coletivo, estrutura/indivíduo etc. Essa preocupação com a dimensão individual, por parte da sociologia, não se restringe a Bourdieu, obviamente, e pode-se perceber, em tal disciplina, uma renovação do interesse pelo indivíduo. Ou seja, há uma preeminência de abordagens que colocam o sujeito social como o centro e a chave das análises sociológicas (Martuccelli, 2007; Montagner, 2007). Os chamados “sociólogos clássicos”, por exemplo, ao tentarem entender as experiências individuais via sistemas organizados de relações sociais, buscavam socializar as vivências individuais, ou seja,

dar conta, sociologicamente, de ações aparentemente vividas fora de toda relação social – como Durkheim tentou fazer em “O suicídio”. Nesse tipo de análise, o indivíduo não passa de um “personagem social”: imerso em espaços sociais que “geram”, através de um conjunto de “forças” sociais, suas condutas e vivências. A força da sociologia repousou durante décadas nesse triunfo da ideia de sociedade, suas articulações funcionais entre sistemas e suas contradições estruturais. Como já foi dito, isso não significou, absolutamente, a liquidação do indivíduo, mas sim a imposição hegemônica de um tipo de leitura (Martuccelli, 2007).

2.1.3 Análise do discurso

A análise de discurso contempla múltiplas perspectivas. A partir dos pressupostos teóricos e políticos que norteiam essa pesquisa, optei por utilizar a análise crítica do discurso proposta por Norman Fairclough. Antes de aprofundá-la, cabe discorrer acerca do que é comum a essas múltiplas vertentes. Em linhas gerais, é possível dizer que rejeitam uma visão realista da linguagem, a qual passa a ser considerada como fundamental na construção da vida social. Isso se opõe às teorias que compreendem a linguagem como mero reflexo ou descrição do mundo. Outro ponto comum é a afirmação do caráter socialmente construído do conhecimento, ou seja, para as analistas do discurso, as nossas maneiras de compreensão do mundo são conduzidas pelos processos sociais. Isso posto, fica mais fácil entender o porquê do interesse na forma, no conteúdo e na organização dos textos: a linguagem é compreendida como construtiva da realidade. Essas perspectivas coincidem, também, ao dizer que os discursos pressupõem escolhas dentro de inúmeras possibilidades. Ou seja, é possível descrever de múltiplas formas até o mais simples dos fenômenos. Qualquer descrição dependerá, então, da orientação daquele ou daquela que a faz. Por fim, importante trazer outro aspecto comum e central: a “orientação da ação” que subjaz ao discurso. Ele é tido como uma prática social (Gill, 2002). Sobre o caráter construtivo da linguagem, percebo como este também é reivindicado pela biografia histórica, sobretudo se pensarmos na escrita de si como autoconstrução.

Diferentes tipos de textos constroem o nosso mundo. Essa afirmação representa rupturas importantes, porque, ao negar a concepção da linguagem como transparente, como mero reflexo dos fatos, foi aberto um fértil caminho para pensar, dialeticamente, sobre a realidade social e a linguagem. O uso construtivo da linguagem é um aspecto da vida social e atentar a isso nos conduz a uma atenção especial ao caráter persuasivo dos

discursos: esses enunciados, em geral, são organizados a fim de convencer aqueles a quem se dirigem. A persuasão é parte estratégica em um contexto em que várias outras versões estão em competição para se estabelecer (Gill, 2002). O texto de André Rebouças, enquanto um discurso, também se presta a tal propósito. Ao narrar sua versão dos fatos, há uma tentativa de persuasão para a qual é preciso estar atenta, justamente para não recair nas armadilhas da “ilusão biográfica”.

Ainda em tom introdutório, Gill (2002) traz um exemplo interessante para ilustrar, de forma bem simples, a mudança metodológica acarretada pela análise de discurso. Como é fundamental para uma pesquisa a formulação de suas questões, me parece bastante didático trazê-las para elucidar esse ponto. Diante da transcrição de uma discussão entre vegetarianos, por exemplo, a analista de discurso não procuraria descobrir ali as razões que levaram tais pessoas a não consumir mais carne. Essa preocupação faria sentido caso a realidade fosse tida como inerente ao discurso; ponto que, como vimos, é rejeitado pela vertente aqui trabalhada. Indo mais além, a analista estaria mais interessada em como a decisão de aderir ao vegetarianismo é legitimada pelos entrevistados, como eles respondem às críticas ou, ainda, como eles formam sua identidade. Esse é apenas um exemplo, mas as possibilidades de perguntas são incontáveis. O que se pretende sublinhar é como é possível enxergar essa ruptura epistemológica através da mudança na forma de questionar (Gill, 2002).

Decidi questionar acerca da construção identitária de André Rebouças, porque percebi uma ausência de estudos focados nos conflitos raciais vividos por ele. Mais além, identifiquei leituras redutoras e simplistas que o taxaram de alienado, louco, complexado. Como enxergo o racismo como estruturante e capaz de criar dores e dilemas profundos naqueles que diminui, não me convenci com nenhuma dessas leituras. Senti a necessidade de pesquisar a partir de novas questões a fim de compreender como a conjuntura racista agiu na subjetividade de André Rebouças, mas sem diminuir a sua agência, sobretudo por se tratar de um dos maiores abolicionistas do Brasil. Enxergo o vasto material autobiográfico deixado por ele como um presente, como uma forma de conhecê-lo a fundo, a partir de algo tão íntimo, o seu diário pessoal. Para mim, é também uma questão de justiça olhar para esses escritos de forma sensível às suas dores e aos conflitos.

O que muito me interessa na análise de discurso é a forma como tal método vai além de um olhar redutor, que retira do escopo aquilo que não é coerente, incapaz de

enxergar a variabilidade. O sentido analítico de compreender o caráter construtivo da linguagem e sua relação dialética com a realidade é, justamente, olhar atentamente para os fragmentos e para as contradições. Daí a atenção, também, àquilo que não é dito, aos silêncios, mas sempre em diálogo com o contexto social, o que exige um conhecimento histórico e sociológico vasto (Gill, 2002). Tudo a ver com a tarefa do biógrafo cujo objetivo é, também, tentar restaurar o que o autor, consciente ou inconscientemente, rejeitou ou apagou (Pallares-Burke, 2005).

Justamente por abraçar uma perspectiva dialética segundo a qual a linguagem e a realidade estão em uma relação mútua e, conseqüentemente, enfatizar a confusão fragmentada e contraditória dos textos (e da realidade), é preciso muito rigor metodológico (Resende, 2005). Fazem parte da análise crítica do discurso não somente a atividade de produção de textos, mas também sua distribuição e consumo. Analisam-se, também, as categorias força, coerência e intertextualidade. Escolhi a perspectiva de Fairclough porque esse autor analisa o discurso enquanto prática a partir de pressupostos teóricos que também fundamentam a presente pesquisa. Sua proposta é, através da análise de mecanismos linguístico-discursivos atualizados em textos, acessar questões sociais subjacentes e relacionadas a conceitos como ideologia e hegemonia. Pode-se afirmar, inclusive, que a proposta de Fairclough insere-se na tradição da ciência social crítica, ou seja, movida pelo objetivo de prover um conhecimento sério a fim de questionar criticamente a vida social em sua dimensão política e tendo como norte a justiça social. Na condição de ciência social crítica, a Análise Crítica do Discurso tem, em seu horizonte, valores emancipatórios e, por essa razão, enfatiza os grupos e os indivíduos marginalizados na sociedade (Fairclough, 2012). Sua análise, que entende o uso da linguagem como prática social, possibilita a compreensão do discurso como constitutivo das identidades sociais. Esse ponto é central, já que meu objetivo geral é analisar como o contexto das relações raciais no Brasil e sua experiência fora do país influenciaram o processo de construção de si de André Rebouças. Para Fairclough, o discurso compreende, dentre outros pontos, uma função identitária, ou seja, contribui para a constituição ativa tanto de “autoidentidades” como de identidades coletivas.

2.1.4 Análise crítica do discurso

A análise crítica de discurso forneceu um arcabouço teórico coerente com os meus propósitos de pesquisa, possibilitando uma apropriação do método biográfico mais

adequada ao objeto e aos objetivos da pesquisa. Pude enxergar pontos comuns que me tornaram possível o uso conjunto e complementar dessas duas propostas.

Duas grandes áreas servem como pano de fundo para a empreitada teórica a que Fairclough se propõe. Primeiro, a análise de discurso orientada linguisticamente e, para poder ir além desta, o pensamento social e político. A partir daí, ele desenvolveu uma nova teoria cujo objetivo principal é trazer o estudo da mudança social para o cerne da análise de discurso. Para investigar a linguagem atrelada às possibilidades de mudança social e cultural, é preciso, inicialmente, enxergá-la como algo dinâmico. Por isso, assim como em outras vertentes da análise de discurso, um dos pontos centrais aqui é negar o discurso como mero reflexo da sociedade. É preciso atentar ao seu caráter constitutivo. É exatamente essa dimensão constitutiva que Fairclough nomeia de “efeitos sociais do discurso”, os quais devem ser, justamente, o foco de análise. Como sua grande preocupação é a possibilidade de mudança histórica, questiona como diferentes enunciados se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. Como ocorre, então, a longo prazo, a constituição de diferentes “ordens de discurso”? (Fairclough, 2001). Uma ordem de discurso consiste em uma estruturação social da multiplicidade semiótica (ou de discursos), ou seja, uma ordenação social particular em meio aos vários modos de construir sentidos. Um aspecto importante a ser realçado é a dominação. Algumas maneiras de construir sentido são dominantes enquanto outras são subversivas. Importante dizer, também, que uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido. Ao contrário, é algo que está sob risco de transformação a partir do que acontece em interações reais (Fairclough, 2012).

Já está posto que o discurso é socialmente construído. Para compreendê-lo, então, é preciso analisar as relações de poder que estão em jogo. Importante frisar que não se trata de um processo unilinear. Ao trazer a importância das relações de poder, Fairclough (2001) traz, sobretudo, a dimensão da luta - ou da possibilidade de luta. Para ele, bastante influenciado por Foucault, o discurso não apenas traduz os combates e os sistemas de dominação, mas consiste, justamente, naquilo pelo que se luta. O discurso é o poder a ser tomado. A estruturação de novas ordens de discurso não acontece de forma meramente passiva. É um processo que envolve conflitos e combates. Daí a sua defesa para que a análise de discurso atente sempre ao funcionamento deste na transformação criativa da sociedade, mas também à maneira como assegura a sua reprodução. Fairclough (2001) chama esse processo, em que o discurso pode se prestar tanto à reprodução quanto à

transformação, de dualidade do discurso. Essa conversa dinâmica entre o evento e a estrutura também é um pressuposto metodológico da biografia (Cano, 2004).

O porquê de a análise de discurso orientada linguisticamente, apesar de trazer importantes bases, não ter sido suficiente para as propostas de Fairclough refere-se à sua incapacidade de enxergar esse aspecto tão caro ao autor, qual seja: o caráter ativo do discurso na construção social. Para poder ir além dessa deficiência, ele recorreu à teoria social e sua principal referência foi Michel Foucault. É grande a contribuição de Foucault para uma teoria social do discurso. Ele trouxe à tona a relação entre discurso e poder; analisou a forma como os sujeitos sociais são discursivamente constituídos e como o conhecimento, enquanto discurso, é fundamental para o funcionamento da sociedade e para a mudança social. O grande foco de Foucault era compreender as “condições de possibilidade” do discurso. Por que esse e não qualquer outro? O que tornou possível a proeminência de determinadas ordens de discurso? Foucault também reitera o quanto o discurso constitui a sociedade em múltiplas dimensões: objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais. Ele também atentou à interdependência das práticas discursivas. Para ele, os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam (Fairclough, 2001).

No que tange aos sujeitos sociais e a como o discurso os constitui, Foucault desenvolve uma de suas principais teses, segundo a qual o sujeito social que produz um enunciado não é algo que existe fora e para além desse enunciado. O indivíduo que produz um discurso não é somente seu autor ou autora, mas, ao contrário, é uma função do próprio enunciado, no sentido de que o discurso posiciona os sujeitos. A ênfase que o autor dá a essa dimensão constitutiva das próprias identidades por parte do discurso é a razão de seu grande interesse nas questões de subjetividade, identidade social e domínio do “eu” (Fairclough, 2001).

Essas contribuições foucaultianas são fundamentais para a proposição teórica de Fairclough (2001). Existem, no entanto, alguns pontos dos quais ele discorda e pretende ir além. Embora as questões acerca dos efeitos da prática discursiva sobre a identidade social tenham sido um grande ganho para os seus propósitos, Fairclough enxerga certa insistência, por parte de Foucault, em um olhar pesadamente estruturalista. Essa

perspectiva é insatisfatória, porque negligencia sobremaneira a possibilidade de agência do indivíduo.

Essa fraqueza teórica, segundo Fairclough (2001), tem a ver com as concepções de poder, resistência, luta e mudança. Longe de afirmar que Foucault ignora questões relativas à mudança social, o que está sendo dito é que, geralmente, seu trabalho passa a ideia de indivíduos assujeitados, presos a sistemas imóveis de poder. Para Fairclough, esses problemas estão relacionados à ausência de um conceito de prática nas análises do teórico francês. Além disso, está ausente a importância da análise textual. A noção de prática⁴, defendida por Fairclough e central a sua proposta, compreende exemplos reais de pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas... como Rebouças cujo material autobiográfico compreende, praticamente, toda a sua vida.

Central à proposição aqui defendida, a noção de prática compreende propriedades próprias, as quais não podem ser reduzidas e determinadas pelas estruturas sociais. Essas práticas, na verdade, ajudam a moldar as estruturas. Ou seja, as estruturas são sim reproduzidas, mas são, também, transformadas pela prática. Esse aspecto é essencial, porque Fairclough, apesar de compartilhar grande parte do que Foucault traz acerca do discurso e da subjetividade, pretende mostrar como os sujeitos sociais são capazes de remodelar e reestruturar a sociedade justamente através das práticas (Fairclough, 2001). Mary del Priore (2009) nos mostra como a biografia também contestou essa falsa oposição entre indivíduo e sociedade:

O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. O que vale sublinhar é que as biografias caíram como uma luva para resolver alguns problemas práticos dos historiadores. Tomemos, por exemplo, a contradição entre ideias, representações e práticas sociais que fizeram historiadores americanos criarem a “história das ideias”, distinta, daquela das práticas (Del Priore, 2009, página 11).

⁴ Em trabalhos posteriores, Fairclough alarga a relação entre discurso e prática. Isso se deu a partir, sobretudo, da análise das novas fases do capitalismo. O discurso passa a ser visto como um momento da prática social ao lado de outros, ou seja, uma prática particular envolve configurações de diferentes elementos da vida social. Sempre como elemento integrante do processo social material, o discurso – ou semiose – atua como parte da atividade social inserida em uma prática. Apesar desses avanços, continua a afirmar o caráter dialético na relação entre as práticas sociais e as estruturas (ver Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2012; Resende e Ramalho, 2005).

Cabe perguntar, enfim, o que é, exatamente, o discurso para Fairclough. Como um tipo de prática social (ou como parte de uma), o discurso é um modo de ação, uma maneira através da qual as pessoas agem no mundo e sobre os outros, além de ser um modo de representação. Essa visão do uso da linguagem implica, ainda, uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito do primeiro. Isso não nega o poder das estruturas. Fairclough reconhece que o discurso é moldado e restringido por elas no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe, pela raça, pelo gênero e, também, pelas instituições particulares como as escolas, o direito etc. O que nosso autor enfatiza, porém, é a dimensão construtiva do discurso e, conseqüentemente, das práticas sociais que não apenas representam o mundo, mas o constroem em significado. É importante considerar a relação entre discurso e estrutura social como dialética para evitar o que Fairclough vai chamar de “erros de ênfase indevida”: de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na sua construção do social (Fairclough, 2001).

A linguagem, tanto falada quando escrita, é parte fundamental desse enredo, porque é através dela que a prática discursiva se manifesta. Para compreender a natureza dessa prática social, é preciso atenção a sua relação com as estruturas e as lutas sociais. Por isso, temos de reconstruir o processo de produção e explicar o processo de interpretação desses textos. É a partir daqui que Fairclough (2001) avança para a explicação da sua “concepção tridimensional do discurso”.

A abordagem tridimensional do discurso o concebe i) como texto, ii) como prática discursiva e iii) como prática social. Por ser, inicialmente, um texto, é preciso analisá-lo nos sentidos de sua coesão e coerência. Essa é uma dimensão mais gramatical, atenta às relações entre as orações, aos esquemas retóricos, aos marcadores coesivos, as escolhas de palavras etc. Esse olhar nos permite entender como os autores produziram o processo de construção de leituras coerentes de seu texto. Lembrar, aqui, o que Bourdieu (2008) nos disse acerca da “construção artificial de sentido”. Fairclough também reconhece que os indivíduos estabelecem relações coesivas específicas em um processo que posiciona o intérprete como sujeito. Conseqüentemente, a coesão é parte de um trabalho ideológico levado a cabo em um texto. Da mesma forma, a escolha de palavras não é algo meramente individual, mas parte de um processo social mais amplo, já que os seus significados variam culturalmente e podem ser contestados. Daí a importância de conhecer o contexto social; as formas das palavras podem ter forças que parecem altamente improváveis se as

considerarmos fora da sua conjuntura. Essa atenção às palavras, sem dissociá-las do seu contexto e partindo de um olhar atento à interdiscursividade dos textos, nos permite contrastar diferentes formas de lexicalização dos sentidos (Fairclough, 2001). Palavras-chave para este trabalho como “Abolicionismo” ou “Escravidão” podem ser compreendidas melhor a partir dessa perspectiva.

Ainda em relação a essa primeira dimensão, o discurso como texto, cabe explorar um pouco mais o papel da analista. Fairclough enfatiza que a descrição é também interpretação, ou seja, a pesquisadora, ao fazer a análise dos textos, os interpreta inevitavelmente. Gill (2002) o reitera ao dizer que fazer análise de discurso implica questionar nossos próprios pressupostos e as maneiras como nós, habitualmente, damos sentido às coisas, já que quem analisa também produz uma versão, ou seja, o seu texto é, também, um discurso construído e circunstanciado (Fairclough, 2001; Gill, 2002). Ora, esse aspecto também é trabalhado pela biografia enquanto método. O indivíduo biografado, evidentemente, tem papel determinante nessa abordagem, mas a biografia também implica um encontro de consciências individuais, a da biógrafa com a do seu personagem. Trata-se de uma forma peculiar de diálogo, não apenas entre duas pessoas, mas entre o presente e o passado em que os nomes dos dois envolvidos têm grande importância (Cano, 2004).

O discurso da análise é, como qualquer outro discurso, um modo de prática social: ele está dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideologicamente e politicamente. Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela (Fairclough, 2001, p. 246).

Além do discurso como texto, a abordagem tridimensional pressupõe o discurso como prática discursiva. Nesse sentido, Fairclough (2001) defende a importância de abarcar a sua produção, distribuição e consumo. Aqui, como está presente nas demais propostas do autor, ele reforça que a análise da prática discursiva deve envolver uma combinação do que se poderia denominar “micro” e “macro” análises. Já em relação à terceira dimensão, o discurso como prática social, entramos em uma discussão que carece de mais escopo, porque nos leva aos conceitos de ideologia e hegemonia.

Para explicar a terceira dimensão do discurso (como prática social), Fairclough, novamente, parte de algumas proposições teóricas para, em seguida, mostrar em que pontos elas serão úteis e quais as suas incompletudes para o seu projeto. As primeiras bases teóricas que ele traz remontam a Althusser e ao seu entendimento da ideologia como

existindo materialmente nas práticas das instituições. Fairclough compartilha esse entendimento, o qual o ajuda, inclusive, a investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Além dessa primeira asserção, há outra que também o interessa: a ideologia “interpela os sujeitos”. Essa também é fundamental, porque fortalece a sua preocupação com a maneira através da qual os discursos constituem os sujeitos. A terceira afirmação refere-se aos “aparelhos ideológicos do Estado” (instituições tais como a educação ou a mídia). Nessa perspectiva, compartilhada por Fairclough (2001), tais aparelhos são tidos como locais e marcos delimitadores na luta social, o que dialoga sobremaneira com sua proposição da luta como parte do discurso.

Como disse, apesar de trazer pontos importantes, há limitações na supracitada teoria. No trabalho de Althusser, segundo Fairclough, há um ponto controverso que enxerga a dominação como uma imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante. Aqui a ideologia figura quase como um cimento social universal. Além disso, a luta, a contradição e a transformação são silenciadas. Fairclough reconhece que as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes, sobretudo quando naturalizadas naquilo que chamamos de “senso comum”. Essa força da ideologia, no entanto, não deve ser tida como hermeticamente impositiva, porque impossibilita a reflexão daquilo que lhe é essencial: a transformação social. Para Fairclough, que compreende a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, as pessoas são sim subjugadas a essas estruturas condicionadoras, mas de formas diferentes e, muitas vezes, contraditórias. Pensar a sujeição como contraditória, remonta a posição dialética já defendida por ele: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são atores criativos da sociedade. Esse aspecto da contradição fica mais evidente se pensarmos em indivíduos que são interpelados de múltiplas maneiras, puxados em diversas direções. Isso gera confusão, incertezas e, em muitos casos, problematização das convenções. Esses casos, inclusive, são terreno fértil para o desenvolvimento de práticas conscientes e transformadoras (Fairclough, 2001). Para desenvolver uma biografia histórica, também nos deparamos com as dúvidas e incertezas, porque empreendemos uma espécie de mergulho na natureza fragmentária e dinâmica da identidade e há, também, uma ênfase nos momentos contraditórios de sua construção. Os momentos de crise vivenciados pelo sujeito nos permitem apreender melhor a maneira como ele acomoda-se ou não ao tecido social que o circunda (Levi, 1989; Cano, 2004; Del Priore, 2009). No caso de André Rebouças, seus conflitos identitários estão no cerne da minha análise.

Tendo encontrado limitações na concepção althusseriana de ideologia, Fairclough (2001) avança para um conceito mais adequado aos seus propósitos e capaz de oferecer um modo de teorização da mudança social relacionada à mudança discursiva. Trata-se do conceito de hegemonia. Essencial na análise que Gramsci fez do capitalismo ocidental, a hegemonia é um tipo de domínio que compreende tanto a economia, a política, a cultura e mesmo a ideologia de uma sociedade. A hegemonia, então, exerce poder sobre a sociedade como um todo. Tal força é atrelada a classes economicamente dominantes, porém em aliança com outras forças sociais. O que é essencial, para Fairclough, é que esse poder nunca é total. A hegemonia compreende um “equilíbrio instável” e a forma como exerce seu poder está mais relacionada à construção de alianças do que a uma dominação total e irrestrita. Esse “equilíbrio instável” é um foco de luta constante cujo objetivo é construir, manter ou romper alianças e relações de opressão.

Tal concepção de luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com o que disse anteriormente sobre o discurso: a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centra sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias. Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, consequentemente, um marco delimitador da luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (Fairclough, 2001, p. 123).

Ao trazer o conceito de hegemonia para sua formulação teórica, Fairclough amplia o horizonte para a compreensão do discurso em termos de relações de poder. Agora podemos pensar em como os textos reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias segundo uma perspectiva que associa a própria prática discursiva ao campo de luta hegemônica. O conceito de hegemonia, ao enfatizar a articulação, desarticulação e rearticulação de elementos nos ajuda a pensar, também, em uma dimensão fundamental do discurso: a sua intertextualidade. Segundo Fairclough, consonante ao que já foi dito por Foucault, os textos são repletos de fragmentos de outros textos. Cada enunciado, então, é um elo em uma cadeia de comunicação. Isso quer dizer que há uma historicidade inerente aos textos. A relação entre intertextualidade e hegemonia é muito importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, a qual é socialmente

limitada e restringida conforme as relações de poder - daí a associação com o conceito de hegemonia. A intertextualidade tem grande potencial analítico para quem se propõe a fazer análise crítica do discurso. Ela é, inclusive, fonte de grande parte da ambivalência dos textos. Através da intertextualidade e da forma como textos anteriores são transformados e reestruturados para gerar novos textos, Fairclough encontra um caminho viável para a compreensão dos processos de constituição dos sujeitos, tanto em uma escala biográfica quanto numa dimensão comunitária. Assim como o discurso remonta sempre a outros discursos, o “eu” também é construído por diversas referências que são sinalizadas no comportamento verbal e não-verbal dos indivíduos. É o que ele vai chamar de *ethos*: diversas características que levam a construção de uma versão particular do “eu” (Fairclough, 2001).

Esses são os pressupostos teóricos da análise crítica do discurso incorporada neste trabalho. No seu sentido mais prático, Fairclough nos diz que não há exatamente um esquema a ser seguido durante a análise. Afirmo, inclusive, ter algumas ressalvas à afirmação da análise de discurso enquanto método, já que esta palavra remete a uma ideia de habilidade transferível, a uma técnica, uma ferramenta em uma caixa. Ele enxerga tal perspectiva como muito redutora e compreende a análise de discurso muito mais como uma teoria do que como um método (Fairclough, 2012). São múltiplas as possibilidades de sua aplicação que vão depender da natureza do projeto, suas questões e das perspectivas da analista. Fairclough, no entanto, nos passa algumas diretrizes gerais. Primeiro, é importante destacar o caráter interdisciplinar da sua proposta. Já que a sua concepção de discurso envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, distribuição e consumo, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social, fica claro que tudo isso remonta a interesses de várias ciências sociais. O corpus de análise também é essencial e não deve ser considerado como totalmente construído antes do início do trabalho, mas aberto a ser alargado a depender das questões que surgirão no transcurso da pesquisa. Em relação à codificação e seleção de amostras do corpus, Fairclough sugere atenção especial àquele momento anteriormente mencionado como “momento de crise” ou “ponto crítico”. Nesses momentos, podemos enxergar melhor o questionamento de processos já muito naturalizados e, também, as possibilidades de mudança através de exemplos reais de como as pessoas lidam com as práticas sociais (Fairclough, 2001).

É necessário especificar o contexto, quais são as relações e as estruturas sociais hegemônicas que constituem a matriz da prática social e discursiva. Poderemos, assim, compreender o relacionamento do discurso analisado com as demais ordens de discurso e os efeitos tanto de reprodução quanto de transformação para os quais contribui. Lembrando sempre que as análises podem ser diversas e que cabe à analista justificar as suas escolhas, finalizo reforçando a pertinência das proposições de Fairclough para os meus propósitos, uma vez que, com atenção ao que foi proposto por ele, será possível compreender os efeitos do discurso – sempre de forma dialética - nas identidades sociais. Proponho-me, então, a reunir, a partir do discurso biográfico de André Rebouças, as diversas camadas que se relacionam à construção do seu “eu”, ou melhor, à construção do “Negro André”.

2.2 “Documentos humanos”

No dia 08 de fevereiro de 1865, às duas horas da manhã, André Rebouças estava acordado. “A essa hora, mal via o que escrevia”, mas “tinha, verdadeiramente, febre de escrever”. Não surpreende tê-lo acometido, um mês adiante, uma inflamação nos olhos decorrente de tamanho esforço. Em 26 de dezembro do mesmo ano, ele, cuja saúde não era das mais fortes, após uma noite difícil, amanhece prostrado e com febre. “Diminuem-me as forças” a tal ponto que “mal pude escrever aqui”. Essa passagem está escrita com letra péssima, o que chama a atenção, afinal, a beleza de sua caligrafia é incontestável e fonte de orgulho para si. André, inclusive, reproduzirá os passos do pai e, no dia 27 de maio de 1867, vai ao Colégio Marinho recomendar que seu irmão José frequente a aula de caligrafia. “O ter boa letra”, afirma, “é um dos grandes benefícios que devo a meu excelente Pai”. Suas palavras também são menos legíveis em janeiro de 1869: “machuquei o punho direito em uma queda no escritório, de sorte que dificilmente posso escrever”.

Uma noite insone se sobressai no seu discurso biográfico. Ele não conseguia dormir, em 10 de julho de 1871, porque sua mente fervilhava em uma “*exaltação da memória*”. Assustado, Rebouças confessa seu medo: “amedronta por ser acompanhada de fastio e abatimento das forças”. A sua escrita desafiava seu próprio corpo. O punho machucado não o impedia. Os olhos inflamados também não. Era capaz de escrever no escuro. Quando na Guerra do Paraguai, escrevia nos contextos os mais hostis: frio extremo e muito adoecimento físico. A memória podia até tirar-lhe o sono e as forças, porque o consumia. A relação com o tempo era outra: o tempo da escrita invadia tanto o

da vida que o diário se punha a devorar o que supostamente deveria elucidar (Diaz, 2014, p. 240).

Quando realmente não conseguia ter o momento de registrar os acontecimentos do seu dia, ocupava-se, posteriormente, em atualizar o seu Diário. É, inclusive, com lamento que Rebouças diz ter começado sua escrita cotidiana apenas em 10 de março de 1863. Ele queria ter nos dito mais. É importante retomar alguns pressupostos metodológicos desta pesquisa, a exemplo da intencionalidade subjacente, tanto ao trabalho de quem conta sua história, quanto de quem a analisa, em aceitar que se trata do sentido de uma existência narrada, portanto parcial. Não podemos perder do horizonte o caráter de construção artificial de sentido a permear o ato de contar suas histórias (Boudieu, 2008). André Rebouças, ao escrever sobre sua vida, propõe-se a nos explicá-la e, para tomá-la como dado, é preciso uma investigação, vista de fora, contextualizada (Becker, 1993). Parcial talvez não seja a melhor palavra. Não por estar errada, mas sim incompleta. Rebouças deixará claro, em seus escritos do exílio, que seu olhar situado era mais abrangente, porque racializado. Ele dirá que situações passíveis de passarem despercebidas a muitos, não passariam ao *mulato e abolicionista* André Rebouças. Esse é um aspecto fundamental que será aprofundado no último capítulo. Cabe, por ora, evidenciar a especificidade – e potência – de uma narrativa declaradamente alicerçada na experiência corporificada; quanto à minha, uma versão desse texto, ela mesma igualmente situada. Ao privilégio de ler um diário, acrescenta-se o sentimento de cumplicidade. Testemunha ausente do homem nas palavras.

Pensar acerca de um diário remete a algo tão íntimo, a segredos, confissões, ao eu fechado em si mesmo. O diário de André Rebouças, embora contemple essa dimensão, se pretendia público. Isso está posto desde o início quando, ainda em seu primeiro volume, no dia 22 de novembro de 1864, afirma deixar “aqui bem claramente consignado para ser transmitido pela História”. Nesse sentido, e trago aqui reflexões de Brigitte Diaz (2014), fica a questão: ele escrevia para si ou para o outro? Acredito que para ambos. Sua crença no valor histórico de seu pensamento nunca sucumbiu, mesmo diante das tantas injustiças que sofrera, sobre as quais falaremos nos próximos capítulos. Já no exílio, sem pretensão de regressar ao Brasil, envia uma carta ao sobrinho André, filho do irmão Antonio, com a recomendação de procurar, entre seus livros, o exemplar para a segunda edição da obra *Garantia de Juros*. “Guarde-o cuidadosamente”, ele diz, “porque tudo isso valerá muito quando eu morrer”. Também no exílio, envia o índice de seus trabalhos desde 15 de novembro de 1889 até 15 de novembro de 1892, e acrescenta: “VIII. Índice biográfico -

Extratos das vidas dos homens célebres” (Rebouças, 2022, p. 217). Outro exemplo bastante emblemático, a ser trabalhado adiante, refere-se à articulação de André Rebouças à rede de quilombos abolicionistas. Eduardo Silva (2003) recupera uma publicação, escrita por Rebouças, sobre o Quilombo do Leblon. Nela, o engenheiro e abolicionista, após oferecer preciosos detalhes sobre essa rede de resistência, declara: “vamos oferecer aos nossos leitores, e ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil, uma breve notícia desta importante fase da propaganda libertadora” (Rebouças *apud* Silva, 2003).

Conservado e arquivado, o diário torna-se passível de muitas releituras. Rebouças fez isso várias vezes. Seu texto é marcado, editado, rasurado. Há passagens em que ele acrescenta notas a conduzir quem o lê: escreve em algumas páginas “Vide o diário tal”. Ele também assina de lugares diferentes, para deixar evidente que quem estava a reler aquele texto antigo era um outro Rebouças. Esse exercício de reedição, Diaz (2014) compreende como a composição de múltiplos escritos que revelam as camadas sucessivas de uma personalidade em transformação.

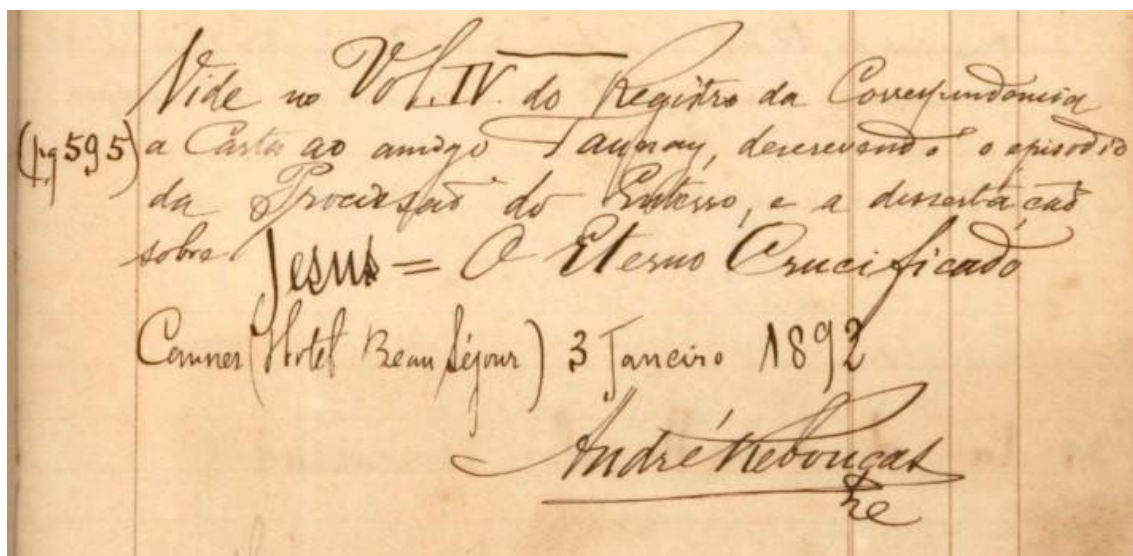


Figura 1: André Rebouças. Diário, 19 de abril de 1889.

Está evidente como escrever sua memória requereu de Rebouças sua entrega física e emocional. Após ler os seus diários e cartas, percebe-se um propósito a permear cada linha. Era uma tentativa de inteligibilidade de si preenchida por um sentido de justiça. Ele acreditava que existiria “fora do tempo”, para usar palavras de Diaz (2014); nesse sentido, almejava reescrever o amanhã com os traços do hoje. Acreditava no valor intrínseco ao

seu testemunho, porque nunca perdera de vista o humanismo, como veremos no último capítulo. Injustiçado como fora, letras e lágrimas se misturam em muitas páginas e ele sabia bem o que queria legar à história. Sua memória era memorável, porque era sua. Contá-la era seu trunfo; o poder que ninguém lhe tirou.

No exílio, Rebouças diminui a escrita nos Diários, mas passa a transcrever as cartas enviadas. Esse é um momento de grande inflexão para si. Suas palavras refletem a face mais madura de sua compreensão da sociedade, da História e de sua própria vida. Trata-se de um momento tão potente – dada a sua maturidade – quanto sensível – pela vulnerabilidade própria do desenraizamento. Em 17 de março de 1865, aos 27 anos, ele havia escrito, em destaque, “Utopia!!”. Quando no exílio, ainda o animam sonhos que considera tangíveis; desta vez, os projeta em África, outro lugar a que sabia pertencer. Não demora, no entanto, a frustrar-se. Arrebata Rebouças o testemunho reiterado da “hedionda exploração do escravagismo”. Em 29 de dezembro de 1892, então, escreve a Taunay: “eu também já fui utopista” (Rebouças, 2022, p. 260).

Foram “tempos de dor e de misérias” os que teve de viver longe de sua pátria. Escrever, ele diz, era sua melhor consolação. Percebemos, então, como a obstinação em transformar sua vida em legado, através das palavras, fora seu derradeiro sonho. Por isso, inclusive, ele não aceita regressar ao Brasil.

Ter escrúpulos; ter muitos escrúpulos. É exatamente o que ora me acontece. Tenho escrúpulos; tenho muitos escrúpulos que me impedem de voltar ao Brasil. Tenho escrúpulos de faltar à coerência; tenho escrúpulos de aviltar a dignidade pessoal; tenho escrúpulos de quebrar a integridade do meu caráter. É terrível o tribunal da nossa consciência. Não há sofisma possível. A linha reta; a linha reta absoluta. Nada de curvas e vacilações. Eu creio que esta lição prática de caráter vale mais do que todas as lições de Ciência, que eu pudesse dar na Escola Politécnica (Rebouças, 1938, p. 433).

Também a Taunay, Rebouças diz, em 24 de fevereiro de 1893, “eu tenho 55 anos, você 50. No Brasil, ninguém possui biografia comparável a nossa” (Rebouças, 2022, p. 277). Em outra carta, ao mesmo correspondente, diz: “André Rebouças - Ulisses-Eumeu – aos 55 anos de idade, tendo percorrido a América, a Europa e a África; dá o seu documento humano em prol de Homero” (Rebouças, 2022, p. 283). Quando já refletia sobre “a lei fatal a que todos somos obrigados a obedecer”, trata, à distância, de orientar amigos e familiares sobre o destino de seu “documento humano”. “Diplomas, medalhas, retratos, livros”, deseja todos preservados. Sentia-se orgulhoso de sua obra e reler seus Diários, no exílio, era o percurso de sua nostalgia; sua companhia, a cada folha, era aquele fragmento de si e dos seus. Em 9 de maio de 1894, ele conta a Joaquim Nabuco memórias

da militância. Seu diário de 1888 estava à sua frente; ele pôde, então, narrar ao amigo alguns de seus feitos. Diz, ainda, estar com a mente cheia de lembranças. E finaliza: “São passados seis anos e já é possível ver os traços gerais da História. (...) Em todo caso, só temos que dar graças a Deus... Não é pouco ter sido operário na extinção da hedionda escravidão no Brasil” (Rebouças, 1938, p. 412).

Nos “traços gerais da História”, seu pai também figurava com protagonismo. Ele diz, em 24 de abril de 1894, novamente a Taunay, seu principal correspondente dos tempos do exílio, que relê, sempre e sempre, a obra “Vida Parlamentar” do conselheiro Rebouças. A cada leitura, maior sua admiração. Retomemos Fairclough (2001) e sua orientação sobre a importância de, na análise crítica do discurso (aqui, na análise do discurso biográfico de André Rebouças), atentar sempre aos processos de produção e interpretação dos textos. Enquanto prática social, a produção dessas palavras está relacionada às relações de poder. Trago esse adendo, ao lado da “exaltação da memória” do conselheiro Antonio Rebouças, para iniciar uma análise sobre o afincamento de André em produzir “documentos humanos” outros, além do seu. Sua relação com a escrita pode parecer individualista, uma vez que eram os seus diários, a sua história, escritos com esmero por tantos e tantos anos; ao perceber seu grande interesse por outras biografias, o próprio sentido de sua escrita ganha nova conotação. Também nesse aspecto, a justiça que almejava não era individual.

Vale repetir que as biografias, no século XIX, cumpriam importante papel para pensar/construir a nação. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por exemplo, tendo sido fundado em 1838, já no ano seguinte idealiza um projeto biográfico para “imortalizar” brasileiros considerados ilustres. Esses textos, afinal, uma vez pensados como símbolos, incorriam na tentativa de recriar histórias de vida heroicas, exemplares. Não apenas as biografias fizeram parte do plano historiográfico do IHGB, como também da produção de boa parte da intelectualidade brasileira da época (Del Priore, 2009; Cezar, 2003). Conforme nos diz Mary Del Priore, “a biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato” (2009, p. 08).

André Rebouças, com certeza, era um desses intelectuais. Tantas e tantas vezes a vida lhe foi amarga. Doíam-lhe, no corpo e na alma, as reiteradas injustiças. Saber-se vítima delas fomentava sua ânsia por contar sua história. Nesse sentido, a relação entre memória e memorável ganha fortes conotações políticas. Abraçado às linhas constitucionais, que afirmavam a igualdade civil entre todos os cidadãos livres, Rebouças

sonhara para si o futuro que queria legar. Filho da sua época, enxergava biografia, história e identidade nacional de forma relacionada. Mais ainda, enxergava em si as virtudes dignas de serem lembradas; seus feitos, os sabia históricos. Essa crença nunca o abandonou. Vimos há pouco como, no exílio, talvez mais do que nunca, ele se esmerou na organização de seu “documento humano”; não por acaso, esse foi o momento de maior autoconsciência acerca de sua própria história e dos caminhos do país.

No início do seu sétimo diário, no dia 25 de outubro de 1868, Rebouças escreve seus “apontamentos biográficos”. No ano seguinte, no dia 07 de setembro, registra ter começado a escrever seu resumo biográfico em livro especial. Dedicar-se a essa tarefa por vários dias e deixa claro que tal resumo consistia na síntese do seu Diário. Muitos anos à frente, em 24 de agosto de 1884, ele volta a trabalhar no seu “resumo autobiográfico”. Trata-se, na verdade, de uma continuidade, conforme ele anota, “desde 14 de junho de 1879 quando o Governo Imperial mandou fechar a Escola Politécnica pelo conflito com os Diretores, até 20 de novembro 1879, em que me inscrevi para o Concurso da 1ª Cadeira de Engenharia Civil”. Em 17 de setembro do mesmo ano, a “Germania”, de São Paulo, o publica.

Figura 2: André Rebouças. Diário, 17 de setembro de 1884.

Rebouças estava no Hotel dos Estrangeiros (RJ), no dia 21 de junho de 1885, já em plena campanha abolicionista, junto de seu companheiro de movimento e compadre José do Patrocínio. Eram quatro horas da tarde e Patrocínio torna-se “o primeiro a ler este Diário e o Resumo da minha Biografia”. Outro famoso abolicionista e grande amigo de Rebouças participa da construção dessa memória: Joaquim Nabuco, em 6 de fevereiro de 1889, “faz alguns extratos do meu Índice Biográfico relativos à Propaganda Abolicionista”. Já no exílio, ele envia a Taunay “o seguinte índice dos meus trabalhos desde 15 novembro 1889 até 15 novembro 1892, nos três anos mais extraordinários da minha vida... VIII. Índice biográfico. - Extratos das vidas dos homens célebres”

(Rebouças, 2022, p. 218). Em 1893, exatamente em 17 de janeiro, já perto de deixar a África e partir para Funchal, ele desabafa, em carta ao amigo Antônio Júlio Machado, que seu livro “Em torno de África”, no qual trabalhava com afinco, “a velocidade de dez páginas por dia”, era um “desabafo das misérias deste negro”. Em 20 de junho do mesmo ano, lamenta ao Barão de Estrela ter sido impossível publicar em Queenstown esse seu livro africano. No dia seguinte, partiria para a Ilha da Madeira, para viver, em suas palavras, o “novo capítulo na odisseia deste mísero Ulisses africano”.

O uso da palavra *capítulo* não é fortuito: reflete seu entendimento da vida sobretudo como uma história. É possível dizer que Rebouças recaiu na “ilusão biográfica”, no sentido de ter tentado trilhar caminhos sempre coerentes em um mundo também regido por restrições próprias das dinâmicas sociais, ou seja, histórias de vida não são resultado meramente das intenções individuais (Bourdieu, 2008). Rebouças, no entanto, esmerou-se muito a fim de manter-se coerente em cada capítulo. Essa é, inclusive, uma das razões do seu exílio e, mais ainda, de não ter jamais regressado ao Brasil. Ele também considerava um “erro irreparável” regressar, porque “seria um pecado de egoísmo ir sobrecarregar os parentes e os amigos com os meus padecimentos físicos e morais” (1938, p. 445). Nos seus Diários, há rasuras em partes que poderiam significar uma espécie de mácula na trajetória, do ponto de vista moral, do seu irmão Antonio. Ele também registra uma carta, já quando estava em Funchal, sobre quão admirável fora o conselheiro Antonio Rebouças, seu pai, por ter conseguido manter, já mais velho, o mesmo discurso do início de sua vida pública. “É terrível o tribunal de nossa consciência”, ele diz a Taunay em 19 de dezembro de 1895. E acrescenta: “Não há sofisma possível. A linha reta; a linha reta absoluta” (Rebouças, 1938, p. 433).

A linha reta absoluta, a trilha de seus passos, requisito para ser memorável. Além de intangível, o esforço para alcançá-la custou-lhe bastante. Nos seus últimos anos, por exemplo, a solidão gerava um cotidiano de tristezas. Em suas últimas cartas, afirma que, “para não chorar, dia e noite, recorro às mais difíceis equações do Cálculo Diferencial e Integral”. Nem a literatura servia-lhe de alento, porque “fatiga-me pelo excesso de minha sensibilidade e pelas referências associadas à vida no Brasil” (1938, p. 407). Ele vivia uma “melancolia indizível”, mas tinha sempre “escrúpulos de escrever aos amigos; de derramar sobre eles o excesso da minha dor”. Quando Taunay reclama, por querer saber mais acerca da vida íntima do amigo, ele diz: “Queixa-se você da ‘impersonalidade das minhas cartas’. É contra a minha índole as referências pessoais. (...) Acho, pois, absolutamente inútil relatar as minúcias do mísero combate cotidiano pela vida” (2022,

p. 277). As suas cartas, afinal, eram transcritas, uma a uma, como parte da criação de seu discurso biográfico ofertado à História.

Conforme aludido, Rebouças dedicou-se à produção de outros “documentos humanos” além do seu. Isto é, para ele, era importante contar as histórias de outros homens (e, infelizmente, eram apenas homens mesmo) cujas vidas admirava. Por essa razão, o afirmei como parte da intelectualidade brasileira oitocentista para quem a exaltação biográfica, como recurso narrativo para a história, fazia parte de um plano de identidade nacional. Do ponto de vista subjetivo, enxergo, nessas produções de Rebouças, fragmentos de sua autoconstrução. Não apenas a escrita de si foi parte da composição de seu eu; o reconhecimento das “glórias” dos outros também norteava seu percurso. Antes de se ocupar, propriamente, com a produção de textos sobre as vidas dessas pessoas, percebe-se, sobretudo em seus primeiros Diários, seu olhar já atento às presenças de quem o circundava. Principalmente no seu diário relativo ao período na Guerra do Paraguai, entre seus 27 e 28 anos, ele detalha traços até da fisionomia de alguns de seus companheiros de *front*. Naquele contexto, a companhia do Imperador era a que mais o impressionava. Ele escreve sobre sua admiração para com as “simplicidade, energia e atividade” do monarca. Em 11 de setembro de 1865, dia do seu primeiro encontro com o Conde d’Eu (fato que destaca no topo da página), descreve os trajes do Imperador e dos príncipes em detalhes:

O imperador e os Príncipes trajavam sobrecasacas militares, chapéus de feltro pretos com o tope nacional, traziam a ordem do Cruzeiro, espada, botas por fora das calças de couro da Rússia, grandes Ponchos, o do Imperador com a gola bordada a ouro e grandes arabescos de cadarço de seda preta (Rebouças, André. Diário, 11 de setembro de 1865).

De tão impactado com a presença de Pedro II, Rebouças, nesse mesmo dia, admira-se com o fato de “ao aproximar-me para beijar-lhe a mão, saudou-me em voz alta pelo meu nome”. Características de várias pessoas chamavam sua atenção. Sobre o Presidente Mitre, por exemplo, ele descreverá sua surpresa ao notar a “extraordinária cicatriz que tem sobre o olho esquerdo”. Chama sua atenção, também, a “rochonchuda figura do mordomo do Imperador”. Ao falar sobre um “Antonio Carlos”, detalha estar “envolvido em um sobretudo, com um chapéu de pele de lebre e com a pala levantada, esforçara-se por fazer lembrar Napoleão”. No dia 21 de setembro ainda de 1865, escreve:

Quando chegamos ao toldo, armado para esse fim, já lá se achavam o Presidente Flores de chapéu armado e dragonas; o General Mitre de sobrecasaca, colete e bonnet como de costume; um filho do Flores muito menos simpático e amável do que o que fez comigo a viagem da Concórdia em diligência, o Estado Maior dos dois Presidentes, toda a Corte, os Generais e

seu séquito. Faltou o Barão de Jacuhy; estava, porém, o Canabarro, extremamente corpulento, moreno, cabelos brancos, olhos quase sempre fechados pelo peso das pálpebras, um todo enfim indicando a falta completa de dotes intelectuais e bem antipático. [O Hipopótamo] (Rebouças, André. Diário, 21 de setembro ainda de 1865).

Dois anos depois, em 1867, é sobre o pai que ele escreve; dessa vez, já com a finalidade de produzir um material biográfico. Em 23 de outubro, ele passa a noite ocupado em “tomar notas para a biografia de meu pai, mandada pedir pelo bibliógrafo português Innocência”. No dia seguinte, “continuei e terminei a noite os apontamentos biográficos ditados por meu pai”. Em 28 de julho do ano posterior, André dedica mais uma noite a “corrigir, com meu pai, uma Memória, que escreveu a pedido do Conde D’Eu sobre os acontecimentos da Independência da Bahia, em que tomou parte (recordações patrióticas)”. Antonio Rebouças dita também ao filho, agora já em 07 de março de 1869, a biografia de seu irmão, tio de André, o violonista José Pereira Rebouças. Quase um mês depois, em 02 de maio, ocupa-se “pela manhã em coordenar vários documentos biográficos do meu Pai”. Em 08 de dezembro do mesmo ano, os dois vão juntos, pela manhã, “tirar com meu Pai um retrato para se enviar para ser gravado em Nuremberg, e acompanhar o livro, que vamos imprimir contendo seus principais discursos como Deputado”.

Seu apetite por conhecer e escrever biografias não para por aí. Durante minha pesquisa, esse aspecto se sobressaiu de tal forma que decidi elencar esses episódios. Em 12 de março de 1871, Rebouças se encontra com Pedro Américo na Academia de Bellas Artes. No seu Diário, ele registra não apenas o encontro, mas o fato de o colega ter-lhe exposto “sua interessante biografia”. Nesse mesmo ano, em 27 de abril, escreve “uma nota das publicações feitas por mim e pelo Antônio pedida da Bahia para composição de um Dicionário Biográfico Contemporâneo”. No início do ano seguinte, 8 de janeiro, já perto da morte do seu grande amigo, o Visconde de Itaboraí, Rebouças o visita pela última vez. “Deus o chamou às 6 ½ da tarde”. “Extenuado de dor”, encontra alento no fato do amigo ter sido enterrado próximo ao local planejado para abrigar o túmulo da família Rebouças: “Graças a Deus, seremos vizinhos na última morada”. Poucos dias depois, em 11 de janeiro, ele já inicia seu trabalho de reunir os dados biográficos publicados nos jornais sobre o amigo.

Em 24 de julho de 1872, Rebouças começa a traduzir a biografia do Diretor Avrel. Em 6 de agosto, ele a lê no Instituto Politécnico. O diário oficial a publica em 03 de setembro. O ano de 1872 marca sua ida para uma importante viagem, primeiro para a Europa e depois para os Estados Unidos. Ele estava na Itália, no dia 13 de dezembro,

quando o dr. Cesar Pessiani o visita pela manhã e aproveita para contar-lhe sobre sua amizade com a família na Bahia desde 1833. Diz, ainda, ter voltado

da Europa com meu finado tio José Pereira Rebouças, Maestro pelo Conservatório de Bologna, rabaquista distinto, músico da Casa Imperial e, por muito tempo, regente da Orquestra do Teatro da Bahia. Ali faleceu em dezembro de 1842, se bem me recordo. César Pessiani, ainda estudante de medicina, travara amizade em Bolongna com José Pereira Rebouças, que então residia em casa da célebre cantora Bertinota, viúva do distinto rabequista Radicati. José Pereira Rebouças comprou e levou para a Bahia a rabeca de Radicati do célebre fabricante Stradivarius (Rebouças, André. Diário, 13 de dezembro de 1872).

Depois dessa conversa, Rebouças decide alterar sua rota: parte para Bologna a fim de coletar mais informações sobre o tio. Em 05 de abril de 1873, chega ao destino e se dirige ao conservatório de música. Na sala dos concertos, admira as imagens dos principais maestros. Procura, na biblioteca e no arquivo, pelo nome do tio que ali se formou em violino e contraponto. Frustrado, lamenta: “não pude achar a inscrição do meu tio José Pereira Rebouças”.

De volta ao Brasil, tendo conhecido e dado início à forte amizade com J. C. Rodrigues, diretor do jornal novaiorquino “Novo Mundo”, Rebouças escreve ao Bernardo Clemente Pinto, “pedindo-lhe uma nota biográfica” para ser publicada no aludido veículo. Esse pedido acontece no dia 27 de setembro de 1873, exatamente quando seu irmão Antonio parte de volta para trabalhar em Campinas. Eles estiveram juntos, matando as saudades, por dez dias nos Rio de Janeiro. Infelizmente, a promissora trajetória de Antonio é interrompida precocemente. Em 26 de maio de 1874, ele morre, aos 34 anos. André descreve o dia em que recebe a notícia como um dos mais difíceis de sua vida. Ele recorta e cola vários fragmentos de jornais com o relato da morte do irmão. Em 13 de junho, começa a escrever os “Apontamentos para a Biografia do Engenheiro Antonio Rebouças”. São vários os dias seguintes dedicados a essa escrita e, em 30 de agosto 1874, “o Diário Oficial publica os Apontamentos Biográficos do meu Antônio”.

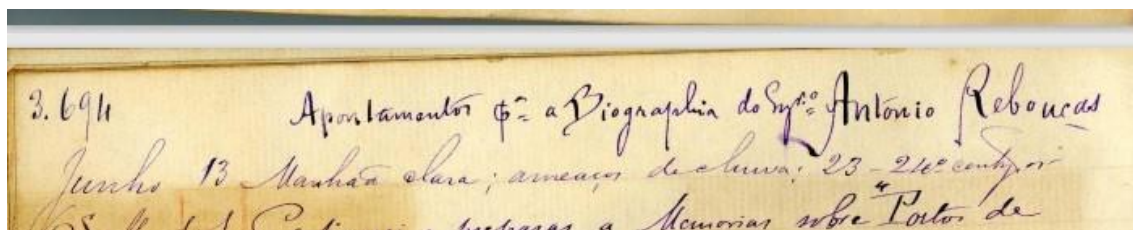


Figura 3. André Rebouças. Diário, 30 de agosto de 1874.

Numa sexta-feira, 05 de março de 1875, “manhã e dia claros”, Rebouças dedica-se à redação, para ser publicado no “Novo Mundo”, do artigo “O futuro dos ingênuos”. Nesse mesmo dia, começa a ler a obra de John Bigelow “Life of Benjamin Franklin – written by himself”, “ultimamente recebida dos Estados Unidos”. Dez dias depois, decide começar a escrever, novamente para o jornal de Nova York, a obra “Benjamin Franklin – estudos autobiográficos”. Em 25 de julho, escreve “uma nota biográfica do Visconde de Mauá” e a remete para o “Novo Mundo”. Já em 26 de novembro, quando recebe a visita do amigo e companheiro de luta abolicionista Joaquim Nabuco, “redijo o seu resumo biográfico de 19 de Agosto 1849 a 1870, iniciação da propaganda abolicionista”.

É num momento em que a campanha abolicionista já está a plenos pulmões que Rebouças trabalha, em 13 junho 1884, “num extrato da Biografia de Carlos Gomes para o clube Bethoven”. Em 09 de fevereiro de 1887, escreve “ao amigo Engenheiro José Américo dos Santos enviando apontamentos para a biografia de nosso bom amigo Engenheiro Justus Dirts, falecido em Amsterdam”. No ano seguinte, em 26 de janeiro de 1888, envia, para a bibliografia da Revista de Engenharia, “do amigo Engenheiro J. A. Santos, uma notícia sobre a Biografia de Frei Camillo de Montserrate”. Quatro meses depois, em 24 de maio, encontra-se, na sede do jornal O Paiz, com o Cônsul de Nova Iorque, Salvador Mendonça e discorrem acerca de “vários apontamentos sobre os feitos de Luiz Gama em São Paulo libertando e dando fuga escravizados”. Dias depois, em 28 de maio, novamente com Nabuco, iniciam “a redação do livro: Dez anos de Propaganda Abolicionista – 1879 – 1888 – Extrato dos Diários de Joaquim Nabuco e André Rebouças”.

Em 8 de junho do mesmo ano, André Rebouças ainda pensava sobre Luiz Gama. Ele dedica parte do seu dia, no seu aposento no Hotel Ravot, à escrita do Resumo Biográfico, que termina no dia seguinte, do “imortal Mulato – Luiz Gama”. No mês seguinte, 30 de julho, vai à Escola Politécnica para compor sua coleção de cartas “dos amigos mais notáveis do meu Bom pai para oferecer à Coleção de Autógrafos da Biblioteca Nacional”. Em 23 de maio de 1889, decide presentear o Imperador com um volume da autobiografia de Benjamin Franklin para que o monarca pudesse “ler episódios da vida íntima do imortal Patriarca, as quais me referi na conversação ontem”. Ainda sobre o Imperador, é digno de nota que, já no exílio, exatos três anos após a Abolição, André separa um manifesto escrito junto à Confederação Abolicionista, e acrescenta a seguinte nota: “este manifesto, redigido por André Rebouças, acha-se entre os

Documentos Interinos para a Biografia do Imperador D. Pedro II. CANNES, 13 DE MAIO de 1891”.

Ele já estava em Funchal, na Ilha da Madeira, com a saúde bastante fragilizada, quando recebe a carta (1 de maio de 1896) do seu “caro amigo Rangel da Costa” informando-o sobre a “hedionda moléstia” que acometera seu compadre e grande amigo, o maestro Carlos Gomes. Ele termina a leitura em prantos e mal consegue respondê-la: “Não tenho forças para acrescentar nem mais uma palavra”. A doença do seu grande amigo aprofunda seu desalento. Ainda assim, Rebouças reúne forças para homenagear o amigo à sua maneira, qual seja: eternizá-lo nas palavras. Começa, então, a rememorar a história dessa amizade, desde o seu início, “no dia 9 de dezembro de 1870 – quase 26 anos”⁵. Em 8 de agosto de 1896, escreve a Taunay mais detalhes sobre a biografia “do nosso Carlos Gomes”, com a especial lembrança de um “comovente episódio do amoroso pai” do seu amigo e “Imortal Maestro”.

⁵ Carta enviada a Carlos Gomes no dia 26 de junho de 1896.

2.3 “Há de fazer falar de si!”

Dois anos após a morte de André Rebouças, Joaquim Nabuco publica sua autobiografia, sob o título *Minha Formação* (1998[1900]), dedica algumas páginas àquele “com quem mais intimamente lidou entre 1879 e 1880”. Sua amizade com Rebouças, conforme descreve, “foi, por muito tempo, a fusão de duas vidas em um só pensamento: a emancipação” (1998, p. 194). Rebouças, afinal, encarnou, como ninguém mais, o espírito antiescravagista. Sua dedicação era extrema. Não hesitava, portanto, a sacrificar qualquer caminho contrário ou suspeito em relação ao seu propósito. Dotado de um olhar tão amplo quanto sensível, analisava a sociedade em suas múltiplas questões. Triangular, segue a nos dizer seu amigo, era uma de suas expressões favoritas. Nesse sentido, tomava a questão da abolição segundo os pontos de vista social, moral e econômico (Nabuco, 1998).

André Rebouças nunca quis ser político. Para Nabuco, sua personalidade era mais introvertida, ou seja, ele não tinha, para o público, o estilo e a ação próprios dos grandes oradores. Nos bastidores, sua atuação era “a mais bela de todas”, porque era seu o papel primário, “ainda que oculto”, de ser o motor e a inspiração dos seus companheiros de luta.

Não se o via quase, de fora, mas cada um dos que eram vistos estava olhando para ele, sentia-o consigo, em si, regulava-se pelo seu gesto invisível à multidão... sabia que a consciência capaz de resolver todos os problemas da causa só ele a tinha, que só ele entrava na sarça ardente e via o Eterno face a face... É-me tão impossível resumi-lo a ele em um traço como me seria impossível figurar uma trajetória infinita... (Nabuco, 1998, p. 194)

Um gênio matemático, um sábio, industrial, engenheiro ousado, astrônomo, botânico, geólogo, moralista, higienista, filantropo, poeta e filósofo. Todos esses atributos elencados por Nabuco permitem-no supor que André Rebouças tenha sido, dos brasileiros do seu tempo, o único universal pelo espírito e pelo coração. Cogita, até mesmo, ter sido essa universalidade dos seus conhecimentos e sentimentos humanos a imagem a partir seu espelho. Em seu texto, Nabuco recupera uma carta, escrita por Rebouças em 13 de maio de 1892, aniversário da Abolição, na qual ele explicita, além da sua universalidade, o lugar situado de ser o representante, ao Imperador e à Princesa Isabel, da devoção da “raça africana” (Nabuco, 1998).

Outro grande companheiro, seu correspondente mais fiel nos derradeiros tempos do exílio, Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay, primeiro e único Visconde de Taunay, ou, simplesmente, “Meu Taunay”, como o chamava Rebouças, também publicou sua memória do amigo. O texto, publicado em 1914 na Revista do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, principia com alusão ao ano de 1860, quando se conheceram na Escola Militar. Taunay ingressava, enquanto Rebouças estava quase a concluir seus estudos superiores, “coroados dos louros de estudante excepcional”. Seu coração filantrópico é enaltecido também por esse amigo. Outra coincidência, em relação ao texto de Nabuco, é a constatação sobre a perpetuação do legado e da memória de André Rebouças.

Joaquim Nabuco, no aludido texto, escreve que não há perigo para o seu esquecimento; sua lenda, ele diz, já está feita (Nabuco, 1998). Taunay, por sua vez, recupera um diálogo, escutado por ele em agosto de 1867, no qual o negociante Leon Lecomte, ao falar a respeito dos irmãos Rebouças, afirma ser André positivamente genial. Diz, ainda: “há de fazer falar de si!”. Taunay reconhece quão árduo foi o caminho percorrido pelo amigo. Destaca o período de lutas pela imprensa, discussões ardentes, incessantes embates. Muitos também foram os triunfos. Sempre juntos, com a partilha generosa de um convívio íntimo de mais de 28 anos, Taunay não tinha como não “admirar sempre a exuberante copiosidade e o incontestável valor de seus conhecimentos em Literatura, Música, artes e, ainda mais, em Botânica, Mineralogia, ciências físicas e naturais, a não falar nas matemáticas em que era mestre e se tornou lente respeitadíssimo” (Taunay, 1914, p. 118).

Eram frequentes as festas e cerimônias sediadas em sua casa nas quais comparecia gente até mesmo da aristocracia carioca. Ele, de fato, frequentava muito a sociedade. Tudo isso, Taunay reconhece, apesar das tantas “prevenções da cor, que Rebouças buscava suplantar e vencer”. Em mais uma coincidência em relação ao texto de Nabuco, Taunay destaca a amizade e o sentimento de gratidão entre Rebouças e a família imperial. Após a Abolição, ele afirma, além da alegria extrema, se fortaleceu, no coração de André, o laço para com a monarquia. Explica-se, então, a razão de sua escolha pelo exílio. Sobre esse período tão adverso, Taunay se envaidece por ter recebido tantas e especiais correspondências: “Ah! Essa correspondência nossa! ... desde os primeiros dias de dezembro de 1889, até os do fatal maio deste ano, escrevi-lhe 298 cartas (faltaram duas para 300!) e dele recebi 245, a última de 27 de abril” (Taunay, 1914, p. 122).

Ainda sobre as cartas, lamenta o fato de Rebouças ter sido sempre tão introspectivo, isto é, falava pouco de si, jamais se queixava, ocultava os apuros sofridos em tempos tão hostis. Somente quando pouco mais suportava, Rebouças admite estar

“exausto de forças e esperanças”. O “perpétuo amigo” insistira, então, pelo seu regresso. Esperanças despedaçadas quando, em seu lugar, chega o “fatal telegrama” a noticiar sua morte.

Uma grande alma desprendera-se da terra e fora pelos espaços além, imensos, insondáveis, em busca desse insaciável ideal sacrossanto, imaculado, de bondade e justiça, que ele tanto procurara em vida!... (Taunay, 1914, p. 124).

Na edição da Revista do Brasil de setembro de 1920, quem fala sobre os Rebouças é Monteiro Lobato⁶ a partir do seu acesso aos Diários do abolicionista. Nas páginas da revista, constam trechos da memória de André Rebouças referentes ao período vivido na Guerra do Paraguai. Antes de trazer esses excertos, Lobato introduz, ao público leitor, um pouco sobre quem foram os Rebouças. A notabilidade de caráter e inteligência remontaria à procedência do pai, o Conselheiro Antonio Rebouças, dotado do “refinamento aristocrático” próprio dos que “possuem, no mesmo grau, o sentimento da altivez e o da equidade”. André, por sua vez, é reconhecido por Lobato como “gênio matemático” e grande engenheiro do segundo Império. “Amigo do país como poucos”, deixara, além de tantas obras, seus Diários, numerosos volumes emprestados ao dono do periódico pelo irmão de André, José Rebouças, “outra glória nacional” dessa “família privilegiada”. Não escapa a Lobato a reflexão sobre a cor na trajetória desses indivíduos. Enquanto tece os aludidos elogios ao patriarca da família, a intuição jurídica e a consciência moral do advogado são associadas à sua origem branca; nesse sentido, Antonio Rebouças seria “o mais puro caucásico”. Além disso, “homem de duas raças” como era, ainda segundo as palavras de Lobato, também se sentia como protetor natural “da raça inferior de que também lhe corria o sangue nas veias” (Lobato, 1920).

Outro texto sobre Rebouças bastante emblemático, também escrito – assim como o de Lobato – por quem não o conheceu, é de autoria da escritora cearense Rachel de Queiroz. Na publicação da Revista Brasileira de Cultura, intitulada “O Diário de André Rebouças”, a autora tentará corroborar sua hipótese de que o ambiente social é mais importante para o indivíduo do que as suas características sociais. Em outras palavras, a classe social seria preponderante em relação às dinâmicas raciais. Um aspecto de importância incontornável à construção de seu argumento refere-se ao escopo de sua

⁶ Idealizada em 1915 por Júlio de Mesquita, do Jornal O Estado de São Paulo, a Revista do Brasil contara com a participação expressiva de Monteiro Lobato desde os seus primeiros números. Na sua Primeira Fase, inclusive, o famoso escritor fora recordista em número de publicações, 40 ao todo. Em 1918, Lobato decide comprar o periódico e passa, também, a atuar como seu diretor (Silva, 2011).

análise. Ela baseou sua compreensão no livro, publicado em 1938 por Ana Flora e Inácio José Veríssimo, *Diário e Notas Autobiográficas*. O trabalho dos Veríssimos consistiu na escolha daquilo que julgaram mais relevante dentre a vastidão do material legado a nós por Rebouças.

Raquel de Queiroz (1970) prenuncia uma narrativa sobre Rebouças que se tornará frequente. O seu olhar enfatiza o que lhe parecem contradições. Ora, a autora argumenta, como fora possível ser negro, abolicionista e não se rebelar contra o racismo? Para ela, ele era, apesar da materialidade do seu corpo, “o menos negro dos homens”. Sobre os episódios de racismo sofridos por ele nos Estados Unidos, em 1873, Queiroz discorre sobre sua displicência ao narrá-los, “quase se diria com espírito esportivo”. Ademais, a discriminação, na opinião da autora, em nada muda a percepção de Rebouças, mais especificamente sua admiração em relação aos Estados Unidos “e seus homens” (Queiroz, 1970).

Resignação? Humildade cristã? Ou seria Rebouças, afinal “o menos negro dos homens”, tão impregnado da ideologia racista a ponto de não se revoltar frente à brutalidade da linha de cor? Esses são questionamentos da autora. “No fundo”, ela segue, “talvez ele aceitasse o preconceito”, porque, conforme sua hipótese inicial, sua ascensão social “vencia a barreira da raça”. Conforme argumentei, o fato de Rachel de Queiroz não ter lido os registros originais de Rebouças na sua integralidade contribuiu fortemente aos contornos injustos de sua análise. Embora mencione o “coração africano” assumido por Rebouças no seu exílio, afirma que, em nenhum trecho do seu Diário, ele emprega a si próprio a palavra negro, referindo-se sempre como “mulato”. Para ela, seu engajamento no abolicionismo foi tardio e, ainda, afirma que Rebouças não tinha afinidades especiais com José do Patrocínio, embora fossem amigos, companheiros de campanha e compadres. Como, então, não teriam afinidades se, nas próprias palavras da autora, explicita-se uma amizade tão íntima? Acontece que, para ela, Patrocínio, “esse sim, foi abolicionista principalmente e acima de tudo porque era negro” (Queiroz, 1970).

Ainda segundo Rachel de Queiroz (1970), para a família Rebouças, tão imersa no “mundo branco”, a cor era apenas um acidente. Segundo esse prisma, ela reitera sua opinião sobre ter sido Rebouças, sobretudo, contraditório, tanto em relação à sua cor quanto ao cativo. Quando trata do seu período em África, associa a viagem à busca por uma herança racial. Chama a atenção da autora, especialmente, o projeto, tão sonhado

por Rebouças, de “vestir 300 milhões de negros”. Para ela, essa ênfase no vestir refletiria a concepção do abolicionista segundo a qual “civilizar, evangelizar, libertar” incorreria, necessariamente, em vestir a gente negra à moda europeia. Futilidade é o que a autora enxerga na intenção de Rebouças. Para embasar sua análise, conclui não estar surpresa, afinal, “sendo Rebouças quem era” (Queiroz, 1970).

O limitado corpus da análise de Rachel de Queiroz, como já disse, circunscreveu também seu olhar sobre André Rebouças. Ela chega a afirmar, por exemplo, que, nas suas cartas enviadas no exílio, ele “jamais faz qualquer referência aos negros ou aos seus problemas” (Queiroz, 1970, p. 27). O desconhecimento, no entanto, não subjaz sozinho ao argumento da autora. A respeito do material a que teve acesso, seriam várias as análises possíveis. O período final da vida de André Rebouças, sobretudo o passado em África, representa um marco importante na sua construção identitária a partir do aprofundamento da valorização de sua ancestralidade negra. Para Rachel de Queiroz (1870), no entanto, era medo o que sentia Rebouças diante dos africanos; sua ida a Funchal, seu último destino, portanto, refletiria sua busca por algo que, ela supõe, estaria a lhe fazer muita falta: civilização (Queiroz, 1970).

Compromisso solene: é assim que Sidney Santos descreve a missão que abraçou de escrever a biografia, “a mais completa possível”, de um dos maiores engenheiros da Escola Politécnica. Como sucessor de Rebouças no ensino da disciplina “Resistência dos Materiais”, ele já o admirava; o estudo atento de sua obra, para a produção do livro, maximizou esse sentimento, ao explicitar quão excepcional fora esse brasileiro. O maior propósito de Santos, então, foi iluminar seu legado, sobretudo em relação às suas contribuições como engenheiro. Nesse sentido, o autor reconhece como as dificuldades, a hostilidade que enfrentava em toda parte, marginalizado como fora “por estigma de origem”, serviram de obstáculo à potencialidade de Rebouças: “muito mais poderia ter-nos dado profissionalmente” (Santos, 1985, p. 594). No anexo E do livro, intitulado “Agressividade de André Rebouças”, o autor diz enxergar, não nas ações de André, essas sempre mansas e cordatas, mas na sua escrita, um tom corrosivo e, até mesmo, agressivo. Não poderia ser diferente, segue a argumentar, face às tantas oposições claras e veladas com as quais se deparava.

André Rebouças tem sido apresentado como um cidadão manso e cordado, aceitando com resignação as oposição e contrariedades que a vida comum nos opõe. Essa imagem, algo incompleta, é em grandes linhas a que ressalta do

Diário e de suas cartas aos amigos, enviadas do exílio. Mas corresponde apenas em parte à plenitude do temperamento de André, que só se revela na leitura mais ampla de tudo o que escreveu. Ele foi humano, muito normal em suas reações (Santos, 1985, p. 525).

O livro “André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem” (2001) foi a primeira obra que li sobre André Rebouças. Joselice Jucá, a autora, foi pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, instituição onde iniciei meus estudos sobre o abolicionista. Até hoje, essa continua sendo uma das obras com a que mais me identifico, porque consigo perceber, nas suas linhas, um compromisso sensível para com a memória de Rebouças. Como o subtítulo do livro ilustra, Jucá concentra sua análise no pensamento social e nas ideias de reforma de André Rebouças. Ela compreende a frase “quem possui a terra possui o homem” como uma excelente síntese da profundidade de sua compreensão sobre a escravidão – além, é claro, da atualidade do seu pensamento (Jucá, 2001).

Apesar da ênfase na análise das ideias, Joselice Jucá discorre sobre as dinâmicas raciais daquela época e sobre como Rebouças as elaborava enquanto construía a si mesmo. Nesse sentido, critica a análise feita por Richard Graham, segundo a qual André, “um mulato de classe média”, possuía um “estilo bombástico” e incorria sempre em gafes. Sua obra, ao contrário, representa um homem infinito em talento, educação e competência. A autora reconhece a dificuldade em acessar sua intimidade, uma vez que, apesar da tamanha devoção e fidelidade dedicadas aos seus diários, Rebouças pouco expunha suas emoções. Sobre o racismo, ela destaca que ele parecia muito preocupado com sua aparência física, uma vez que seu corpo revelava sua negritude. O que mais sobressai a Jucá, no entanto, como mais forte traço de quem foi Rebouças, é a sua coerência (Jucá, 2011).

Uma das análises mais conhecidas sobre André Rebouças foi publicada em 2001 por Leo Sptizer no livro *Vidas de entremeio*. Um estudo comparado da vida de três indivíduos que, segundo o autor, viveram a experiência de serem produtos de dois ou mais universos sociais, a grande hipótese da obra gira em torno das ideias de assimilação e mobilidade. Nesse sentido, sobre as vidas em questão, privilegiam-se os momentos de tensão, “o embaraço da marginalização”, consequentes da experiência “entre dois mundos” (Spitzer, 2001).

No Brasil do século XIX, muitos afro-brasileiros conseguiram ascender socialmente e o fizeram, afirma Sptizer (2001), a partir de um percurso assimilacionista,

ou seja, a modificação de traços culturais com fins de integração à ordem dominante. Foi o que aconteceu à família Rebouças. Desde a vinda de Gaspar Pereira Rebouças, alfaiate português e avô de André, e seu casamento com a liberta Rita Basília dos Santos, o padrão seguido foi o de mobilidade social a partir da assimilação ou, para pensar mais especificamente o caso brasileiro, o embranquecimento. A partir dos pressupostos dessa ideologia racista, em geral, os “mulatos”/“mestiços” eram preferidos aos negros e, nessa linha, quanto mais clara a pele, mais passíveis de aceitação. A miscigenação, então, cumpria papel fundamental nesse processo, uma vez que era caminho para a assimilação/ascensão (Spitzer, 2001).

Somente na geração dos filhos de Gaspar e Rita, racialmente mestiços, é que o padrão de ascensão social da família Rebouças para o mundo elitista dos dominadores ganhou forma com maiores detalhes. O “embranquecimento” físico, pela miscigenação, manteve-se como um elemento sistemático nesse padrão. Pelo menos quatro dos nove filhos do casal contraíram matrimônios “clareados”, casando-se com pessoas identificadas como “pardas claras” ou brancas (Spitzer, 2001, p. 127).

Um estudo, desenvolvido pelo historiador estadunidense Carl Degler é retomado por Spitzer: a “saída de emergência dos mulatos” seria parte dessa dinâmica de mobilidade social no Brasil oitocentista. Segundo Degler (*apud* Spitzer, 2001), às pessoas negras de pele mais clara, eram reservadas melhores chances de mobilidade vertical – em contraposição à realidade dos Estados Unidos. As mulheres negras, naquela sociedade racista e patriarcal, sofriam as consequências de verem seus corpos serem erotizados. Por esse prisma, Spitzer argumenta ter Rita Basília, a supracitada avó de André, tirado proveito da sua cor, aos moldes da “saída de emergência dos mulatos”. Teria, então, usado da “estratégia feminina” de “jogar com as fantasias eróticas dos homens brancos” (Spitzer, 2001, p. 124).

Antonio Pereira Rebouças teria sido, particularmente, o mais disposto, dentre os filhos de Rita e Gaspar, a usar da “saída de emergência dos mulatos”. Além do embranquecimento, a valorização da educação formal foi crucial ao seu propósito de escalada à burguesia. Advogado autodidata e personagem importante para a história do seu período, Antonio conseguiu usufruir da participação do sistema de clientelismo e proteção, tão caros à sociedade brasileira e obteve o reconhecimento e a gratidão de alguns dos mais poderosos homens da época. Característica incontornável ao argumento de Spitzer: fora fundamental, à trajetória do pai de André Rebouças, a identificação total com os valores da elite brasileira (Spitzer, 2001).

Não era total, no entanto, a sua aceitação. Antonio Rebouças nasceu e morreu em uma sociedade escravocrata; fugir do racismo, no fim das contas, não era possível. Ele chega a desabafar com o filho André sobre como essa violência deixara marcas indeléveis em seu coração, mas era o silêncio a principal tônica de sua relação com o racismo. Para Spitzer (2001), calar sobre o assunto era chave do sucesso de sua adaptação social. Ademais, cumpria uma função psicológica, uma vez que funcionava como um tipo de negação. Já de forma deliberada, era maneira de tentar minimizar a existência do preconceito. No lugar de se rebelar contra ele, então, Antonio Rebouças optara, segundo a leitura de Spitzer, por aceitar e defender a confiança na assimilação como via de ascensão. Nessa leitura, seu comprometimento era com a classe social e não com a “raça”.

Claramente, para Antonio Pereira Rebouças, a aceitação pela elite dominante confirmou a viabilidade e a natureza desejável do embraquecimento como estratégia de ascensão da subalternidade. Se o preço a ser pago por essa aceitação era a fidelidade acrítica a essa elite e uma certa dose de negação das evidências em contrário, as recompensas pareciam-lhe suficientemente altas para que se dispusesse a entrar no jogo (Spitzer, 2001, p. 143).

O grande objetivo de Spitzer não é discutir meramente as dinâmicas de assimilação em sociedades multirraciais ou multiétnicas. Sua ênfase recai, na verdade, sobre as interdições a esse processo. O próprio Antonio Rebouças, a despeito de todo esforço empreendido, nunca se tornou imune ao racismo. Mais emblemático ainda, aos olhos do autor, fora o caso do seu filho, André, o qual experienciou, num dado momento de sua vida, uma “perturbadora crise de identidade”. Assim como o pai, ele também tentou como pôde escapar do estigma da cor. Spitzer ressalta, até mesmo, o trato com a aparência física, a exemplo de usar o cabelo cortado bem curto para dissimular “traços físicos ligados à raça”. Em todo seu estilo de vida, conformara-se aos padrões da classe dominante branca. O autor afirma, ademais, que André, até o final da década de 1860, tentara se dissociar da população negra brasileira e que, num primeiro momento, seu apoio à abolição fora movido por razões distintas à identificação racial. Spitzer aproveita, inclusive, para citar o fato de os Rebouças terem libertado os últimos escravizados da família apenas em 1870. Empenhado no seu processo assimilacionista, em síntese, André Rebouças teria feito o possível para se afastar “da ralé” (Spitzer, 2001).

Mesmo sendo fruto de uma família já em trajetória ascendente, a integração plena seguia interdita. André Rebouças também fora vítima de diversos ataques racistas, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Sobre a viagem a esse último país, Spitzer é mais um autor a analisar a reação do abolicionista como de “positiva aceitação”.

Paulatinamente, no entanto, o sentimento de rejeição foi crescendo em André Rebouças. Com a Proclamação da República, a crise nacional reverberou em crise pessoal. Sua esperança de que o racismo seria superado com o progresso nacional foi solapada. Sua visão de mundo tinha sido abalada (Spitzer, 2001).

Leo Spitzer é um dos poucos autores a sublinhar o período do exílio de André Rebouças. Ele reconhece que, nesse momento, “sua consciência da raça ampliou-se” devido ao abalo psicológico decorrente dos rumos do Brasil após a Abolição. Seus planos de um futuro nacional no qual a raça não teria importância sucumbe à realidade de uma nova república cujo espírito era escravocrata. Em seu período em África, Rebouças, apesar de ser empático com o sofrimento ali assistido, não criou vínculos de amizade com os africanos. Havia, entre eles, um abismo, segundo a análise de Spitzer. Ou seja, novamente o sentimento de ser estranho, de não pertencer. Sua morte, então, teria sido resultado do fardo de um “assimilacionismo fracassado” (Spitzer, 2001).

Em 1998, Maria Alice Rezende de Carvalho publica o livro *O quinto século – André Rebouças e a Construção do Brasil*. No âmbito de uma história das ideias, a autora analisa o projeto auto construtivo e nacional de André Rebouças, com relevo à tensa dinâmica entre os temas da liberdade e da igualdade. Em relação ao foco desta tese, qual seja, a questão racial na vida de André Rebouças, Rezende de Carvalho diz ter sido o abolicionista sempre muito discreto quanto às questões relacionadas à sua cor. No seu Diário, segue a afirmar,

elas quase não existem e, portanto, o registro dos seus eventuais fracassos raríssimas vezes levou em conta a sua condição de mulato. Somente no “exílio” a “africanidade” de Rebouças se expressaria de modo mais contundente (Rezende de Carvalho, 1998, p. 64).

A autora enxerga a descrição de Rebouças em relação ao aludido tema como parte de seu compromisso em deixar, a partir de suas lembranças, um legado público. Ou seja, ainda que fosse vítima reiterada da discriminação, ele optara por construir uma narrativa memorialista segundo a qual os impedimentos sofridos na sua vida pública teriam mais a ver com o atraso feudal de uma sociedade de herança portuguesa, católica e escolástica. Em um aspecto, no entanto, Maria Alice Rezende de Carvalho opõe-se à Leo Spitzer⁷.

⁷ A obra *Vidas de Entremeio*, lançada em 1989 e publicada no Brasil em 2001, foi precedida de outro texto, publicado em 1980, na revista Estudos Afro-Asiáticos, intitulado: “Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig”. Por uma questão temporal, é a esse último texto que Maria Alice Rezende de Carvalho se contrapõe.

Enquanto o autor associa a trajetória política e social dos Rebouças a uma adesão servil, requisito para ascensão e embranquecimento, ela atenta à importância de um conhecimento histórico mais acurado da realidade brasileira oitocentista. Passa despercebido a Spitzer, segue a argumentar, que, no projeto político pela Independência, havia já uma massa de negros livres e/ou libertos a aderir politicamente ao projeto não por servidão, mas sim dotados do sentimento de responsabilidade para com a construção nacional (Rezende de Carvalho, 1998).

Central à discussão de *O quinto século* é a auto modelagem de Rebouças com o passar dos anos. Enquanto, durante a década de 1870, seu ofício de engenheiro estava mais direcionado à tentativa de romper com a tradição, a partir da década seguinte, há uma frustração, uma rendição aos imperativos do tempo, e Rebouças demonstra mais adaptação às dinâmicas estatais. Em outras palavras, o apego à vocação, a sede por mudanças, perde espaço para certa “docilidade”, à conformação à morosidade do movimento das estruturas. Esse processo teria decorrido em função dos bloqueios oligárquicos às suas iniciativas, ou seja, manifestação de uma sensação de derrota. Rebouças percebe, na análise de Rezende de Carvalho (1998), que são vedadas, ao indivíduo privado, o poder de transformação social; caberia, então, ao Estado, tal iniciativa.

Em Rebouças, a passagem dos anos 70 para os 80 pode ser entendida também como uma transição do seu yankismo, isto é, da crença na utilidade social do interesse individual, para a defesa de uma via de modernização operada politicamente, pelo Estado centralizado (Rezende de Carvalho, 1998, p. 129).

Uma vez que se tratava de um poder monárquico, ocorre uma gradual adesão de André Rebouças ao Império. Com a Abolição, conforme atestam os escritos diários de Rebouças, ocorrem sucessivos episódios que o levam a crer na viabilização de suas propostas pelas mãos de D. Pedro II. Ou seja, ele tinha razões de crer que, com a continuidade do regime monárquico, o imperador assumiria o projeto da democracia rural brasileira (Rezende de Carvalho, 1998). Essa abordagem contradiz a opinião, por exemplo, de Leo Spitzer (2001), segundo a qual, a afeição de Rebouças para com o Imperador após a Abolição consistia numa *obsessão* (Spitzer, 2001, p. 168).

Para entender as dinâmicas que tornaram possível o escravismo, é preciso analisar o que a Europa foi capaz de fazer com a África tanto em termos práticos quanto teóricos. Conceitos diversos foram articulados tanto para legitimar quanto para, durante o século XIX, condenar a escravidão. Esse processo esteia a análise de Gislene Aparecida dos

Santos, em *A invenção do ser negro* (2005), em seu propósito de demonstrar como o “ser negro” foi construído a partir da instrumentalização de ideias oriundas de diversas áreas do conhecimento, as quais buscavam justificar e/ou reinventar lugares socialmente racializados. Para tratar do caso brasileiro, a autora analisa a produção, situada nos períodos imediatamente anterior e posterior à Abolição, de alguns indivíduos engajados em projetos nacionais... a exemplo de André Rebouças.

Gislene Aparecida dos Santos considera distorcida a forma como André Rebouças enxergava a “questão social do negro”. “Perfeito cavalheiro de sua época”, não surpreenderia esse seu olhar, uma vez tendo optado por aliar-se à elite, aos inimigos dos negros, àqueles que julgavam ele mesmo como inferior. Ainda segundo a autora, o mais surpreendente, na história desse pensador, seria sua deliberada escolha em identificar-se com uma ideologia opressora a gente como ele, em vez de engajar-se em transformá-la. A respeito da escravidão, diz ainda, Rebouças teria tratado do assunto por uma questão de princípios ou de opção e não a partir de qualquer solidariedade racial (Santos, 2005).

Apesar de ter usado o texto de Spitzer (2001) para embasar a opinião supracitada, Gislene dos Santos opõe-se a ele ao afirmar ser por demais limitada uma análise taxativa de André Rebouças como mero alienado. A questão seria mais complexa, ou seja, dizer apenas que ele sucumbiu à ideologia racista ignoraria a contrapartida de suas estratégias de sobrevivência como vítima desse sistema. O seu suposto distanciamento da população negra teria sido a opção encontrada para conseguir transitar entre o meio que frequentava. Tentar não ser negro era a condição *sine qua non* para ser considerado homem. Nesse sentido, Rebouças teria experienciado “o inferno daquele que se nega para se afirmar” (Santos, 2005, p. 104).

Em *Um Engenheiro do Império* (2011), Alexandro Dantas Trindade reconstrói a trajetória intelectual e profissional de André Rebouças à luz da interpretação de Florestan Fernandes sobre o “fenômeno estrutural” da “revolução burguesa” no Brasil. Ou seja, o caráter trágico da frustração dos ideais de Rebouças é lido, em grande medida, como reflexo do esboroamento da sociedade tradicional e seus padrões estamentais. O autor, então, compreende o abolicionista como diligente em seu propósito de modernizar o país e, nesse sentido, fatalmente frustrado pela incompletude de seus projetos, ou da própria “revolução burguesa” (Trindade, 2011).

O sentido de não pertencimento, da ausência de lugar social, é analisado por Trindade sobretudo em relação à não abertura do país a um determinado liberalismo. Sobre o racismo, o autor reconhece a dificuldade em precisar os limites de seus efeitos na trajetória de André Rebouças. Opõe-se, no entanto, à afirmação de Rezende de Carvalho (1998), segundo a qual a menção à cor teria sido deveras discreta na sua memória escrita. Trindade recupera várias explicitações de tal violência a partir de sua leitura dos Diários. Por exemplo, a resposta negativa do Governo, em 1861, ao financiamento da viagem dos irmãos Rebouças à Europa, como era regra para os melhores alunos recém-formados da Escola Militar; a diminuição do seu salário em comparação ao do engenheiro que substituíra em 1866; algumas publicações de jornais de cunho racista endereçadas a ele ao seu irmão (Trindade, 2011).

Apesar da presença desses relatos em seus escritos, prevaleceria, em sua narrativa, uma reação ambígua, porque oscilante, entre a afirmação de seu mérito pessoal e o posicionamento contra à inferioridade a que tentavam subjugar-lo em razão da cor. Essa ambiguidade, é importante ressaltar, não representaria, ainda segundo Trindade (2011), conformismo ou servidão, como propôs, por exemplo, Spitzer (2001). Novamente embasado nos pressupostos de Florestan Fernandes, Trindade (2011) afirma a importância, para o fim de não incorrer em tais análises, de analisar tais questões de forma associada ao seu contexto histórico; atentar, portanto, às tensões de uma sociedade nas quais as relações raciais, estamentais, de privilégios e favorecimentos eram bastante complexas. Em vez de uma estratégia servil de assimilação, Trindade associa os propósitos de Rebouças à identificação com o Império e com seu contínuo aperfeiçoamento. Ao longo da década de 1880, Rebouças aprimora as bases de seu reformismo. A questão agrária torna-se o grande mote de seus ideais, porque, na sua compreensão, a terra seria a base de tudo; daí a importância incontornável de uma reforma agrária para o progresso do país. Na democracia rural, conceito seu, consistiria na fundação de um novo sistema social após a Abolição (Trindade, 2011).

Como ficará evidente no decorrer da tese, uma abordagem mais recente é também com a qual mais me identifico. A historiadora Hebe Mattos vem desenvolvendo um trabalho deveras transformador em relação à narrativa historiográfica sobre André Rebouças. Quando publicou *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico* (2000), cuja proposta é discutir as relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, a autora já trouxe, à sua construção argumentativa, o exemplo dos Rebouças.

Já nessa obra, o silêncio sobre o racismo – tão frequentemente associado como sinônimo de uma suposta alienação de André Rebouças – é desvelado em sua profundidade sociológica como pressuposto para a reivindicação da igualdade entre os cidadãos de cor livres e libertos do oitocentos. Ao trazer à baila a biografia de Antonio Rebouças, Mattos (2000) evidencia seu ímpeto de luta pela garantia da igualdade civil entre os cidadãos livres e/ou libertos. Para ele, apegado como muitos de seus semelhantes aos dizeres da Constituição de 1824, os “talentos e virtudes” deveriam ser a única métrica ao exercício e usufruto da cidadania.

Essas questões serão aprofundadas a seguir, porém já ilustram esses novos caminhos de análise. O texto de Hebe Mattos (2000) sobre Antonio Rebouças representa um homem aguerrido contra o que hoje chamaríamos de discriminação racial, ainda que dentro dos limites de uma época. Ou seja, o embate em prol do usufruto da cidadania não implicava, necessariamente, combate à escravidão. No Brasil monárquico, essas lutas se imbricavam, mas não se confundiam (Mattos, 2000). Em textos de 2013, 2016 e 2022, a historiadora passou a trabalhar a vida de outro Rebouças: André. Não me alongarei na exposição de seus argumentos, porque esses aparecerão a frente costurados à minha própria análise. Cabe dizer, por ora, que a autora privilegia o período correspondente ao que chama de “pequena revolução” na narrativa de si do abolicionista, seu exílio e o fortalecimento de sua identidade racial. Associado à cultura política, estudada por Paul Gilroy em *O Atlântico Negro*, da dupla consciência dos intelectuais negros do Ocidente, André Rebouças é tido não como um alienado, assimilado, “o menos negro dos homens”, mas sim como precursor do panafricanismo (Mattos, 2013; 2016; Daibert Júnior e Mattos, 2022; Mattos, 2022).

Com a propriedade de uma vida compartilhada, da cumplicidade de quem sonha junto, da força de um vínculo resistente à distância, fiel até o último suspiro, eles sabiam que André Rebouças não seria esquecido... e trabalharam nesse propósito. Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay registraram, do próprio punho, suas contribuições à narrativa histórica do “maior nome da Abolição”, esse homem “positivamente genial”. Para Nabuco, Rebouças era tão universal nos seus conhecimentos e sentimentos a ponto de, talvez, ter sido essa a razão da cisão em seu reflexo. Compreendo essa passagem como testemunho do que o racismo acarretou à subjetividade de um homem despojado do

reconhecimento de sua humanidade, porque racializado. A quebra na autoimagem refletida no espelho simboliza a luta de André Rebouças entre quem era, quem sonhava ser e quem imaginavam que fosse. Hebe Mattos e Robert Daibert Júnior (2022) discorrem, também, sobre a relação entre universal e particular na narrativa de Rebouças. Ao referir a si mesmo como Tolstoi africano, o que fará perto de sua ida para o exílio, Rebouças pôde olhar para o Ocidente da janela das sociedades periféricas sem, no entanto, abandonar uma noção de universalidade (Mattos e Daibert Júnior, 2022). Os obstáculos consequentes do racismo também compõem as linhas escritas por Taunay, que reconhece os méritos do amigo, apesar das tantas “prevenções da cor, que Rebouças buscava suplantar e vencer”.

Apesar de reconhecimento historiográfico não condizer com o legado do “maior nome da Abolição”, Rebouças realmente não foi esquecido. As análises sobre sua vida e suas produções práticas e teóricas foram – e continuam sendo – as mais diversas. Neste tópico, não pretendi uma recapitulação exaustiva, mas sim iluminar e melhor situar a minha própria interpretação ao arrepio ou, às vezes, em consonância ao que já foi dito. Trouxe, no início, as lembranças de dois significativos amigos tanto pela importância dos seus testemunhos quanto para evidenciar o reconhecimento dos males acarretados pelo racismo à vida de André Rebouças segundo quem viveu ao lado dele. Já no início do século XX, veremos leituras diferentes sobre o assunto, a exemplo do texto de Monteiro Lobato escrito em 1920. Para o autor, os Rebouças seriam uma família privilegiada, notável pelos seus grandes feitos e pertencentes a duas raças. Da herança branca, adviriam suas qualidades que, de tão grandes, poder-se-ia dizer que era (porque está a falar, especificamente, de Antonio Rebouças) “o mais puro caucásico”. Como o sangue “da raça inferior” também “lhe corria nas veias”, se sentia como seu protetor natural (Lobato, 1920). Seria até redundante explicar o racismo contido nessa narrativa.

O texto de Rachel de Queiroz, escrito em 1970, também expõe dilemas das dinâmicas raciais. André Rebouças, para a autora, seria “o menos negro dos homens”, porque teria sucumbido à identificação total com a elite branca. Sua ascensão, nesse sentido, vencia a barreira da raça; daí sua reação quase esportiva às interdições sofridas por causa da cor. Sim, espírito esportivo, assim escreve Rachel de Queiroz para definir o que enxergava como “aceitação do preconceito” por parte de André Rebouças. Sobre um de seus últimos projetos, idealizados quando tudo parecia ruir, de vestir os negros africanos, em vez de enxergar como ele compreendia a instrumentalização daquela nudez

para o fim de subjugação e escravização, Queiroz enxerga futilidade. E não se surpreende, afinal, “sendo Rebouças quem era” (Queiroz, 1970). Ou quem ela era capaz de conceber que ele fosse. Em carta a Taunay e Nabuco, enviada em 12 de dezembro de 1892, Rebouças diz: “Vestir 300 milhões de negros africanos” – na África do Sul e na Ásia, a nudez é o símbolo característico da escravidão” (Rebouças, 2022, p. 227).

Vidas de Entremeio, livro publicado por Leo Spitzer em 2001, consiste em uma das mais importantes análises sobre a vida de André Rebouças. Seu exame privilegia os conflitos identitários de indivíduos situados “entre dois mundos”. Conceito-chave de seu argumento, a assimilação seria a grande tônica da trajetória de quem se via marcado pelos estigmas da cor em sociedades multirraciais ou multiétnicas. Sobre a morte de André Rebouças, inclusive, Spitzer (2001) enxerga as consequências de um “assimilacionismo fracassado”. Para pensar o Brasil e as dinâmicas de mobilidade próprias do oitocentos, ele retoma um texto clássico de Carl Degler (1971) sobre a “saída de emergência dos mulatos”. Essa teoria será analisada em mais detalhes no capítulo O mal disfarçado, no entanto, por ora, cabe dizer que, para Degler, face às “tantas graduações de cor”, a segregação brasileira diferia da do seu país, os Estados Unidos. Para compreender essa sociedade, então, seria preciso atentar não à polarização negros *versus* brancos, mas sim a uma categoria intermediária, qual seja: o “mulato”. Enquanto os Estados Unidos teriam vivido uma segregação brutal e institucionalizada, o “mulato” brasileiro usufruiria de uma espécie de válvula de escape: ser socialmente aceito. Importante adiantar, algo também a ser aprofundado adiante, a semelhança dessa análise com a argumentação amplamente conhecida, no Brasil e além dele, do mito da democracia racial brasileira. Ademais – porque Gilberto Freyre não foi o criador do mito, mas sim um de seus propagadores –, há grandes semelhanças com o argumento freyreano segundo o qual “mestiçagem é sobretudo isso: mobilidade social” (Freyre, 1940, p. 57).

Ainda consonante à argumentação de Gilberto Freyre, Spitzer (2001), ao falar sobre a avó de André Rebouças, uma mulher negra, Rita Basília dos Santos, irá supor ter ela se aproveitado da sua cor, aos moldes da “saída de emergência dos mulatos”. A “graciosa mulatinha”, ele diz, teria usado da “estratégia feminina” de “jogar com as fantasias eróticas dos homens brancos” (Spitzer, 2001, p. 124). Ora, quando discorre sobre a importância da miscigenação para a sociedade brasileira, a qual seria o grande pendor para a democratização social, Freyre (1940; 2003) negligencia disparidades ululantes para defender a “ambiguidade” das relações sexuais entre homens brancos e

mulheres negras. Ele descreve essas relações sempre com um olhar exageradamente erótico. A forma como sexualiza os corpos femininos negros é, por si só, violenta. Freyre, no entanto, ainda que trate de um contexto de perversidade máxima, não o condena; ao contrário, potencializa essa violência na forma como atribui, às mulheres negras, uma sexualidade desenfreada e, mais além, romantiza relações que, evidentemente, não eram recíprocas.

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar do Brasil, como nas plantações ante-bellum da Virgínia e das Carolinas - do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil - talvez expliquem por si sós, aquela predileção. Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra (Freyre, 2003, p. 368).

Finalmente, outro ponto problemático, em minha opinião, na análise de Spitzer (2001) diz respeito à sua leitura sobre a reação de André Rebouças aos episódios de racismo. Nos seus Diários, os relatos teriam sido bastante escassos, uma vez que calar sobre esse assunto seria chave para a assimilação, além de cumprir a função psicológica da negação (Spitzer, 2001). Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) também diz ter sido Rebouças sempre muito discreto quanto às questões relacionadas à sua cor. Ele, aliás, quase não teria escrito sobre isso. Para a autora, essa reticência estaria relacionada ao compromisso de Rebouças de deixar, a partir de suas lembranças, um legado público. A discriminação, nesse sentido, teria existido, porém ele teria optado por omiti-la. Em 2005, Gislene Aparecida dos Santos, em *A invenção do ser negro*, afirma ter construído Rebouças uma imagem distorcida para consigo. Até o seu engajamento abolicionista é posto em questão, uma vez que teria ocorrido por questões outras e não por solidariedade e compromisso racial – argumento reiterado, vale salientar, também por Leo Spitzer (2001) e Rachel de Queiroz (1970). Gislene dos Santos (2005) propõe-se a ir além da abordagem de Spitzer, no sentido de enxergar Rebouças não como meramente alienado. Ela não nega que o compreende assim, mas reforça a importância de uma abordagem mais complexa, afinal, naquele contexto, negar a si mesmo, do ponto de vista racial, era questão de sobrevivência (Santos, 2005).

Mais recentemente, em 2011, Alexandro Dantas Trindade publicou um livro sobre André Rebouças, fruto da sua tese de doutorado. Em *“André Rebouças: Um Engenheiro do Império”*, Trindade também analisa a questão identitária do abolicionista segundo a lente do não pertencimento, da ausência de lugar social. O autor, contudo, compreende esse processo como consequência da não abertura do país a um determinado liberalismo. Em oposição à narrativa sobre a predominância do silêncio na memória escrita de André

Rebouças, Trindade afirma ter encontrado muitos relatos sobre o assunto. Ele, inclusive, retoma alguns deles em seu livro e reforça a importância de aprofundar o olhar para compreender o texto de Rebouças à luz de um contexto no qual as relações raciais, estamentais, de privilégios e favorecimentos eram bastante complexas e ambíguas (Trindade, 2011).

Por fim, para ratificar, estudos mais recentes, principalmente conduzidos pela historiadora Hebe Mattos, oferecem caminhos com os quais mais me identifico para pensar quem foi André Rebouças. Refiro-me, por exemplo, à análise sobre o “silêncio”, que é tratado por Mattos à luz das lutas por garantia de igualdade civil próprias das complexas tramas oitocentistas. Outrossim, enxergo, nos textos da autora, compromisso, empatia e admiração profundos; sentimentos também norteadores do meu trabalho. Não por acaso, o momento do exílio de André Rebouças é privilegiado como portal para conhecê-lo mais profundamente. Além das interessantes questões identitárias suscitadas e complexificadas nesse contexto, deparemos-nos com um homem consciente como nunca de si e do mundo que o circunda. Ali, como em todo o seu Diário, suas letras estão vivas. Foi – e é – preciso ouvi-las enquanto falam, sussurram ou gritam.

3. “PROFISSÃO DE FÉ DE ABOLICIONISTA”

No dia 17 de junho de 1868, Rebouças torna público seu comprometimento político e social para com o abolicionismo. “Sou abolicionista de coração”, ele diz aos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em uma sessão assistida pelo Imperador. Este capítulo, então, é sobre o abolicionista e reformador social André Rebouças. Nesta análise do seu discurso biográfico, uma compreensão sócio-histórica sobre o escravismo brasileiro será alinhada às suas memórias e produção intelectual. Ao ler seu texto à luz do seu contexto, será possível conhecer o movimento abolicionista segundo novas e inspiradoras perspectivas. Darei início à argumentação sobre como as contradições de uma sociedade pretensamente meritocrática incorrem em dilemas subjetivos para indivíduos como André Rebouças. O abolicionismo, nesse sentido, será analisado como parte fundamental de sua construção identitária; veremos como, na vida de André Rebouças, sua compreensão sobre os processos de racialização da sociedade brasileira – e, principalmente, sobre como ele era atravessado por eles – perpassa e retroalimenta seu engajamento abolicionista.

3.1 “Prefiro as desordens da liberdade ao sossego da escravidão”

“Noite estrelada; manhã clara; dia mais ou menos enublado; trovoada e chuva ao anoitecer.” Essa descrição meteorológica seria a primeira informação sobre o dia, como sempre o fazia André Rebouças, colorindo a condução da leitura, aproximando o passado na possibilidade mais tangível de imaginá-lo. Algo de maior importância, no entanto, tomara o lugar de início da página; naquele domingo, afinal, acontecera a tão sonhada “Extinção da Escravidão”.

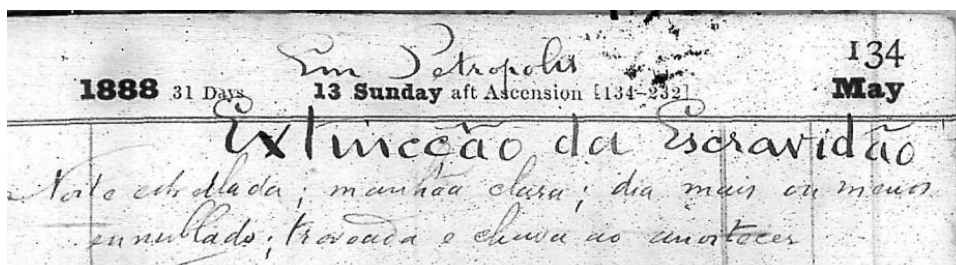


Figura 4. André Rebouças. Diário, 13 de maio de 1888.

No dia anterior, o Senado já havia votado a “Lei Santa” em 1ª e 2ª discussão. Além disso, conforme nos diz Rebouças, eram mais de mil os escravizados acolhidos em

Petrópolis, hospedados pela Comissão Libertadora, “sob os auspícios de Isabel, a Redentora”. André já supunha, então, que aquele seria um domingo histórico e, logo cedo, às 07h, dedicara-se à revisão de seu “Resumo Biográfico”, atento às “primitivas datas dos meus trabalhos Abolicionistas”. Ele as sequencia: “28 de julho de 1867 – 1º Projeto de Emancipação; 15 de julho de 1868 – Profissão de Fé Abolicionista; 14 de maio de 1869 – 1º Liberto com o Visconde de Itaborahy; 15 de abril de 1870 – Propaganda com o Conde d’Eu”. Ao meio-dia, começa a registrar os Documentos Abolicionistas da “Memorável Semana de 7 a 13 Maio 1888”. No fim da tarde, como estava em Petrópolis, vai até a estação assistir a

indescritível recepção de Isabel I e do Conde d’Eu, que haviam descido, à uma da tarde, para o Rio de Janeiro, assinado ali a Lei Extinguindo a Escravidão, e voltado logo depois. Trinta ex-refugiados na fazenda do proprietário deste Hotel formavam a sólida base dessa manifestação. Todo Petrópolis acompanhou a Heroína a pé até o Palácio e, depois, até a Igreja-Matriz, onde foi rezar o Mês de Maria. Cena sublime, que só Deus viu por inteiro, iluminando-a com relâmpagos e derramando lágrimas de infinito júbilo... (Rebouças, André. Diário, 13 de maio de 1888).

O caminho até essa memorável data foi longo, ao que me proponho trilhá-lo através das memórias de quem a construiu enquanto construía a si mesmo. Havia planejado escrever dois capítulos distintos: um sobre a história de vida de André Rebouças e outro sobre o percurso de tornar-se um dos maiores abolicionistas do Brasil. Enquanto escrevia, esbarrei na obviedade que me escapava: tornar-se abolicionista é a grande história de sua vida, sua “profissão de fé”. Sobretudo, na vida de Rebouças, o “tornar-se” caminha, simultaneamente, por dois trânsitos: abolicionista e negro. Voltemos, assim, a 1838.

“Este pobre corpo que Deus não foi servido dar-me tão forte como a alma” padeceu de bexigas, em 1838, quando André era ainda um bebê. O conturbado período, com o desenrolar da Sabinada a ameaçar a integridade dos Rebouças – o patriarca, afinal de contas, era opositor ferrenho à revolta –, obriga a família a fugir de Cachoeira. Dona Carolina levava seu bebê doente nos braços quando lhe foi impossível conter as lágrimas: os passageiros do barco afastavam-se deles com repulsa ao corpo do seu filho. “Para animar a minha boa mãe”, uma amiga da família, tia do coração de André, Dona Aprígrida Francisca da Costa Aranha, não hesita em tomá-lo nos braços e enchê-lo de beijos. “Pouco depois do meu nascimento, deu essa excelente senhora uma rara prova de devoção”, ele nos dirá em 1875. Tão cedo já a conhecer a dualidade de ter sua existência menosprezada e enaltecida, esse episódio sintetiza bem o cerne desta tese.

Mesmo com a vastidão de palavras legadas a nós, Rebouças lamenta ter iniciado a escrita regular de seu diário apenas em março de 1863, aos 25 anos. Ele queria mesmo tornar pública a história de sua vida, sua biografia. Decide, então, escrever seus “apontamentos biográficos”. Em 22 de fevereiro de 1846, a família Rebouças chega da Bahia para construir nova vida no Rio de Janeiro. O porquê da migração deve-se, ainda, aos remanescentes da Sabinada⁸. André, então com oito anos, estava acompanhado de seu pai, Antonio Rebouças, de sua mãe, Carolina Pinto Rebouças, e de seus irmãos Antonio, Ladislau, Anna e Carolina. Os caçulas Pedro e José ainda não eram nascidos. Nos três primeiros anos no Rio, ele estuda no colégio do Senhor Camillo Tertuliano Valdetaro, no Campo de Santa Ana. Em 1849, muda para o Colégio Curiacio, localizado na Rua do Lavradio. Em 1850 e 1851, estuda em Petrópolis, no Colégio Kopke e, antes do seu ingresso na Escola Militar, onde matricula-se em 1854, Rebouças estuda no Colégio Marinho. Aos dezessete anos, em 1855, Rebouças senta praça no Exército. Três anos depois, conclui o curso da Escola Central, tendo feito o ano suplementar de botânica, zoologia, geologia e mineralogia. Os dois próximos anos são passados na Escola de Aplicação, no internato da Praia Vermelha e, em 8 de fevereiro de 1861, os irmãos André e Antonio Rebouças embarcam para a Europa pela primeira vez. O paquete “Magdalena” os conduz até a Bahia para, de lá, seguirem no “Béarn” até Bordeaux. Esses são os dados escolhidos por André como seus apontamentos biográficos. Trata-se de sua escolha voluntária dos pontos julgados por ele como fundamentais para a construção do enredo de seus diários. É como se precisássemos dessa condução para compreender seus caminhos até 1863. A educação figura como seu principal feito; o abolicionismo ainda não era uma questão. Mesmo em seus primeiros diários, são raras e não tão explícitas as menções ou críticas feitas ao sistema escravocrata.

Quando decide construir sua memória escrita, André deixa escorrer um forte tom de confiança em si e nos seus sonhos. Elogios recebidos são registrados à exaustão como se provassem a viabilidade de suas pretensões. No transcurso desta tese, perceberemos o paulatino solapamento de sua esperança. Por ora, atentemos a como, naqueles primeiros anos, todo o enaltecimento recebido pelo jovem engenheiro acalorava seu espírito. “As ideias faiscavam como saindo de um fogareiro à força de abano” (Assis, 2012, p. 179): a vontade de construir diques flutuantes múltiplos no Rio de Janeiro floresce, então, em

⁸ A Sabinada foi uma revolta separatista que ocorreu na Província da Bahia entre 1837 e 1838, à época da regência de Feijó. Um de seus líderes foi o médico e jornalista Francisco Sabino.

1863. Como estava em viagem pelo sul do país, André escreve ao pai, em 15 de novembro, “consultando-o sobre a conveniência de ir ao Rio promover a realização da ideia dos Diques flutuantes múltiplos”. Ainda nessa mesma viagem, já é possível perceber a incipiente articulação de uma dimensão crítica ao sistema do qual fazia parte. Ele tinha 25 anos quando conhece, a trabalho, a Colônia Nacional Angelina em Santa Catarina. Rebouças logo se interessa por compreender a dinâmica social do local e, ainda em seu primeiro diário, traz detalhes dessa colônia composta por trinta e seis famílias brasileiras e três alemãs. O jovem engenheiro indigna-se e registra, em 9 de outubro de 1863, sua crítica ao fato de que “até o presente, ainda não houve presidente ou deputado que conseguisse conceder aos colonos brasileiros as vantagens de que gozam os estrangeiros”. Aproveita, ademais, para tecer comparações com os Estados Unidos e escreve ao lado, provavelmente em alguma releitura, a palavra “imigração”. Ora, a questão agrária, bem como a imigração, serão centrais às suas propostas enquanto abolicionista reformador.

De volta ao Rio, seu desejo era conseguir subsídio para a realização de seu projeto de diques múltiplos. O Governo Imperial tinha outros planos. O Nordeste carecia especialmente do perspicaz olhar modernizador do tão promissor filho de Antônio Rebouças. No início de 1864, o projeto de “melhoramentos do Porto do Maranhão” torna-se seu foco. Na rotina de André Rebouças, estudos sobre economia das obras públicas ganham protagonismo e, finalmente, em 21 de abril, ele viaja para o supracitado Estado, onde passará os próximos meses a trabalhar e viajar tanto pelo Maranhão quanto por seus estados vizinhos. Obstinado nesses trabalhos, roga a Deus, em 4 de junho, que conceda “ao Antonio e a mim, muita virtude, muita saúde e muito talento para trabalharmos eficazmente para a prosperidade deste generoso País!!”. Ocorrerá, alguns meses adiante, em 28 de novembro, um duríssimo episódio racista, descrito com detalhes por André e sobre o qual discorro já no início do capítulo “O mal disfarçado”. Sua prece é quase constitucional; virtude e talento são atributos colocados, na trama social oitocentista, como “únicos” parâmetros do mérito individual – àqueles livres ou libertos. Esse contexto também será aprofundado adiante. O que esse breve parágrafo por si já ilustra é a contradição dessa sociedade pretensamente meritocrática. Os dilemas daí decorrentes engendram profundas consequências subjetivas, como veremos.

Já nos primeiros volumes dos seus Diários, evidenciam-se seu apetite por viagens e as consequentes “irresistíveis saudades da família”. Ou seja, apesar do deleite incomensurável que demonstra sentir ao conhecer novos lugares e culturas, a distância

causava-lhe dor, tão apegado aos seus. Felizmente, Rebouças “tinha verdadeiramente febre de escrever”; às vezes, inclusive, acordava de madrugada somente para isso⁹. Além dos diários, ocupava-se bastante com a confecção de cartas, suas fiéis mensageiras – o que, evidente desde esse início, será hábito de toda uma vida. Mais além, as cartas, quando no momento de seu exílio, serão o meio através do qual Rebouças comunicar-se-á e, também, o material principal de sua memória escrita. Esse foi o período em que a distância mais o machucou. Após sair do Brasil, mesmo face a insistentes pedidos de regresso, não houve retorno. Quero destacar duas cartas recebidas por André quando estava pelo Nordeste. À primeira, lida em 15 de março, ele reage com certa naturalidade: sua mãe lhe diz sobre o “terrível acesso de loucura” que acometera o escravo da sua família, Cláudio. Considero importante a presença dessa informação, porque ele tornará a falar dos escravizados da casa de forma articulada ao seu engajamento abolicionista. A outra, do dia 5 de outubro do mesmo ano, situa o início de um evento histórico profundamente marcante em sua vida: “Notícias péssimas. Pânico no Rio e guerra declarada aos nossos insuportáveis vizinhos de Montevideo”.

As “irresistíveis saudades” finalmente são aliviadas no dia 22 de dezembro de 1864. De manhã, às 07 horas, “desenrolava-se diante de meus olhos o admirável painel, a obra-prima da natureza, a Bahia de Guanabara. Às 10 horas, beijava as mãos a meu excelente Pai. (...) A 1 hora, estava em nossa casinha em Santa Thereza, rodeado de minha adorada família, ainda bastante ressentida das catástrofes por que passou a Corte durante minha ausência”. Além do seu “mano” Antonio, outro irmão ocupava espaço privilegiado no coração de André. José Rebouças, “o meu Juca”, cativara sua atenção especial, sobretudo por ter demonstrado, desde criança, apetite para os estudos. Esse regresso ao Rio de Janeiro marca o início de uma rotina sistemática de aulas ao Juca. Pedro, outro irmão mais novo, usufrui de alguns desses ensinamentos, mas logo demonstra não ter os mesmos talento e dedicação. Em 28 de dezembro, poucos dias após sua chegada, André examina “em inglês e em latim o meu querido irmão José Rebouças, que aos 8 anos apresenta, mil graças a Deus, grande desenvolvimento intelectual”. Em 3 de março do ano seguinte, um adendo importante é acrescentado à página de seu diário. Ao lado da frase “dei pela manhã lição de história ao Juquinha”, Rebouças escreve: “Engenheiro José Pereira Rebouças”. Sim, após anos de infinitas aulas, André celebra o feito de ter

⁹ Rebouças, André. Diário, 18 de novembro de 1864.

contribuído sobremaneira para a formação de José. Ele, inclusive, registra cada etapa do seu processo educacional, lamenta alguma nota que não cumpra sua expectativa, celebra cada passo. Em 18 de novembro de 1875, por exemplo, comemora ter José Rebouças feito exame escrito do 1º ano de Engenharia Civil. No mesmo ano, registra que o *Engenheiro José Rebouças* – como André passará a enfatizar sempre que possível – é “atual diretor das obras da Companhia Ituana”.

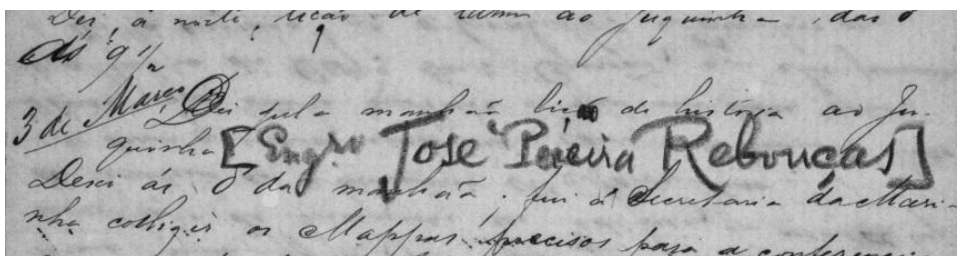


Figura 5: André Rebouças. Diário, 3 de março de 1865.

A relação de André com o “Juquinha” logo me chamou atenção. Por não interpretar como fortuito nenhum dos dados presentes em seu Diário, passei a registrar todas as aulas ministradas por Rebouças ao irmão, bem como quaisquer outros dados relativos a ele. Percebi, então, que José, também negro, demonstrou ter os “talentos e virtudes”, constitucionalmente reconhecidos como critérios fundamentais para a possibilidade de ascensão dos negros e “mestiços” livres e libertos do oitocentos. Era como se seu irmão pudesse trilhar o caminho seu e dos antônios, pai e “mano”. Acompanhar e participar da trajetória educacional do seu Juquinha era fonte de profundo orgulho para André; um dos nortes de sua vida. Demonstra, também, sua crença irrestrita naquilo que o Estado tentava postular, ou seja, a pretensa inexistência de diferenciações raciais na ordem competitiva entre pessoas livres. Essa relação entre irmãos transparece também o lado paternal que André não exerceu biologicamente. Não só com o Juca, como também com seus tantos afilhados – alguns dos quais falaremos adiante –, há uma dose imensa de cuidado e dedicação típicos daqueles responsáveis pela criação de seus filhos.

O ano de 1864 situa, conforme aludido, o início da Guerra do Paraguai e esse acontecimento em muito significará na vida de André, sobretudo no amadurecimento de seu senso crítico. No ano seguinte, ele decide, com todo seu “afã de servir ao país”, apresentar-se para prestar serviços de engenharia militar no combate. Ele continua a registrar os muitos elogios recebidos. Essa validação de sua competência influencia positivamente sua vontade de servir à pátria. Algumas anotações, nos meses precedentes à sua ida à Guerra, merecem destaque para nossa análise. Dois episódios ocorridos em

janeiro de 1865, mês em que completaria 26 anos, relevantes à vida de André, não por acaso estão registrados em seu diário. O registro desses episódios permite refletir sobre a força da memória, uma vez que o conhecimento de tais fatos contribui para a compreensão de inflexões que o acometerão no seu exílio, momento final de sua vida. Refiro-me, exatamente, aos dias 05 e 16 de janeiro. No primeiro, em jantar com o “Colega Barreto”, lhe é narrado que, em Cairo, há uma grande quantidade de “pretos seminus”. A nudez será interpretada por André, futuramente e a partir do testemunho de outras experiências, em seu caráter instrumental para o fim de subjugar os africanos e seus descendentes. Por isso, um de seus projetos finais, sobre o qual falarei mais no último capítulo, consistirá em vestir todos os negros africanos. Já no dia 16, ele registra ter recebido a solicitação e iniciado o projeto de um matadouro. Em carta escrita em 29 de outubro de 1891, refletirá, em tom de revolta e denúncia: “cumpre registrar que sempre que havia uma comissão gratuita e mefítica — matadouros e cemitérios — era para o “negro André”. Lembremos que, em 1865, ele ainda demonstrava crer na sua igualdade civil.

A Guerra do Paraguai tirava-lhe, literalmente, o sono. Em 08 de fevereiro de 1865, por exemplo, estava acordado, às duas horas da manhã e mesmo “mal vendo o que escrevia”, dedica sua madrugada ao registro de seus pensamentos. Naquele momento, suas ideias giravam, sobretudo, em torno da abolição dos castigos corporais no exército. Ainda em janeiro, ele conversara com o Conselheiro Zacharias, o qual se mostrou bastante propenso à emancipação dos escravos; nesse mesmo mês, André começa a escrever algumas notas sobre a “Abolição da chibata”. Já decidido a partir para o *front*, estuda bastante sobre a Guerra Civil Americana e, em 15 de maio, se apresenta ao Ministro da Guerra. Em 21 do mesmo mês, parte para o Paraguai.

Seu expediente no *front* foi traumático. Os “horrores da guerra” logo pareceram-lhe injustificáveis: “tudo isto para que? Meu Deus, quando se compreenderá que a guerra e os Exércitos são os mais terríveis inimigos da felicidade dos povos; que sua verdadeira grandeza e prosperidade só podem provir do desenvolvimento de sua agricultura, de sua indústria e do seu comércio?”, escreve ele no dia 18 de junho de 1865. No dia anterior, já havia recebido a “tristíssima notícia” da morte de sua mãe, a quem não avisara sobre a ida a guerra justamente por conta do seu adoecimento. Rebouças chora por dias e noites a passagem de sua “boa mãe”. Mais uma razão a tornar insustentável aquele cotidiano. Como estrategista, frustrava-se com as escolhas tomadas por aqueles que, supostamente,

deveriam estar alinhados a si: “como terminará essa guerra em que pouco há a preferir entre os inimigos e os aliados?”. Sua saúde fragiliza-se, dificuldades intestinais tornam-se regra, problemas para dormir, frio, fome... e tédio. Em 1º de agosto, desabafa sua perplexidade. Ele havia contado com diversas possibilidades; não imaginara, contudo, dispor de tantos dias sem ter o que fazer. “Inatividade forçada”. As notícias da família seguiam desoladoras. Em carta recebida no dia 17 de agosto, toma conhecimento de que “o meu irmão Pedrinho adoecera de bexiga e algumas crias de casa; o pobre Claudio, nossa cria, e que nos acompanhou a Santa Catharina, fora pela 3ª vez recolhido ao Hospício de D. Pedro II acometido de um ataque de ‘loucura’“. Face a tudo isso, confessa seu desabafo a Deus, em oração: não saber se terá força para fazer pelo pai e pela família o bem que lhes deseja.

Quando ainda era um plano, servir ao seu país numa guerra soava incontornável ao seu grande afã em escrever seu nome na História e, mais tangivelmente, honrar sua família, corresponder a todo o esforço despendido em educá-lo. Pouco tempo de serviço, no entanto, foi suficiente para frustrar André; a guerra logo mostrou-se abjeta nos mais diferentes sentidos, conforme aludido. Interessa aqui, sobremaneira, alinhar essa experiência à construção de seu senso crítico progressivamente abolicionista. Nos escritos referentes ao dia 09 de setembro de 1865, Rebouças esmiúça diversas críticas aos acontecimentos que testemunha no *front*. Causa-lhe indignação o que ele nomeia como reescravização, ou seja, a atitude tomada por lideranças brasileiras em conduzir paraguaios “para as estâncias como escravos”. “Re-escravizadores”, escreve ao lado. Para ele, em seu “Projeto para a conclusão da guerra”, os prisioneiros deveriam ser empregados em trabalhos como melhorias de estradas, recebendo, para tal, “a gratificação fixada para os nossos soldados em trabalhos militares”. Afirma, inclusive, ter tomado conhecimento através de engenheiros ingleses, de serem os paraguaios excelentes trabalhadores. Propõe essa alternativa “em lugar de mandá-los imoralmente combater contra seus compatriotas”, atitude daqueles a quem chama “re-escravizadores”. Pouco mais adiante, reiterará sua opinião com a proposição mais direta de proibir “que os particulares tomem prisioneiros paraguaios para o seu serviço, onde provavelmente serão considerados e tratados como seus escravos”. Caso contrário, a nação brasileira pagaria um preço altíssimo, “ficando-lhe sempre a pecha de ter empregado contra o Paraguay até os seus próprios filhos!”.

Em 23 de outubro do mesmo ano, registra ter avistado, no porto do rio Uruguai, um novo vapor argentino chamado “Lincoln” e assinala: “assassinado a 15 Abril 1865”. Mais uma evidência do conhecimento e interesse de Rebouças pelos acontecimentos norte-americanos, mais especificamente relacionados à Guerra Civil e à Abolição da escravidão. Dois meses depois, na cidade de Corrientes, André é informado, pelo major Peixoto, da utilização dos castigos físicos como forma de punição pelo exército brasileiro. Ele detalha a pena sofrida por três soldados, dos quais dois foram submetidos a 1500 pranchadas cada um por terem atacado para roubar um oficial argentino, enquanto o outro recebeu 800 por ter desobedecido a um capitão em presença da brigada. Revoltado, Rebouças atesta o caráter ilegal de tais punições: “contra a disposição expressa da lei”. Em 29 de dezembro, afirma gerar desgosto no Exército o *modus operandi* do general, que “obra inteiramente segundo o seu livre-arbítrio” e, dentre tantas violações à legislação militar, castiga corporalmente os soldados. Esses episódios contribuem veementemente para sua ojeriza em relação às guerras, ao militarismo e fortalecem sua crítica a um sistema que se julga apto a legislar de forma tão brutal sobre os corpos de outros indivíduos.

Foi necessário pouco tempo de testemunho para André compreender insistentemente a “verdade da máxima inglesa: ‘a guerra só produz entusiasmo de longe’”. Nos últimos registros de seu cotidiano no *front*, deus parecia ser seu principal interlocutor: “Meu Deus, dai breve termo a esta miserável campanha”; “Meu bom Deus, quando acabará isso?”. Em 09 de março de 1866, responde uma carta de seu pai, cujo conteúdo trouxera más notícias da família, e reitera seu pedido de ajuda na solicitação de sua exoneração. Em 02 de julho, parte de volta ao Brasil.

Pouco tempo após seu retorno, André tem a felicidade de estar “em nossa casinha” para a celebração, em 12 de agosto, do aniversário de 34 anos de sua irmã Anna Rita Pinto Rebouças, “primogênita da família”. Três dias depois, essa irmã o acompanha à Igreja da Glória, e “ofereceu, nesse dia, um laço de altar, que tinha prometido pela minha volta da Guerra”. A alegria do regresso foi passageira graças ao infortúnio de sua outra irmã, Maria Carolina, que adoece no início de setembro. A doença do “infeliz anjinho cheio de talento e vida” faz Rebouças passar dias “entre lágrimas, quase sempre à cabeceira da minha querida irmãzinha”. Em 17 de setembro, a uma hora da tarde, recebe “de Santa Thereza, a triste notícia do passamento da minha querida irmãzinha”. André, então, ocupa-se imediatamente com a organização do enterro.

As mortes em sua família são deveras marcantes em sua vida. Já discorri sobre quão apegado aos seus ele sempre fora. Um aspecto interessante é a forma como essa etapa da vida é valorizada por ele como sendo parte mesmo da memória de quem partiu e, por prezar tanto pelas biografias sua e dos seus, ele demonstra imenso zelo por eternizar e valorizar os túmulos de seus familiares. Em dezembro do mesmo ano, ele vai com o pai, o irmão Antonio e o amigo Dr. Saldanha ao Instituto Histórico. Lá,

o seu orador, o Dr. Macedo, lendo o elogio histórico do meu tio, o Conselheiro Dr. Manoel Maurício Rebouças, falecido em Maio deste ano, disse que sua vida se resumia em Trabalho e Honra. Tinha já adotado para mote do brasão da nossa família ~Moralidade e Trabalho~. Belo programa, que Deus me ajudará a cumprir pelos meus Irmãos menores! (Rebouças, André. Diário, 15 de dezembro de 1866. Grifos e destaques dele.)

Bastante convicto do desejo de abandonar a vida militar, Rebouças, apesar da imensa frustração decorrente das tantas interdições ao seu desejo de ser professor, sobre as quais discorrerei no capítulo 3, celebra a “grande prova de confiança do ministro da fazenda” ao nomeá-lo para trabalhar como 1º tenente do corpo de engenheiros das obras hidráulicas da Alfândega. O ministro atende, também, ao seu pedido de demissão do exército, oficializado por decreto em 3 de novembro de 1866.

As primeiras páginas do quarto volume dos seus diários descrevem seus momentos finais em combate, seus esforços para, finalmente, escapar “dessa interminável guerra” e voltar ao Brasil. Antes dos escritos cotidianos sistemáticos, as primeiras folhas servem como uma espécie de índice para sistematizar acontecimentos e pensamentos importantes. Em uma delas, no topo, Rebouças, ainda aos 28 anos, escreve: “Pensamentos ~ Prefiro as desordens da Liberdade ao sossego da Escravidão”. Agora no Rio de Janeiro, como engenheiro das obras da Alfândega, percebo que André Rebouças tentará articular seu ofício aos seus crescentes ideais abolicionistas. Nesse momento, o movimento ainda não existia, tampouco era pública sua posição; caminhos para a liberdade, no entanto, já se mostravam acessíveis à prática do engenheiro.

Em 26 de outubro de 1866, Rebouças destaca em seus escritos: “Demissão de Empregados – Jamais”. Tratava-se do seguinte contexto: ele recebera a informação do Ministro Zacharias de ter sido mandada lavrar a portaria de sua nomeação como diretor das obras. O ministro, então, comunicou-lhe sobre a liberdade de escolher um novo corpo de funcionários. Ao perguntar se Rebouças planejava despedir toda a gente e renovar contratações, escuta a pronta resposta: “de modo algum; pelo contrário, ia tratar de estudá-los um a um, e que só rejeitaria os que reconhecesse inaptos ou malversores”. André

regressara da guerra bastante convicto sobre as benesses da liberdade e, enquanto empregador, tentará sempre alinhar suas convicções à sua práxis. Nesse sentido, fomentará ao máximo as condições para o trabalho livre... em plena vigência do regime escravista. Ficará evidente, na sequência de seus escritos, a importância destinada, por exemplo, ao momento de pagar os salários – na maioria das vezes, conduzido diretamente por ele e registrado minuciosamente em seus diários –, a escuta às demandas de seus empregados, a prontidão em emancipar sempre que possível algum escravizado e a hercúlea dificuldade para demitir alguém.

Em 06 de fevereiro de 1867, por exemplo, lamenta o fato de “continuar a entregar-se ao vício da embriaguez o Condutor Vivian, o que me obrigara a despedi-lo”. Em 17 de março do mesmo ano, Rebouças redige um regulamento para os serviços ordinários e extraordinários das obras, uma vez que “pedem, desde muito, os operários reforma de principiarem os trabalhos às 6 ½ da manhã e terminarem às 4 ½ da tarde como nas obras internas”. Ao ler sua memória, fica bastante evidente por que ele era tão querido por seus funcionários, os quais não perdiam uma oportunidade de homenageá-lo. No dia a dia com esses homens, Rebouças alarga sua compreensão sobre a liberdade. O trabalho assalariado passa a ser visto, cada vez mais, como imprescindível à dignidade. Em 2 de julho, ele destaca: “*Libertatis amor nos ducat*” (O amor pela liberdade nos guia). O sentimento abolicionista vai tomando corpo.

O ano de 1867 corresponde, também, ao momento em que Rebouças estreita laços com a família imperial. O expediente na Guerra o aproximou do Imperador e, sobretudo, do Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel. As ocasiões partilhadas entre eles no *front*, principalmente com Dom Pedro II, são registradas com bastante entusiasmo e detalhes. No primeiro encontro, por exemplo, Rebouças aproxima-se para beijar-lhe a mãe e, com surpresa, escuta o Imperador lhe saudar “em voz alta pelo meu nome”. “Quisera que a emoção e os circunstantes não me impedissem de dizer-lhe: agradeço, como brasileiro de coração, a V. M. I. ter vindo até aqui”. Já quando conhece o Conde D’Eu, insiste em travar uma conversa em francês, apesar do nobre teimar em falar em português. Detalhes como se sentar “na mesma mesinha em que almoçara o Imperador” ou estar “a três passos de mim” chamam a atenção de André, porque enxerga como um atestado da simplicidade do monarca. Para mim, essa escrita reflete também aspectos de uma subjetividade marcada pelo estigma da cor. Quando no Rio de Janeiro, Rebouças, agora bem próximo à realeza,

passa a frequentar o Palácio Imperial. Em 10 de junho de 1867, ocorre a bastante emblemática dança com a Princesa Isabel – a ser melhor analisada no próximo capítulo.

O baile em que ocorre a dança não era o primeiro baile real a ser frequentado por André Rebouças – assunção importante para si, interessado em experienciar sua, constitucionalmente garantida, condição de cidadão, de igual. No mesmo ano, alguns meses antes, exatamente no dia 1º de março, ele surpreende-se, ao chegar em casa, com a notícia da visita do Visconde de Lage ao escritório do seu pai, o Conselheiro Rebouças. Quão feliz a razão da visita: convidar os irmãos, André e Antonio, para o Sarau do Príncipe Conde d’Eu. Era “verdadeiramente singular”, reconhece André, a simpatia do Conde, desde a Guerra do Paraguai, para com ele e sua família. Não hesitou em atender a tão “especial convite” e, às oito da noite, estava no sarau. A noite foi animada com muita dança, uma orquestra e, mais ou menos, cem convidados. O Imperador estava presente e conversou com ele sobre as obras em que trabalhava com a promessa de visitá-las em breve. Breve também foi a conversa, porque André logo se ocupou com a dança. Nesse primeiro evento, ele e sua parceira, alguém da família Taunay, bailam ao lado da Princesa Isabel, que, por sua vez, dançava com o Conselheiro Pedreira. Ao trocar de par, André dança mais “três quadrilhas com a filha do Dr. Meirelles, Viscondessa de Lages e uma sua sobrinha”. A celebração terminou, a uma hora da manhã, com o príncipe e a princesa dançando constantemente “com juvenil entusiasmo”.

A forma pormenorizada como está descrita a dinâmica da festa, a proximidade com a princesa e a troca de pares, que, no relato, inspiram-nos a crença na iminente possibilidade da dança dos dois, mostra como, para Rebouças, momentos entre os nobres eram importantes. Em 10 de junho, essa dança finalmente acontece. A convite do Príncipe, André e a Princesa Imperial – o grifo é dele – bailam a 2ª quadrilha de Lanceiros. Para vis-à-vis, Rebouças toma o Dr. Andrada Pinto; enquanto o Príncipe, também a dançar, toma o “colega Galvão”. Todo o corpo diplomático estrangeiro fora convidado ao baile que contava, novamente, com a ilustre presença do Imperador.

A amizade com a família real em nada esmorece seu crescente senso abolicionista. Ao contrário, o ano de 1867 é também emblemático nesse sentido. Em 28 de julho, André redige uma nota para uma lei de impostos sobre a escravatura. Ao lado, possivelmente escrita em uma releitura, está a palavra em destaque: Abolição. Em 1868, André assume publicamente seu compromisso abolicionista. Para o sexto volume do seu Diário, ele cria

o seguinte índice: “Página 1168 – 9/4/1868 - Emancipação; Pag. 1.233 - 15/6/1868 - Profissão de abolicionista; Pag. 1282 – 10/8/1868 -Festeja-se o 70º aniversário do Conselheiro Rebouças, dando-se a liberdade a uma escrava.”.

Ainda no final de 1867, no último dia do ano, demonstra indignação face ao pedido da Marquesa de Olinda de manter seus escravos a trabalhar em suas obras, "quando eram despedidos com operários livres!!". Rebouças, conforme já dito, fazia questão de usar mão de obra assalariada em seus projetos e prezava sobremaneira em proporcionar pagamento e tratamento dignos. Não por acaso, ele foi diversas vezes homenageado por seus funcionários. A exemplo do que ocorre em 23 de dezembro. André estava “bem longe de supor que o bom Deus me reservava igual dádiva” quando “fui surpreendido por uma verdadeira festa de operários, com bandeiras, foguetes, lunch e um presente uma colher de pedreiro de prata, tudo com minha firma, além de um ramo de flores de penna com a inscrição em fita verde franjada de outro: ‘homenagem ao mérito do Engenheiro André Pinto Rebouças’”. Ao final da página em que narra o pedido da Marquesa, ele escreve, em destaque, a palavra “Abolição”. Assim termina seu ano.

Seus trinta anos, completados em 13 de janeiro de 1868, remontam ao momento de sua declaração pública enquanto abolicionista. Daí em diante, seu engajamento será crescente e irrestrito. Em 17 de junho, sinaliza no topo da folha, em destaque: “profissão de fé de Abolicionista”.

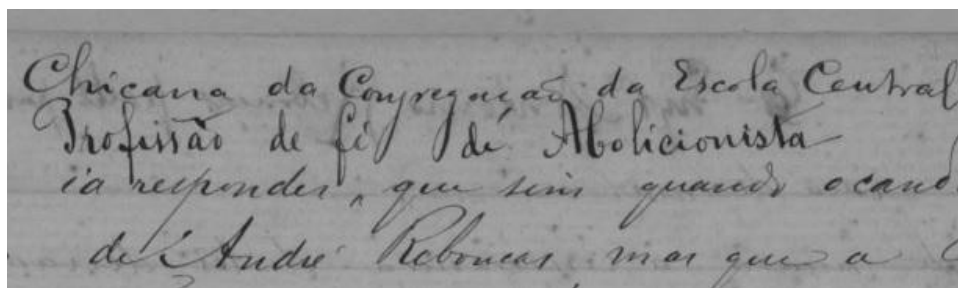


Figura 6: André Rebouças, Diário, 17 de junho de 1868.

A fé no abolicionismo foi declarada nessa data publicamente em um momento deveras importante para André. Além de situar a publicização de seu comprometimento político e social, vale lembrar de seu temperamento mais retraído, sempre à procura de agir preferencialmente nos bastidores. Sua fala, que transcreverei na íntegra a seguir, certamente requereu coragem para ser proferida.

Assisti a noite à Sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a qual foi assistida pelo Imperador. Leu-se e votou-se o meu parecer sobre os

secadores de café Egídio Guichard. Na discussão sobre a Escola de arar, fui obrigado a principiar assim: “pedi a palavra, Senhor Presidente, principalmente para responder a uma das muitas arguições, que foram feitas a Comissão Especial, arguição que me causou muita dor. Refiro-me à pecha de escravagista que me lançou o Senhor Comendador Azevedo. Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo. Não me acusa a consciência de ter deixado escapar uma só ocasião de, lavrando parecer para esta sociedade, fazer propaganda para a abolição dos escravos, e espero que Deus me concederá não morrer sem ter dado ao meu País as mais exuberantes provas de minha dedicação à Santa Causa da Emancipação” (Rebouças, André. Diário, 17 de junho de 1868).

Rebouças registra, ainda, ter o Imperador demonstrado, enquanto ouvia-lhe, “expressivos sinais de aprovação”. “As mais exuberantes provas de sua dedicação” à causa serão dadas, daí em diante, à exaustão. Nesse momento inicial, André buscará, sobretudo, alinhar sua vida privada ao seu posicionamento agora público. No “70º aniversário natalício do meu Pai – o Conselheiro Antonio Pereira Rebouças”, um dia claro e muito quente no Rio de Janeiro, “meu pai celebrou o amanhecer deste grato dia dando a liberdade à nossa cria Guilhermina, filha de Damiana, liberta também em testamento por minha chorada mãe - Dona Carolina Pinto Rebouças.”.

Rebouças logo perceberá a importância de articulações políticas para o fim de acabar com o cativeiro no Brasil. Como havia abraçado veementemente a causa, passará a se interessar e a participar sempre mais da construção política do país. Em 9 de maio de 1869, ele testemunha, no Paço de São Christovão, uma conversa importantíssima entre o Imperador e o Conselheiro Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, que havia sido “escolhido ontem Senador pelo Rio de Janeiro”.

Disseram que ontem tivera com o Imperador larga conferência. Será o organizador do novo Ministério? Conversaram sobre política geral. O Sayão Lobato falando muito mal do partido liberal, sobretudo de Zacharias e Nabuco (pai), pedindo medidas restritivas e dizendo que o princípio monárquico estava em perigo. O imperador dizia que havia medidas e reformas liberais que se devia adotar; não achava ainda ocasião de medidas de rigor!... O Sayão Lobato sustentava o escravagismo; o Imperador disse “que não era mais possível que o Brasil fizesse exceção entre as nações civilizadas; que cumpria fazer, desde já, alguma coisa em prol da emancipação”. (Rebouças, André. Diário, 9 de maio de 1869).

Para uma compreensão acurada do diálogo acima, cumpre trazer um apanhado sócio-histórico acerca do escravismo brasileiro.

3.2 “Exceção entre as nações civilizadas”

Cada vez mais questionada no mundo ocidental, a escravidão, no Brasil, transformou-se, antes de tudo, em uma escravidão nacional. Face à crescente deslegitimação internacional, tal sistema teve de lidar, permanentemente, com tensões e

dilemas. Um bom exemplo remete à Carta Constitucional de 1824. Nela, constava um artigo, quase igual ao original em francês de 1789, transcrevendo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, segundo a qual a liberdade era um direito inalienável do indivíduo; ao mesmo tempo, o país mantinha uma parte de sua população sob a égide da escravidão. Como seguir a negar os direitos humanos que, em princípio, aplicavam-se a todos? Essa era uma questão fundamental a ecoar com cada vez mais força (Viotti Da Costa, 2008; Salles, 2011).

De tão entranhado na sociedade o escravismo, o movimento abolicionista demorou a se configurar no país. Para Alonso (2015), tal sistema consistia no pilar da hierarquia social; tanto eleitores quanto eleitorado eram majoritariamente de proprietários de escravos – como os próprios Rebouças.

A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. A nação toda era escravista, o que retardou a conversão do tema em problema na agenda pública (Alonso, 2015, p; 17).

Sobretudo segundo alegações econômicas, urgia retardar ao máximo o fim desse regime, conforme propunha Sayão Lobato. Além disso, o fim do conturbado período regencial demandava tentativas de manutenção da ordem. A elite política havia criado um discurso sobre esse “passado revolucionário” e utilizavam-no para a continuidade da inércia frente a questão servil. Nessa complexa arquitetura, que misturava noções de modernidade, liberalismo e escravismo, tal lentidão era tida como fundamental à obra civilizadora do Império. Era preciso prudência, vias graduais, como ponderava a elite política – nesse ponto, até mesmo Dom Pedro II (Alonso, 2002; Alonso, 2015; Viotti Da Costa, 2008; Salles, 2011).

Atar a história da abolição no Brasil às dinâmicas do mundo atlântico ajuda a melhor compreendê-la. Por que o intervalo tão grande, de cerca de um século, entre o 13 de maio de 1888 e as lutas pela extinção do tráfico internacional de escravos na Inglaterra e a abolição em São Domingos, em fins do século XVIII? Parte da resposta já foi dada e refere-se a como a escravidão brasileira foi criação e criadora de uma modernidade constitutiva do emergente sistema-mundo capitalista industrial. Cuba e Estados Unidos são outros dois países que também viveram o recrudescimento escravista mesmo face a sua derrocada em outras partes do mundo (Alonso, 2002; Alonso, 2015; Viotti Da Costa, 2008; Salles, 2011).

A memória dos Estados Unidos difere da brasileira (e Cuba e Porto Rico) na forma como a mão de obra escravizada concentrava-se na área rural. Por aqui, ocorria o oposto. Segundo o censo brasileiro de 1872, por exemplo, apenas um terço dos escravizados estavam nas fazendas ou engenhos; os demais concentravam-se em atividades diversas relacionadas ao contexto urbano. É claro que havia, nos Estados Unidos, escravidão urbana, porém em menor escala e, no transcurso do século XIX, foi-se tornando cada vez mais rigoroso o controle do governo e dos senhores em relação a essa mão-de-obra. Enquanto isso, no Brasil, esse fluxo crescera no decorrer do século. Fator bastante influente nesse processo, a compra da alforria era um ato comum que, com o tempo, ganhou suporte legal, sobretudo a partir de 1871, com a chamada Lei do Ventre Livre, sobre a qual falaremos em detalhes. Este foi o caminho principal para a emancipação no Brasil oitocentista. Adendo fundamental: grande parte dos que compunham as camadas populares, no Brasil, eram “mulatos” ou negros. Essa população será essencial na militância abolicionista (Klein, 2012). No próximo capítulo, aprofundarei a discussão sobre os limites e as possibilidades de ascensão dessa população negra/”mestiça” livre/liberta no Brasil oitocentista. Também para esse argumento, em muito farei uso de uma análise comparada com os Estados Unidos; por ora, cabe dizer que a racialização, por aqui, foi mascarada enquanto lá foi exacerbada. A sociedade aristocrática brasileira pressupunha a estratificação como garantia *sine qua non* de uma pretensa ordem social, mas sem a exigência de argumentos raciais explícitos (nem por isso ausentes!) (Alonso, 2015).

Diversas concepções e propostas sobre os direitos políticos e sociais estavam em disputa. Aos escravizados, absolutamente marginalizados do usufruto da cidadania, coube a luta. Conforme argumenta Salles (2018), existiu, no Brasil, durante todo o período colonial, uma resistência escrava endêmica. Desde a presença numerosa de quilombos – aspecto também de diferenciação em relação aos Estados Unidos – a inúmeras revoltas e múltiplas estratégias de luta pela liberdade. Trazer o panorama de tais lutas ilumina a análise sobre o próprio movimento abolicionista, como veremos. Como um marco, retomemos ao período de vigência do tráfico transatlântico de africanos, ou seja, até meados da década de 1850. Salles (2018) denomina tal fase de “período das insurreições escravas” numa época em que o número de africanos era massivo entre as populações escravizada e liberta. Esses indivíduos protagonizaram atos contínuos de fugas e rebeliões. A exemplo do ocorrido em Carrancas, Minas Gerais, em 1833, e a Revolta dos

Malês, em Salvador, em 1835. Após esse último ano, o Estado, inclusive, altera o Código Criminal e endurece as penas contra escravizados condenados por crimes de insurreição. Três anos depois, em 1838, em Vassouras, no Rio de Janeiro, acontece a mais famosa rebelião escrava da província. Essa resistência recrudesce o temor das elites para com a presença africana no Brasil (Salles, 2018).

A lei número 4 de 10 de junho de 1835 (“escravos ou escravas que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física” contra seus senhores eram condenados à morte) foi sobremaneira instrumentalizada pelo Estado a fim de gerir essa população sedenta por liberdade. Com o fim do tráfico de africanos, ainda segundo Salles (2018), novas possibilidades de aguerrir surgem para essa “sociedade escravista madura”. Aqui, comunidades escravas mais duradouras e organizadas em torno de famílias tornam-se mais comuns. É perceptível, ademais, o aumento do número de crioulos (nascidos no Brasil) em relação ao número de africanos, além de maior equilíbrio entre os sexos. Essa dinâmica, tanto em virtude do fim do tráfico quanto do crescimento vegetativo da população cativa, impulsionou uma articulação crítica contra a ordem escravista. O número de pessoas livres, cada vez mais dissociadas da ordem escravista, não cessa de aumentar. Essas condições esteiam o período da luta organizada pela abolição da escravidão. No início da década de 1870, a resistência dessa população articulou-se fortemente à esfera político institucional, notadamente a partir da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Eram lutas protagonizadas, sobretudo, pela população crioula, livre e liberta. Nesse sentido, segue a afirmar Salles, seria possível falar de uma dinâmica crescentemente brasileira das lutas escravas, pautada em noções de cidadania e direitos.

(...) Não estavam se revoltando contra o cativeiro de forma genérica, ou preparando ou planejando algum tipo de insurreição geral, como acontecera, em alguns casos, no período anterior. Agora, consideravam-se portadores de direitos ou de prerrogativas que estavam sendo violadas. Isso não era exatamente novo e também no período anterior esse tipo de evento não era incomum nas disputas entre senhores e escravos. A partir de 1860, no entanto, parece ter aumentado a incidência desse tipo de enfrentamento, ao passo que diminuía as notícias de planos de insurreições gerais. A lei de 28 de setembro de 1871 colocou uma nova baliza nas lutas entre senhores e escravos. Total ou parcialmente sabedores dos dispositivos aí estabelecidos (pecúlio, compra de liberdade), muitos escravos passaram a reivindicar ainda mais seus espaços, buscando inclusive a mediação das autoridades. O que era novo, além do número crescente de reivindicações, era o fato de que agora estavam baseadas em uma lei positiva e não costumeira (Salles, 2018, p. 277).

A partir da, aproximadamente, década de 1880, com o movimento político abolicionista já a plenos pulmões, as lutas e ações dos escravizados incorporaram-se às

da militância. Veremos detalhes dessas articulações no transcurso do capítulo. Por ora, cabe dizer que, nessa junção, os significados políticos tornaram-se cada vez mais incisivos e sua contribuição foi inestimável para o desfecho do 13 de maio de 1888 (Salles, 2018). O papel das massas urbanas foi, sem nenhuma dúvida, crucial para a atuação do movimento abolicionista. Lembremos que, ainda na década de 1860, o número de trabalhadores livres já tendia a superar o dos escravos nos núcleos urbanos (Viotti Da Costa, 2008). Outra dimensão fundamental refere-se à história parlamentar. Muitas vezes, afirma Needell (2010), o abolicionismo é descontextualizado da dinâmica política e isso compromete bastante o seu entendimento. Haja vista a atuação de Rebouças, enquanto abolicionista, ter articulado tanto a esfera parlamentar quanto a militância urbana e, ainda, estratégias clandestinas junto aos escravizados, cumpre contextualizar o movimento em suas múltiplas dimensões.

De início, olhemos mais uma vez para a Constituição de 1824. Outorgada pelo Imperador, ela o insere numa distribuição constitucional dos poderes, porém, por se tratar de uma monarquia constitucional, o monarca adquire protagonismo como mantenedor da existência do regime e da legalidade constitucional. Nesse sentido, a constituição vem para legitimar o poder de um Império, um poder superior alicerçado numa Carta Magna que, por sua vez, representaria a vontade racional e soberana da nação. O poder do monarca entra nessa equação como sendo um quarto poder, o Poder Moderador, ao lado do legislativo, do executivo e do judiciário. Esse quarto poder é apto, dentro outros atributos, a dissolver a Câmara dos deputados, afastar juízes, intervir nos atos das Assembleias, bem como a pressionar os demais poderes segundo a alegação de ameaça à ordem pública (Oliveira, 2005).

As Câmaras políticas eram compostas por deputados (eleitos indiretamente e cada um representando as várias províncias) e senadores (nomeados pelo monarca a partir de uma lista tríplice dos mais votados em cada província). O direito ao voto era instituído a todos os homens livres ou libertos, maiores de 25 anos, desde que comprovassem renda anual de mais de 100 mil réis. Aos libertos, importante frisar, era garantido o direito de votar apenas nas eleições primárias, nas quais eram escolhidos aqueles que votariam nos deputados e senadores. Os dois partidos nacionais tradicionais eram os Conservadores e os Liberais, com raízes na década de 1830. A existência dos dois reflete diferenciações regionais: o primeiro concentrava bastante burocratas e donos de terras voltadas à agricultura de exportação, sobretudo no Rio de Janeiro; do segundo, participavam mais

profissionais liberais e proprietários que produziam para o mercado interno, principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Membros dos dois partidos também eram encontrados na Bahia e em Pernambuco (Needell, 2010; Alonso, 2002).

A divisão entre os dois partidos refletia cisões da própria elite. O grupo dos conservadores conseguiu se impor, mesmo que não de forma ininterrupta, politicamente ainda nos anos 1840 e seguiu trajetória hegemônica no transcurso do século. Nessa década, ocorre uma reforma constitucional conhecida como “reação monárquica”, segundo a qual um conjunto de leis é restaurado para a estrutura política do Segundo Reinado. Os liberais jamais conseguiram alterar fundamentalmente as instituições consolidadas por tal hegemonia. O Poder Moderador, a instituição nacional por excelência, pensado para dar equilíbrio entre o legislativo e o executivo, acabou concentrado nas instituições vitalícias do Conselho do Estado e o Senado, as quais gozavam de relativa independência. Segundo Angela Alonso (2002), os conservadores dominaram o executivo por vinte e seis anos durante o Segundo Reinado. Uma dissidência do partido, a Liga Progressista, assumiu brevemente entre 1862 e 1866; fora isso, a prevalência conservadora foi ininterrupta de 1848 a 1878. No fim das contas, na origem e na perspectiva, toda essa elite divergia pouco – incluindo os Liberais. Nesse sentido, garantia-se certa estabilidade do sistema político; havia um consenso implícito à prática política e às concepções de cidadania. Princípios hierárquicos norteavam o desejo de manutenção do *status quo*. Essa unidade de princípios garantiu a longevidade do reinado de Pedro II (Needell, 2010; Alonso, 2002).

Estamos falando de um período que culmina na abolição da ordem escravista. A estabilidade, então, sobretudo a partir da década de 1860, precisou lidar com ameaças. De um lado, a pressão do Partido Liberal recrudesceu, a demandar reformas eleitoral e judiciárias, além da extinção das instituições vitalícias. Ademais, sentia-se o peso do esgotamento da economia escravocrata. No interior do próprio grupo conservador, cisões importantes aconteciam: uma ala seguia fiel à perpetuação do sistema, outra começava a entender a imprescindibilidade de sua transformação, ainda que gradual (Alonso, 2002).

Exagerando um pouco, o desequilíbrio do sistema só apareceu quando os conservadores se dividiram. A primeira dissidência pró-reformas se abriu do lado conservador em 1862. Eram chefes como Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes, Sinimbu, Saraiva e Paranaguá que, persuadidos pela necessidade de mudanças e desacreditados da boa

vontade saquarema em fazê-las, se uniram à ala mais moderada dos liberais para formar a Liga Progressista. Esse partido de centro alcançou a presidência do gabinete com um programa moderado de reformas incorporando parte significativa da pauta liberal: divisão de poderes, responsabilidade dos ministros pelo Poder Moderador, liberdade individual, descentralização administrativa, representação de minorias, reforma judiciária, código civil, revisão do código comercial, reforma da guarda nacional, “regeneração do clero”, execução do Ato Adicional (Alonso, 2002, p. 72).

Foi curta a existência da Liga Progressista, incapaz de resistir à pressão dos velhos saquaremas. Esses, inclusive, reagiram às ameaças e a ala mais fiel assumiu o gabinete, obstinada à manutenção da inércia política. A oposição, por sua vez, acusou-os de golpistas e ameaçou deserção. O dissenso intra-elite foi crescente desde então. Os liberais dividiram-se, surge o “Partido Liberal-Radical” em 1868 e, no ano seguinte, o “novo” Partido Liberal dos moderados. Já em 1869, o novo partido expõe o dilema crucial para os próximos passos da política nacional: “ou a reforma ou a revolução”. A emancipação gradual da escravidão entra, enfim, na pauta (Alonso, 2002).

Entra na pauta muito em virtude da coação de uma massa popular em efervescência ascendente. Refiro-me tanto à diferenciação social entre as massas, das quais fazia parte numeroso contingente de pessoas livres e libertas, bem como à pressão dos escravizados, que, conforme foi dito, nunca cessaram de resistir. Outro fator fundamental foi a pressão internacional. Ainda em 1864, uma petição enviada pela *Brithsh and Foreign Anti-Slavery Society* conduz o Imperador a tentar introduzir a questão na arena política. Por meio de uma carta, ele discorre ao chefe de governo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, sobre a situação norte-americana e enfatiza a urgência em trazer à pauta o futuro da escravidão no Brasil. Zacarias, simpático à discussão, até tentou agir; faltou-lhe, no entanto, tempo. A brevidade de seu governo, que durou apenas de janeiro a agosto, inviabilizou a realização de quaisquer anseios de mudança. Em 1866, nova mensagem, com semelhante tom, é enviada ao Imperador, dessa vez pela Junta Francesa de Emancipação. Com ainda mais força, o fim da Guerra da Secessão estadunidense (1865) e a consequente abolição no sul daquele país alçou o Brasil e as colônias espanholas (Porto Rico e Cuca) ao vexatório *status* de últimas nações escravistas no Ocidente (Alonso, 2002; Viotti Da Costa, 2008)

Embora seja correto ler como tardia a articulação do movimento abolicionista no Brasil, ainda na década de 1850 é possível encontrar esforços de trazer a pauta antiescravista à baila. Em 1851, a liberdade do ventre é sugerida e impulsionada pelos

deputados Silva Guimarães e Silveira da Mota. Esse último, inclusive, pressionou exaustivamente, nos anos seguintes, a viabilização de outras demandas, tais como o deslocamento dos escravizados das cidades para o campo, a proibição, aos estrangeiros, conventos e ao Estado a posse e venda de cativos, limites de idade para a separação de pais e filhos etc. Esses projetos, no entanto, não recebiam acolhida suficiente e acabavam rejeitados. O marquês de Olinda, por exemplo, então ministro do Império e chefe do Gabinete em 1865, foi sumário em exigir silêncio sobre a questão. Segundo defendia, discorrer sobre a emancipação “abriria a porta a milhares de desgraças”. Nesse mesmo ano, o Imperador solicita, ao senador Pimenta Bueno, a redação de um projeto abolicionista. Ao atender ao pedido, redige um projeto de lei para emancipar os filhos nascidos de mães escravas. Nas suas ideias, constavam, ainda, a proposta de criação de Conselhos Provinciais de Emancipação e a liberdade dos escravizados propriedades do governo ou de organizações religiosas. Novamente, a proposta de lei não encontra guarida (Viotti Da Costa, 2008).

A imprensa já estava atenta aos temas da liberdade. Já havia uma opinião pública interessada e ativa nas discussões. Em novembro de 1866, por exemplo, quando da assinatura, por parte do governo, de um decreto que concedia liberdade aos escravizados designados ao “serviço do exército”, a repercussão é tremenda – ainda que, na prática, as consequências fossem diminutas. No ano seguinte, o Imperador, em sua Fala do Trono, clama pela atenção de todos os presentes na Assembleia Geral Legislativa à questão do “elemento servil”. Acrescenta, em tom apaziguador, um adendo importante: a atenção e o respeito à propriedade atual e à agricultura. Dois meses depois, o então presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góes, membro do Partido Liberal, submete uma versão atualizada da proposta de Pimenta Bueno. O novo projeto propunha a abolição completa para o último dia do século, ou seja, para trinta anos à frente (Viotti Da Costa, 2008).

Quando o Imperador, em 1868, reitera a necessidade de medidas em prol da Abolição, o ministério liberal de Zacarias de Góes sofre tremenda oposição e não se sustenta. Tal queda reverbera em uma profunda crise política. A escolha do Imperador foi por colocar, em substituição, um velho político conservador no poder. A câmara, com maioria liberal, é dissolvida e novas eleições são solicitadas. O novo governo do Visconde de Itaboraí reunia “a fina flor” dos conservadores. A nomeação desse ministério tão avesso a quaisquer mudanças impulsionou uma crise política e tirou a abolição da agenda

institucional em 1868. Revoltados, os liberais engajam-se em intensa campanha de ataques ao governo e propuseram uma série de reformas que, até aquele momento, vinham sendo negligenciadas pela Câmara (Alonso, 2015; Viotti Da Costa, 2008). Um ponto interessante, a ser esmiuçado no próximo capítulo, diz respeito a tão improvável quanto forte amizade entre esse visconde e André Rebouças. Como bem diz Alonso (2015), poucos homens poderiam ser mais diferentes; a amizade, no entanto, era muito sincera.

A aludida crise política teve respostas contraintuitivas, porque a briga no seio da elite fomentou as críticas às instituições imperiais, instigando e legitimando o debate público sobre a escravidão. O novo Partido Liberal, segundo Alonso (2002), expande, pela primeira vez, a prática política para além do parlamento. São instituídas “conferências radicais”, as quais consistiam em sessões públicas de ataque ao governo e, em 1870, suas articulações extraparlamentares contribuem para a formação de um partido alternativo ao regime, o republicano. Havia agora indivíduos outros para além dos proprietários de terras e escravizados. Angela Alonso (2002) utiliza a análise de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) para iluminar a compreensão dos impasses em jogo nesse momento de iminente emergência de uma “ordem social competitiva” na estrutura patrimonial do Império. Ou seja, nesse período complexo, ainda em vigência da escravidão, processos de racionalização agem como estímulo às dinâmicas competitivas, em encontro ao secular peso da tradição.

Apesar de tais mudanças na política, vias conciliatórias foram adotadas. Cautela era a palavra de ordem. Na década de 1870, além da cisão liberal, o fim da Guerra do Paraguai acalorava o debate. A questão da escravidão – embora inegavelmente incontornável – esperava-se que fosse postergada ao máximo. Quando, em 1871, ascende um novo gabinete conservador, a expectativa geral era que mais panos quentes fossem jogados sobre a discussão. Surpreendentemente, não sucedeu dessa forma. O novo programa, ao contrário, converteu a escravidão em problema central da agenda política. O Ventre Livre tomou a pauta (Alonso, 2002).

3.3 “Deus ainda não dissera de que cor eram os seus anjos”

O final do ano de 1869 situa a nomeação de André Rebouças, exatamente em 9 de dezembro, como gerente da Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro. É nessa atmosfera de muito trabalho e realização que ocorre a virada para o emblemático ano de 1870, momento do início oficial da sua campanha abolicionista. No diário correspondente

a tais meses, Rebouças traça um sumário, logo nas páginas iniciais, com os acontecimentos mais relevantes. O nome do Visconde de Itaborahy figura entre um dos primeiros citados: “14 de maio - interpelação do Deputado Teixeira de Freitas sobre a Emancipação e resposta do Visconde de Itaborahy segundo as ideias de André Rebouças. Grande emoção deste que assistira a essa sessão da Câmara”¹⁰. Além desse episódio, cita Rebouças a 1ª conferência com o Conde d’Eu sobre a Emancipação, em 18 de maio; registra também seu trabalho diário na propaganda abolicionista; a concordância do supracitado Visconde “sobre as bases de uma lei sobre emancipação”; “libertação dos últimos três escravos que possuía a família Rebouças: Roque, Júlia e Emília”; “Pesquisa de uma fórmula agrícola emancipadora”; a câmara aceita a ideia de um fundo da fundação da Sociedade Protetora dos Emancipados; (...); “entrega os projetos sobre Emancipação ao Visconde de Itaborahy que procura interessar no assunto”...

A primeira conferência com o Conde d’Eu sobre Emancipação, ocorrida no Palácio Isabel, foi frustrante para André. Ele, provavelmente, nutria algum otimismo face a frequente demonstração de estima que obtinha – Rebouças, inclusive, recebeu a lisonjeira incumbência de organizar uma festa de recepção para o regresso do marido da Princesa Isabel do Paraguai. Por lá, e esse já é outro motivo para a fé de Rebouças, o nobre, que assumira o governo do arrasado Paraguai, já perto do fim da Guerra, em 1869, abolira a escravidão (Alonso, 2015). Na verdade, a fé de André não era irrestrita, porque, no dia anterior, por meio de uma carta, o amigo lhe havia dito sobre a exaustão em que se encontrava: “me sinto com força para coisa alguma”. André o visita mesmo assim e entrega-lhe diversos documentos, frutos de seus estudos sobre a emancipação. O Conde os recebe, promete ler, mas não demonstra muito entusiasmo. “Deus o ilumine”, escreve o abolicionista, “e me ajude, a mim que não tenho despeitos nem cansaço, quando se trata de servir ao Brasil e à Liberdade.”.

Não havia mesmo cansaço que o parasse. Foram vários os momentos difíceis, de dor, exaustão, melancolia, frustração..., mas Rebouças seguiu sempre no seu objetivo de “acelerar o progresso do Império” por meio da resolução da “questão magna”: a Abolição. Seu comprometimento ia, inclusive, muito além. Era preenchido de grande compromisso social. A ideia de criar uma Sociedade Protetora dos Emancipados, por exemplo, uma das primeiras que lhe florescem, refletia sua sensibilidade para com as maiores vítimas do

¹⁰ André Rebouças, Diário, novo volume, terceira página.

escravismo. A ideia era emancipar o máximo possível de indivíduos por meio de seguros de vida e, uma vez livres, protegê-los e educá-los. A partir de 1870, uma profusão de projetos de lei, planos, alternativas floresceram para André. Estudos sobre a história dos Estados Unidos serão frequentes. Ele, afinal de contas, nutria forte admiração pelo país, principalmente na forma como foi gerida a questão agrária, a legislação concernente à questão da posse da terra —o Homestead Act¹¹, de 1862 — o influenciou em sua luta em favor da reforma agrária (Jucá, 2001). Desde julho de 1870, Rebouças se dedicará ao estudo sistemático sobre o estabelecimento de uma fórmula agrícola emancipadora. Para viabilizá-los, nesse momento, tentará as vias constitucionais, sobretudo o apoio de amigos políticos e/ou da nobreza.

Como precisasse de lazer diante de tanta entrega aos trabalhos como engenheiro e abolicionista, Rebouças dedicava seu tempo livre ao desfrute do que mais lhe aprazia: ler, estar em família, dar aulas aos “manos” e a música. A ópera era sua paixão. Não por acaso, tornou-se grande amigo e mesmo compadre de um de seus maiores ídolos, o Maestro Carlos Gomes. Ainda em 1870, no dia 17 de setembro, Rebouças assiste a “1ª audição do “Guarany” no Rio de Janeiro - “do esperançoso Maestro Carlos Gomes”. Daí em diante, ele assistirá a ópera mais de uma dezena de vezes. Outro artista digno de sua admiração era o alemão Giacomo Meyerbeer (1791 – 1864), também em temporada no Rio, com sua obra “Africana”, esplêndida segundo André. Após conhecer bem os dois trabalhos, ele não hesitará em julgar o Carlos Gomes como o “Meyerbeer brasileiro”. Ao aproximar-se do artista brasileiro, Rebouças dedicar-se-á com bastante devoção a ajudar o novo amigo. Ainda em dezembro de 1870, ele o levará ao Paço de S. Christovão para um encontro com o Imperador, o qual “prometeu-lhe fazer representar O Guarany em Lisboa”. Carlos Gomes, naquele momento, estava vivendo embaraços financeiros e André não medirá esforços para tentar conseguir uma pensão para custear sua vida na Europa. E conseguirá.

¹¹ O Homestead Act foi uma lei, aprovada em 20 de maio de 1862 nos Estados Unidos, que concedeu 160 acres de terra pública para chefes de família adultos mediante uma taxa mínima e residência contínua de cinco anos.

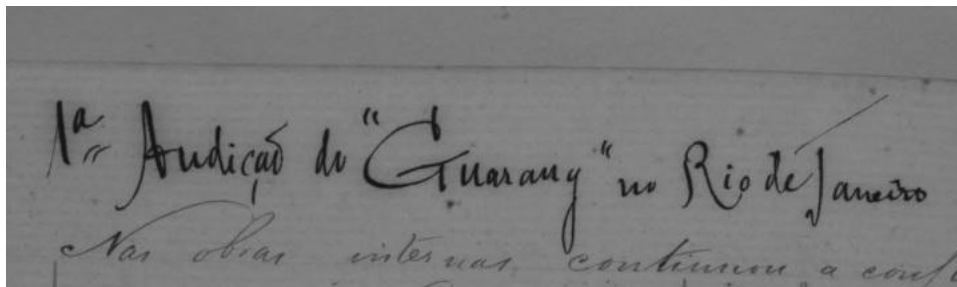


Figura 7: André Rebouças. Diário, 17 de setembro de 1870.

Para fechar o tão simbólico ano de 1870, nasce, em 2 de dezembro, seu sobrinho, filho do amado mano Antonio, André Veríssimo Rebouças. Mais um afilhado para André, junto de Olympia e Maria Jesuína. No futuro, chegarão mais, como veremos. O batizado do “Andrézinho” ocorre já em 1871, no dia 2 de fevereiro. Poucos dias depois, mais um momento importante em família: “o visconde de Itaborahy visitou-me: apresentei-lhe o meu querido irmão Juca; deu-lhe os mais paternais conselhos – com um sentimento de amizade que me comoveu.”. O Visconde, de fato, demonstrara carinho por André desde quando o conheceu. Ainda em 1869, afirmara ter por ele “extraordinária simpatia (!!)¹² e que se esforçaria para fazer-me justiça”. Fazer-lhe justiça é também uma promessa feita pelo Imperador já em janeiro de 1871. No próximo capítulo, entenderemos melhor as razões de tais promessas.

1871 é o ano da Lei do Ventre Livre¹³. Ainda no início, em 30 de março, André registra o seu comparecimento ao enterro da ama de leite do Juca - “a parda Rufina”. É interessante esse registro, porque o desenrolar da liberdade do ventre, infelizmente, não ocorrerá conforme o sonhado. Rebouças, junto a muitos outros abolicionistas, tecerá ferrenhas críticas à aplicação da lei e, muito em virtude disso, ele passará a militar, também, pela questão específica das amas de leite. Por isso, não considero fortuita a presença, em suas letras, de sua ida ao cemitério em 30 de março daquele ano.

Os estudos desenvolvidos por André para encontrar solução para a “questão magna” eram incessantes; surgiam-lhe ideias a todo momento. Em 7 de abril de 1871, ele decide traduzir, “em sentido emancipador, o Salmo CXXV dos Votos dos Captivos da Babilônia suspirando pela sua liberdade”. Poucos dias depois, esboça um segundo

¹² André Rebouças, Diário, 19 de abril de 1869 (grifo dele).

¹³ Promulgada no dia 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre (Lei nº 2040/1871), também conhecida como Lei Rio Branco, propunha que, a partir dessa data, as crianças nascidas de mulheres escravizadas estariam livres.

Quadro Sinóptico sem a hipótese de findar a Escravidão em 1890 – essa havia sido a ideia do primeiro quadro. As discussões sobre o ventre livre eram a questão da vez e sobre isso sua cabeça não parava de pensar. Trava, inclusive, conversa com o Visconde do Rio Branco, responsável pela assinatura da Lei do Ventre Livre, no dia 21 de junho. Dentre os argumentos, discorre acerca de uma ideia de seu Pai sobre atribuir ingenuidade às crianças abandonadas.

Em 21 de maio, outro “Quadro Synoptico” é esboçado por Rebouças. A ideia era um sistema de emancipação direto pela libertação das escravas de 15 a 25 anos. Paralelamente, ele estava atento ao que ocorria na Câmara. Comparece a muitas sessões e registra tudo em seu Diário. Uma prática comum entre os abolicionistas, naquele momento, eram as libertações públicas de escravizados. Um exemplo extremamente comovente é transcrito na íntegra por André, que o presencia em 27 de junho de 1871. Ele havia assistido o espetáculo musical do artista italiano Ernesto Rossi. “O mais interessante dos episódios foi a libertação, em nome dele, pelos artistas da Phenix Dramática, de uma pardinha de 2 anos de idade”. Muito comovido, Rossi clama ao Imperador pela abolição e profere as seguintes palavras: “Por que devia ser aquela infeliz escrava? Por ter a cor da pele diversa da sua? Que Deus ainda não dissera de que cor eram os seus anjos; - que todos os homens eram iguais: negros, brancos ou de qualquer cor. Que a lei de Deus era a fraternidade”. Tudo foi “entusiasticamente aplaudido pelos 5.000 espectadores, que mal continha o grande Theatro Lyrico.”. A afirmação da igualdade entre todas as pessoas tocava em André também pela sua própria biografia. Importante dizer que, neste momento, sua vida já havia sido reiteradamente marcada pela violência racista, conforme veremos no capítulo a seguir.

3.4 “Sobre a liberdade do ventre”

A Lei do Ventre Livre, como quase tudo no tocante à Abolição, chegou aqui tardiamente; foram seus precedentes, inclusive, que a sancionaram. Desde o século XVIII, o Chile a recomendara. Em 1821, foi a vez da Colômbia, seguida por Portugal e Espanha; também em 1821, fora sugerida por Abraham Lincoln. Tratava-se de uma lei complexa, com objetivos um tanto divergentes, já que, ao mesmo tempo, almejava alterar o *status quo* do escravismo enquanto defendia, simultaneamente, pretensos direitos dos escravocratas. O objetivo maior era dar um passo importante rumo ao sistema de trabalho livre, sem, entretanto, gerar muitos danos à agricultura nacional. Ainda assim, é inegável

a sua contribuição para o colapso da escravidão, dezessete anos mais tarde. O Visconde de Rio Branco, apesar de membro do partido conservador e insuspeito no quesito escravocrata, mudara de opinião após seu expediente na Guerra do Paraguai. A convivência com povos vizinhos acendeu em si a vergonha de ser parte de um dos únicos países que ainda não abolira a escravidão. Por isso, quando assume a chefia de governo em 7 de março de 1871, está comprometido com fazer reformas. Seu governo foi o mais longo e bem-sucedido do Segundo Reinado (Conrad, 1975; Alonso, 2015).

A resistência à mudança não hesitou em protestar; seu âmago localizava-se nas províncias do café, um resultado lógico pela concentração de escravizados. Políticos, a exemplo do romancista José de Alencar, bradavam frases tais como: “Senhores, não defendo aqui unicamente os interesses da classe proprietária, defendo, sobretudo, essa raça infeliz que se quer sacrificar” (Viotti Da Costa, 2008, p. 53). A lei ia além da liberdade do ventre, como veremos, mas esse era exatamente o ponto mais atacado. Os escravocratas defendiam ter o direito constitucional sobre sua propriedade escravizada e, nesse sentido, o direito à propriedade da criança seria extensão do da mãe. Um político de Minas Gerais, Barros Cobra, usou a seguinte analogia para corroborar seu argumento: o proprietário teria tanto direito ao fruto do ventre da mulher escrava quanto tinha do fruto de uma árvore de suas terras. Muitos argumentavam, ainda, que emancipar as crianças corresponderia a um assassinato, uma vez que potencializaria casos de abandono por parte de proprietários desiludidos, sem motivos para proporcionar-lhes proteção. Alertavam, ainda, para o risco de revoltas, uma vez que, novamente segundo José de Alencar, “os escravizados não eram tão embrutecidos a ponto de não saberem que os pais deveriam ter o mesmo direito à liberdade do que seus filhos” (Viotti Da Costa, 2008; Conrad, 1975, p. 122).

As medidas imediatas da nova lei eram a restrição de castigos corporais extremos, o censo da escravaria (matrícula obrigatória dos escravizados, e aqueles cujos senhores não os registrassem, dentro do prazo de um ano, seriam considerados livres) e libertação daqueles de propriedade do Estado, incluindo os mantidos em usufruto pela Família Imperial. Ademais, pela primeira vez, o escravizado teve assegurado seu direito de juntar pecúlio, ou seja, dinheiro para compra de manumissão. As vantagens aos proprietários estavam nas entrelinhas de todo o projeto: a escravidão era condenada a desaparecer a

longo prazo, dando tempo suficiente para a acomodação dos escravocratas (Viotti Da Costa, 2008; Alonso, 2015; Conrad, 1975).

Apesar do tom alarmado dos que se manifestaram na Câmara contra o projeto, este de fato, como dizia o ministro, representava uma medida protelatória e moderada, que visava a conciliar o interesse dos proprietários com a pressão abolicionista. Em seu artigo primeiro dizia: “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. Estes, no entanto, ficariam em poder dos senhores, os quais ficavam obrigados a mantê-los até a idade de oito anos. Chegando a criança a essa idade, o proprietário poderia optar ou por entregar a criança ao Estado, recebendo indenização equivalente a 600\$000, ou por mantê-la até a idade de 21 anos. Neste caso, o ingênuo (assim se chamava o liberto) ficava obrigado a prestar serviços gratuitos em retribuição por seu sustento até a idade de 21 anos. Isso na prática significava que as crianças nascidas de mãe escrava de fato permaneciam escravizadas até os 21 anos. Tal disposição possibilitava a perpetuação do regime servil, pelo menos por mais duas ou três gerações. Rui Barbosa, ardente abolicionista, calcularia, anos mais tarde, que, se nenhuma outra lei emancipadora fosse aprovada, ainda haveria escravos no Brasil na terceira década do século XX (Viotti Da Costa, 2008, p. 54).

Os deputados debateram ferozmente como denominar as crianças que nasceriam livres. Os opositores da lei se preocupavam, também, com o novo *status* dos ingênuos. Desconfiavam da sua condição civil, porque, adepta de precedentes romanos, a constituição brasileira enxergaria o ingênuo como alguém nascido livre - diferente do liberto, que conquista sua liberdade. Nesse sentido, questionavam: como nascer livre de um ventre escravizado? Esse argumento, no limite, buscava atribuir aos ingênuos o *status* de libertos e não de livres, porque, aos primeiros, havia restrições aos direitos políticos (Conrad, 1975; Chalhoub, 2006). Tratava-se, então, de uma discussão sobre cidadania, na qual os direitos dos ex-escravizados e de seus descendentes passou a ser questão central (Salles, 2018).

É inquestionável como a Lei de 1871 teve o mérito de avivar um debate nacional sem precedentes. Associações antiescravistas surgiram em profusão desde o acalorado debate à promulgação: entre 1869 e princípio de 1871, foram 25. Alguns jornais radicais, a exemplo de O Abolicionista, pediam muito além do proposto. Apesar de todas as moderações, o Estado, a partir de então, imiscuia-se na ordem social escravista de forma a ingerir na vida privada e econômica do Império. Era um golpe em seu próprio alicerce. O Partido Conservador sentiu as consequências. O Partido Liberal já havia se dividido em 1870 com a fundação do Partido Republicano. A revitalização do republicanismo, que estava inativo desde a década de 1840, deve-se, em parte, à reação dos plantadores de café aos avanços abolicionistas. Assistir a reforma proporcionada por um gabinete do Partido Conservador abalou a confiança de muitos escravocratas para com o Império. A

partir de 1871, as diferenças entre os grupos tornaram-se proeminentes: uma ala, de maioria liberal, era mais modernizadora; a moderada misturava liberais e conservadores e, como o nome já diz, era pouco afeita às reformas; por fim, a emperrada, majoritariamente conservadora, avessa a qualquer mudança. Com essa elite dividida e, consequentemente, enfraquecida, o sistema político imperial perde, além da coesão, o rumo (Conrad, 1975; Alonso, 2015).

As ações do gabinete Rio Branco foram além da liberdade do ventre. Comprometido com um programa de modernização, foram feitas reformas judiciárias, eleitorais, comerciais... Até 1875, o político investiu na infraestrutura urbana (através de obras que careciam de mão de obra como as de André Rebouças), além de alargar o acesso ao ensino superior. Era mais um reforço à ampliação do espaço público (Alonso, 2015).

Assim, dois processos iniciados no sistema político cimentaram o terreno para a mobilização: a modernização dos Conservadores dilatou o público letrado e abriu arenas extraparlamentares de enunciação, ao passo que as conferências dos Liberais Radicais legitimaram o uso dela para a crítica política. Resultado: gente nova usando espaço novo (Alonso, 2015, p. 90).

Retomemos que o “novo” Partido Liberal, em 1869, já clamava: “ou a reforma ou a revolução”. Desde a aprovação da Lei de 1871, surgem várias sociedades emancipadoras, que tinham por principal fim angariar fundos para comprar alforrias de cativos. Não podemos chamá-las de pioneiras, porque algumas foram fundadas um pouco antes, no ambiente propiciado pela Guerra do Paraguai. Cada vez mais, o fenômeno de uma “escravidão elástica”, para usar a expressão de Salles (2011), transformava a sociedade urbana, no sentido da sempre crescente camada de pessoas livres e libertas que ia se dissociando da lógica escravista. Em virtude desses processos, autores como Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1936), ou Aloísio de Azevedo com *O mulato* (1881), discorrerão sobre a especificidade dessa categoria social, o “mulato”, e suas limitadas e contraditórias possibilidades de ascensão (Salles, 2011).

O que havia era o nascimento do mulato enquanto categoria racialista de definição social, formativa do senso comum. Esta categoria nascia a partir de discursos intelectuais, dos quais Aloísio de Azevedo, na época, e o próprio Gilberto Freyre, mais tarde, são exemplares. O mulato e o negro substituíam categorias raciais mais afeitas à ordem escravista, tais como o pardo e o preto. O fator decisivo era a desagregação da ordem escravista, com o esvaziamento do éthos e do habitus senhorial-escravista. Os grupos sociais subalternos desprendiam-se e dissociavam-se da ordem escravista. Tais setores não só sempre haviam existido em larga escala, como eram formados, antes como agora, em sua grande maioria por afrodescendentes e libertos. O fato novo, a partir aproximadamente do final da década de 1860, é que o estar no mundo de um número cada vez maior de pessoas e categorias sociais passou a entrar em

contradição com uma ordem escravista cada vez mais enrijecida e restrita aos extratos superiores da sociedade (Salles, 2011, p. 272).

Esses processos esteiam a democratização do movimento abolicionista cujo início foi caracterizado por um perfil mais elitizado. Em tom de contextualização, vale repetir que tal movimento demorou a se configurar no Brasil. Sua formulação, a partir da década de 1860, alinha-se, sobretudo, aos seguintes condicionantes: a já citada pressão internacional é o primeiro. Nos anos 1860, os dois outros grandes escravismos do continente, os Estados Unidos e Cuba, vivem a abolição. A igualmente já aludida aceleração da urbanização consiste em mais um fator, principalmente em relação à ampliação do espaço público e de meios de difusão de discursos, como a ferrovia, o vapor, a tipografia e o telégrafo. Ademais, a conjuntura política que culmina na Lei do Ventre Livre e o consequente dissenso intraelite. Outro marco remete ao ano de 1869, quando o Conde D'Eu assume o governo do arrasado Paraguai, já bem perto do fim da guerra, e abole a escravidão por lá. Tudo isso impulsiona a mobilização abolicionista e a assimilação de seu repertório moral (Alonso, 2015).

Apesar de ser possível afirmar o caráter elitizado do início do movimento, para a compreensão de sua primazia na desarticulação do escravismo, é incontornável entendê-lo como catalisador de reivindicações da base social. Livres, libertos, mulheres e trabalhadores os mais plurais eram alicerce de uma vontade coletiva articulada pelo movimento abolicionista. Nesse sentido, é possível pensar na luta contra a hegemonia discursiva escravista a partir da forma como o abolicionismo unificou múltiplas vozes e demandas dos setores mais subalternos da sociedade oitocentista. Sob a força de sua principal bandeira, a abolição imediata e sem indenizações, foi construída uma corrente de opinião, de ações políticas, no parlamento, no espaço público, nas ruas e nas senzalas com um crescente impacto nacional (Salles, 2018).

Teia bastante complexa. Seria impossível detalhar toda a trajetória do movimento abolicionista no escopo deste trabalho. Almejo trazer um panorama suficientemente embasado a fim de possibilitar uma compreensão mais acurada da importância dessa luta na vida de André Rebouças e vice-versa. É ele, inclusive, quem, ainda em 1870, cimenta a ponte entre antiescravistas e as instituições ao criar a Associação Central Protetora dos Emancipados. A Lei do Ventre Livre, em toda a sua dimensão, impulsionou a atuação abolicionista ao generalizar um estilo de ativismo muito caro a um dos maiores nomes do movimento: Luiz Gama. Tratava-se de uma militância judicial, o “estilo Gama de

ativismo”, para usar a expressão de Alonso (2015), que utilizava brechas nas leis para conseguir a liberdade dos escravizados. A Lei de 1871 regulamentava o direito sobre a compra de alforria e foi bastante utilizada em numerosas ações de liberdade movidas por abolicionistas e mesmo pelos próprios escravizados. Outros itens da Lei também foram explorados pelos abolicionistas, a exemplo do Fundo de Emancipação, previsto no artigo 3º, a proibição de castigos físicos cruéis, separação das famílias, venda de nascidos depois de 1871, exigência de matrícula, por exemplo. A Lei do Ventre Livre reconheceu também as sociedades abolicionistas, o que as dotou de maior legitimidade. Seu texto previa associações para cuidar dos filhos de escravas abandonados pelos senhores, criar pecúlio em seus nomes, além de garantir, às associações, o direito de compra de manumissões (Alonso, 2015; Chalhoub, 2011).

Para a nacionalização do movimento, Alonso (2015) elenca três caminhos fundamentais. O repertório abolicionista internacional, acessível no Brasil por meio de jornais, livros ou viagens, trazia inspirações, por exemplo, de como os ingleses e estadunidenses combinaram estratégias parlamentares e ação pública; o modelo dos franceses, por sua vez, iluminava caminhos muito utilizados por homens como Rebouças, de *lobby*, alianças e ações dentro do sistema político. Havia, ademais, a inspiração das revoltas escravas, a mais emblemática sendo a do Haiti (Alonso, 2015).

Diferente do mundo anglo-saxão, o abolicionismo brasileiro não recorreu à religião. O catolicismo, afinal, era religião de Estado e salvaguardava o escravismo. Tamanha era sua força, imiscuia-se no estilo de vida e na sociabilidade por meio de seus rituais. Funcionava como braço do Estado ao regular os acontecimentos biográficos, nascimento, casamento, morte. A campanha nacional, então, seria laica e recorreria às artes, ao direito, à moral e à ciência. Nas artes, o movimento romântico agia tanto como legitimador, na figura de homens como José de Alencar, quanto como combatente da escravidão. Em poemas de Castro Alves e em romances como *Úrsula de Maria Firmina dos Reis*, a escravidão figura como drama a fim de transformar a sensibilidade do povo e difundir a compaixão pelos escravizados (Alonso, 2015).

Com a expansão do espaço público e a utilização da arte, os teatros tornaram-se espaços de contestação por excelência. Ganharam das igrejas o lugar de centro da vida social. Segundo o censo de 1872, era baixíssima a alfabetização nacional, fato a reiterar a necessidade de linguagens alternativas não escritas (Alonso, 2015).

Cristalizava-se aí a estratégia *mater* da propaganda na primeira metade dos anos 1880: misto de espetáculo teatral e comício político, meio de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto. A sede impactou o estilo da propaganda. O universo dos espetáculos teatrais forneceu linguagem para a expressão e a ritualização do proselitismo abolicionista (ALONSO, 2015, p. 134).

A retórica utilizada por artistas e abolicionistas era a da compaixão. Várias vezes – como o exemplo trazido há pouco da memória de Rebouças – pessoas foram libertadas em espetáculos, o que impulsionava o público à luta pela reparação. O efeito era poderoso: o público ia ao delírio, de pé, em lágrimas, brandia lenços, atirava flores. Assim a camélia tornou-se símbolo do movimento, quando, em junho de 1883, José do Patrocínio entregara, sobre o palco, 115 cartas de alforria. Flores eram jogadas à medida que cada indivíduo alcançava a tão sonhada liberdade (Alonso, 2015).

3.5 “Juraram não sobreviver à reescravização da sua raça!”

Já discorri sobre como a mente de Rebouças vivia iluminada por abstrações, conceitos, novas fórmulas... ideias sem fim para adiantar o “progresso do país”. Em julho de 1871, além das discussões sobre os nascidos livres, ele pensa em criar núcleos coloniais onde inexistisse trabalho escravo. Em conversa com o Visconde de Rio Branco, então ministro da fazenda, em 13 de julho, leva essa discussão adiante e propõe-lhe “a ideia da criação de uma grande Fazenda Normal, de uma Libéria¹⁴, com emancipados e colonos, para a propaganda no Valle do Parahyba, no centro dos escravagistas, dos sãos princípios do trabalho livre” (Rebouças, André. Diário, 13 de julho de 1871).

Já no mês de setembro de 1871, um dos acontecimentos mais importantes foi a inauguração das Docas de D. Pedro II, obra na qual Rebouças vinha trabalhando com afinco. No mesmo mês, no dia 27, é votada, entre flores, no senado, a Emancipação - “Graças a Deus”. Rebouças recorta e cola uma matéria de jornal com detalhes acerca desse inesquecível dia. Não consta nem a autoria (acredito que seja dele) nem o nome do veículo impresso. No texto recortado, lê-se que “de amanhã em diante ninguém mais nasce escravo no Brasil”. E, ainda, detalhes sobre o momento: “logo que se anunciou o resultado da votação, isto é, que passara a ser lei do país a proposta do gabinete de 7 de março, um brado imenso de alegria prorrompeu do povo, que atulhava as galerias e corredores do senado. Era uma prodigiosa quantidade de flores que caía das galerias”.

¹⁴ República mais antiga da África, fundada por antigos escravizados americanos libertados em 1822.

A vitória do Ventre Livre – apesar das futuras e justas críticas à sua aplicabilidade – foi uma conquista incomensurável para todos comprometidos com a Abolição no Brasil. Não nasceria, afinal, mais nenhum indivíduo escravizado no país. Do ponto de vista pessoal, o final de 1871 foi bastante difícil para “quem se reconheceu vítima de uma traição”. Traição, aliás, é a palavra utilizada por ele para melhor caracterizar “a história da organização da Companhia das Docas de D. Pedro II”. Demitido, Rebouças assiste ser nomeado em seu lugar um grande inimigo pessoal seu e de seu irmão Antônio: Borja Castro (personagem bastante citado no próximo capítulo). Foi desolador. As dores da alma logo reverberam no corpo; ele finaliza o ano com o “organismo debilitado pela última moléstia e pelos desgostos deste ano”. “Debilidade por excesso de trabalho e dor”. Apesar de tanto pesar, ao ponto de afirmar ser “cálculo interessante o da soma que custou ao tesouro nacional a guerra aos Irmãos Rebouças no Rio de Janeiro e no Paraná”, André esconde sua dor: “só Deus me viu chorar”.

No início de 1872, a tristeza ainda o acompanha. Logo em 8 de janeiro morre seu grande amigo, o Visconde de Itaborahy. Arrebata-lhe essa perda somada a tantas traições e preconceitos. O Visconde era, além de tudo, alguém comprometido em fazer-lhe, sempre que possível, justiça. André fica “esmagado de dor”. Seu alento vinha do colo da família, da possibilidade de abraçar “o meu Juca”, “o meu Antonio”... tomar banho de mar com as manas Carolina e Anna. Outro ponto reconfortante era a amizade com o Imperador e com o Conde d’Eu, a qual não parava de crescer. Rebouças registra como um marco importante o dia 27 de abril: “o Imperador dispensa o beija-mão”. Ao escrever sobre o crescente elo entre eles, reflete sobre como mudara o comportamento do Visconde do Rio Branco para como ele. Esse ponto, “a metamorfose” do político em decorrência do testemunho de tal amizade, ilustra como não era fortuita a supervalorização de André em relação à família Imperial. Uma leitura superficial pode taxar essa quase idolatria como reflexo de uma mente complexada. Entretanto é possível vislumbrar que, naquele cotidiano profundamente marcado pelo racismo, se sentir acolhido pela elite máxima do país era um caminho de reconhecimento público de sua cidadania.

Ainda em 1872, André torna-se padrinho novamente; desta vez, do “inocente Antonio Carlos Burtamante”. Em 18 de agosto, outra criança chega para somar à sua vida, “a senhora do Antonio dá à luz, às 11 ¼h, uma menina com a maior felicidade. Maria Carolina Rebouças.”. Pouco antes do nascimento da sobrinha, ele decidira partir, pela segunda vez, para a Europa e para os Estados Unidos. Essa é uma viagem bastante

importante em sua vida, mas que, por razões que serão conhecidas durante a leitura, será detalhada no capítulo a seguir.

De volta ao Rio, em 19 de julho de 1873, André não discorre muito sobre quão dolorosa foi a experiência em solo estadunidense. Ele segue com seus ideais e passa dias e noites em “estudos sobre a Emancipação”. Nesse sentido, é possível dizer que a experiência fora do país aguerriu seu compromisso abolicionista. Logo do seu regresso, aproveita, também, para dar continuidade à progressiva estreiteza dos laços com a família imperial; vínculo que nutrirá até o fim de sua vida. Imensamente saudoso, Rebouças celebra, logo ao chegar, que “concedia-me Deus a graça de rever o meu bom Pai, um pouco mais velho e abatido; a Mana Anna Rita e os irmãos Pedro e José”. Seu irmão mais próximo, Antonio, não estava na cidade e os dois precisam esperar até o dia 17 de setembro para o abraço. Nesse momento, eles já haviam trilhado caminhos diferentes; por grande parte da vida, no entanto, cumpriram à risca a realização do “belo plano” de seu bom pai. Rebouças discorre sobre essa pretensão do velho Antonio quando já estava em seu exílio. Era 10 de agosto de 1897 e, em carta a Taunay, afirma amar cada vez mais o saudoso pai, que, naquela data, completaria 99 anos, sobretudo “pelo desvelo, pela dedicação até o sacrifício que ele empregou na minha educação. Principiou concebendo o *belo plano*, que realizou perfeitamente, de tornar inseparáveis os dois irmãos André e Antonio; a tal ponto que nossa biografia é exatamente a mesma até 28 de dezembro de 1863, quando pela primeira vez nos separamos em Santa Catarina. Foi, em complemento da nossa instrução na Engenharia, mandando-nos à Europa que meu devotado Pai levou até a mais alta abnegação o seu intento de assegurar-nos todos os elementos de progresso e prosperidade. Nesta especialidade de mandar completar a educação na Europa, foi realmente admirável. Jamais saiu do Brasil e, no entanto, sustentou na Europa durante anos a dois irmãos e dois filhos.”.

Trouxe essa lembrança sobre o “belo plano”, porque me tocou muito ler essa carta, escrita tão próximo à data da morte de André Rebouças. Àquela altura, ele afirma preferir rememorar esses momentos como forma de encontrar conforto, tão grande já era o seu sofrimento. Trouxe, ademais, por ser uma maneira de ilustrar a força do vínculo entre ele e seu “mano” Antonio, porque, retomemos a 1873, o destino os separa precocemente. Antonio Rebouças não estava no Rio quando da chegada de André, porque trabalhava como engenheiro chefe da Companhia de Ferro de Campinas a Limeira e ao Rio Claro. Ele consegue passar uns dias com a família, entre 17 e 27 de setembro, mas o trabalho

impõe a necessidade do retorno. Eles seguem com a grande amizade através de uma comunicação assídua por cartas. De repente, uma delas surpreende André: em 3 de maio de 1874, “chega de São Paulo a notícia de que Antonio adoeceu gravemente de febres intermitentes”. No dia 7, a mensagem diz da sua piora. Em 20 de maio, um sopro de esperança: ele estava um pouco melhor. No dia 28 de maio, um dia já triste por ser o nono aniversário “de falecimento de minha boa mãe”, os Rebouças vão à missa. Ao retornar ao trabalho, a desoladora notícia: dois dias antes, morrera “o Engenheiro Antonio Rebouças”. “Um dos dias mais tristes da minha vida”, nos diz André. Daí em diante, foram incontáveis dias da mais profunda tristeza e uma marca indelével de dor no coração do nosso abolicionista.

Sempre deslumbrado com a produção da memória sua e dos seus, Rebouças não tardou em começar a escrever os “apontamentos para a biografia do Engenheiro Antonio Rebouças”. Foram dias seguidos dedicados à escrita e ele aproveitou ter passado, recentemente, a contribuir com o jornal Novo Mundo para lá publicar a história da vida de seu “mano” mais amado. Esse jornal, inclusive, será legado a Rebouças pelo amigo José Carlos Rodrigues, figura de importância incontornável aos difíceis dias de André em solo estadunidense. Em 30 de agosto, o Diário Oficial também publica “os apontamentos biográficos do meu Antonio”.



Figura 8: André Rebouças, *Diário*, junho de 1874. Um dentre vários recortes sobre a morte de Antonio Rebouças (filho).

Desde 1870, ele vinha desenvolvendo a pesquisa de uma fórmula agrícola emancipadora. Em 26 de junho de 1874, registra no diário ter iniciado a escrita do seu livro *Agricultura Nacional*. A obra será publicada em 1883, mas aproveitou para antecipar aqui seus argumentos principais. Conforme argumenta Jucá (1988), trata-se da síntese do pensamento social de André Rebouças no que tange às suas propostas para a Abolição. Esse momento, aliás, de transição do trabalho escravizado para o livre, é tido pelo reformador enquanto ideal para a implementação de seus ideais de reforma agrária.

Em “Agricultura Nacional – Estudos Econômicos (setembro de 1874 a setembro de 1883)” (1988), vemos o resultado de um minucioso estudo crítico à estrutura fundiária do país. Ferrenho estudioso da economia, Rebouças justifica a importância de seu trabalho como alinhado aos postulados da ciência econômica da época: o progresso definido pela agricultura nacional. Para tal, propõe a execução do seu “princípio de centralização agrícola”, a criação de fazendas centrais, para a produção de todos os grandes produtos da agricultura nacional: algodão, fumo, cacau etc. Essa centralização agrícola e industrial, conforme argumenta, seria ideal para a execução do princípio econômico da “divisão do trabalho”. Essa mudança transformaria a lavoura escravagista em indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista (Rebouças, André, 1988).

Dentre os argumentos desenvolvidos na obra, destaco a atenção de Rebouças também à situação dos indígenas brasileiros. Ele evidencia seu cuidado em evitar que suceda aqui o mesmo dos Estados Unidos e das repúblicas hispano-americanas, sobre as quais “pesam o grande pecado e o grande crime de exterminação dos índios”. A Democracia Rural deveria contemplar todos os sujeitos presentes no Brasil. Rebouças discorre, ademais, sobre como o escravismo seria um sistema depravador dos indivíduos todos, desde os senhores aos escravizados, na maneira como impede a realização do trabalho livre.

O trabalho não pode ser honrado no mesmo lugar em que ele é considerado infamante. Nos senhores a inatividade da inteligência é a consequência da inatividade do corpo: com o chicote na mão fica o senhor evidentemente dispensado do trabalho de raciocinar (Rebouças, André, 1988, p. 173).

Com a emancipação, os antigos escravizados deveriam passar a pequenos agricultores e, para tal, além do acesso à terra, deveriam ser instruídos tecnicamente. A educação, então, seria chave para integração desses novos cidadãos ao novo regime de

trabalho. Ainda em 1875, Rebouças aprofunda sua compreensão sobre a importância da educação a partir do caso dos ingênuos, livres desde a lei de 1871. Em seu artigo “O Futuro do Ingênuos”, publicado no jornal *O Novo Mundo*, de Nova Iorque, em 23 de abril de 1875, ele reivindica ao Estado a criação de uma legislação especial voltada à instrução dos ingênuos. Em sua *Democracia Rural*, os engenhos centrais ocupariam papel crucial nesse projeto, uma vez que seriam estimulados a manter, em suas escolas agrícolas, o melhor sistema de educação técnica. O progresso, ele afirma em *Agricultura Nacional* (1988, p. 343), é a liberdade em ação.

Os Diários de André Rebouças seguem a nos conduzir até 1876, ano em que completa, em uma triste celebração com poucos amigos, seus 38 anos. Após isso, dentre os volumes aos quais tive acesso, há uma lacuna temporal e o ano seguinte, a partir do qual daremos continuidade, remete já à luta abolicionista a plenos pulmões: 1883. Nesse mesmo ano, Rebouças publica, uma sequência de textos, publicizada no jornal “*Gazeta da Tarde*” e, posteriormente, publicada como panfleto pela Confederação Abolicionista, intitulada “*Abolição Imediata e Sem Indenização*”. Essa obra expõe seu olhar tão abrangente quanto sensível enquanto abolicionista reformador. Análise, é claro, também o processo de autocompreensão de sua identidade racial.

A obra *Abolição Imediata e Sem Indenização* (1883) contempla quinze textos curtos, próprios para serem publicados em sequência como material jornalístico. O cerne de seu argumento, parte ilustrado no título, eram as duas grandes reformas sociais reivindicadas pelo movimento abolicionista: a abolição imediata e sem qualquer indenização e a destruição do monopólio territorial com consequente organização de uma democracia rural. Para Rebouças, a primeira demanda reiterava a crença dos abolicionistas na igualdade e na fraternidade de todos os seres humanos. Ao trazer esse ponto, explicita sua compreensão acerca da criação social tanto do estigma sobre a cor negra quando da pretensa superioridade dos brancos.

Esse argumento é importante aqui por ilustrar faces da sua própria construção identitária. Conforme trarei no próximo capítulo, foram muitos os episódios racistas dirigidos a André e seus familiares. Essa violência, é claro, contribuiu para a sua construção identitária. Em grande parte de sua vida, ele foi lido, de forma opressora, enquanto “mulato”. Ele passará, paulatinamente, a reverter essa identificação e a se reconhecer mutuamente com outras pessoas de sua cor, ainda enquanto “mulato”, mas em

tom de orgulho. Os homens com quem se reconhece, afinal, eram incontestavelmente admiráveis, fontes de grande estima, tais como o Maestro Santa Rosa e os abolicionistas Frederick Douglass e Luiz Gama. Com o progressivo processo de racialização pelo qual passará o país com a iminência da Abolição e no período imediatamente posterior, André viverá uma reviravolta identitária e “assumirá sua alma africana”, conteúdo do último capítulo. Por ora, cabe perceber a composição de seu enredo sobre as cores/raças nas linhas de seu discurso biográfico. O seu engajamento abolicionista fortalece cada vez mais seu antirracismo e sua compreensão de que era urgente defender a humanidade daqueles subjugados pela escravidão, os quais compartilhavam consigo a mesma cor de pele.

Nos primeiros volumes de sua obra *Abolição Imediata e Sem Indenização*, há a exposição, com uma profusão de exemplos, das “mais tenebrosas” crueldades perpetradas pelos escravocratas. Muito me interessa a forma como a situação da mulher escravizada o sensibilizava. Ele discorre, por exemplo, sobre senhores que atuavam como seus cafetões. Ou, ainda, sobre a “exploração criminosa e atroz das amas de leite que continua, aqui mesmo; na capital do império, em presença do parlamento e dos mais altos tribunais”. Seu trabalho busca contrariar, conforme argumenta, a narrativa da imprensa, a qual insistia em expor uma versão unilateral da violência legítima perpetrada pelos escravizados. “Tudo o mais fica abafado”, ele nos diz, e “só Deus sabe quanto é lúgubre a história íntima das senzalas e dos eitos das fazendas. O número de envenenamentos, de assassinatos, de infanticídios, de abortos, de estrangulações ao nascer excede a quanto se pode imaginar” (Rebouças, André, 1883).

Uma crítica ferrenha à aplicabilidade da Lei do Ventre Livre também está presente. O seu maior erro, segundo o argumento de Rebouças, foi o de não ter marcado prazo para a extinção completa do cativeiro. A fraude e ganância dos que lucravam com a escravidão eram tamanhas que chegavam a vender ingênuos em praça pública. Ademais, as prometidas escolas e fazendas normais para educação dessas crianças jamais se realizaram (Rebouças, André, 1883).

Os infelizes, que têm escapado às garras das parteiras, às sevícias nas mãos, à fome, à sede e aos maus tratos, jazem por esses eitos e por essas senzalas entre os porcos e os cães. Tudo isso demonstra que a abolição deve ser imediata e total, sem condição alguma. Não se pode contemporizar com o crime, sem dar origem a novas fraudes e a crimes maiores. Os escravocratas habituaram-se a considerar suas vítimas como objeto de mercado e de especulação, e prosseguem desassombradamente na carreira vertiginosa das mais torpes iniquidades (Rebouças, André, 1883, p. 14).

Foi uma ilusão, ele admite, o clamor aliviado dos abolicionistas, quando do dia 28 de setembro de 1871: “ninguém mais nasce escravo no Brasil”. As fraudes foram as mais diversas. Além da corrupção envolvendo o Fundo de Emancipação, os escravocratas alteravam as idades dos africanos escravizados, substituíam mortos por vivos e “fizeram dos livros das matrículas uma nova Costa d’África”. A “pirataria em torno dos berços” também seguiu incólume. A proteção dos juízes, “fraquíssima nas capitais, foi inteiramente nula nos distritos rurais”. As crianças e suas mães, então, experienciaram a continuidade da brutalidade escravocrata, à revelia de qualquer lei (Rebouças, André, 1883).

Qual juiz que jamais ousou penetrar em uma fazenda, percorrer as senzalas, inquirir da sorte das mães e dos seus desgraçados filhinhos? Onipotentes em suas misteriosas e impenetráveis fazendas, fizeram dos ingênuos quanto lhes ditou a ferocidade de suas paixões. (...) As mães foram imediatamente para os canaviais e para os cafezais, ou vieram remetidas para o grande mercado do Rio de Janeiro, engrossar a torpíssima indústria das amas de leite (Rebouças, André, 1883, p. 17).

Ainda sobre a situação das amas de leite, Rebouças publica, na Gazeta da Tarde (RJ) do dia 19 de maio de 1883, uma interessantíssima matéria intitulada “Devassa sobre amas de leite”. Suas letras discorrem sobre como “os torpes exploradores de mães escravas” vão até o infanticídio para garantir a venda ou aluguel “destas infelizes”. Cumpriria aos abolicionistas, segundo argumenta, abrir uma rigorosa investigação acerca desses crimes nefandos. Às mulheres brasileira, ele clama por solidariedade e traz o exemplo da ação das norte-americanas junto às estratégias de fuga da “*underground railroad*”. Bastaria, às brasileiras, inquirir a cada ama de leite por “onde está o seu filho?”. Caso a resposta fosse “a parteira é quem sabe”, “foi atirado na roda” ou “ficou lá na fazenda”, poderia se inferir os crimes de abandono e/ou infanticídio. Esses crimes sensibilizavam sobremaneira o coração de Rebouças. Indignado face a “tamanha monstruosidade” perpetrada pelos “exploradores da raça africana”, ele diz

Ora, nós queremos ler os nomes, as moradias e todos os esclarecimentos sobre esses monstros, que arrancam míseras crianças dos ventres das próprias mães; que as mandam sufocar por hediondas parteiras que as deixam em abandono, embrulhadas em alguns trapos, nas portas dos hospitais; nas escadas das Igrejas e até nos montes de cisco das ruas e das praças públicas (Rebouças, André. Devassa sobre amas de leite. Gazeta da Tarde, 19 de maio de 1883a, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil).

Todas essas fraudes na execução da Lei do Ventre Livre comprovavam a necessidade urgente de uma abolição imediata e total. Não se poderia contemporizar com esse crime hediondo, argumenta Rebouças, sem dar margem a novos crimes, porque os

escravocratas estariam já habituados “a considerar suas vítimas como objeto de mercado e de especulação, e prosseguem desassombradamente na carreira vertiginosa das mais torpes iniquidades”. Os senhores de engenho, que só compreendiam a existência à custa da exploração desumana de seus semelhantes, passavam adiante esse padrão violento. Desde a infância, reproduziam a brutalidade, testemunhavam espancamentos e torturas, “as lágrimas dos escravizados e as pancadas dos chicotes”. Certo dia, inclusive,

um abolicionista viu, horrorizado, em uma fazenda do Vale do Parahyba, uma criança que se divertia chicoteando um arbusto, e simulando os gemidos do escravo e, simultaneamente, as injúrias do surrador (Rebouças, André, 1883, p. 45).

Esse é um ponto fundamental: “o elemento impossível e refratário às instituições democráticas americanas é o fazendeiro ou o senhor de engenho, monopolizador de latifúndios, explorador de escravos”. Ou seja, segundo Rebouças, eram os escravocratas os contrários à modernização, aos valores civilizatórios e não os escravizados como tentavam fazer crer. Ao contrário, e ele defenderá com veemência esse argumento, “o africano, demonstram-no plenamente os exemplos dos Estados Unidos e das colônias europeias emancipadas, faz prontamente a evolução para operário ou trabalhador assalariado e, ainda melhor para agricultor, proprietário das terras de sua lavoura” (Rebouças, André, 1883).

Alguma contextualização faz-se necessária para um entendimento mais acurado do porquê, do ponto de vista racial, a discussão sobre os libertos ser tão importante para Rebouças. A década de 1880 remete, vale lembrar, ao progressivo abraço das elites às ideias racialistas. Desde a Constituição de 1824, os libertos e os ingênuos adquiriram direitos políticos enquanto novos cidadãos do Império. Aos libertos, no entanto, fora vetada a participação nas eleições em segundo grau, ou seja, embora pudessem votar, não poderiam ser votados. Essa diferenciação nas linhas constitucionais engendra, inclusive, uma importante distinção social entre esses dois grupos no que tange a sua cidadania. Atesta, além disso, os limites dessa constituição pretensamente igualitária: essa ordem, evidentemente, era impraticável enquanto da existência da escravidão (Costa, 2013).

Em 1881, dois anos antes da escrita da supracitada obra de Rebouças, novos direitos políticos são concedidos aos libertos a partir de uma reforma eleitoral. A partir de então, esses indivíduos passavam a ser, pretensamente, cidadãos plenos. As elites logo sentiram-se ameaçadas. Do ponto de vista eleitoral, pode-se dizer que temiam a composição de um “voto negro” (Costa, 2013). Isso porque cada vez mais o fator da cor

servia como catalizador desse crescente grupo de pessoas a se dissociar da escravidão. O movimento abolicionista, que também não cessou de se ampliar socialmente, é parte fundamental nesse contexto. A partir dele, a questão racial, imposta hegemonicamente, foi dialeticamente apreendida enquanto experiência unificadora de uma nova identidade que ligava escravizados, libertos, negros e “mestiços” livres na busca comum do reconhecimento de sua cidadania (Salles, 2011). “É nesse momento”, afirma Salles (2011), “que talvez pudéssemos falar da experiência de uma ‘classe de homens de cor’”.

Isso posto, podemos compreender a urgência em defender “a superioridade moral dos libertos”, conforme argumentava Rebouças. O temor das elites instrumentalizou o discurso racialista a fim de reiterar a subjugação desse grupo e mantê-lo sob a égide do estigma da inferioridade. Para o Visconde de Nitheroy, por exemplo, a plena cidadania política dos libertos era uma temeridade à ordem pública. Em texto publicado na Gazeta da Tarde (RJ) no dia 4 junho de 1883, Rebouças disserta sobre exemplos norte-americanos de bem-sucedida inclusão desses indivíduos à ordem competitiva. “Quando dirigidos com inteligência, tratados com equidade e, principalmente, fazendo-se-lhes justiça”, diz Rebouças, “não há melhor trabalhador do que o preto liberto, mesmo em comparação com o de qualquer outra raça do mundo”. Com a educação, segue a argumentar, progressivamente tornar-se-iam melhores cidadãos. Rebouças traz no seu texto um depoimento de um estadunidense branco a afirmar sua surpresa e satisfação com essa nova classe de trabalhadores. “Para os que sabem os prejuízos e preconceitos atrozes” dos “Yankees contra os pretos antes da Abolição, este depoimento é de uma importância sem limites”, porque, diante do racismo, compreende Rebouças, somente devido à grande superioridade do trabalhador liberto um branco proferiria tal discurso. Com a Abolição e as demais reformas sociais necessárias,

O trabalhador vai ser glorificado; o trabalhador vai ser elevado à categoria de cidadão, senhor dos seus destinos; podendo aspirar a tudo pela sua virtude, pelo seu talento e pela sua atividade. O que desaparecerá, para honra do século e glória da Humanidade, é o fazendeiro parasita e soberbo; déspota indomável; rotineiro, boçal e analfabeto; incapaz de lição de progresso; refratário ao menor sentimento de equidade e justiça (Rebouças, 1883b).

A partir do raciocínio de Salles (2011), podemos associar a defesa de Rebouças à cidadania dos libertos à crescente experiência unificadora vivida por ele e por seus semelhantes reféns do racismo. Ainda que houvesse diferenciações nesse grupo, cada vez mais tornava-se evidente o ponto comum de serem subjugados por uma mesma opressão e, mais além, de terem de lutar todos pelo direito à cidadania, aspecto a ser explorado no

capítulo seguinte. Cumpre evidenciar aqui como a construção identitária de Rebouças perpassa e retroalimenta seu engajamento abolicionista.

No início dos anos 1880, havia um grupo relativamente coeso de abolicionistas negros em disputa por concepções abrangentes de cidadania. José do Patrocínio, por exemplo, era amigo íntimo de Rebouças, chegando a confiar-lhe o batismo do seu filho. Luiz Gama, por sua vez, fora homenageado por Rebouças diversas vezes, a exemplo do uso de seu nome e memória na articulação da *underground* abolicionista sobre a qual falarei adiante ou, ainda, no esforço de escrever a “biografia desse imortal mulato”. Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) traz um caso bastante emblemático para a elucidação do argumento aqui desenvolvido. Em dezembro de 1880, Patrocínio profere mais uma de suas conferências abolicionistas e recebe, posteriormente, palavras de ódio por parte de um escravocrata anônimo. A agressão comunica ao público leitor que “esse homem (Patrocínio) e seus colegas” buscavam levar o país “a uma insurreição de gente ainda escravizada”. Luiz Gama, tão logo toma ciência do texto e de seu teor racista, sai em defesa do amigo e diz que, apesar da cor negra ser lida enquanto um defeito, essa mesma cor, tal qual a terra, oculta vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. Mais além, Gama defende a “elevada inteligência”, “a nobreza do caráter” de José do Patrocínio. Caráter, aliás, ele segue a defender, que não tem cores (Pinto, 2018).

Do ponto de vista social, percebemos o progressivo recrudescimento do sentido atribuído à semântica coletiva em torno da cor negra. Rebouças, abolicionista cada vez mais aguerrido, vive a repercussão subjetiva desse discurso público na sua construção identitária. Uma vez que esse processo é aqui analisado a partir de sua escrita, trago um trecho interessantíssimo de uma publicação do dia 09 de setembro de 1885 e recortada e colada em seu Diário. Nela, ele diz: “Nada de hipocrisias... Não há vida particular para os **africanos, negros e mulatos**, no momento supremo, em que juraram não sobreviver à reescravização **da sua raça!**”. Esse trecho explicita como, em 1885, André Rebouças já compreendia como comum a subjugação pelo estigma da cor. “Africanos, negros e mulatos” partilhavam o temor da reescravização de sua raça. Esse é, até 1885, o registro mais veemente de sua autocompreensão enquanto negro; ser “mulato”, como ele era predominantemente lido, era, afinal, ser negro tanto quanto o era para os africanos. Essa admissão representa um ponto importante na construção de seu discurso e autocompreensão acerca de sua cor. No exílio, veremos o ápice da autoafirmação de sua negritude que, em 1885, na luta pela Abolição, já se explicitava.

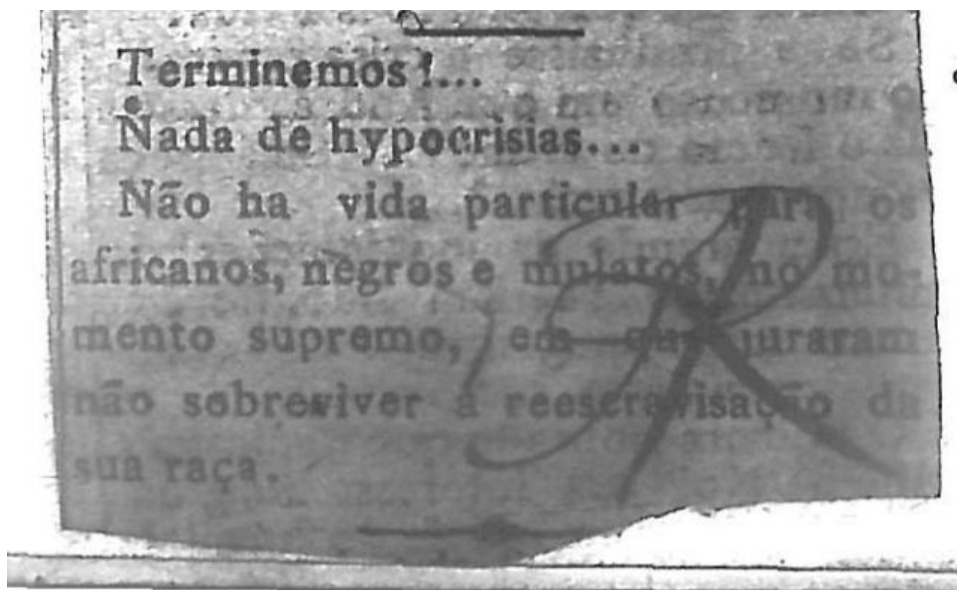


Figura 9: André Rebouças. Diário. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.

São vários os dados trazidos por Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) a fim de corroborar como, dada a precariedade da cidadania negra, esses homens de cor abolicionistas logo reconheceram, em seus discursos, o racismo como grande entrave à democracia. Nesse sentido, empreenderam ações pela liberdade muito mais complexas do que podemos supor (Pinto, 2018). Esse é um ponto fundamental, porque põe por água abaixo enunciados redutores que taxam a luta de abolicionistas tais quais André Rebouças como elitista e/ou dissociada das massas. Sem dúvida, uma das ações mais surpreendentes articulada por ele foi a versão brasileira de uma rota de fuga inspirada na *underground railroad* dos Estados Unidos.

Ainda em 1883, no dia 21 de maio, ele escreve para a Gazeta da Tarde (RJ) um texto intitulado “Caminho de Ferro Subterrâneo Emancipador”. O objetivo era informar, aos leitores, a existência e o funcionamento de tal mecanismo abolicionista. Como bom admirador da história norte-americana, Rebouças conhecia, em detalhes, o passo a passo perigoso daqueles sedentos por liberdade e dos seus ajudantes. A *underground railroad* “que tantos milagres fez nos Estados Unidos” levava do sul ao norte escravizados em fuga, já que “os Estados do Norte não possuíam escravos”. Podia, ainda, levá-los ao Canadá, “território absolutamente livre, onde era impossível perseguir escravos, e continuar a caçada, com espingardas e com cães, dos infelizes fugitivos”. A rede abolicionista permanecia atenta, pronta para receber quem chegasse: “vestiam os nus;

davam de comer aos famintos; cortavam-lhes os cabelos, e davam-lhes, assim, todas as aparências de homens livres”.

O Caminho de ferro subterrâneo trabalhava, principalmente, à noite: ou melhor, era então que Abolicionistas devotados tomavam os fugitivos, e os levavam de posto em posto, de modo a ficarem durante o dia em abrigo seguro. Muito combate travou-se entre os Abolicionistas e os ferozes caçadores de escravos. O comboio libertador chegava, às vezes, já à fronteira do Canadá; quando aparecia uma partida de caçadores de escravos. Era, então, necessário combater a ferro e fogo: à faca e a revólver, para livrar os infelizes dos horrores da reescravidão. Os americanos ainda hoje recordam os extraordinários feitos de então. A meia noite, ouvia-se bater, à porta da cozinha, três pancadas misteriosas. Apressavam-se em abrir. Entrava uma infeliz, com os olhos fundos de lágrimas, arquejando de fadiga: morrendo de frio, de fome e de sede... Carregava uma criança às vezes já cadáver... Era então belo de ver como toda a família abolicionista rodeava a infeliz: como lhe prodigalizava os mais carinhosos cuidados e as mais santas palavras de animação. Aí permanecia até readquirir forças para prosseguir na árdua viagem para a terra da Liberdade. Na noite, mais conveniente, uma escolta de Abolicionistas vinha tomar a foragida, e a conduzia com as maiores precauções até a Estação seguinte. Assim iam, de noite em noite, de estação em estação, através de mil perigos, até encontrar a terra aureolada, onde podiam ajoelhar-se e dirigir ao Onipotente a sublime oração — Graças! Graças, meu Deus, agora já sou livre! (Rebouças, 1883c)

Essa publicação de 1883 atesta quão inspirado ficara André com a criação desses caminhos para a liberdade. Infelizmente, era inviável pensar em rotas de fuga em um país completamente escravocrata como era o Brasil. Algo muda, no entanto, em 1884: o Ceará torna-se a “terra da luz”, “esplêndido farol dos argonautas de novas liberdades”, “terra predestinada! Ser a primeira entre as vintes irmãs”. A Abolição no Ceará foi motivo de interminável júbilo entre os abolicionistas. Rebouças escreveu textos belíssimos, a exemplo da “Saudação ao Ceará, redentor dos escravos e glorificador dos livres”, publicado em nome da Confederação Abolicionista no Jornal do Comércio de 26 de março de 1884. “Amanhã, no Ceará”, ele diz, “as criancinhas, quando estiverem secos os seios das mães, não sentirão mais o amargor do leite escravo, envenenado pelo ciúme, pela raiva e pela sede de vingança”, porque “refulge, esplendorosamente, o novo símbolo da Redenção: a vela triangular e branca da Jangada Libertadora!”.

3.6 “Terra da luz”

Durante toda a década de 1870, a escravidão, gradativamente, torna-se questão catalizadora de inquietações sociais e políticas. Em 1880, Joaquim Nabuco, na Câmara, pede urgência na discussão de um projeto de abolição imediata. O pedido foi derrotado por 77 votos a 18. Nesse mesmo ano, Rebouças retoma seu plano de 1870, o de criar uma Associação Central Protetora dos Emancipados. Um ano depois, junto com ele, João

Clapp, José do Patrocínio e outros criam a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que editava o jornal *O Abolicionista*. Ferreira de Meneses, outro abolicionista negro como Rebouças e Patrocínio, funda, no mesmo ano, seu jornal *Gazeta da Tarde* e conferências abolicionistas, organizadas pela nova sociedade, tornam-se frequentes. De 1880 a 1881, foram realizadas 44 sessões de Conferências Emancipadoras. Ainda em 1881, com a morte precoce de Ferreira de Menezes, cabe a José do Patrocínio garantir a continuidade de tão importante veículo abolicionista. Dentre tantas matérias, gostaria de ressaltar a publicação, na “*Gazeta da Tarde*”, da autobiografia de Frederick Douglass, líder negro estadunidense e inspiração para André Rebouças.

Já em 1883, face à cada vez mais evidente pressão do movimento, o Imperador volta a pressionar lideranças políticas, exigindo atenção ao cumprimento da Lei de 1871 e, no seu discurso, em maio, na abertura do Parlamento, alerta para que não seja esquecida a pauta da extinção gradual da escravidão. Imediatamente depois, abolicionistas como Patrocínio concordam ser hora de uma nova fase de propaganda a partir dessa promissora fala do então monarca. Vários abolicionistas reúnem-se, então, na *Gazeta da Tarde* e fundam a Confederação Abolicionista cujo objetivo, além de estratégias diversas em prol da causa da liberdade, era criar um ponto de encontro para militantes do país. André Rebouças, claro, participa de tudo isso (Salles, 2011; Alonso, 2015; Needell, 2010).

Ainda em 1878, Patrocínio cobre a grande seca no Ceará. Quem estava à frente da campanha era João Cordeiro, criador do grupo *Perseverança e Porvir*, embrião do que viria a ser a Sociedade Cearense Libertadora (SCL), a primeira, fora da Corte, a ganhar visibilidade nacional. A atuação da SCL, criada em fins de 1880, consistia, basicamente, em conferências-concerto e na atuação jurídica em prol da liberdade. O grupo criou também um jornal, “*O libertador*”. A primeira mobilização pública dos abolicionistas cearenses ocorreu da seguinte forma: eles pagaram para que estivadores do porto de Fortaleza entrassem em greve, o que impossibilitaria o embarque de escravizados. Além dessa estratégia, repetida outros dias, foi realizada uma grande passeata ao Porto e, na madrugada, um incêndio planejado acarretou a fuga de nove escravizados que iriam embarcar. Os ventos rebeldes cearenses chegaram à Corte. Rebouças louvou a estratégia de confrontação da SCL e organizou conferência-concerto para homenageá-la, no Teatro Pedro II. No intervalo de um ano, entre 1880 e 1881, a organização cearense entregou 379 manumissões (Alonso, 2015).

Apesar de a cena distar léguas de seus hábitos aristocráticos, Nabuco, como Rebouças e Patrocínio, conectou-se à SCL por intermédio de José Correia do Amaral, que lhe escreveu no meio do salteiro: “Os abolicionistas do Ceará animam-se toda vez que o nome de V. S.^a é recordado, sempre com entusiasmo pela causa que defendemos e de que V.S.^a é nosso patrono”. Solicitou ainda a Nabuco que publicasse o manifesto da SCL na Corte. Foi atendido duplamente, em *O Abolicionista* e na *Gazeta da Tarde*, que cobriu toda a movimentação cearense (Alonso, 2015, p. 174).

Os esforços para perseguir e impedir a entrada de escravizados remetem a um nome em especial, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde. “Mulato” nascido livre, ele tornou-se pescador ainda criança. Quando adulto, mudou-se para Fortaleza, tendo nascido em Aracati (CE), e comprou duas jangadas. O Chico da Matilde conhecera João Cordeiro quando participava do auxílio às vítimas da aludida seca. Ele decidiu engajar-se no movimento e aderiu à greve no porto. Em 1884, a província do Ceará declarou extinta a escravidão em seu território e Chico da Matilde, cognominado Dragão do Mar, foi ovacionado, juntamente com sua “Jangada Libertadora, símbolo da Redenção, que refulgiu, esplendorosamente” nos mares cearenses, e levado, inclusive, para desfilar nas ruas do Rio de Janeiro (Alonso, 2015).

Com efeito, o triunfo cearense reverberou sobremaneira e atingiu alcance nacional como prova da eficácia do movimento abolicionista. Outras províncias foram inspiradas a dar fim ao cativo. O protagonismo cearense levou José do Patrocínio a homenagear essa terra com a denominação de “Terra da luz” (Needell, 2010). “Laços de uma indestrutível amizade ligam nossos chefes aos chefes do Movimento cearense”, diz Rebouças no dia 2 de abril de 1884. Ele e seus companheiros tinham esperança de que “a 7 de setembro de 1884 não haja mais escravos no Brasil”. Ainda no início do ano, em 25 de janeiro, André tem um encontro com o Visconde de Paranaguá e faz-lhe prometer escrever ao seu filho, “presidente do Amazonas, para emancipar essa província a 25 de março de 1884”. Não hesita, dias depois, em cobrar-lhe tal da promessa. Um recorte de jornal, de matéria escrita por ele, colado em seu Diário afirma a expectativa da “Confederação Abolicionista, pelas últimas notícias vindas do Norte”, de que, em março, estariam livres “do nefando crime da escravidão, além da sublime província do Ceará, as do Amazonas, Piauí, Rio Grande e Paraíba do Norte”.

No segundo dia do mês de fevereiro, ainda em 1884, Rebouças visita a “Colônia dos emancipados” da “benemérita condessa do Rio Novo”. Ele fica fascinado com a experiência e, pouco depois, escreve “carta ao amigo Taunay sobre um ensaio de Democracia Rural na fazenda da condessa do Rio Novo, em Entre Rios”. O ofício de

aboliconista exige muita dedicação a André, e aqui trago apenas algumas de suas infinitas atividades em prol da “questão magna”, a exemplo da sua proposta a Joaquim Nabuco de realizarem um Congresso Abolicionista Internacional no Rio de Janeiro. Ele também escrevia diariamente artigos de jornais e estava sempre em atuação em espaços como o Centro Abolicionista da Escola Politécnica ou a Confederação Abolicionista.

Vários outros acontecimentos chamam atenção durante a leitura do Diário de André Rebouças referente ao ano de 1884: a libertação do município neutro¹⁵, a celebração pela 1ª rua livre do Rio de Janeiro, a Libertação de Goiás e do município de Porto Alegre. O fato mais importante, no entanto, refere-se à crise ministerial e ao Projeto Dantas. Quando o Senador Manoel Dantas aceitou o convite do Imperador, em junho de 1884, para chefiar um ministério reformista, a escravidão brasileira já era uma instituição moribunda (Conrad, 1975). Ainda assim, Rebouças vibrou, como atesta seu poema A dissolução:

A dissolução em homenagem ao nome brasileiro!

A dissolução para desafronta da moralidade universal...

A dissolução uma câmara, que põe luto quando o Ceará e o Amazonas se libertam!

A dissolução para mandar renovar o mandato dos deputados de províncias livres que prolongam a escravidão no resto do Brasil...

A dissolução para os que não tiverem compaixão de precipitar nos túmulos cem mil pobres velhos escravizados...

A dissolução para os janízaros de todas as fraudes das leis de 7 de Novembro de 1831 e de 28 de Setembro de 1871.

A dissolução, Senhor, para que vós também possais morrer livre de remorsos, honrado e glorioso...

A dissolução, em nome de Deus, para desafronta, honra e glória da pátria e da humanidade.

(Rebouças, André. Recorte, colado em seu Diário, do Jornal do Comércio de 22 de julho de 1884)

O Projeto Dantas correspondia ao propósito de uma lei reformista, que, ao final, ficou conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, sancionada no décimo quarto aniversário da Lei Rio Branco. Apesar de ser uma distorção do projeto Dantas, a nova legislação significou mais uma mudança no *status quo* à revelia das tantas pressões escravocratas decorrentes do pânico econômico desencadeado pelas recentes

¹⁵ Unidade administrativa criada no Império do Brasil, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro.

libertações de províncias como o Ceará. A subida de Dantas ao poder refletiu o reconhecimento de D. Pedro II sobre a urgência da Abolição (Conrad, 1975).



Figura 10: André Rebouças. Diário, 6 de junho de 1884

Com a gestão de Dantas, o governo apoiaria três alterações básicas nas leis da escravatura, das quais só uma era realmente nova: o fim do tráfico entre as províncias, ampliação do fundo de emancipação e a libertação de todos os escravos que alcançassem a idade de sessenta anos. Na prática, não só os verdadeiros idosos foram libertados, como também muitos mais jovens que haviam sido, fraudulentamente, registrados com idade errada para evitar as consequências da lei de 7 de novembro de 1831 (Conrad, 1975).

Temerosos de registrar a idade certa, burlaram o registro, aumentando a idade formal de seus cativos. Assim, por exemplo, um escravo que entrara com quinze anos no país em 1845 teria, de fato, 54 anos em 1884, mas podia ter sido registrado 1830 como o ano de seu ingresso, o que lhe daria legalmente a idade de 69 anos, isto é, o registro de 1872 transformou muitos escravos de meia-idade em idosos do ponto de vista legal. Os perpetradores da falsificação reconheciam que escravos com registro de idade superior a sessenta anos corresponderiam a mais de metade da população cativa (Alonso, 2015, p. 242).

Além da libertação dos verdadeiros e falsos idosos, o projeto acarretou uma mudança de natureza fiscal com a promessa de reviver o Fundo de Emancipação. Eram, também, previstas colônias agrícolas para os libertos, além do salário-mínimo. Nesse sentido, os planos em muito se assemelhavam às propostas de Rebouças, um novo modelo de sociedade estava sendo proposto, baseada em assalariamento do ex-escravizado, imigração e difusão da pequena propriedade. Ele e Patrocínio logo foram acusados de serem os cérebros da Reforma Dantas. A reação escravocrata foi absurda. O Imperador, acostumado a planar sobre os partidos, precisou de pulso firme. Se referendasse o Ministério, inflamaria a ira dos escravistas; se o dissolvesse, a desobediência civil abolicionista ficaria insuportável. Ele deu a Dantas a vitória, e o movimento pela liberdade viveu seu ápice (Alonso, 2015). Em 19 de agosto, Dantas vira membro honorário do centro abolicionista da Escola Politécnica, conforme registra Rebouças.

Em 8 de março de 1885, pouco antes da queda do Ministério Dantas, Rebouças registra sua ida, acompanhado dos amigos Carlos Lacerda (recém-chegado de Campos), José do Patrocínio, Miguel Antonio Dias e J. Clapp, ao Senado assistir à conferência, na

ovação feita ao Imperador e ao Presidente dos Ministros Dantas, pelos dois parágrafos da Fala do Trono em favor da Abolição. Dantas bem que tentou recorrer novamente ao poder do Imperador para salvar seu governo após a perda nas eleições; o monarca, no entanto, optou por aceitar os resultados e chamou um liberal bem menos comprometido à causa abolicionista, José Antônio Saraiva, para formar novo ministério. Muito mais amigável para com os fazendeiros, Saraiva fez uma série de mudanças no Projeto Dantas, para revolta dos abolicionistas (Conrad, 1975).

A cláusula mais abjeta talvez tenha sido a que estabeleceu multa e possível prisão àqueles que ajudassem ou abrigassem escravizados em fuga. Em 16 de Junho de 1885, Rebouças publica o texto, na Gazeta da Tarde, intitulado Dantas-Saraiva. Em tom de revolta, afirma “hoje” não ser “mais possível iludir a nação brasileira”, porque “a democracia abolicionista e imigrantista têm à sua frente os maiores, os mais fecundos, e os mais laboriosos talentos da geração atual”. Aproveita, também, para denunciar a “perseguição aos abolicionistas com prisão injuriosa, como a do benemérito Carlos de Lacerda” e para taxar o novo projeto de “reescravizador e reacionário, imoral e bárbaro, que indeniza o espoliador da propriedade mais santa – o trabalho – e aperta os grilhões dos sexagenários dos eitos e das senzalas; dos miseráveis, que a morte teve a ferocidade de deixar vivos no inferno do tronco, das gargalheiras, das máscaras de ferro e dos vira-mundos...”.

Diante de tais retrocessos, os partidos políticos fragmentam-se ainda mais e a pressão abolicionista torna-se ainda mais pungente. Nesses anos finais do escravismo, o movimento abolicionista usou de estratégias as mais diversas para tentar garantir a liberdade do maior número possível de pessoas. Já citei acima a tamanha inspiração de André Rebouças para com as rotas de fuga subterrâneas estadunidenses. Ele já desejava, é possível inferir, reproduzir estratégia semelhante pelo Brasil assim que houvesse lugares emancipados. Por essa razão, o Ceará, tão logo torna-se livre, ganha a alcunha de “Canadá Brasileiro”. Com a massiva adesão dos escravizados, essa nova etapa de atuação contou com a criação de quilombos abolicionistas espalhados pelo país. Diferente do antigo padrão quilombola, mas não menos aguerridos, esses novos espaços contemplavam novos tipos de liderança e estratégia. Funcionavam, como bem argumenta Silva (2003), como uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente.

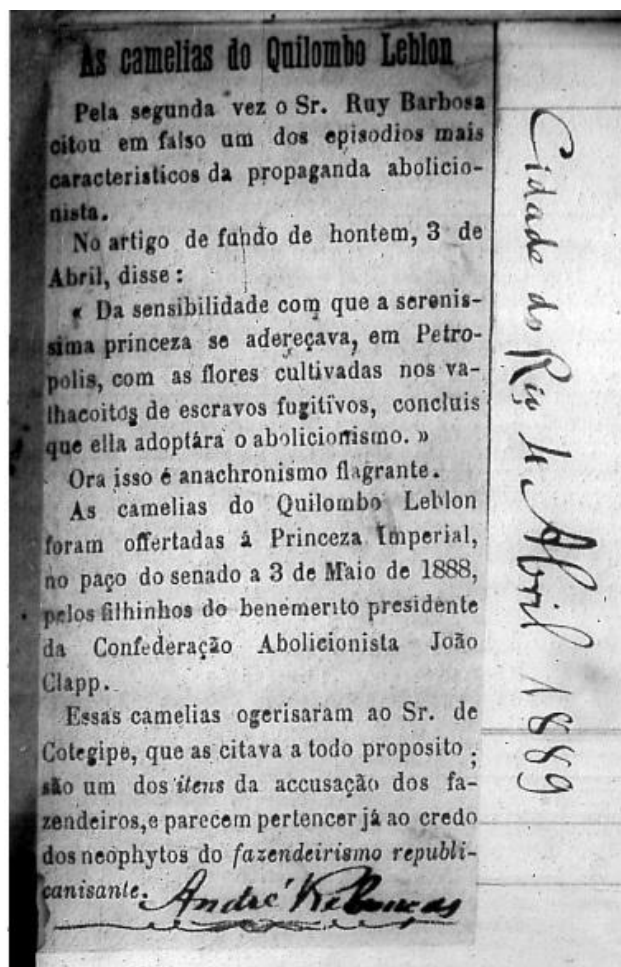


Figura 11: André Rebouças. Diário, 2 de maio de 1888.

O quilombo provavelmente mais conhecido à época foi o Quilombo do Leblon, onde seu líder, Seixas, amigo de Rebouças, cultivava suas famosas camélias, símbolo do movimento. Seixas era, também, uma espécie de “procurador” da Confederação Abolicionista, um dos órgãos responsáveis pelo financiamento desses lugares de resistência.

Podemos dizer que a Gazeta da Tarde era o órgão oficial da Confederação Abolicionista e que esta, por detrás dos panos, ajudava a organizar e a manter o quilombo do Leblon. Já em sua primeira prestação de contas anual (1883-1884), o tesoureiro da Confederação, André Rebouças, incluiu entre as principais despesas da Confederação nada menos que 2:612\$280, sob a estranha e evasiva rubrica de “auxílios a escravizados em certas e determinadas condições” (Silva, 2003, p. 18).

Fruto de uma complexa rede de negociação, os quilombos abolicionistas existiram em diversos lugares, a exemplo Quilombo do Cupim, em Recife, e do Quilombo Carlos Lacerda, em Campos. Silva (2003) recupera uma publicação bastante emblemática, escrita por Rebouças, sobre o quilombo do Leblon. Nela, o engenheiro discorre sobre “esses heroicos refúgios” que, “mesmo mantidos com os fracos recursos”,

“multiplicavam-se por toda a capital”. Detalha, ainda, quais eram os mais notáveis quilombos fluminenses e, ao manifestar sua reiterada crença de que seria lido, deixa clara sua pretensão: “vamos oferecer aos nossos leitores, e ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil, uma breve notícia desta importante fase da propaganda libertadora” (Rebouças, André *apud* Silva, 2003, p. 97).

Essa tática revela a fundamental importância da agência escrava na luta pela Abolição. Sem a “avalanche negra”, a fuga em massa, o projeto pela liberdade não teria obtido êxito. Nessa trama, Rebouças desenvolveu papel crucial enquanto articulador. Nos últimos anos, inclusive, foi o principal interlocutor entre a Princesa Isabel e o alto comando do movimento abolicionista (Silva, 2003). Um dia antes da Abolição, ele escreve que “excedem a mais de 1000 os Escravizados acolhidos a Petrópolis, hospedados pela Comissão Libertadora, sob os auspícios de Isabel, a Redentora”. Um episódio interessante sobre o Clube do Cupim também consta em seu Diário, a saber: seu encontro, em 4 de fevereiro de 1889 com o “amigo Antonio Carlos Ferreira da Silva” que “narra-me interessantes episódios do Movimento Abolicionista em Pernambuco, do Clube do Cupim, que remetia os escravizados para o Ceará e para o Rio Grande do Norte”. O Clube do Cupim, inclusive, nomeou de *Camélia* a embarcação utilizada para transportar os fugitivos até o Ceará.

Os caminhos até o Ceará foram desenhados por André Rebouças quando, finalmente, pôde desenvolver a nossa *underground railroad*. Sempre através da fortíssima e incontornável participação massiva dos escravizados, os “Caminhos de Ferro Subterrâneos” brasileiros tornavam possível a fuga, partindo do Sudeste, para a Terra da Luz, o Ceará Livre. O plano, montado por Rebouças, articulava a malha ferroviária do país e, de estação a estação, era possível encontrar ajudantes, muitas vezes reconhecidos pela camélia na lapela (Silva, 2003; 2011).

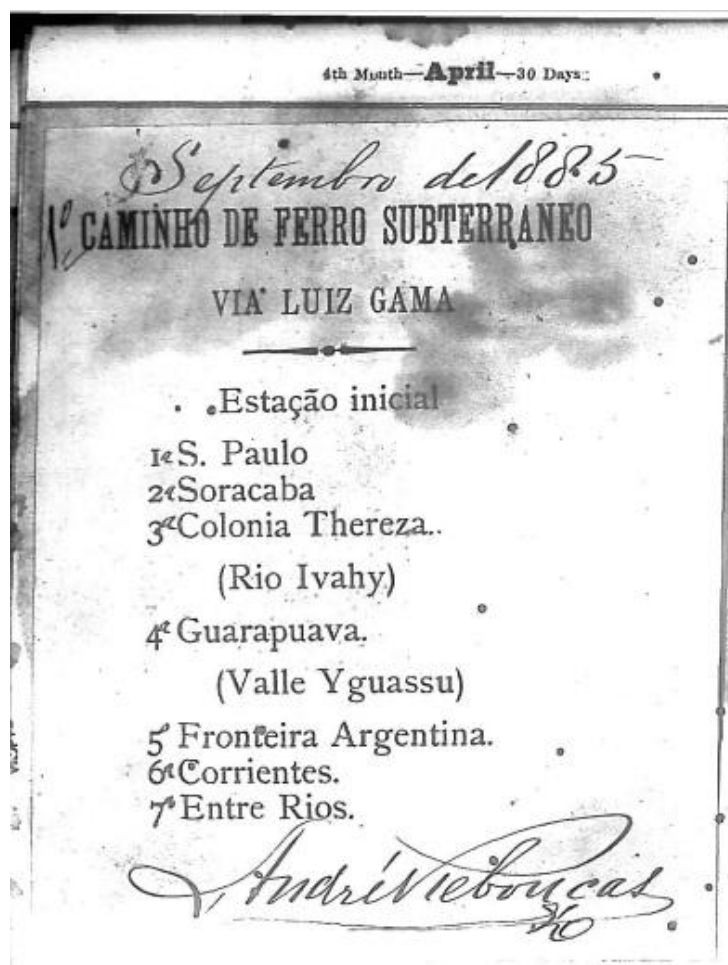


Figura 12: André Rebouças. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.

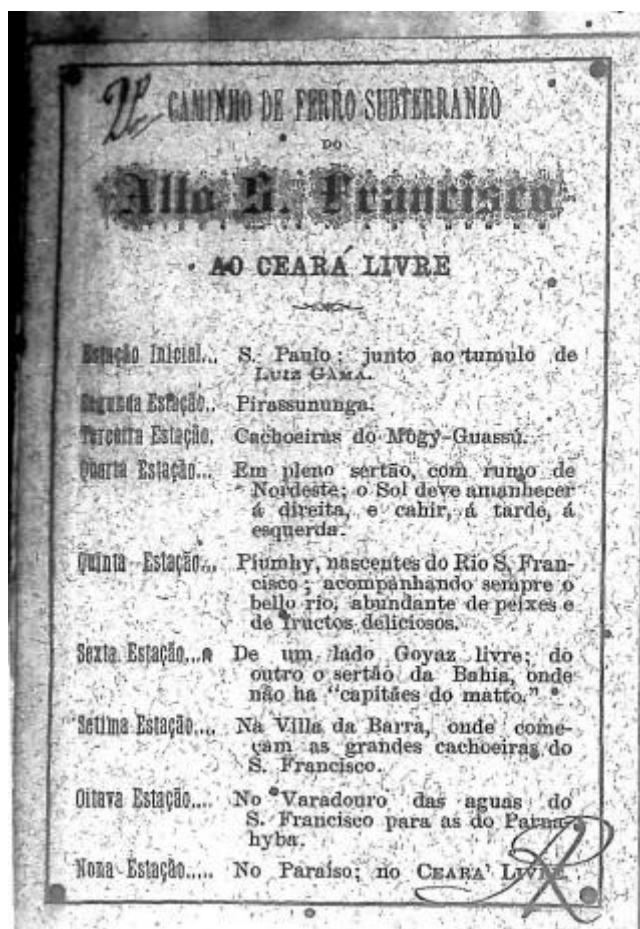


Figura 13: André Rebouças. Últimas páginas do Diário referente ao ano de 1885.

Seguindo a cronologia de seus escritos, vale dizer que Rebouças continuava dedicado ao ensino de seus irmãos e, após a morte de Antonio, também passara a se preocupar com a educação dos sobrinhos. Fora eleito, em 22 de junho de 1885, professor honorário do Liceu de Artes e Ofícios e era imensamente adorado por seus alunos. Tudo isso associado ao seu compromisso cotidiano com a causa da Abolição. Ele registra em suas memórias momentos importantes da nossa História; se fosse detalhá-los, seria conteúdo de nova tese. No dia 22 de julho de 1885, por exemplo, ele escreve com alegria sobre o reconhecimento de Joaquim Nabuco enquanto deputado, que “sob uma chuva de flores; toma a palavra logo e combate o projeto Saraiva em esplêndido discurso”. Posteriormente, ele anota e cola recortes de jornais sobre a crise ministerial e consequente queda do Gabinete Saraiva. Política e vida privada estão em diálogo nas suas linhas. Em 30 de agosto do mesmo ano, ele enfatiza a notícia da morte da mãe de seu grande amigo e compadre José do Patrocínio, D. Justina Maria do Espírito Santo.

Infelizmente, não tive acesso ao Diário referente ao ano de 1886. Seguiremos para 1887 e, sobretudo, para o ano da Abolição. Em 1887, ele continua a se dividir como professor e abolicionista. Segue a registrar os acontecimentos importantes da sua vida e da história do país. Em 30 de junho, D. Pedro II viaja por estar muito doente e deixa Isabel como regente. Rebouças critica essa postura do imperador, sua reiterada ausência em anos tão importantes. A repressão ao movimento abolicionista continua firme, como atesta seu registro do dia 8 de agosto, segundo o qual o “meeting abolicionista na Praça d’Aclamação fora proibido pela Polícia!”. Ainda em agosto, “José do Patrocínio retira-se da Gazeta da Tarde por desinteligência com o sócio Luiz Ferreira de Moura Brito” e funda, em 28 de setembro, seu novo jornal, a Cidade do Rio.

Como ainda não havia o Cidade do Rio, é na Gazeta da Tarde que Rebouças publica, no dia 2 de agosto de 1887, seu interessante artigo “Reescravizadores”. Nesse texto, discorre sobre “como é triste e angustioso percorrer hoje, nas vésperas de 1888, as páginas dessa história de perfídias e de perjúrios; de falsidades e de hipocrisia”. Sua referência é aos inúmeros ardis desvios da Lei perpetrados pelos escravocratas, os quais “são sempre os mesmos: sempre as mesmas mentiras; as mesmas calúnias; as mesmas lamúrias”. Desde a Lei de novembro de 1831, argumenta o engenheiro, que classificou como “pirataria o contrabando de africanos”, o país assistiu às mais escusas falcaturas:

O que se passou, então, no oceano, nas costas do Brasil, nos sertões, nas vilas, nas cidades e até na capital do Império, centuplicaria o Inferno de Dante... Foi na indignação de tanta infâmia que Castro Alves pediu a Colombo que fechasse o mar, e a José Bonifácio que rasgasse o pavilhão da nacionalidade que havia criado... (Rebouças, André. Reescravizadores. Gazeta da Tarde. 2 de agosto de 1887. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

Rebouças, ao contrário, cumpria de forma tão íntegra seus ofícios que, em 31 de outubro, conforme consta em um recorte de jornal colado em seu Diário, “o ilustrado Sr. Dr. André Rebouças, lente catedrático da 1ª cadeira do 1º ano de engenharia civil da Escola Politécnica, foi hoje alvo de uma significativa manifestação de apreço”. Os seus alunos, reconhecendo o quanto lhe deviam por seu grande talento, “transformaram a aula em um jardim e, por ocasião do encerramento, no momento em que se retirava Rebouças, atiraram sobre ele turbilhões de flores”.

Sobre a importância do ano de 1888, é redundante falar. O ano da Abolição começa com Rebouças vivendo em Petrópolis, no Hotel Bragança. Mais do que nunca, engajadíssimo na propaganda abolicionista. De lá, ele terá contato privilegiado, como já foi dito, com a princesa Imperial e fará importantes interlocuções em prol do movimento.

Em 12 de fevereiro, por exemplo, nosso abolicionista testemunha, “a despeito de fortes aguaceiros”, a “1ª batalha de Flores e o Banco Precatório para reunir os últimos escravizados”. Esse momento situa, ademais, a primeira manifestação Abolicionista da princesa regente. O ano segue marcado por acontecimentos importantes. Ainda em fevereiro, no dia 25, ocorre a libertação de São Paulo; em 7 de março, cai o Ministério Escravocrata Belisário-Cotegipe; o dia primeiro de abril marca o início da “deserção de Escravizados das fazendas circunvizinhas a Petrópolis. São acolhidos e hospedados pela Comissão Libertadora presidida pelo Conde de Ipanema”. “A Princesa Regente e o Conde d’Eu fazem prodígios em prol da Abolição”, afirma Rebouças. Ainda nesse início de ano, José do Patrocínio, outrora republicano, decide romper com seus antigos ideais e afirmar-se monarquista. Ele publica, em 28 de abril, no seu *Cidade do Rio*, o artigo “Desencargo de Consciência” e rompe as relações com os Republicanos Escravocratas do Rio e de São Paulo. No dia seguinte, André conversa com políticos importantes sobre suas ideias de Democracia Rural.

Maio, sem dúvida, foi o mês mais simbólico desde o seu início. No dia quatro, “almoçaram, no Palácio Imperial, 14 africanos fugidos das Fazendas circunvizinhas de Petrópolis. À noite, a música do Imperador percorreu as ruas em ovação ao Mordomo Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravos e ao advogado Marcos Fioravanti, que, desde o 1º de abril, dirige o êxodo dos escravizados acolhidos pela Princesa Isabel Regente.”. No dia oito, Rebouças assiste, na Câmara dos Deputados, os debates pela apresentação do Projeto de Lei extinguindo a Escravidão. “Com Joaquim Nabuco, herói do dia; quis a justiça suprema que ele falasse em nome da Abolição”. A Confederação Abolicionista, além de presente, levou oito estandartes, banda de música e aglomerou cerca de 3.000 pessoas dentro e fora da Câmara. No dia 11 de maio, o projeto de lei é apresentado ao Senado. Na manhã seguinte, apenas um dia antes da “extinção da escravidão”, excediam “a mais de 1.000 os escravizados acolhidos a Petrópolis, hospedados pela comissão libertadora sob os auspícios de Isabel, ‘a Redentora’”. Chegamos, finalmente, ao dia que abre este capítulo.

Como não enxergava a abolição como um fim em si, Rebouças e seus colegas de campanha seguem em trabalho pelas reformas necessárias para garantir dignidade aos novos cidadãos e, conseqüentemente, o progresso do país. Também seguiu a produzir seus inumeráveis artigos para jornais, a exemplo da biografia do “Imortal Mulato” Luiz Gama. Rebouças planejava, ainda, publicar, junto com Nabuco, um livro sobre a história de suas

lutas abolicionistas. O título seria “Dez anos de Propaganda Abolicionista 1879-1888 – Extrato dos Diários de Joaquim Nabuco e André Rebouças”. Infelizmente, não foi possível confirmar se a obra foi mesmo produzida e publicada. Os dois amigos seguem juntos a lutar, agora não mais pela Abolição, mas sim pela democracia rural. É nesse contexto que Rebouças escreve uma série de publicações, intitulada Pequena Propriedade, para o jornal Cidade do Rio. Já afirmei que foram muitas as suas publicações para periódicos; essa, no entanto, chamou a minha atenção pelo trecho bastante pertinente ao argumento desta tese. No transcurso do seu engajamento abolicionista, Rebouças vai fortalecendo sua compreensão acerca do “preconceito de cor”. Ele passa a explicitar sua leitura de que, apesar de múltipla, a experiência da negritude era unificada aos olhos dos racistas. Ou seja, ele vai percebendo que mulato, negro, africano, liberto, estavam todos reféns do mesmo estigma, do mesmo mal. O caso dos libertos, a forma como a eles foi dirigida uma série de infortúnios e obstáculos, fortificou, em Rebouças, a compreensão de que a escravidão não era o único critério para subjugar um grupo aquém da cidadania, porque eram todos *homens de cor*.

(...) Foi a Plutocracia Negreira, que inventou a aristocratização pela exploração do escravizado e pelo monopólio do latifúndio. Para sufocar o remorso de escravizar irmãos, açularam o preconceito de cor. Foi o Sr. Martinho Campos quem disse no Senado “que todo homem de cor devia trazer no bolso prova de não ser escravo”. Foi o Sr. Cotegipe – Saturno devorava os filhos; este tem raiva do seu próprio sangue – foi o Sr. Cotegipe quem inventou a horripilante frase – estigmas indelévels - contra os Libertos... Foi o Sr. Ramalho Ortigão quem proclamou, na Praça do Comércio, que a Raça Africana era constitucionalmente propensa ao furto e ao roubo. (...) Foi o Sr. Andrade Figueira quem, há poucos dias, interrompeu Joaquim Nabuco, para amesquinhar em plena câmara, a gratidão da Raça Africana pela Heroína, que a remiu tão devotada e generosamente... Felizmente, desde D. João VI, a Monarquia Brasileira foi sempre superior às atrozes cavilações da Plutocracia negreira e da Aristocracia monopolizadora das terras e exploradora de seus semelhantes. São os Reis e os Príncipes os únicos a sustentarem no Brasil o dogma constitucional dos “talentos e virtudes” em toda a sua santa pureza”. Felizmente, a santa Luz da Abolição esclareceu tudo: hoje os descendentes de Henrique Dias¹ não têm mais dúvida alguma que seu posto de honra é na vanguarda dos que combatem pela Monarquia Popular e Democrática Brasileira, no belo ideal de Joaquim Nabuco (Rebouças, André. Pequena Propriedade, Cidade do Rio, Vol. VI, 5 de julho de 1888)

Sob o desígnio de *homens de cor*, André abrange a si e a todos os demais “descendentes de Henrique Dias”. Cada vez mais, ele se reconhece enquanto parte da “raça africana”. Lembremos do argumento de Ricardo Salles (2011), segundo o qual, a partir do transcurso da articulação abolicionista, “talvez pudéssemos falar da experiência de uma ‘classe de homens de cor’”. O exemplo da fala de Martinho Campos ilustra bem a precariedade da liberdade das pessoas negras no oitocentos – assunto a ser explorado

no próximo capítulo. O trecho acima também atesta sua leitura do racismo enquanto construção social funcional aos tempos de escravidão, uma vez instrumentalizado pelas elites para oprimir um continente e seus filhos.

Em 23 de setembro de 1888, Rebouças participa da festa do 1º aniversário da “Cidade do Rio”, jornal de José do Patrocínio, momento em que ocorre uma “ovação pela nascente “Guarda Negra da Redentora”, grupo político criado por libertos, em julho de 1888, a fim de lutar pela continuidade de sua liberdade e da monarquia. Não estavam apenas os abolicionistas, como Rebouças, Nabuco e Patrocínio, cientes dos riscos da imposição de uma república “de escravocratas”. Os libertos da Guarda Negra também tinham essa compreensão, daí sua defesa pela continuidade da monarquia. A ameaça era cada vez maior. No final de 1888, em 14 de dezembro, o príncipe D. Pedro Augusto desabafa com o amigo André e lhe diz das ameaças anônimas que vinha sofrendo. Diziam estarem os oficiais do exército planejando a prisão do príncipe para que este servisse como refém do movimento republicano. No penúltimo dia do ano, Rebouças registra o conflito violento entre capoeiras e republicanos escravocratas quando da Conferência do ferrenho republicano Silva Jardim. Segundo uma conversa de Rebouças com o Imperador, no dia quatro de março já de 1889, “o sábio D. P. II”, como diz André, ao discutir sobre a Federação, disse ser ele mesmo republicano: “Eu sou republicano... Todos o sabem... Se fosse egoísta, proclamava a república para ter glórias de Washington... Somente sacrificava o Brasil à minha vaidade. Porque as pequenas províncias não têm pessoal para Federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação...”. A partir do registro desse diálogo e do adjetivo “sábio” junto ao nome do Imperador, podemos apreender a concordância de Rebouças em relação ao argumento. A defesa da monarquia era, sobretudo, a continuidade da causa abolicionista. Rebouças acreditava mesmo na viabilização de suas ideias pelas mãos de Pedro II. Além disso, no mesmo mês de março, no dia 2, André toma ciência dos fatos ocorridos em São Paulo após o Treze de Maio: os “*Landlords*” se glorificavam por terem “atrozmente lançado os africanos na estrada!!! Mas, mercê de Deus, a generosa Natureza do Brasil, com suas florestas e seus rios ricos de frutos, de caça e de peixes, não os deixa morrer de fome... Não sei se é lícito dizer: Deus perdoe a esses monstros de Ingratidão!...”.

Era preciso oferecer, aos libertos, os subsídios para uma existência digna, sobretudo, segundo Rebouças, educação e um pedaço de terra produtiva. Dessa forma, eles garantiriam seu “progresso moral” e poderiam competir de forma “justa”, na concepção liberal de Rebouças, tendo como métrica apenas seus “talentos e virtudes”. No

início de 1889, dia 5 de janeiro, Rebouças conversa, na sede do Cidade do Rio, com o organizador da Guarda Negra, Manuel Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto, e aproveita para lhe pedir para evitar a violência e focar na construção de Sociedades e Clubes voltados à “educação, instrução e aperfeiçoamento da Raça Africana”. Durante quase todo o resto do ano, até a Proclamação da República, André segue em seus estudos e projetos de democracia rural e outras soluções para o progresso do país, a exemplo da higiene pública, uma vez que o Rio vive um período de epidemias. José do Patrocínio, por exemplo, chega ao Rio de Janeiro no dia 10 de março vivendo o doloroso luto de ter perdido “uma filhinha na peste que assola o Rio”¹⁶. Rebouças, prontamente, se dispõe a ajudar o amigo a “achar casa e instalá-lo com a Senhora, meu afilhado e uma recém-nascida”.

Finalizarei esse capítulo com uma breve síntese de uma coletânea de textos escritos por André Rebouças entre 1888 e 1889. A série “Abolição da Miséria” foi publicada na Revista de Engenharia e reflete bem a fase intelectual do abolicionista quando da proximidade de seu exílio. Já no primeiro número, ele afirma ser a Abolição da Miséria agora a questão magna do país, uma vez extinta a escravidão. O escravismo fora, segundo argumenta, uma perversa máquina de produzir miseráveis. A forma como a terra foi monopolizada, de forma “monstruosa”, acarretou a grande miséria urbana presente no Brasil à época. A partir de uma série de leituras, sobretudo do *O Familistério Guise*, escrito por Godin, Rebouças expõe suas novas máximas: “colocar a proteção e o respeito da vida humana sempre acima de todas as coisas; evitar a guerra; fazer das garantias da vida humana a base da Constituição política e social do Governo”.

Rebouças, que sempre fora cristão, extrema sua religiosidade a partir de sua adesão ao tolstoísmo. Ele traça um paralelo entre os ensinamentos de Jesus e os de Tolstoi. Na sua compreensão, ambos viveram a prática da frase de cristo: “ama a teu próximo como a ti mesmo”. Tolstoi “reduziu-se de Conde a simples operário para melhor combater a Miséria”, uma vez tendo compreendido o “erro gravíssimo de supor que a riqueza dá generosidade”. O tolstoísmo, então, seria a

a abdicação e o repúdio de todos os privilégios, isenções e monopólios aristocráticos no altar da Humanidade; a conversão do Parasitismo Oligárquico e Fetichista no mais elevado Altruísmo; - a consagração do Trabalho e a

¹⁶ André Rebouças, Diário, 10 de março de 1889.

condenação da ociosidade e da preguiça, adornadas com os ouropéis do luxo e da vaidade (Rebouças, André. *Abolição da Miséria*, Revista de Engenharia, 28 de novembro de 1888. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil).

A abnegação seria premissa de todas as reformas: “todas as Revoluções Humanitárias foram feitas pelos pobres”. “Não há confirmação de tudo isso mais convincente do que a Propaganda Abolicionista no Brasil”. Ao enxergar o movimento como popular, André traz um dado fundamental para a historiografia, porque rompe com a já tão postulada associação à elite. Ele afirma terem recebido, desde o início, o insulto de serem “gente sem nada a perder”. A verdade é que os abolicionistas sabiam quem detinha o ouro e que o escravismo era consequência disso.

Aristocracia territorial e Plutocracia; riqueza e prestígio; tudo foi vencido pela Propaganda, sem outras armas além da palavra e da Imprensa. Encheriam volumes os exemplos de abnegação evangélica, dados pelos Abolicionistas durante os dez longos anos de 1879 a 1888... Fizemo-nos empresários de espetáculos para o público a 500 réis por pessoa; varremos teatros e pregamos cartazes; éramos simultaneamente redatores, repórteres, revisores e distribuidores; leiloeiros nas quermesses; propagandistas por toda a parte, nas ruas, nos cafés, nos teatros, nas estradas de ferro, e até nos cemitérios, junto aos túmulos de PARANHOS, DE FERREIRA DE MENEZES, DE LUIZ GAMA E DE JOSÉ BONIFÁCIO... (Rebouças, André, *Abolição da Miséria*, Revista de Engenharia, 28 de novembro de 1888)

É assim, abraçado ao tolstoísmo, que Rebouças testemunhará o golpe que implementará uma República no Brasil em 1889, a qual ele logo compreende ser uma “maldita república militar escravocrata”. A opção pelo exílio parece incontornável ao nosso “Tolstoi africano”, como afirmar-se-á pela primeira vez em carta a Nabuco no dia 5 de abril de 1891.

Conforme disse no início, na história da vida de André Rebouças, o abolicionismo foi protagonista. Por isso, o processo de torna-se parte desse movimento reverberou sobremaneira na sua construção identitária. Tornar-se abolicionista e tornar-se negro: dois caminhos que se influenciaram reciprocamente. Sua luta pela liberdade foi, paulatinamente, se transformando em luta pela liberdade de seus semelhantes, porque, nesse transcurso, Rebouças fortaleceu sua compreensão de que, sob a lente do racismo, eram todos homens de cor.

4. “O MAL DISFARÇADO”

A ideia de que André Rebouças tenha sido bastante reticente ao falar sobre o racismo sofrido durante sua vida é bastante recorrente nos trabalhos sobre ele. Essa compreensão, no entanto, sempre me inquietou por conotar, na minha análise, ares de cumplicidade e/ou alienação. De um ponto de vista quantitativo, os relatos sobre o racismo ou sobre sua identidade não ocupam tanto espaço quanto outros temas que lhe eram caros – não posso negar. Uma vez sendo sua construção identitária o cerne da minha tese, mantive essa inquietude e construí um argumento a ser defendido neste capítulo.

Ao analisar as tramas sociais do oitocentos, veremos, primeiro, que a reticência de André Rebouças não era individual. Calar sobre o racismo cumpria um papel importante para uma sociedade extremamente complexa que, alicerçada no escravismo, tentava estabelecer critérios não-racializados de cidadania. Na corda bamba dessa equação impossível, havia indivíduos como os Rebouças: racializados, porém nunca escravizados. Esse contexto acarretou muitos dilemas para André, que se via, por exemplo, incapaz de compreender como a ele eram dirigidos, simultaneamente, tantos elogios e interdições.

4.1 “Como concordar estes elogios à queima-roupa com a recusa de admissão a exames vagos na Escola Central?”

Nem mesmo o Imperador tinha tanto afã de servir ao país quanto André Rebouças. Essa autoafirmação está em seu primeiro Diário, escrita no dia 12 de fevereiro de 1865. Obstinado a esse serviço, obras de portos, diques e tudo o mais capaz de aprimorar as dinâmicas do trânsito marítimo tinham prioridade no ofício do engenheiro. Ainda aos 26 anos, foi nomeado para a “Comissão do Maranhão” a fim de viabilizar obras como os Diques do Maranhão e o Porto de Cabedelo. Em 7 de maio de 1864, ele parte nessa missão e passará os próximos meses em viagens pelo Nordeste. O primeiro episódio, dentre os vários que compõem este capítulo, ocorre durante essa viagem. Em meu esforço analítico, apreendi não apenas a presença do “mal disfarçado”, mas também fragmentos fundamentais de sua autoconstrução – sobretudo (e simultaneamente) enquanto homem negro e abolicionista.

Seis de dezembro de 1864, Rebouças passa o dia todo em viagem a cavalo pelos interiores da “Parahyba do Norte”, em direção a Lagoinha, onde chega, finalmente e exausto, às 21 horas. Seguindo recomendações, dirige-se à casa do negociante Pedro d’

Alcantara e Melo e, com surpresa, não recebe a acolhida esperada. Nem mesmo água, para seu cavalo sedento, ele consegue. O negociante sugere-lhe procurar abrigo em outro lugar, no Engenho do Urbano, “a meia légua dali”. Ao lado desse trecho, escrita em destaque, consta a palavra “Escravocratas”.

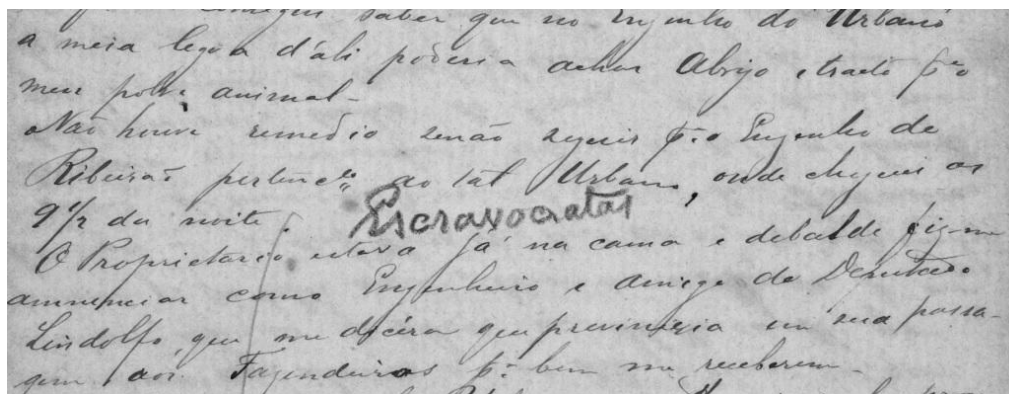


Figura 14: André Rebouças. Diário, 6 de dezembro de 1864.

Os dois, André e “seu pobre animal”, seguem por mais meia hora até o novo local. Como previsse uma nova recusa, Rebouças anuncia-se, de pronto, como engenheiro e amigo do Deputado Lindolfo, “que me dissera que preveniria, em sua passagem, aos Fazendeiros para bem me receberem”. “No entanto, o tal Urbano disse que me recolhesse ao Engenho!”. Para tornar a noite ainda mais difícil, um temporal cai sobre eles. “Resignei-me e dirigi-me ao Engenho”. Lá, consegue, com a ajuda de seis escravizados, milho e água para seu cavalo e “um girão de um dos pretos, sobre o qual estenderam uma rede que serviu de colchão”. Mesmo diante de condições tão precárias, foi-lhe cobrado um preço pela estadia.

Essa noite, assim passada, custou-me 2\$500. Com menos da metade, dormiria no melhor hotel do Rio. Com esse dinheiro, se passa um dia inteiro em um bom Hotel de Paris (Rebouças, André. Diário, 6 de dezembro de 1864).

Foi uma noite mesmo muito difícil. Somente perto da meia noite, Rebouças alcança pegar no sono. Antes disso, consegue ouvir que, na senzala vizinha, “os pretos do Engenho, presididos por uma preta, estranhavam, a seu modo, o procedimento do Senhor, recordando, simultaneamente, os duros tratos que dele sofriam”. Ao lado dessas palavras, escreve, novamente em destaque: “Abolição”.

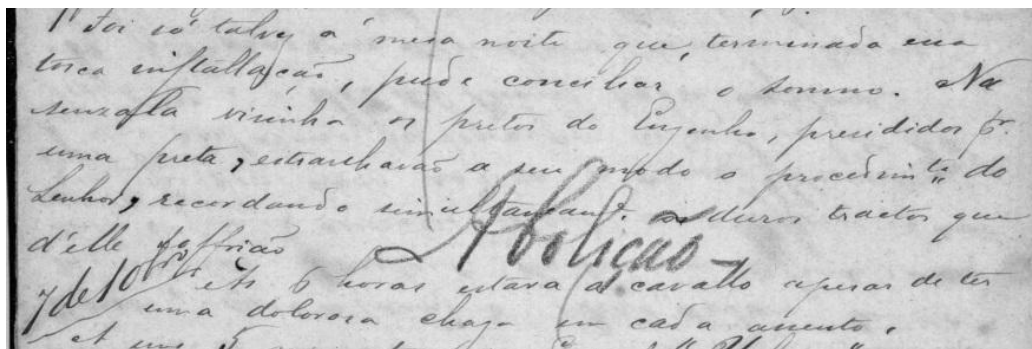


Figura 15: André Rebouças. Diário, 7 de dezembro de 1864.

Em momento algum, Rebouças nomeia os acontecimentos como “racismo” ou “preconceito de cor”. Veremos como o silêncio cumpria papel importante na trama social oitocentista. Por ora, já que as linhas dos Diários são o fio condutor desta tese, atentemos às nuances desta árdua noite em Lagoinha. O primeiro ponto refere-se à já aludida ausência de palavras que explicitem o racismo, **tanto** na narrativa de Rebouças **quanto** na própria violência dos escravocratas. Mesmo não nomeada, fica evidente a sua compreensão sobre o que o vitimara. Não à toa, quando chega no segundo engenho, usa, imediatamente, de sua profissão, de seu status e da intermediação do Deputado Lindolfo para tentar superar a barreira da cor. Hostilizado outra vez, opta por se resignar. Nesse ponto, vemos como calar e resignar caminham juntos, o que mostra a imbricação do social no individual. Na descrição do episódio, a partir do contato com os “pretos do engenho”, percebe-se como, naquele momento de sua vida, Rebouças não traça qualquer relação de reconhecimento entre si e eles. Talvez os próprios pretos também não traçassem, uma vez que estranharam o procedimento do senhor. A partir da violência que sofre, da experiência de uma noite tão ruim e da atenção às denúncias dos “pretos” sobre seu sofrimento, ele escreve, ainda aos 26 anos, muito antes do seu engajamento público no Abolicionismo, as palavras “escravocratas” e “abolição”.

A forma como os termos são escritos – em destaque, no meio das páginas e com outro lápis – revela aspectos importantes sobre sua relação com a escrita. O Diário era como um espelho. Através dele, André conversava consigo. Nesse processo de introspecção contínuo, a sua versão escrita o conduzia pelo presente, na forma rotineira de seu compromisso; ao passado, quando, ao reler, conversava com suas próprias letras e reformulava, acrescentava, reconstruía; e, finalmente, ao futuro, através de projetos, sonhos, utopias e denúncias. As palavras “escravocratas” e “abolição” são escritas durante a análise dos fatos de sua vida e refletem a dimensão de agência do Diário, seu convite à

reflexão e seu caráter construtivo. Tal qual um mosaico, além do relato de cada dia, fragmentos são acrescentados, ou rasurados, em um processo de composição. A partir da experiência de uma noite tão próxima a uma senzala, florescem em Rebouças sentimentos de crítica ao sistema do qual fazia parte e contra o qual lutará veementemente no futuro. À sua resignação imediata, embora acarretasse dolorosos danos subjetivos e conotasse submissão, há a contrapartida de seus escritos, onde exercia sua agência e construía o enredo de sua revolta.

De volta ao Rio, em 23 de dezembro do mesmo ano, Rebouças está entusiasmado com os feitos pelo Nordeste e, ao encontrar o Imperador D. Pedro II, pede, enquanto beija-lhe as mãos, um pouco do seu tempo para “apresentar-lhe o resultado dos meus trabalhos na Parahyba do Norte e no Maranhão”. Três dias depois, nem carece de solicitar, porque recebe “uma muito atenciosa carta do Conselheiro Dias Vieira (atual Ministro dos Estrangeiros) dizendo que me esperava para tomar conhecimento dos meus valiosos estudos sobre o Porto do Maranhão”. Elogios, aliás, não faltam na sua Memória escrita.

“Conheço seu nome”, diz o então Ministro da Agricultura Paula Souza, no dia 15 de maio de 1865, ao jovem engenheiro de 28 anos. E mais: “o conheço ‘como de um moço que havia feito neste País os maiores esforços para libertá-lo do estrangeiro num dos ramos que lhe é mais preciso – a Engenharia.’”. André Rebouças fica “verdadeiramente absorto”, são as palavras que usa, com tal “elogio à queima-roupa”. Era 7 de setembro de 1865, exatos quarenta e três anos da Independência do Brasil, um dia por si só especial para André, que acorda em prece: “Infunde nos brasileiros verdadeira dedicação à sua Pátria e possa Ela, regenerada, atingir em breve aos altos destinos, que lhe asseguram as excelentes condições naturais, que em Vossa Infinita Bondade lhe concedestes”. No fim da manhã deste mesmo dia “nublado e quase quente”, ele é apresentado, ao General Mitre, como sendo “um dos Irmãos Rebouças, engenheiros brasileiros muito distintos, que tinham ido à Europa estudar a Engenharia Civil e dos quais esperava tão bons serviços como de seu Pai, o Conselheiro Rebouças, um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro!”. As palavras usadas pelo almirante para apresentá-lo ao general surpreendem André, ciente do “temor do Cônsul Pereira Pinto” de que, ao Mitre, fosse apresentado um “Ajudante de Ordens mulato!!!”. Tal ciência levava o nosso engenheiro a demonstrar uma altivez, pouco compreendida ontem e hoje, mas não somente justa como necessária. Por isso, “feitas as saudações”, trava “em francês conversação com o general Mitre sobre a amostra de calcáreo que tinha em mão”. É

também em francês que ele insiste em conversar, quando do seu primeiro diálogo com o Conde D'Eu, no dia 11 de setembro desse mesmo ano.

Com “abundantes lágrimas”, André Rebouças despede-se dos amigos deixados na Guerra do Paraguai, onde esteve desde 21 de maio de 1865 até 2 de julho de 1866. A razão de seu retorno precoce foi sua saúde cada vez mais debilitada em virtude dos infortúnios da guerra. No dia 20 de julho, ele chega, finalmente, ao Rio de Janeiro; ao meio dia, “tinha a felicidade de beijar as mãos” de seu “bom pai” no Escritório da Rua Direita, nº 64. Às 16 horas, abraçava, em “sua casinha” no Morro de Santa Thereza, suas irmãs Anna e Carolina. Outros de seus irmãos, Pedro e José, ele encontra no dia 26 de julho, e não resiste em “verter lágrimas de satisfeita saudade”. Nesse momento de regresso, Rebouças expressa imensa vontade de ficar com a família no Rio de Janeiro. Doíam-lhe muito o tempo passado longe e a perda da mãe enquanto esteve ausente. Começa, então, uma jornada em busca de emprego, preferencialmente consonante com seu sonho: ser professor.

Logo cedo, no mesmo dia em que abraça seus irmãos, 26 de julho de 1866, André encontra novamente o Ministro da Agricultura Paula e Souza. Dessa vez, infelizmente, não foi recebido com os “elogios da primeira vez; afirmou, no entanto, empregar-me na exploração do prolongamento do Caminho de Ferro, logo que desse a minha demissão”. A inscrição para o concurso de professor da Escola Central, de onde era egresso, havia terminado quando ainda da sua estadia na Guerra. Essa era a vaga que mais almejava e o expediente no *front*, servindo à Pátria, lhe serviria como argumento plausível para garantir-lhe a inscrição tardia. Esse era o argumento do secretário do Ministro Ferraz, o Major Amaral: “disse-me que requeresse alegando que não pudera inscrever-me no prazo por estar em Campanha”. Em 27 de julho do mesmo ano, de volta ao seu escritório, Rebouças faz o seguinte requerimento:

“Senhor – Diz André Pinto Rebouças, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, que por se achar em comissão no 1º Corpo do Exército, não lhe foi possível inscrever-se para o Concurso de Lente da 1ª Cadeira do 6º ano da Escola Central, e que pretende ser admitido às provas deste concurso, das quais a última, a apresentação e defesa de tese, deve ter lugar no próximo mês de setembro.” (Rebouças, André. Diário, 27 de julho de 1866)

Ele diz, ainda, estar “pronto a sujeitar-se a todas as provas exigidas e apresentar tese no mesmo prazo que o candidato único que se inscreveu neste Concurso”.

Ele estava pronto e sabia disso. Eram, aliás, de conhecimento de todos os “talentos e as virtudes” dos Rebouças. À tarde, então, ele vai conversar com o Doutor Villa Nova Machado a fim de lhe inteirar sobre sua intenção de concorrer ao concurso. O que escreve, sobre esse encontro, ilustra tão bem as nuances perversas dessa dinâmica racista não nomeada, desse “mal disfarçado”, para usar de palavras do próprio André, que partilharei com quem lê:

À tarde, fui à Niterói participar, ao Dr. Villa Nova Machado, que acabava de requerer inscrição para o concurso. Não ocultou que toda a sua simpatia era pelo candidato Borja Castro, disse-me que, ainda que o meu concurso fosse um pouco superior, o seu voto seria para ele. Admirei-me de mostrar-se ele **ressentido** de ter eu e o Antonio ido à Europa estudar Engenharia Civil, e de, **ao mesmo tempo que elogiava** os nossos escritos sobre Portos de Mar, Caminhos de Ferro e Exposição de Londres em 1862, dizer que neles se notava a **falta de método e da tecnologia** da Escola! Que vaidade!!! (Rebouças, André. Diário, 27 de julho de 1866. Grifos meus.)

A tônica final do diálogo é de ameaça. O tal Doutor Villa Nova Machado afirma ter influência suficiente para negar-lhe a inscrição no concurso, caso “se mostrasse atemorizado” por sua possibilidade de ingresso. Além disso, declara sua predileção por Borja Castro, inimigo pessoal de André desde 1862, quando em Marselha, hostiliza os irmãos Rebouças “por termos ali defendido o nosso colega Chichorro da Gama das injustas acusações que lhe fazia”¹⁷. “Que miséria”, escreve após narrar as aludidas ameaças. Como relê seus Diários e faz anotações posteriores, registra ao lado: “tudo se verificou posteriormente”. Em 11 de agosto, menos de um mês após o encontro com Villa Nova Machado, Rebouças toma conhecimento que “a Congregação da Escola Central informa contra minha petição”. Quem lhe informa e detalha as transações estranhas é o amigo Saldanha. Rebouças transcreve com detalhes:

Soube que – a congregação da Escola Central tinha julgado que eu não devia ser mais admitido à inscrição; que não votara a meu favor o Dr. Galvão; que o próprio Villanova Machado votara contra o parecer escrito que havia dado dias antes; interpelando ao Dr. Capanema pelo voto que acabava de dar dissera “que se votasse de consciência, o seu voto era para o André Rebouças”; que supõe que o dr. Lossio orara na Congregação contra a minha petição (o Dr. Lossio que uma vez encontrando-me na Rua da Guarda Velha com meu Pai instara para que eu me apresentasse ao concurso!!); que o dr. Borja Castro esperava ansioso a decisão, falando mal do Ministro da Guerra Ferraz, que supõe meu protetor!!!... A Congregação foi composta tão somente do Dr. Galvão, que nunca foi meu Lente, nunca me examinou e a quem só cortejo. Do dr. Villanova Machado que até hoje avança-me com os seus elogios sempre que me encontrava; do Dr. Azeredo Coutinho, meu lente de química, que quando eu era ainda aluno disse-me ter sentido não poder incluir na proposta para Repetidor da Escola o meu nome; do Dr. Capanema e do dr. Lossio, que me

¹⁷ Ele escreve essas palavras no dia 3 de junho de 1864.

trata com a maior familiaridade (Rebouças, André. Diário, 11 de agosto de 1866).

No topo dessa mesma página em que narra as “transações estranhas”, ele escreve – sem se alongar sobre, mas de forma a deixar registrado –: “Em 1858 – A congregação da Escola da Marinha negou-me a inscrição do Concurso”. Como seu diário regular só começa a ser escrito em 10 de março de 1863, o episódio da Escola Central, que aparece no quarto volume, é o primeiro grande caso escrito por ele sobre como sua cor poderia ser um interdito às suas aspirações. Em 20 de agosto de 1866, toma conhecimento da prorrogação do “concurso para depois da guerra do Paraguay!!!”. Pede, então, mais uma vez, para realizar os exames de Engenharia Civil, ao que recebe a seguinte resposta: “isso estava ainda dependente da solução pedida pela Congregação se o art. 207 *é ou não aplicável a mim*”. Reiteradamente, suas letras dizem, sem usar da palavra racismo, sobre o quanto isso o perturbou. A expressão “mal disfarçado” é usada por ele em 20 de dezembro de 1868, quando nota “no Diretor Rafael Galvão um mal disfarçado, rancor”. Acredito que ela sintetiza bem a experiência da qual ele era cotidianamente vítima. Sob o encobrimento, a materialidade da discriminação e, apesar dela, outras relações amistosas e elogios frequentes. Meu esforço, nesse capítulo, é mostrar por que era tão difícil para André Rebouças responder à pergunta que faz a si mesmo e a quem o lê: como concordar tantos elogios que recebia à queima-roupa às simultâneas interdições sofridas por conta da sua cor?

Quase um ano após o episódio mencionado, ele consegue realizar o sonho de ser professor da Escola Central. No dia 08 de março de 1867, é nomeado “Repetidor de Botânica e Zoologia” da referida instituição. Ele agradece, quatro dias depois, através de uma carta, ao seu amigo Conrado Bittencourt pela nomeação feita pelo seu pai, o Marechal Diretor da Escola Central. Por um ano, Rebouças exerce esse ofício com afinco e dedicação admiráveis. Quando de sua dispensa, em 20 de março de 1868, recebe elogios e cerca de vinte alunos vão ao seu escritório agradecer-lhe pelo trabalho do último ano. No jornal, é publicada uma matéria emocionante, intitulada “O Dr. André Rebouças”. Como de costume, ele recorta e cola no seu Diário. Eis sua transcrição:

“O Dr. André Rebouças – No princípio do ano passado, foi este distinto engenheiro chamado para reger a cadeira de botânica e zoologia da escola central, que se achava sem professor; era mais uma oportunidade para nosso ilustrado patricio mostrar-se um dos mais ilustres filhos da nossa escola de engenharia; e, com efeito, o Sr. Dr. Rebouças, já refendo aquela cadeira, já dirigindo os trabalhos de exercícios práticos do 2º e 3º anos, até hoje tornou-se digno e merecedor dos maiores elogios.

Zeloso no cumprimento de seus deveres, amigo dos alunos que o ouviam, atencioso e delicado em extremo para com todos, o Sr. Dr. Rebouças, retirando-se da escola, deixou sinceras simpatias e amigos que sempre lhe serão gratos, e por cuja volta fazem votos como por quem mais estimam e mais desejam ter juntos a si, todos os alunos que ontem foram despedir-se do seu bom professor e agradecer-lhe o tratamento que de verdadeiro mestre receberam”.¹⁸

A publicação acima transcrita fala por si só sobre o talento, a dedicação, a entrega desse homem ao seu ofício. Esses elogios, por mais que esbarrem no cotidiano do racismo, alimentam sua alma e o impulsionam a seguir. Pouco tempo depois, inclusive, ele retoma o sonho de ser concursado para a vaga de professor. Escreve ao Ministro da Guerra consultando-o acerca de sua “pretensão de fazer exames vagos de Engenharia Civil para habilitar-me à inscrição no concurso da 1ª cadeira do 6º ano da Escola Central”¹⁹. Por acaso, dias depois, ele encontra, na Rua do Ouvidor, o Major Amaral, oficial de gabinete do ministro para quem Rebouças havia escrito. Ele afirma ter visto o pedido de Rebouças em mãos do seu chefe e questiona por que André não aguarda para ser nomeado sem passar por exames. Enfaticamente, ele afirma querer entrar “passando por todas as provas”. Claro, ele estava revoltado com a injustiça da qual fora vítima e ciente de sua aptidão para cumprir todos os rigores e ingressar expressando, publicamente, os seus méritos.

Na página do Diário referente ao dia 6 de maio de 1868, vê-se logo no topo, em destaque: “Concurso”. Nessa data, ele encontra, bem cedo, o Conselheiro Paranhos, que o promete ir à congregação da Escola Central apresentar sua petição requerendo participar de exames vagos. Na noite do mesmo dia, outra frustração: segundo seu amigo Saldanha da Gama, a congregação da escola fora ainda de opinião contrária à sua admissão ao concurso. “Magoado pela injustiça”, ele dedica a noite do dia seguinte a pensar a escrita de um artigo, que redige na manhã seguinte, a fim de dar “conta ao público de todas as circunstâncias da minha candidatura ao professorado dessa Escola”. A publicação do texto não está anexa ao Diário, mas consegui localizá-la no acervo do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Com o título “Escola Central – Concurso para a Cadeira de Hydraulica”, o texto apresenta um conteúdo extremamente interessante e está transcrito na íntegra nos anexos da tese. Rebouças discorre, em detalhes, sobre suas vastas formação acadêmica e experiências profissionais. Reitera, também, seu sonho em ser professor: “Desde o

¹⁸ Não consta, no Diário, a referência do jornal. O recorte está no volume 6 dos Diários de André Rebouças, na página correspondente ao dia 25 de março de 1867.

¹⁹ Ele escreve isso no dia 29 de março de 1868.

primeiro ano do meu curso na Escola Central, trabalho para habilitar-me para o professorado, estudando incessantemente”. O dr. Villa Nova Machado, o mesmo acima mencionado, aparece no texto como um dos professores que lhe deu o parecer de engenharia civil após avaliar o relatório geral dos estudos que fizera na França e na Inglaterra. O dr. Villa Nova Machado, junto com o Dr. Jardim, julgou André Rebouças digno de aprovação. Depois, como se viu, esse mesmo indivíduo coloca-se contra sua admissão ao concurso: “que miséria!”.

Ainda segundo a publicação no jornal, além de justificar, em pormenores, sua aptidão para a vaga de professor, há todo o respaldo regulamentar para provar a injustiça que o vitimava. A maioria da congregação da Escola Central decidiu por deixá-lo de fora do concurso sob uma alegação descaradamente falaciosa, utilizando do regulamento sobre “matrículas”, como se ele tivesse requerido inscrição para ser discente e não docente da instituição. Rebouças apela, então, ao Governo Imperial, “que em sua sabedoria, resolverá, certamente, demonstrando que o espírito do regulamento e o seu essencial intuito é que não se faça um concurso sem concorrentes.”. E finaliza:

Este deferimento servirá indubitavelmente de estímulo à mocidade estudiosa, e de conforto moral aos que ainda creem que está em vigor o § 14 do art. 179 da Constituição do Império, que diz: “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes.” André Rebouças, engenheiro. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1868. (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

O apelo à Constituição de 1824 é fundamental para a compreensão do que significava ser um homem negro livre na sociedade oitocentista – como veremos a frente. Alguns meses depois da publicação no jornal, em 8 de outubro, Rebouças recebe a feliz notícia de ter sido nomeado, pelo ministro Zacharias, como responsável pelas Obras da Alfândega. Dias depois, 17 do mesmo mês, ele encontra, novamente, com o dr. Villanova Machado, o qual, cinicamente, lhe parabeniza pela nomeação, dizendo acreditar na sua correspondência “à fama que tinha e à expectativa geral”. Aqui, então, Rebouças escreve: “como concordar estes elogios à queima-roupa com a recusa de admissão a exames vagos na Escola Central?”. Em 20 de julho do mesmo ano da publicação no jornal, o Diário Oficial publica uma resolução, que ele recorta e cola, do Ministro João Lustosa da Cunha, favorável à inscrição de André.

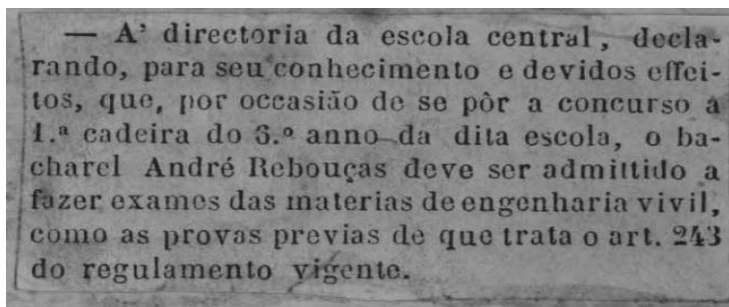


Figura 16: André Rebouças. Diário. Página referente ao dia 20 de julho de 1868.

André Rebouças vivia esse cotidiano ambíguo, no qual episódios de racismo e de enaltecimento se entrecruzavam. Não abaixava a cabeça; seus escritos, no entanto, são testemunhos de seu sofrimento. A sua escrita de si era como um desabafo, mas, em vista às evidências de seu desejo de ser lido, era também uma denúncia. Uma denúncia para ficar na História, como ele diz, ainda em seu primeiro Diário, no dia 22 de novembro de 1864: “deixo aqui bem claramente consignado para ser transmitido pela história”. Aos seus contemporâneos, expressava sua altivez: “só Deus me viu me chorar”, nos diz ele em 13 de novembro de 1871.

Sobre o enaltecimento, é incontornável falar da família imperial. Em um dia de sol, 1º de março de 1867, ao chegar em casa, Rebouças recebe a notícia da visita do Visconde de Lage, que havia ido ao escritório do Conselheiro Rebouças para convidar os irmãos, André e Antonio, para o Sarau do Príncipe Conde d’Eu. Era “verdadeiramente singular”, como diz o próprio André, a simpatia do Conde, desde a Guerra do Paraguai, para com ele e sua família. Merecem destaque aqui o episódio desse sarau e, também, de um próximo. Apesar de consistirem em apenas dois dentre tantos encontros dos Rebouças e a família imperial, são emblemáticos para o argumento desenvolvido aqui.

Às oito da noite, no dia quatro de março, atendendo “ao especial convite do Conde d’Eu”, André estava no Palácio Isabel. O sarau consistiu em muita dança, com uma orquestra e, mais ou menos, cem convidados. O Imperador estava presente e conversou com André sobre as obras em que trabalhava com a promessa de visitá-las em breve. Breve também foi a conversa, porque André logo se ocupou com a dança. Nesse baile, ele e sua parceira, alguém da família Taunay, dançam ao lado da Princesa Isabel, que dançava com o Conselheiro Pedreira. Ao trocar de par, André dança mais “três quadrilhas com a filha do Dr. Meirelles, Viscondessa de Lages e uma sua sobrinha”. A celebração terminou a uma hora da manhã, com o príncipe e a princesa dançando constantemente “com juvenil entusiasmo”. No dia 10 de junho do mesmo ano, 1867, ocorre um outro

sarau importante. É a ocasião de uma dança sobre a qual muito se falará na sociedade do Rio de Janeiro. O príncipe convida André para dançar a 2ª quadrilha de Lanceiros com a Princesa Imperial (o grifo é dele).

A dança com a princesa repercutiu bastante; era, afinal de contas, uma demonstração pública de afeição da família imperial por um amigo negro. Reverberou também intimamente, o que é aferido a partir da ênfase que ele dá à dança e a tudo o mais que envolve sua presença naquele espaço. Ele volta a escrever sobre um convite para outro baile. O próprio Conde d'Eu entrega-lhe convites estendidos ao seu pai e alguns amigos para a festa do dia 14 de dezembro de 1867. Esses chamados são importantes, não por acaso estão registrados, porque mostram o evento da dança com a princesa não como algo isolado, excepcional. Ele mesmo argumenta isso aos redatores do “jornalito” Os Ladrões de Casaca quando lhe enviam, em 26 de janeiro de 1868, uma proposta de artigo, no qual “com muitos elogios narravam e comentavam, a seu modo, o fato de ter eu dançado com a Princesa Imperial”. Pediam a André sua assinatura e conivência com a publicação. Sua resposta foi negativa segundo o argumento de que o informante não foi fidedigno aos fatos. Ele, na verdade, já havia estado em vários outros eventos como aquele “em que teve a honra de dançar” com a princesa e, aliás, não somente com ela, como com “outras senhoras da primeira nobreza desta Corte”²⁰.

O vínculo com os nobres da corte, enquanto confere status aos Rebouças, explicita as ambiguidades de suas experiências enquanto homens negros buscando ascensão e reconhecimento no Brasil oitocentista. Ou seja, essa relação amistosa contextualiza alguns dos dissabores do “mal disfarçado” de que são vítimas. Embora cumpra a realização de alguns de seus anseios, a presença desses homens, em espaços de elite, incomoda muita gente. Um episódio com o irmão de André é bastante emblemático.

Antônio Rebouças trabalhava no Paraná, nas obras da Estrada da Graciosa, a qual presidia desde 1864. Era um trabalho importante, sobretudo devido à sua localização estratégica no contexto da Guerra do Paraguai. Versa sobre esse assunto o diálogo de André com o Ministro da Fazenda Zacharias, no dia 20 de fevereiro de 1867. Ele procura o ministro a fim de pedir-lhe algum crédito para a “província do Paraná”, porque, através

²⁰ Em alguma de suas releituras dos Diários, Rebouças escreve que o artigo “foi, não obstante, publicado em fevereiro de 1868 no nº 3”. Não consegui, infelizmente, encontrar a publicação.

de uma carta, Antonio havia relatado a demanda urgente para corrigir a estrada de graciosa, “estragada pelas últimas chuvas”. Qual foi a surpresa de André ao ouvir, então, que o Conselho do Estado tinha resolvido enviar seu irmão para trabalhar na Venezuela. Ele rebate, argumenta sobre a importância do trabalho no Paraná, “tronco da comunicação de Antonina à capital do Paraguai”. O ministro aceita a alegação e promete, além de falar com o Ministro dos Estrangeiros, enviar “recursos para se continuar os trabalhos da Graciosa”. O alívio durou pouco. A ideia de viagem à Venezuela era parte do que André chamará de “Missão ao Pacífico do Engenheiro Antonio Rebouças”. Em 22 de março de 1867, Antonio chega no Rio de Janeiro. No dia seguinte, visita, na companhia do irmão, o Imperador Dom Pedro II. Com “sua costumada amabilidade”, diz-lhes o monarca ter sido sua a ideia da missão, “deixando bem mostrar que ficaria muito contrariado se o Antonio não aceitasse a comissão para o Chile e demais Repúblicas do Pacífico”. Enfim, admite André: “não houve remédio senão fazer-lhe esse sacrifício!”.

Está evidente a consideração para com a família imperial, quase como sinal de gratidão pela “sua costumada amabilidade”, sua simpatia “verdadeiramente singular”. Submeter-se a esse sacrifício renderia, ao Antonio, experiências dolorosas de violência racista. Em uma sexta-feira de dezembro, dia 20, alguns meses depois da ida à missão, André decide visitar o Conselheiro Zacharias. Dentre outros assuntos, falam sobre seu irmão e André reitera “o pedido de retirar o Antonio da sua anômala comissão no Chile”. Era delicada demais a razão de seu clamor, mas ele precisa falar. Através de uma carta, cujo trecho compartilha com o conselheiro, Antonio lamenta a forma como vem sendo tratado. Segundo relata, os diplomatas brasileiros demonstram pouca vontade de apresentá-lo, um incômodo com a sua presença. Zacharias pede a carta para mostrar ao Imperador. Rebouças nega: “não quis dar-lhe por julgar muito delicada para ser por ele tratada esta questão de dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos²¹”. No dia seguinte, André escreve ao Conselheiro Zacharias e diz: “Meu Pai julga as expressões da carta do Antonio ditadas por demasiada susceptibilidade e que não devem ser levadas ao conhecimento do S. M. I.”.

Chamar de “demasiada susceptibilidade” a confissão feita ao irmão sobre uma dolorosa experiência racista coloca o Antonio como algoz de seu próprio infortúnio. A aparente insensibilidade do pai para com essa situação só pode ser compreendida através

²¹ O grifo é dele.

de uma abordagem que analise as biografias dos Rebouças sempre à luz do seu contexto. O erro do Antonio, para o pai, refere-se à sua ruptura com o silêncio preponderante a respeito do “mal disfarçado” que assolava a sociedade brasileira do século XIX. Eles deveriam, assim como o patriarca, seguir altivos e empenhados em vencer pelo que garantia a Constituição: seus talentos e virtudes. Aqui está o ponto: eles não queriam o silêncio em si mesmo, almejavam, através dele, eliminar a racialização. André também estava ciente disso, contudo se viu refém de um dilema: remediar o sofrimento do irmão ou expor a tão delicada questão de sua dignidade pessoal. A “qualidade de mulato” de André é também instrumentalizada, para o fim de colocá-lo contra um membro da corte, em 20 de setembro de 1871. Cartas anônimas são enviadas ao Conde de Estrela com a pretensão de minar a amizade dos dois, “explorando a qualidade de mulato” de André e a nacionalidade portuguesa do Conde. Nesse sentido, era como se ser mulato tornasse incompatível a relação com um português.

Um recorte de jornal sem autoria, colado por André na página de seu Diário referente ao dia 27 de agosto de 1870, discorre sobre a publicação da obra “Recordações da vida parlamentar do advogado Antonio Pereira Rebouças”. André trabalhou junto ao pai na escrita dessa obra que reunia a coleção dos seus discursos parlamentares. Fez-lhe também companhia ao fotógrafo e empenhou-se sobremaneira em sua divulgação. A publicação, bastante elogiosa ao “ilustre parlamentar”, que participara de “diversas assembleias legislativas durante o longo período de 1830 a 1847”, afirma ser a obra “um verdadeiro monumento literário da vida constitucional do Brasil”, “um ornamento para qualquer biblioteca”. Em 4 de setembro do mesmo ano, uma outra matéria, também anexa ao Diário, reitera como esse racismo ambíguo marcou também a vida de seu pai. Quando André se questiona “como concordar” os elogios que recebia aos frequentes interditos consequentes da sua cor, fica evidente a subjetivação de um dilema, uma inquietação perturbadora permeada no cotidiano das pessoas livres de cor do oitocentos.

Uma frase, nessa segunda publicação sobre a obra de seu pai, soou-me bastante emblemática. O texto, também sem autoria e bastante elogioso, afirma a importância de tais discursos parlamentares, sobretudo o sobre a pena de morte, que Antonio “quis expurgar do nosso código penal” ainda em 1830. Após a leitura do livro, sobre os pronunciamentos desse

liberal refletivo e monarquista constitucional convicto e dedicado[...]a alma de todo o bom brasileiro sentir-se-á contristada ao interrogar: por que erra ou por

que ingratidão daqueles a quem mais serviu — povo ou rei —, este cidadão que a estas qualidades reunia a de independência e virtudes domésticas, nunca foi senador? Nunca foi ministro? Nunca foi conselheiro de Estado? (Rebouças, André. Diário, 4 de setembro de 1870)

Novamente, aqui explicita-se uma inquietação, um dilema sobre o qual discorrerei mais à frente, ao trazer suas bases e teorizações sócio-históricas. Por ora, cabe mostrar quão ambivalente era a ter a sua cidadania, ao mesmo tempo, reconhecida e cerceada. Por que Antônio Rebouças, mesmo com todos os seus “talentos e virtudes” atestados exaustivamente em uma vasta e honrosa trajetória, nunca pôde ir mais além?

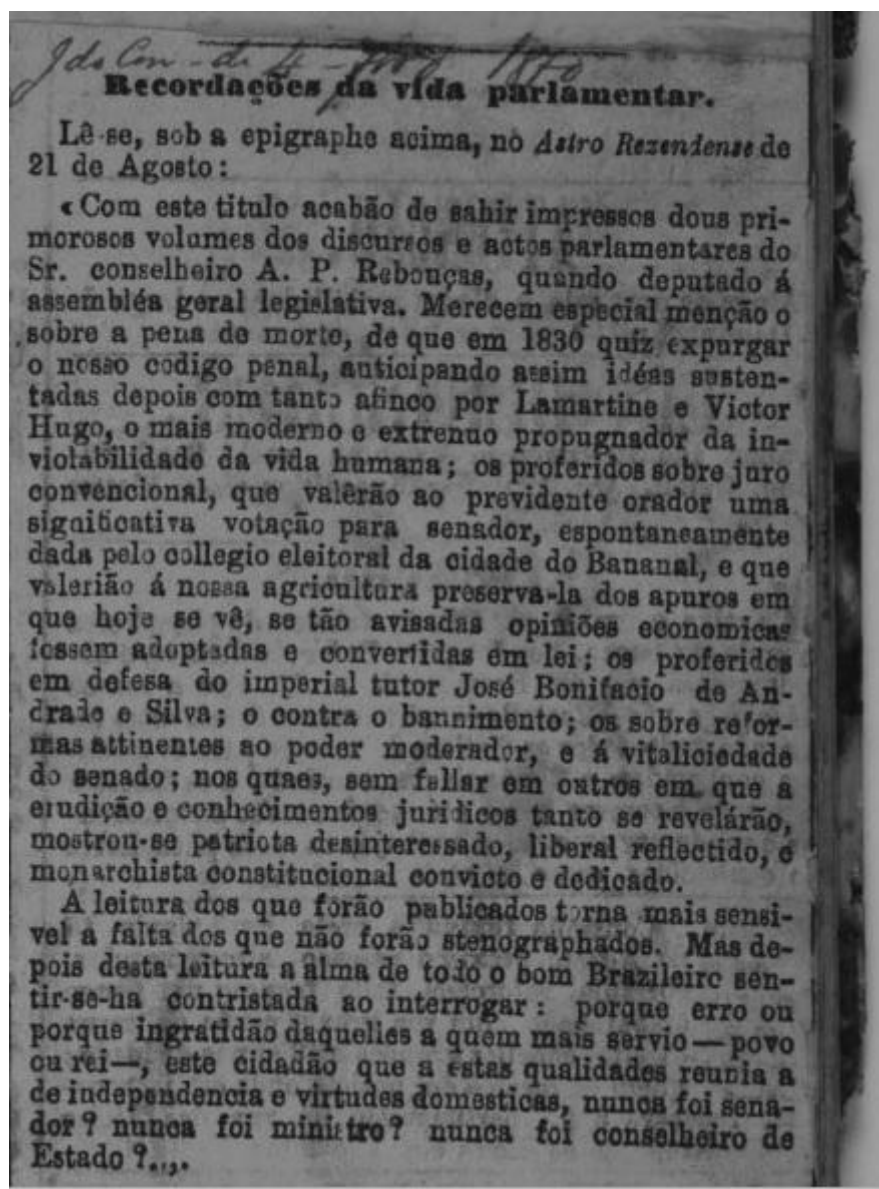


Figura 17: André Rebouças. Diário, 4 de setembro de 1870.

Almejo mostrar, com os exemplos acima e com os seguintes, a banalidade do racismo daquela época. Ele fazia parte do cotidiano dos Rebouças, mas operava nas

entrelinhas, nas interdições, nos olhares e julgamentos e, mesmo quando se nomeava, a estrutura da sociedade conduzia suas vítimas, sobretudo as em trajetória ascendente, a calar. Por isso, eles hesitam em levar ao Imperador a situação com o Antonio. Por isso também, André, quando da sua denúncia pública sobre o episódio na Escola Central, argumenta sempre a fim de legitimar seus méritos, seu currículo ou, ainda, apela para argumentos jurídicos contra algo que nada mais era do que um caso de racismo. Os disfarces estavam em todos os lados.

Exposição maior não poderia haver, à época, do que a veiculação nos jornais. Passados alguns anos, André estava vivendo momentos felizes: tinha acabado de batizar “o primogênito do Antônio”, seu xará André Veríssimo Rebouças. Dias depois, em 9 de fevereiro de 1871, surpreende-se, tristemente, com uma publicação injuriosa, como ele mesmo adjetiva, contra si e seu irmão. Não foi a primeira e, dessa vez, não a fez chorar “como em 1864”: “Ainda então não tinha cabelos brancos!”, desabafa. Agora com trinta e três anos, embora não tenha vertido lágrimas, é certa a dor sentida face a tantos ataques. Pede a Deus compaixão pelos seus inimigos e “força e virtude para cumprir até o fim a nossa missão”. Nas páginas do Diário, ele recorta e cola o insulto do dia 9 de fevereiro, bem como aquele primeiro capaz de fazê-lo chorar.

“Pae Feitiço e Pae Quimbombo” são os termos que, em referência aos irmãos Rebouças, intitulam o artigo de jornal publicado em 1871. Já em sua primeira estrofe, eles são colocados como na “ordem do dia, os dois heróis da mesma grei”. Com “privilégios aos centos” um deles “ousa dizer que tudo alcança, imitando o Juca Rosa”²². O uso do verbo ousar ilustra bem a dinâmica racista da época. Como não estava institucionalizado no nome da lei, o racismo operava de forma “disfarçada”: real, mas não nomeada. Estrategicamente, era bastante funcional para lidar com a maior população de indivíduos negros livres das Américas no seio de uma sociedade escravista. Desafiar essa estrutura era lido como imensa ousadia.

O artigo diz, ainda, que “poços, diques e mocas, tudo está hipotecado aos cometas opacos das águas sujas do Estado”. Opaco e sujo aparecem aqui em alusão à dinâmica das cores própria do Brasil oitocentista. Como veremos a frente, de tão complexa, não é possível analisar as questões raciais dessa sociedade a partir da dicotomia negros *versus*

²² “Juca Rosa, o Pai Quimbombo, foi um célebre líder religioso que, na década de 1860, reunia muitos e variados adeptos em sua casa na rua Senhor dos Passos, no centro da Corte. Ele foi julgado em 1872 e condenando a seis anos de prisão por estelionato” (Albuquerque, 2009, p. 51).

brancos. As cores eram muitas outras no escopo da negritude. Nesse sentido, “opaco” e “sujo” são metáforas para a cor de André e Antônio em “sua qualidade de mulatos”. A analogia com o Juca Rosa também merece atenção. O autor do texto esperava ofender com tal referência, já que se tratava de um líder religioso negro, filho de africanos e que professava sua fé a partir de matrizes africanas. André e Antonio eram católicos e, naquela altura, não estavam interessados em afirmar positivamente sua descendência. Episódio semelhante acontece com o pai deles, o Conselheiro Rebouças que, segundo Keila Grinberg (2002), era chamado, em tom de ofensa por alguns de seus rivais de “o miserável neto da Rainha Ginga”.

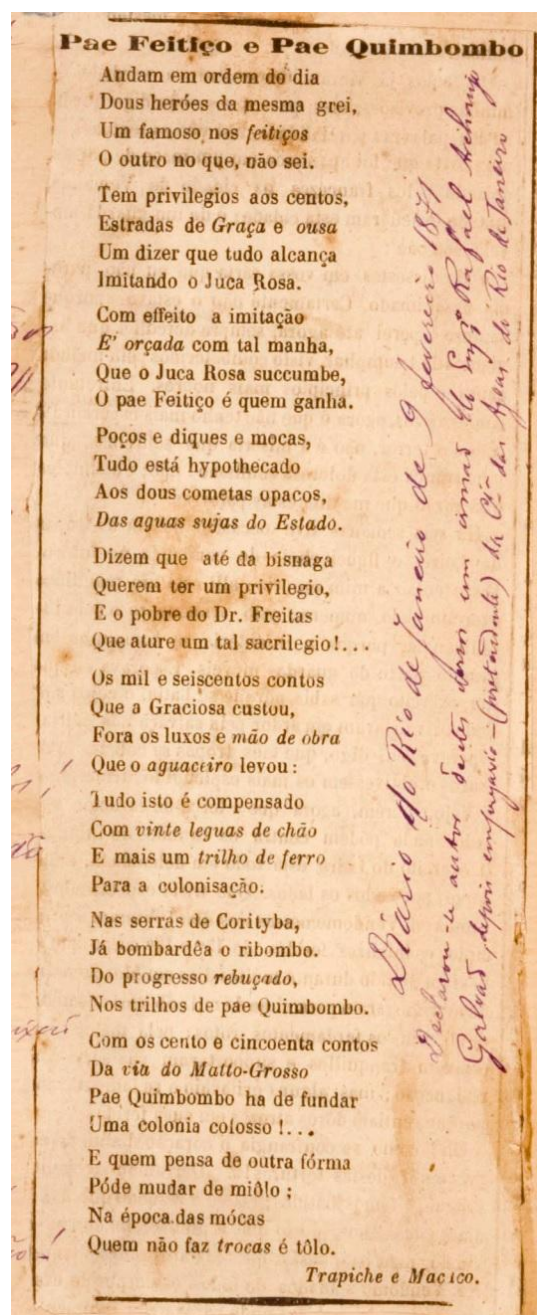


Figura 18: André Rebouças. Diário, 09 de fevereiro de 1871

Em sua releitura dos Diários, já no exílio, Rebouças escreve, no topo da página sobre a supracitada publicação caluniosa, as seguintes palavras: “o preconceito de cor!!”. Esse é um dado bastante simbólico: mostra como sua compreensão sobre si e sobre sua época muda com o passar do tempo. No momento em que escreve tais palavras, Rebouças vivia uma grande inflexão sobre sua identidade racial. O “mal disfarçado” muda de nome, como também, de “mulato”, passa a ser “o negro André”.

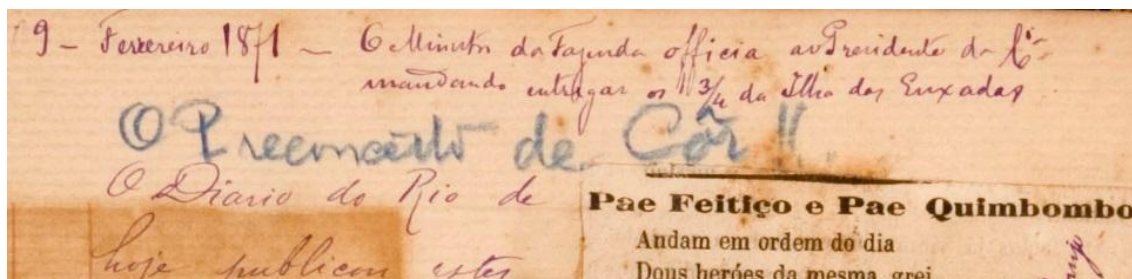


Figura 19: André Rebouças. Diário, 9 de fevereiro de 1871

Ainda quando da sua releitura, Rebouças escreve “1ºs insultos” sobre o recorte de jornal que cola na página seguinte ao do “Pae Feitiço e Pae Quimbombo”. Essas são as primeiras injúrias publicadas em jornal; não as primeiras de sua vida. Fizeram-no chorar pela violência em si, mas também, como argumenta André, pela falta de precedentes e, sobretudo, pela imaturidade de sua vítima. O artigo, publicado no Correio Mercantil de 7 de abril de 1864²³, tinha o seguinte título: “Conversa entre dous pretos canoeiros da praia dos Mineiros”. O título em si carrega bastante significado. Segundo Hebe Mattos (2013), o significante “preto”, durante grande parte do século XIX, era referência aos escravizados; quando usado para pessoa livre, buscava associá-la ao cativo. Todo o resto do artigo é escrito em português gramaticalmente errado e narra um diálogo fictício entre os “dois pretos”. A profissão de engenheiros e toda a formação dos irmãos – inclusive sua viagem à Europa – são ridicularizadas. A eles caberia mais o ofício de canoeiros. Ao final, em contraste aos erros gramaticais, o autor do texto (anônimo) traz uma expressão em latim: “*Ne sutor ultra crepidam.*”. “Sapateiro, não vá além do sapato” é o seu significado.

²³ Mas recortado e colado no Diário 10, na página referente ao dia 10 de fevereiro de 1871.

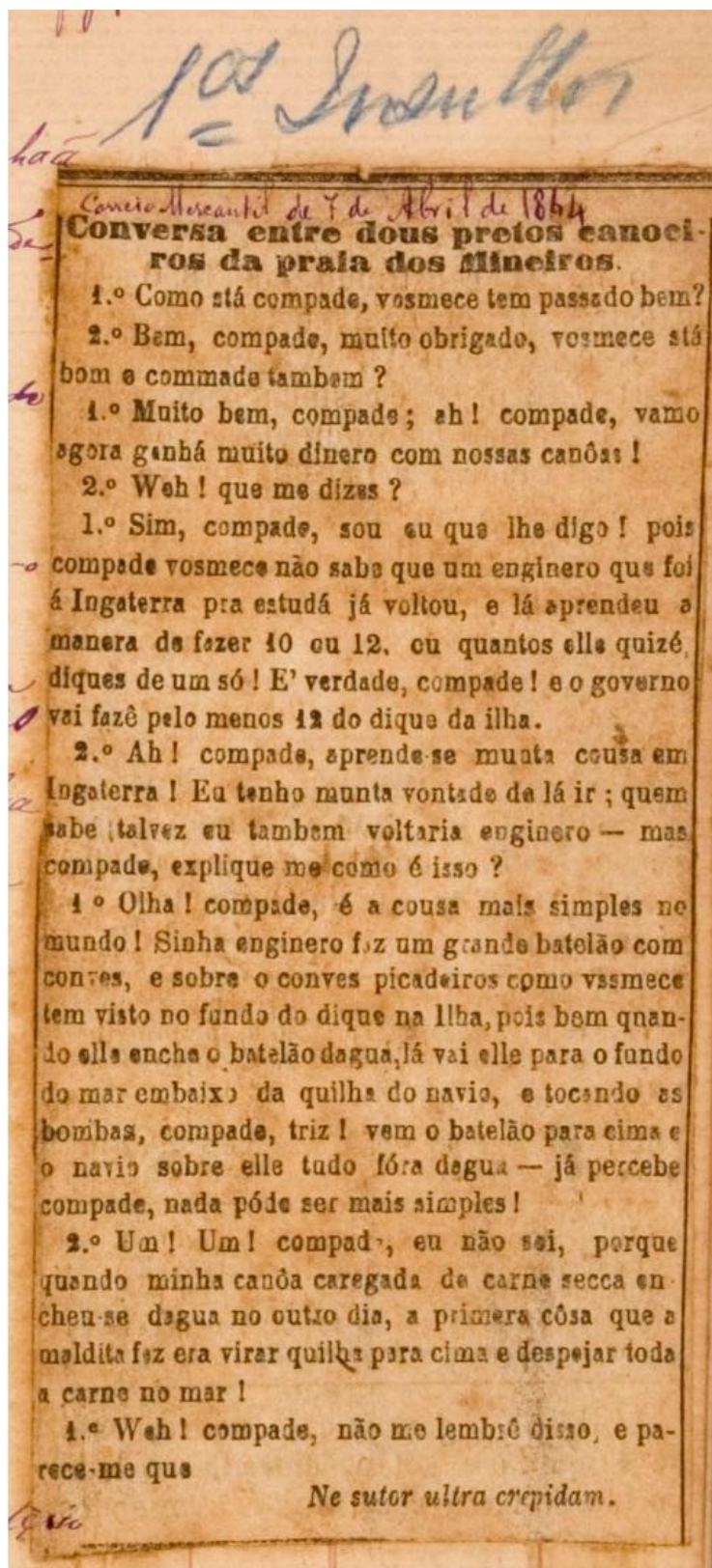


Figura 20: André Rebouças. Diário, 10 de fevereiro de 1871.

A força da palavra impressa, no contexto em que viveu Rebouças, era tanta que, segundo Lima (2003) compunha uma nova forma de fazer política — assunto a ser explorado mais a diante —, e seus diários são um testemunho disso. Recortes de jornais

estão colados à exaustão em suas páginas. No capítulo sobre a “Profissão de fé de abolicionista”, a dimensão do veículo jornalístico em sua vida foi explicitada. Por ora, atentemos a como o “mal disfarçado” utilizava-se desse canal, seus ataques, defesas e conflitos. Tratei agora outro caso, também deixado registrado por Rebouças, de publicação injuriosa a seu respeito. Ele cola a publicação, de mesma data, no dia 31 de março de 1871. Nada escreve sobre ela; como já defendi, porém, sua presença ali já é parte da autoconstrução de sua memória.

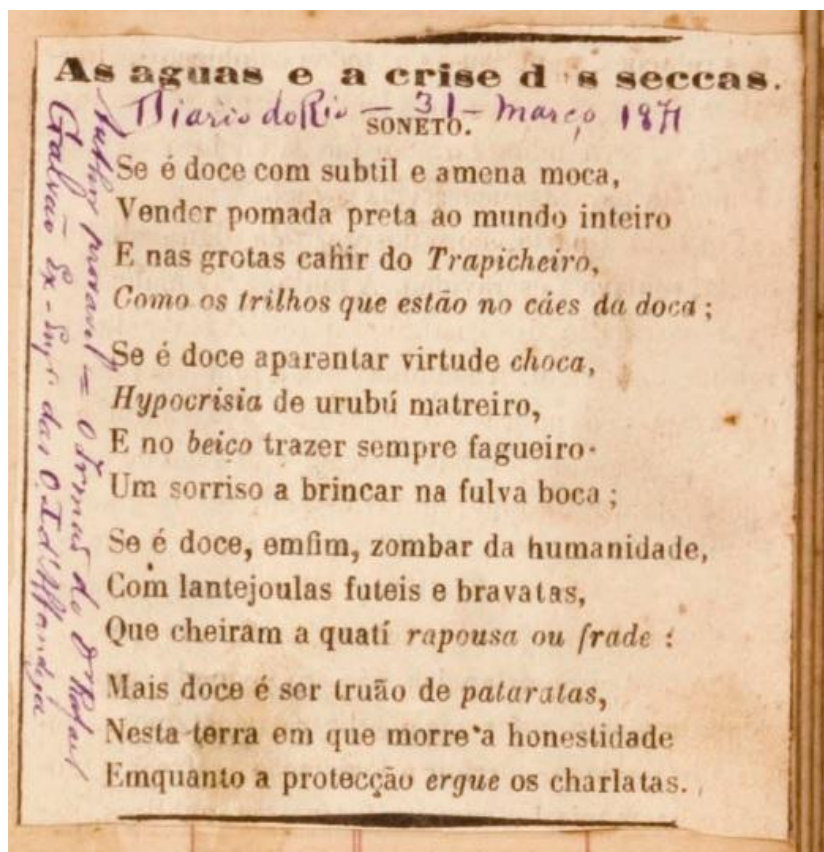


Figura 21: André Rebouças. Diário, 31 de março de 1871.

Ele adiciona, ao texto do soneto, a data de sua publicação e a provável autoria. Para entender o teor do soneto, é preciso, novamente, atentar às metáforas e entrelinhas. Expressões como “pomada preta”, “urubu”, “beijo” remetem à cor de André Rebouças. Novamente, o esforço é tentar diminuí-lo a partir desses atributos racistas e, simultaneamente, acusá-lo de ousar ser mais do que esperavam que fosse. A apresentação

de suas virtudes é tida como “hipocrisia de urubu matreiro”. Acusam-no, ainda, de ser protegido, enquanto ludibriaria contando pataratas²⁴.

Antes de trazer sua experiência mais violenta de racismo, vivida segundo os moldes do apartheid norte americano, quando de sua viagem aos Estados Unidos, cabe um outro caso do “mal disfarçado” do Brasil oitocentista. O ano é 1872, André escreve, no topo da página, como faz sempre a fim de destacar algo: “19 – fevereiro – 1872 – Docas de New-York – Machanic’s Magazine de 26 – Agosto – 1871”. Ele estava feliz, tinha tido o “prazer de ler no Mechanic’s Magazine” a descrição do projeto das Docas de New-York e perceber sua coincidência “admirável com o das docas de D. Pedro II”. Escreve ainda:

Graças a Deus, que me concedeu tão esplêndida defesa contra as acusações dos meus colegas e do Ilmo. Visconde do Rio Branco que diziam não merecer a denominação de docas o que eu ia construir no litoral da Saúde (Rebouças, André. Diário, 19 de fevereiro de 1872. O grifo é dele.).

Posteriormente, ele adiciona, logo ao lado do trecho aludido: “[Vide o Prêmio das Docas de Dom P. II na Exposição Universal de Philadelphia]”. Esse é um comentário adicional feito em alguma de suas releituras do Diário, já que a exposição ocorreu em 1876. Mesmo ciente da qualidade do seu trabalho e da real semelhança entre os projetos, Rebouças volta a sofrer ataques, através de jornais, de quem não suportava testemunhar a sua excelência. Na seção “publicações a pedido” de jornal não explicitado, Antonio Gomes de Mattos publica, em 20 de abril de 1872, o artigo “Companhia das Docas de D. Pedro II – Breve resposta a estupenda justificação do sistema das obras”. Texto longo, colado na íntegra por André em seu Diário, mas do qual trarei somente alguns trechos.

A construção das Docas de D. Pedro II, com a presença de vários acionistas, gerou polêmicas diversas. O autor do artigo estava enfurecido, acusava André de não cumprir contratos, de mentir e de obter privilégios junto ao poder imperial. O que cumpre mais registrar aqui é o apelo à questão racial, novamente segundo o proceder próprio ao Brasil da época. Já de início, diz: “Ou o Sr. Dr. André Rebouças tem um topete do tamanho do Pão de Açúcar, ou o Sr. Dr. André Rebouças está com a mórbida ilusão de que se acha em

²⁴ No dicionário, patarata corresponde a ato ou dito de quem exhibe feitos inventados ou exagerados; ostentação. "patarata", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/patarata> [consultado em 20-08-2022].

uma taba de botocudos.”. Ele se vale da ironia, diz e repete os termos senhor e doutor para, em seguida, desmerecê-lo durante todo o texto. O racismo está implícito em todas as linhas; evidencia-se, porém, nas seguintes: “Este orgulho com que o Sr. André Rebouças declara que dir-se-ia que um mesmo engenheiro concebera ambos os planos, das obras mais estupendas, *pela sua feição característica de inferioridade*, faz pasmar!”.

Não preciso dizer que “feição característica de inferioridade” era essa. Rebouças não comenta nada sobre esses ataques, apenas recorta e cola em seu Diário. A sua presença, no entanto, é suficiente para evidenciar a sua intenção em registrar todas essas agressões. No mesmo ano, alguns meses depois, Rebouças parte em viagem à Europa e aos Estados Unidos. Ele já conhecia a Europa, aonde fora em viagem de estudos em 1861, mas será sua primeira – e traumática - vez em solo estadunidense. No contexto dessa viagem, mais especificamente em Marselha, em 15 de novembro de 1872, Rebouças trava algumas conversas sobre as tais Docas de Nova York. Meses se passaram; ele, porém, não tinha esquecido as calúnias sofridas.

No topo da página do Diário, destaca: “15 – 9bro – 1872 – Conferência com o Engenheiro Chefe das Docas de Marselha”. Ele não se lembrou muito bem da sua visita em 1861; de fato, reconhece Rebouças, tinha tido mais contato com um outro engenheiro, já falecido. De qualquer forma, seguiram conversando sobre esse assunto em comum: as docas. “Com surpresa e prazer”, André escuta as seguintes palavras do M. Pascal: “no estado atual do Comércio, com os caminhos de ferro, os vapores e o telégrafo elétrico, não há outras docas possíveis que as de New York!!”. Aliviado, escreve: “Dou graças a Deus ter-me inspirado, desde 1867, estas verdades!”. No dia seguinte, conversa com outro engenheiro, Louis Barret, que o recebe “com a maior amabilidade”. André nem precisou se esforçar para introduzir o assunto: na sua sala, havia um quadro retratando “um magnífico plano” das docas norte-americanas. Louis Barret é ainda mais enfático: “se não se tivesse gasto centenas de milhões em Liverpool, em Londres e Marselha, dever-se-ia demolir todas as suas docas, e reconstruí-las no sistema americano”. No dia seguinte, Rebouças apresenta o Projeto Geral das Docas de D. Pedro II ao Engenheiro Louis Barret. Passa a noite em estudos. Tudo corre bem e o seu trabalho, “projetado no sistema americano”, é elogiado.

O caso com os engenheiros em Marselha, que cumpre, no Diário, o propósito de reiterar sua competência e, conseqüentemente, registrar quão injustiças eram as acusações

sofridas, é só um fragmento dos dias vividos fora do Brasil. A decisão de partir, tomada no início de agosto de 1872, reflete o cansaço de Rebouças para com a vida no Rio de Janeiro. O ano anterior, 1871, não tinha sido fácil; ele desabafa, inclusive, no dia 16 de dezembro, estar “debilitado pela última moléstia e pelos desgostos deste ano”. Sua saúde, fragilizada desde a Guerra do Paraguai, recaía em frequentes adoecimentos. São inúmeras as referências aos incômodos de tantas constipações, mal-estares, abatimentos em geral. Ainda em finais de 1871, escreve no topo de uma página do Diário, referente ao dia 24 de dezembro, com uma caneta diferente, provavelmente durante uma de suas releituras, “debilidade por excesso de trabalho e dor”.

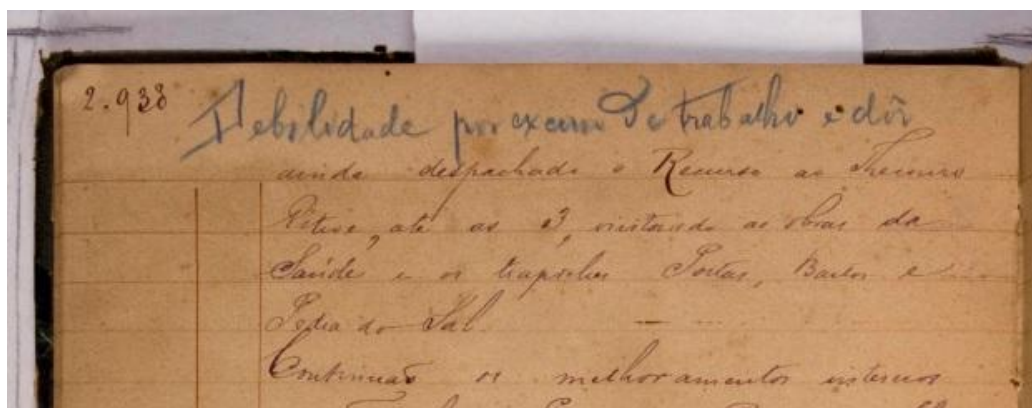


Figura 22: André Rebouças, Diário, 24 de dezembro de 1871.

Novo ano, antigos males. Logo no início de 1872, em 20 de abril, ocorre o aludido episódio com o Antonio Gomes de Mattos, que tenta dissimular seu racismo em uma publicação de jornal enxarcada de ódio e calúnias. O autor tentou legitimar seus ataques através de uma argumentação imensa; já no final do texto, no entanto, explicita a razão de sua ira, a “feição característica de inferioridade” enxergada por ele em André. Essa agressão o acomete num momento já muito árduo, o luto pela perda de um grande amigo. Em 8 de janeiro, a morte do Visconde de Itaboraahy havia deixado André “extenuado de dor”. Esse tão bom amigo lhe dissera, quando ainda o conhecia há pouco, exatamente no dia 19 de abril de 1869, que “como já tinha dito a meu Pai, tinha por mim extraordinária simpatia ²⁵(!!) e que se esforçaria para fazer-me justiça”. Não bastasse isso, André não era o único a adoecer com frequência; sua irmã, “D. Anna”, também “continuava em convalescença”. Eram tempos difíceis e seus escritos testemunham a sua tristeza e seu

²⁵ O grifo e as exclamações são dele.

cansaço. Em 05 de maio, escreve: “Ao voltar, dava graças íntimas a Deus, que me concedeu forças para subsistir até hoje e esperar, corajosamente, o dia da reparação”.

A dor que sentia pelo luto, pelo excesso de trabalho, pelas injustiças tantas era “esmagadora” e “extenuante”, como ele nos diz. A espera pela reparação, que exigia coragem de um corpo físico fragilizado, certamente também era maçante. Era hora de passar um tempo no exterior, descansar, rever amigos, usufruir do que mais lhe aprazia e, ainda, aprender mais sobre os tantos assuntos de seu interesse. Rebouças chega a receber, do Dr. Tavares Bastos, uma proposta de financiamento para sua viagem. Ele recusa por pretender custeá-la com recursos próprios. Já tinha, aliás, enviado dinheiro para Paris e Londres. Ao Dr. Tavares Bastos, sugere o encaminhamento do montante oferecido ao seu procurador no Rio de Janeiro. Dessa forma, viajaria tranquilo, ciente da manutenção de sua família. A viagem de André, parabenizada pelo Conde D’Eu, é noticiada em vários jornais importantes, cujos recortes, claro, compõem o mosaico de registros que é o seu Diário.

4.2 “Mr. Perpetual – Motion Rebouças”

Após uma breve parada na Bahia, onde André aproveita para visitar suas tias D. Anna e D. Luiza, o navio Douro segue em direção a Europa. Em 10 de setembro, chega a Lisboa. Três dias antes, ainda em alto mar, “o dia da Pátria não foi esquecido” e “fizeram-se cordiais votos pela prosperidade do Brasil, regados por excelente champagne”. Em Lisboa, tudo começa bem; Rebouças não deixa de registrar a alegria em ficar hospedado em tão bom quarto, no Chiado, o mesmo onde outrora ficou Dom Pedro II. Em Portugal, aproveita bastante, vai às compras, frequenta teatros, presta atenção à vegetação, arquitetura, tipos de solo. O aprendizado é, na verdade, parte do seu prazer cotidiano. Antes de deixar Lisboa, desce o Tejo, num “melancólico e saudoso” passeio ao pôr-do-sol.

Próximo destino: Madrid. Os interesses são os mesmos em todos os lugares por onde passa; ele não só usufruía de tudo que a arte pudesse oferecer, como também era um crítico, tecia comparações, frustrava-se e, em geral, deleitava-se frequentando espetáculos diversos e museus. As experiências variavam, claro, segundo fluxos e cores de cada cultura. Em Madrid, por exemplo, foi ao circo e aos toros. Do primeiro, ele gosta, enquanto o segundo o traumatiza: jamais vira “tão bárbaro espetáculo”. Só a lembrança o molestava, ele diz. Segue para Marselha, local onde tece as aludidas conversas sobre as

docas de Nova York. Já em Nice, hospeda-se em um dos mais ricos hotéis da França. Destaca, inclusive, a presença de 120 americanos e 30 ingleses a compartilhar com ele o convívio naquele espaço. Ainda em Nice, nem o mal tempo o impediu de reparar e apreciar a semelhança da flora local à brasileira. No jardim do hotel, “cresceram as saudades da Pátria; instintivamente, enxuguei uma lágrima numa folha de palmeira!!”.

Uma emoção especial animava André, a ansiedade pelo encontro com seu grande amigo e futuro compadre Carlos Gomes. O famoso maestro brasileiro, de quem Rebouças era também fã, estava vivendo em Milão (muito em virtude dos esforços feitos por ele, que não perdia uma única oportunidade de interceder pelo amigo músico). Em 23 de dezembro de 1872, já na Itália, tem “o prazer de abraçar o meu querido Carlos Gomes”. Os dias seguintes foram felizes. Continua sua rotina de apreciador das artes e encontra, na Itália, um amigo de seu falecido tio José Pereira Rebouças. Irmão de seu pai, era outro exemplo de distinção da família. Como o sobrinho, José amava as artes e consagrou-se como músico. Seu amigo, César Persiani – que, aliás, era amigo da família desde 1833 – conta a André que “voltara da Europa com meu finado tio, maestro pelo conservatório de Bologna, rabequista distinto, músico da Casa Imperial e, por muito tempo, regente da Orchestra do teatro da Bahia”. Esse é um encontro importante e floresce no sobrinho o desejo de saber, ou melhor, de escrever mais sobre o tio. Honrar memórias: é como enxergo seu fascínio por biografias.

Florença, Gênova, Turim, Roma e Nápoles são mais alguns destinos italianos por onde passa Rebouças; em Roma, inclusive, no dia 13 de janeiro de 1873, completa seus 35 anos de vida. Alguns dias depois, ainda em janeiro, no dia 29, nasce Carlos André Gomes, seu afilhado. Em Nápoles, ocorre um episódio interessante. Era 5 de fevereiro, quarta-feira. Como de costume, André vai ao teatro. O espetáculo, medíocre na sua opinião, não o impressiona. Admirável mesmo foi a presença, “sem distinção alguma, sem camaristas nem ajudantes de ordem, com dois parentes, do Rei Victor Emmanuel”. Como fosse tão ordinária sua presença naquele espaço, foi preciso um italiano desvelar a Rebouças a identidade do Rei. “Neste particular”, admite, “excede em simplicidade o nosso Imperador”.

A jornada pela Itália continuará. Novamente em Milão, conhece o seu recém-nascido afilhado Carlos André Gomes e entrega-lhe um presente de 300 francos em ouro. Em 04 de abril, já estamos em 1873, vale lembrar, após uma “saudosa despedida na vasta

e bela estação de Milão”, ele segue para Bologna obstinado em descobrir mais sobre a vida do seu tio artista. Já no próximo dia, visita o conservatório de música de Bologna. Conhece a sala dos concertos, adornada com os retratos dos principais Maestros, a biblioteca e até os arquivos... Quão frustrante foi o dia: ele nada encontra sobre o tio, nem mesmo sua inscrição de quando ali se formou em violino e contraponto. Escreve, então, ao Dr. Persiani a fim de entender tal ausência.

Segue a viagem. Em 10 de abril, já em Veneza, visita o vice-cônsul do Brasil, Leopoldo Bizio e este lhe entrega a carta do Dr. Persiani, “respondendo-me que a formatura do meu tio José Pereira Rebouças, tivera lugar em 1832, salvo erro de memória”. Depois da Itália, parte para Áustria onde, em Viena, admira-se com a semelhança com as Colônias alemãs do Brasil. Após uma passagem breve pela Suíça, chega a Paris em 11 de maio. O primeiro lugar visitado foi a Catedral – Notre Dame, “onde costumava fazer oração em 1861 e 1862”. Coincidentemente, o Conde D’Eu e a princesa Isabel também estavam em solo francês para tratar de questões de saúde (o nobre também sofria com a saúde debilitada desde a Guerra do Paraguai).

Em todos os lugares por onde passa, André Rebouças convive com pessoas prestigiadas; comendadores, nobres em geral, ministros, artistas, donos de jornais, sócios acionistas de empresas brasileiras, entre outros. Em Paris, esses encontros são ainda mais frequentes. No dia 13 de maio, ele aproveita para enviar, de Paris a Lisboa, algumas obras: o livro de seu pai, “Vida Parlamentar”, revistas do Instituto Politécnico e o Vocabulário técnico de engenharia escrito por ele. Os exemplares são enviados ao amigo José Gonçalves Ramos para serem introduzidos às bibliotecas de Lisboa. Em 19 de maio, o dia amanheceu frio, na Inglaterra, último país antes de partir rumo aos Estados Unidos. “Com o maior afeto”, Rebouças é recebido pelo empresário do transway do Rio de Janeiro, C. J. Harrah, que, talvez (provavelmente, eu diria) por já prever a necessidade, promete redigir cartas de recomendações para Rebouças levar aos Estados Unidos. No mesmo dia, desfruta do entardecer e parte da noite, na companhia de um acionista da Companhia das Docas de D. Pedro II, Salgado, Zenha, em uma excursão a vapor no rio *Thames*. Na ocasião, aproveita para ver “as pontes e cais construídas depois da minha saída de Londres, em 1862”.

Seguem-se frequentes encontros com pessoas influentes, das quais ele sempre descreve a profissão ou quaisquer vínculos que explicitem sua proeminência. Interessante

como ele também guia a nossa leitura, já que seus registros da viagem iam além dos Diários. Por exemplo, quando coloca, após narrar sua visita à Exposição Albert Hall, entre parênteses, “Vide a Colleção de Catálogos e fotografias”. Ou, ainda, quando da sua comparação entre o Convent-Garden, teatro que visita em Londres, e os recentemente visitados na Itália e na Áustria. Apesar da excelente orquestra e plateia mais entusiasmada, o londrino pecava por seus corredores estreitos e más disposições interiores. Novamente entre parênteses, recomenda: “Ver, nos documentos teatrais, o programa do espetáculo e a apreciação dos atores”.

O dia 22 de maio ele dedica a rever, outra vez pelas águas do Thamisa, as mais distantes docas de Londres. “O Thamisa cor de lama; o céu quase da mesma cor: o mais triste país e o maior povo do Mundo!”. No dia seguinte, um novo encontro com C. J. Harrah. André se impressiona com sua “extraordinária prova de simpatia a quem nunca lhe prestou o menor serviço”, porque, além de entregar-lhe duas cartas de recomendação, “forçou-me a aceitar duas cartas de crédito”. Um outro colega, na mesma data, também lhe entrega uma carta de recomendações para os dias em Nova York. Não há nenhuma reflexão sobre a reiterada entrega de tais cartas; os acontecimentos em solo estadunidense, no entanto, mostrarão a razão de sua finalidade, qual seja: tentar remediar as interdições racistas que o esperavam.

Na última noite em Londres, em clima de despedida, assiste mais dois espetáculos no *Prince of Wales Royal Theatre*, pequeno teatro, com decoração em cetim azul e dourado, “o que de mais lindo hei visto neste gênero”, “tudo muito novo e de bom gosto”. 24 de maio, dia de despedida, “manhã clara; dia de sol verificando o pensamento: se Londres tivesse sol, seria a mais bela cidade do mundo”. Algumas horas depois, já estava no trem expresso para Glasgow. Chega à noite e usufrui do dia seguinte na cidade. No dia 26 do mesmo mês, parte logo cedo rumo a Whiflet. Um seu amigo, colega da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de nome Lidgerwood, o “havia recomendado que visitasse ali a sua fábrica de máquinas agrícolas: cumpri esse dever de amizade”. Ao meio-dia, já estava de volta a Glasgow; o resto do dia é dedicado a visitar as obras do cais e dique.

Seu próximo destino foi uma breve passagem por Newcastle on Tyne para, de lá, seguir a Liverpool, onde chega na manhã do dia 28 de maio. Fica hospedado no “majestoso” hotel North Western R. W. Station, dotado de “todas as condições dos

melhores do continente”. Não perde, claro, a oportunidade de averiguar as Docas de Liverpool e comprar documentos a respeito: “vide caderno n. 4 – Docas em Geral”. Na manhã seguinte, André escreve ao seu “bom Pai”, ao Carlos Gomes e a outros dois amigos noticiando-lhes de sua partida para Nova York. Diz, ainda, ter deixado tais cartas registradas. “Ao meio-dia, um pequeno vapor conduzia-me ao paquete ‘*Oceanic*’ da ‘*White Star Line*’”.

Seu olhar, sempre tão curioso quanto sensível, vai, pelo mar, a reparar na areia das praias que vê, semelhante a outras já vistas, na oscilação das águas, ora serenas, ora agitadas e assim por diante. André também aproveita os dias a bordo para organizar seus escritos. Em 5 de julho, porém, é difícil escrever; o frio é tanto que se sente “gelado até as entranhas” e reflete, nesse “dia mais triste da viagem”, sobre “que vida não passam os pobres pescadores de bacalhau, meu bom Deus!”. No canto de uma página, em alguma releitura, escreve, no dia 07 de julho, ainda no mar, “O Engenheiro Antonio Rebouças parte para São Paulo com o Engenheiro Penna (C. F. de Campinas ao Rio Claro)”. Ele registra esse marco, porque consiste no último emprego do seu “mano”.

No amanhã que chegou, a uma hora da tarde do dia 8 de junho, André já avista as colinas de Long Island. Às 20h, o *Oceanic* ancora em frente ao “White Star Dock” em New Jersey. Seu olhar característico logo repara na beleza do dia, similar ao da sua “chegada ao Tejo em setembro de 1872: o céu límpido, o sol no ocaso, a lua, quase cheia, pouco acima do horizonte. Colinas baixas até onde alcançava a vista; vegetação abundante e vigorosa, sem a extrema variedade brasileira. Panorama muito animado pelos vapores, cruzando a embocadura do Hudson em todos os sentidos”. A tripulação permanece no navio durante todo o resto do dia 8.

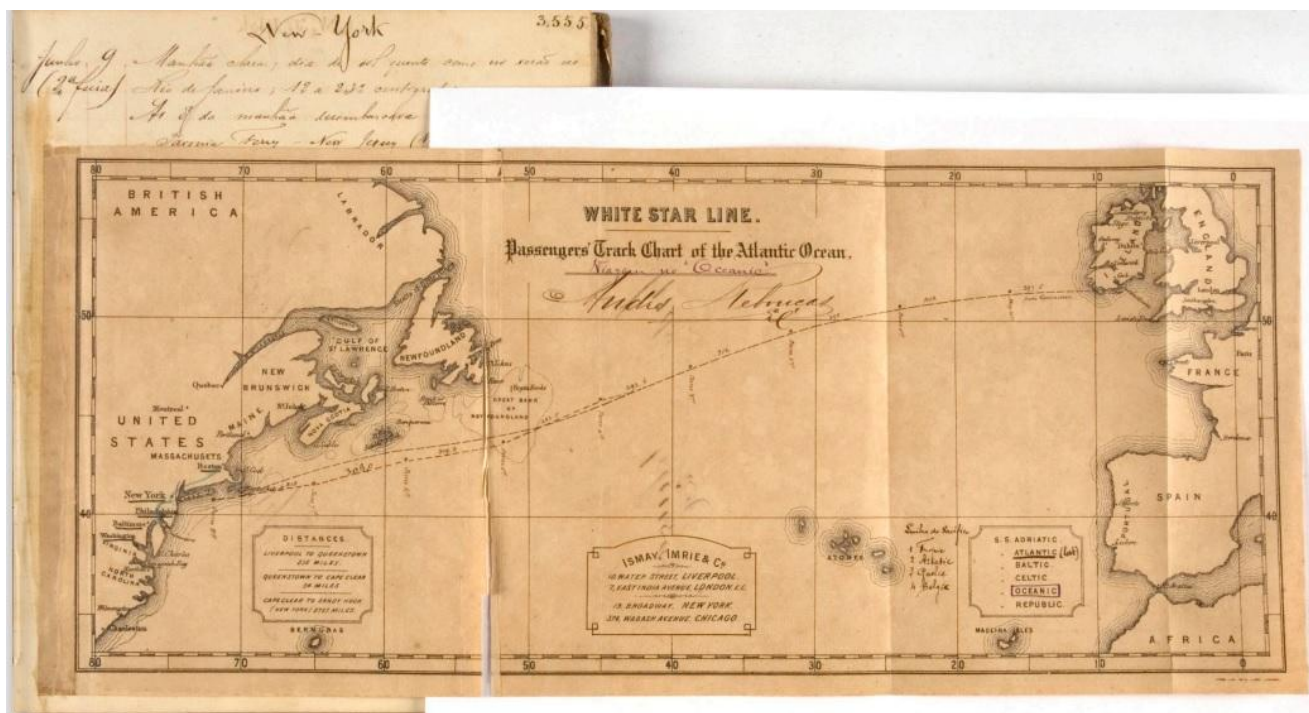


Figura 23: André Rebouças. Diário, Mapa do percurso, pela White Star Line, do navio “Oceanic”, com escritos e assinatura de André Rebouças.

O resplendor da manhã do dia 9, tão claro e quente, inspira lembranças do Rio de Janeiro. Ao descer do *Oceanic*, uma revistada brusca, ainda na Alfândega, interrompe seu recordar. Em seguida, vai, junto de “outros companheiros de viagem, em carro da mesma Companhia, para o 5th Avenue Hotel; disseram ali não ter mais aposentos, e indicaram-me outro hotel. *Depois de algumas tentativas, compreendi que era a dificuldade da cor a causa das recusas de aposento*”. É difícil analisar por que essa compreensão o acomete somente após sucessivas recusas de hospedagem. Se ele era tão atualizado em relação aos acontecimentos e à própria história dos Estados Unidos, como não supunha as interdições que poderia sofrer? Talvez ele imaginasse que, também por lá, esse mal seria disfarçado em relação a ele, um homem “mulato” e culto, frequentador do “alta sociedade” brasileira. Enfim, suas letras refletem surpresa. Mesmo quando recebe cartas de recomendação de amigos na Inglaterra, ele não tece reflexões – pelo menos não as escreve – sobre a razão de sua necessidade. Também não aponta receios ou inseguranças relacionadas à “dificuldade da cor”. Demonstra, ao contrário, entusiasmo e ansiedade. Os Estados Unidos eram uma pátria que, em vários aspectos, o inspirava.

Grada Kilomba (2010), em sua análise sobre a violência racista enquanto trauma, mostra como cada evento violento contempla um imediato estado de choque, seguido de

uma espécie de “fragmentação”, uma desassociação do indivíduo em relação a sua comunidade, e, finalmente, uma dimensão de atemporalidade, segundo a qual o episódio é experienciado como se atualizasse outros já passados. Nesse sentido, é possível analisar a dificuldade de Rebouças em supor quão difíceis seriam seus dias nos EUA. Kilomba traz, inclusive, Fanon (1967 apud KILOMBA, 2010), em seu alerta sobre a impossibilidade de racionalizar o racismo. Esse aspecto é imprescindível na própria compreensão de si de André e, do ponto de vista metodológico, suscita questões importantes, uma vez que o seu *discurso biográfico* é entendido também como um processo de autoconstrução, no qual a tentativa de elaboração de sentido da sua própria história é parte da sua escrita. Trata-se de um processo dialético em que as contradições da sociedade estão imbricadas nas suas reflexões.

Após compreender a causa de não conseguir hospedagem, Rebouças procura o Consulado Brasileiro. Foi como encontrar um oásis. Lá, estavam o “o velho Consul Luiz Henrique Ferreira d’ Aguiar e o Ministro João Pedro de Carvalho Borges, que me receberam com muita amabilidade”. O filho do cônsul já o conhecia e ao seu trabalho desde o Rio de Janeiro e logo tratou de arranjar “um aposento no ‘Washington Hotel’ com a condição de comer no quarto e nunca no Restaurante”. O primeiro quarto era muito sujo. Talvez por reclamação sua ou intervenção do amigo (ele não diz), consegue outro um pouco melhor, mas com saída imediata para a praça. Apesar de tudo, André consegue enxergar algo positivo naquele espaço. Naquele mesmo hotel, outrora se hospedou “o imortal Washington” e, por muito tempo, esteve na moda; “hoje é um hotel de 3ª classe”.

Ainda nesse primeiro dia, 09 de julho de 1873, visita a parte em construção das Docas de Nova York e segue na tentativa de reproduzir, em solo estadunidense, hábitos que o acompanharam durante toda a viagem. Sobre as docas norte-americanas, inclusive, continua a conduzir quem o lê: “vide – caderno nº 1 – viagem aos Estados Unidos”. Aproveita o dia, também, para comprar livros e mapas e, durante a noite, desfruta da companhia do novo amigo Dr. Rodrigues, redator e proprietário dos jornais “Novo Mundo” e “La América Ilustrada”, que conhecera mais cedo no consulado brasileiro. É nítido seu esforço em tentar não sucumbir às interdições do *apartheid*. Ainda durante a noite, no entanto, lamenta não poder assistir, por conta “do prejuízo da cor”, “ao espetáculo no ‘Grand Opera House’, magnífico edifício, construído pelo famoso banqueiro Fisk e no Booth Theater, que funciona também em um majestoso edifício,

construído por amigos de Booth, que é considerado o Talma americano. Booth é irmão do assassino de Abrahão Lincoln”.

Somente nessa noite, foram duas tentativas, em dois “majestosos” teatros, para seu programa favorito, vetadas. Trouxe os detalhes de sua descrição para mostrar o seu entusiasmo e conhecimento e, ainda, para mostrar sua capacidade de manter o olhar sensível e curioso apesar de tudo. Ele estava tentando. Depois de registrar a aludida descrição da história dos teatros, conta ter sugerido, ao Dr. Rodrigues, a ideia de introduzir, no Rio de Janeiro, a “lanterna-mágica de anúncios, à semelhança da que funciona no encontro do Broadway com a 5th Avenue”. A essa, seguem-se outras sugestões.

Como não havia banheiros no Whashington Hotel, começa o dia seguinte banhando-se em um banheiro público. Dirige-se, em seguida, aos correios e registra o seu endereço para manter contato com o Dr. J. C. Rodrigues. É o início de uma grande amizade e de muita interlocução. André contribuirá bastante com o jornal Novo Mundo; O Rodrigues, inclusive, manifestará, anos depois, sua decisão em deixar o periódico como herança ao amigo. Rebouças continuará, nesse dia e nos próximos, firme em seu esforço de manter a rotina idealizada. Apresenta as suas cartas de recomendação a várias pessoas, ressalta a amabilidade de alguns, continua a visitar e registrar tudo sobre a engenharia local, visita amigos, vai ao Central Park. No dia 10, provavelmente durante esse passeio no parque, Rodrigues conta ao amigo que

o mulato Douglass, velho amigo do President Grant, muito influente na sua reeleição, fora ultimamente rejeitado nos hotéis de Washington: deu esse feito lugar a uma polêmica nos jornais e à uma moção no Senado – (Vide entre os documentos a Acta do Congresso da Louisiana – Civil Rights’ Bill presented by Senator Summer). (Rebouças, André. Diário, 11 de junho de 1873. O grifo é meu).

Após essa passagem, o assunto é logo abandonado para dar lugar à continuidade da descrição de demais episódios cotidianos. A referência ao grande abolicionista estadunidense Frederick Douglass ilustra alguns pontos. O primeiro, apesar de óbvio, não deixa de ser simbólico: os amigos conversavam sobre o assunto. Ou seja, André rompe com a costumaz ausência de conversas sobre o racismo. Ainda que tenha partido do amigo – suposição provável, já que ele escreve “informou-me ontem o Rodrigues” –, o diálogo viabiliza a ruptura desse silêncio e, de tão importante, é transcrito no seu Diário. As palavras utilizadas reforçam, ainda, a tentativa de criação de um paralelo entre as histórias de vida de homens “mulatos”, “influentes” e “rejeitados nos hotéis de Washington”. A fé

abolicionista, malgrado não estar presente na passagem, também os unia. Nesse momento de sua vida, embora não estivesse engajado ainda na campanha propriamente dita, Rebouças já era “abolicionista de coração”; esse sentimento emancipador, aliás, aparece em seus escritos desde, pelo menos, finais de 1864, com o supracitado episódio da árdua noite junto a uma senzala. A partir de 1866, aos 29 anos, novas ideias começam a inspirá-lo e anota, na contracapa do seu quarto diário: “prefiro as desordens da liberdade ao sossego da escravidão”. Ainda nesse mesmo ano, já em seu quinto volume, escreve, também na contracapa, em destaque, “Abolição”.

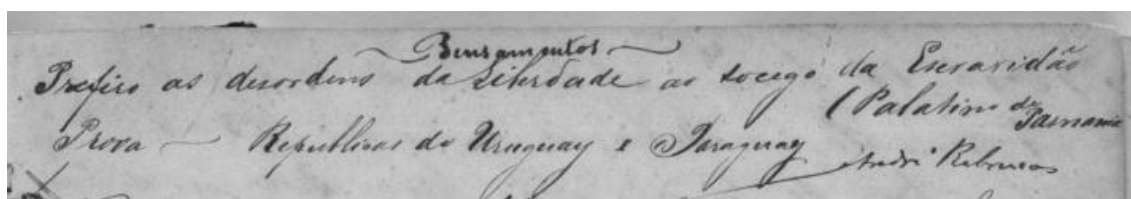


Figura 24: André Rebouças. Diário, 1866, contracapa.

Pelo exposto acima, já estaria justificada a importância de Frederick Douglass (1818-1895) para a discussão desse capítulo. Há, contudo, ainda outras razões. Nascido na condição de escravo, por ser filho de escravizada, Douglass permaneceu refém do cativeiro até os 20 anos, quando da sua fuga para o norte do país. Ele se tornaria a maior referência do movimento abolicionista estadunidense, o que, conforme aludido, condiz sobremaneira com a trajetória de André em sua pátria. Além disso, Douglass também era fruto de uma relação interracial. Relação violenta - estupro, importante nomear -, já que, em uma de suas biografias, afirma ter ouvido ser filho do seu próprio senhor (Douglass, 2000 *apud* Brito, 2019a). Nesse sentido, Douglass era, segundo concepções da época, um homem “mulato”. Chegou a ser, inclusive, confundido com índio, ao que responde, categoricamente: “índio não, negro!” (Douglass, 1862 *apud* Brito, 2019a). Conforme argumenta Luciana Brito (2019a), a sua aparência “mestiça” o colocava em situações e questionamentos muito peculiares. A intenção em deixar uma memória, a escrita biográfica, é mais um elo entre esses abolicionistas. Douglass foi autor de três autobiografias e é possível enxergar, nesse exercício, uma reinvenção de si e de sua história. Finalmente, um aspecto crucial a ser explorado mais adiante, qual seja: sua própria interpretação do Brasil consonante ao seu propósito de elencar referências de países multirraciais sem *apartheid* (Brito, 2019).

Retomemos à experiência de Rebouças em solo estadunidense. Sem dúvida, a sua inegável influência no Brasil, que lhe possibilitava fazer conexões e encontrar amigos em

todos esses países, atenuou as interdições ao seu ir e vir. Cinco dias após a emblemática conversa a respeito do “mulato Douglass”, Rebouças estava pronto para embarcar rumo a Fall-River. Seus amigos, então, prontificam-se a intervir, já que as “dificuldades do prejuízo de cor” eram previsíveis. John Lidgerwood dispõe-se a acompanhá-lo na excursão; o Rodrigues permanece presente até o embarque no “Vapor ‘Providence’, companheiro do ‘City of Bristol’, reputados os maiores e mais belos dos Estados Unidos”. Rebouças descreve detalhes do meio de transporte “realmente belíssimo”, atento, dessa vez, também as cores dos seus frequentadores; os criados eram todos mulatos e crioulos, nos diz.

Em Fall-River, pega um trem até Boston; de lá, Lowell. Essa última cidade o cativa. Os seus encontros com o “Dr. Ayer”, descritos com detalhes, certamente influenciaram-no a escrever sobre as “saudades” deixadas por Lowell: “Como é linda essa cidadezinha! Quão diversa das cidades manufatureiras da velha Europa”. Desde o primeiro contato, em “seu elegantíssimo escritório”, o Dr. Ayer o acolhe bem, recebe sua carta de apresentação, redigida pelo amigo Rodrigues, o convida para almoçar em restaurante e, posteriormente, para jantar em sua própria casa, também minuciosamente descrita por André. No próximo trem, em retorno a Boston, acomete-lhe a “singular ideia de promover a silvicultura no Brasil”. No ladinho da folha referente ao dia 13 de junho de 1873, numa de suas posteriores intervenções, registra: “Vide – *Agricultura Nacional – Estudos Econômicos* – Jornal do Comércio de 1874 x 1875”. Deparamo-nos aqui com *insights* inaugurais daquela que viria a ser sua maior obra, homônima ao título publicado no periódico, e escrita durante a década de 1870. Seu livro sintetiza suas propostas, enquanto abolicionista reformador, para a reformulação da agricultura nacional, nucleadas em seu conceito de *democracia rural brasileira*. A obra “*Agricultura nacional. Estudos econômicos*” também alça André Rebouças à posição de precursor na luta pela reforma agrária no Brasil, conforme discutido no capítulo anterior.

Até então, desde quando embarcou com o John Lidgerwood, não houvera episódios segregacionistas; na noite do dia 13 de junho, expõe entusiasmo, porque “pela primeira vez viajei nos célebres ‘Sleeping Cais’”. O serviço do trem era feito por “crioulos”, registra novamente Rebouças. Nesse percurso, já no dia seguinte, em pausa para o almoço, “pela primeira vez nesta viagem reclamou o dono do Restaurante sobre a minha cor; sendo necessário ao John Lidgerwood dizer a minha nacionalidade; intencionalmente abusava este amigo a cada momento do tratamento de ‘Doctor’.

Reclamação semelhante “sobre a cor” acontece no mesmo dia, na próxima parada “para a refeição”. No “Spencer House”, hotel em que se hospeda já no dia 15, também repara e registra serem “mulatinhos de 10 a 12 anos” os responsáveis pelos serviços; quase todos os criados são mulatos, acrescenta, e sabem ler e escrever.

Ele não perde sua habitual percepção da vida, sempre atento às variações climáticas, às cores do dia, aos sons, à arquitetura e costumes locais. Conforme já dito, nem face à perversidade do *apartheid* estadunidense, deixa de tentar usufruir do que lhe interessa e satisfaz. Aliás, nem mesmo sua admiração pela cultura *yankee* é solapada. Em Niagara Falls, afirma não saber

o que mais admirar – se a natureza, se as obras de arte: em torno da majestosa Catarata, há uma verdadeira exposição de admiráveis construções. Dir-se-ia que o engenho yankee esforça-se por bem competir em obras de arte com a mais grandiosa criação de Deus na América do Norte! (Rebouças, André. Diário, 15 de junho de 1873).

Afirmar acima que, desde o embarque com o amigo John Lidgerwood até o dia 14 de junho, Rebouças não fora vítima das segregações das leis Jim Crow. Essa afirmação sustenta-se nos minuciosos registros presentes em seu Diário, nos quais acredito – caso contrário, esta tese sequer faria sentido. Luciana Brito (2019b), no entanto, levanta suspeitas sobre a experiência de Rebouças nos trens estadunidenses, especialmente no Providence. Não rejeito a razoabilidade de tal desconfiança; ora, tratava-se de uma sociedade institucionalmente segregada. Não compreendo, porém, por que ele, tendo percorrido sobre as tantas interdições sofridas, omitiria essa – mais além, inventaria outro enredo. Enfim, Brito (2019b) supõe que ele tenha viajado em um vagão exclusivo para “*coloreds*”. Rebouças, no entanto, não somente descreve detalhes do “realmente belíssimo” veículo, sem qualquer alusão à segregação, como afirma:

Os Caminhos de ferro americanos não têm a subdivisão de classes europeia: há, contudo, trens para imigrantes, e, algumas vezes, dão passagem aos mais pobres nos carros de bagagem. Os trens de grande curso têm carros-salões e carros-dormitórios, nos quais só viajam os mais abastados, e que faz assim as vezes da 1ª classe da Europa. Os Americanos, com pretensões aristocráticas, distinguem-se pelo rigor do trajar: 3 brilhantes ou 3 grandes pérolas no peito da camisa são uma característica muito em voga; nas senhoras, custosas joias mesmo em viagem. No entanto, mesmo os mais presunçosos conversam com os criados; dão-lhes o tratamento de “Sir” por vezes; e dizem-lhe “I beg your pardon” quando cometem alguma inconveniência: é até onde tem podido chegar a prática da tão anelada “Igualdade Republicana”. (Rebouças, André. Diário, 16 de junho de 1873).

Sigamos com os próximos dias em solo norte-americano. Fica cada vez mais evidente como, face à maneira como tem vivido uma experiência violentamente

racializada, Rebouças dirige mais atenção às dinâmicas das cores. No próximo hotel a se hospedar, de nome “Parshall-House”, repara, novamente, no fato de os funcionários serem “mulatos e crioulos”. Já mencionei a admiração nutrida por ele ao fato de os Estados Unidos já terem vivido a Abolição. Nesse sentido, no mesmo dia em que chega ao Parshall-House, reflete sobre a descoberta do petróleo no “Oil-Creck”, em 1858, e diz:

Foi durante a guerra da emancipação que essa indústria atingiu ao maximum. Nos tempos de Moysés, Deus, para libertar o povo d’Israel fez surgir água das pedras: para libertar os escravos da América, Deus fez ainda mais: fez surgir óleo da terra da Pensylvania. Quando Deus trabalha pela Liberdade, produz estas maravilhas! (Rebouças, André. Diário, 16 de junho de 1873).

Ainda no dia 16 de junho – e também nos próximos, 17 e 18 –, Rebouças sofre novamente as consequências do “prejuízo da cor”. No dia 17, relata não conseguir se alimentar “hoje como ontem”; à noite, finalmente, consegue jantar em um restaurante cujo serviço, ele destaca, “era feito por pretos e mulatos”. No dia seguinte, é obrigado a comer no quarto e, pouco depois, parte em viagem de regresso a Nova York, onde chega às 23:00h: “ainda o prejuízo de cor nos hotéis dificultando achar um aposento a essas horas... afinal dormi com o John H. Lidgerwood no “Stacey-house”. A temporada nos Estados Unidos está chegando ao fim. Antes de partir, André vive momentos importantes. Em 21 de junho, conhece o escritório do jornal Novo Mundo do amigo Rodrigues, cuja afeição, embora recente, fora tão importante nos últimos dias. Quem também estava lá era o poeta e escritor maranhense Joaquim de Souza Andrade, o Sousândrade. Rebouças conhece e conversa com o autor da “Guesa errante” e atende ao seu pedido de enviar, ao maestro Carlos Gomes, notas a respeito da lenda fundamental de sua obra. Sousândrade torcia para que o músico a transformasse em um Libretto²⁶. O amigo Rodrigues aproveitou o momento e contou a André que “o seu guarda-livros, inteligente e simpático diletante de música”, ao escrever sobre ele, empregara a frase: “Mr. Perpetual – Motion Rebouças”. Desconheço a razão, mas Rebouças preferiu não autorizar a publicação desse elogio. Ele recorta e cola um breve artigo sobre si, provavelmente a escrita pelo guarda-

²⁶ A obra de Sousândrade tem, como pano de fundo, a lenda do Guesa errante, oriunda de povos indígenas colombianos, os Muíscas. O Guesa, na lenda, era uma criança retirada de seus pais e designada a realizar o destino do deus do sol (Bochica). Educada até completar dez anos, ela deveria, então, partir e refazer o mesmo caminho que o deus sol fizera. Essa peregrinação terminava aos seus quinze anos, quando o Guesa deveria ser atado a uma coluna (marco equinocial), cercado por sacerdotes (xeques) e morto por flechadas. Depois disso, seu coração era arrancado e seu sangue recolhido. É intrigante pensar no porquê de Sousândrade, ferrenho crítico da monarquia, desejar a apropriação musical de “O Guesa” por Carlos Gomes, que, por sua vez, era autor da ópera “O Guarani”, inspirada no romance homônimo de José de Alencar e patrocinada pelo monarca D. Pedro II (Pinto, 2020).

livros para o Novo Mundo. Eterno movimento era sim uma boa referência a esse homem sempre em busca de novos horizontes.

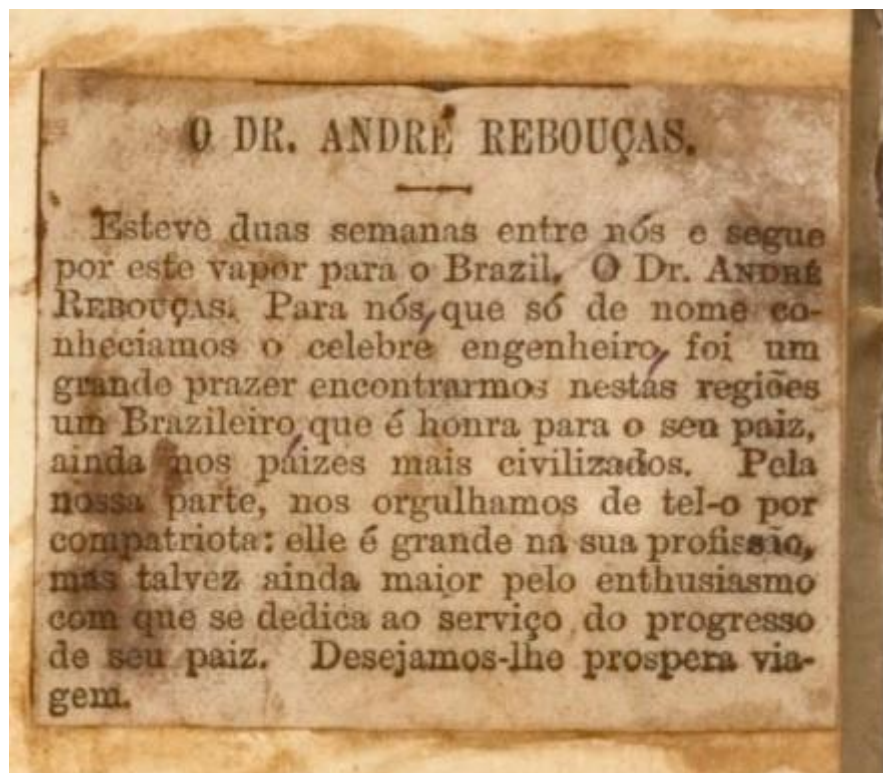


Figura 25: André Rebouças, Diário, 21 de junho de 1873 – reparem que ele corrige o texto..

O adeus à Nova York ocorre no dia 23 de junho; não sem antes despedir-se de vários colegas e passar no “*Departmente of docks – engineer’s bureau*”. Ali, encontra-se com o também engenheiro John Mechan, que lhe mostra “todos os modelos e desenhos, relativos às Docas de New-York; encomendei-lhe uma coleção de cópias de todos os tipos de cais e pontes, encarregando ao amigo Lidgerwood do respectivo pagamento”. Após almoçar com o amigo Lidgerwood, no “no célebre “Astor House”, Rebouças embarca, às 15h, de volta ao Brasil.

Nessas páginas de seu Diário, provavelmente já em alto mar, Rebouças cola outro recorte, dessa vez do jornal Louisiana Reconstruction, com o seguinte título: “*Whites and Blacks Uniting to Save the State – Unity, accord and justice*”²⁷. O texto discorre sobre “um sensível e importante movimento” inaugurado no dia 17 de junho de 1873 em New Orleans, qual seja: um comitê, composto por pessoas brancas e negras, havia se reunido para a escrita conjunta de resoluções importantes para o futuro do país. Dentre as várias resoluções defendidas, destaco a ênfase na garantia de dedicação “à unificação do povo”,

²⁷ Brancos e negros unindo-se para salvar o Estado – Unidade, acordo e justiça (tradução minha)

(povo, atente, contempla “todos os homens de quaisquer raças, cores e religião desde que cidadãos da Louisiana e dispostos a trabalhar por sua prosperidade”). Ainda, defendiam a garantia da igualdade civil e política – assegurada pela Constituição e pelas leis dos Estados Unidos. O texto também requer o cumprimento do direito, extenso a todo cidadão estadunidense, de frequentar qualquer espaço, viajar em qualquer veículo etc. Outro ponto importante diz respeito à defesa de uma reformulação da questão agrária no país. Para o comitê, os cidadãos negros dos distritos rurais deveriam possuir pequenas parcelas de terra e, em contrapartida, os grandes proprietários deveriam cogitar fragmentar suas grandes áreas. Por fim, condenam o uso da violência e pedem a união e colaboração de todos no esforço de erradicar todo tipo de preconceito.

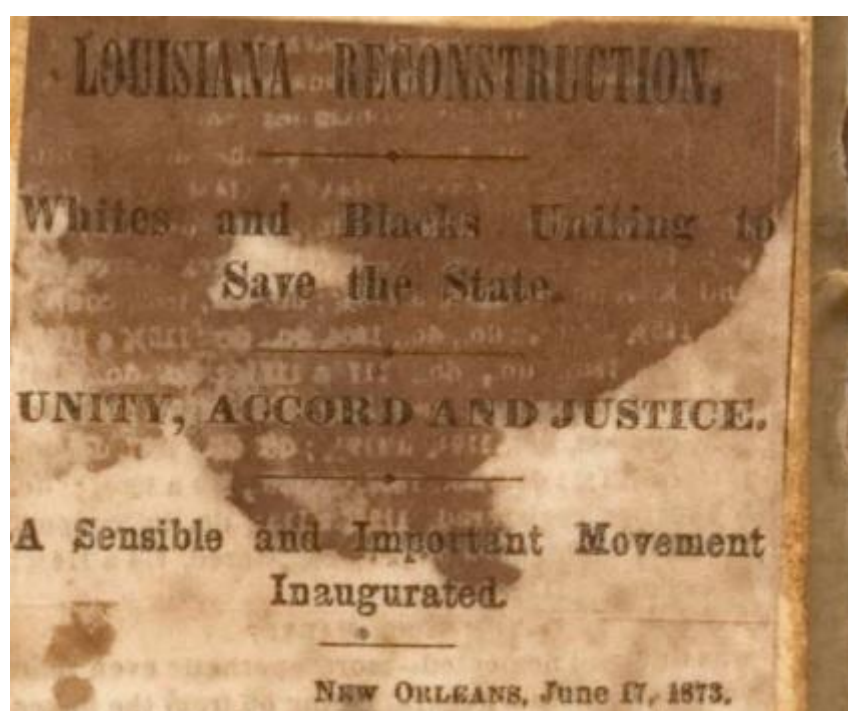


Figura 26: André Rebouças. Diário, 23 de junho de 1873. *LOUISIANA RECONSTRUCTION*, New Orleans, 17 de junho de 1873.

A década de 1870, durante a qual Rebouças visita os EUA, é parte de um período, na História do país, conhecido por Reconstrução (1865/1877). Com o fim da trágica Guerra Civil (1861/1865), além de todas as vidas ceifadas e da calamidade financeira, questões a respeito da cidadania da população negra ganharam realce. Afinal, qual seria o estatuto jurídico dos milhões de indivíduos negros libertos ao fim da Guerra? Em 1867, é aprovada a primeira Lei da Reconstrução segundo a qual o direito ao voto dos homens negros ficava instituído. No ano seguinte, o Congresso anuncia, como cidadãos do país,

todos os nascidos em solo estadunidense, independentemente da cor, origem ou condição anterior. Quando Rebouças percorre o país, então, estavam em debate – e embate – questões relativas à cidadania negra (Brito, 2019b).

Para Rebouças, os Estados Unidos estavam representados na modernidade do seu sistema marítimo e ferroviário e também no país que havia abolido a escravidão mesmo que isso significasse sua divisão. Aquela também seria a nação dos “direitos do homem”, que, desde o século XVIII, eram descritos como criados iguais, ideia presente na carta de independência, fundadora daquela nação. As expectativas positivas sobre os Estados Unidos revelam que Rebouças não estava preparado para o que iria vivenciar, ou que até mesmo havia subestimado os efeitos do regime do Jim Crow sobre si mesmo. (Brito, 2019b, p. 245)

Deveras, a viagem aos Estados Unidos era motivo de entusiasmo para André. Conhecer um país já em seu período posterior à Abolição, no calor de recentes conquistas de direitos pela população negra e já avançando discussões a ele tão caras a respeito da questão agrária... tudo isso lhe inspirava admiração. Rebouças, então, como corrobora Luciana Brito (2019b), não esperava encontrar um clima de tamanha tensão racial... muito menos a ponto de viver a segregação na própria pele. Há um ponto, na análise da autora sobre essa viagem de André, do qual discordo. Para ela, é provável que, naquele momento, década de 1870, Rebouças associasse “o preconceito de cor” ao passado, à época de seu pai. Discordo completamente, e os exaustivos exemplos trazidos aqui explicitam como essa violência perpassou seu cotidiano não somente na América do Norte, mas também na sua própria pátria, na qual tantas vezes se sentiu um pária²⁸.

Durante sua viagem de regresso ao Brasil, sua única alusão às consequências das leis Jim Crow e da situação negra nos Estados Unidos consiste no recorte do jornal Louisiana Reconstruction. Talvez ali estivessem contempladas suas opiniões a respeito do sistema que acabara de conhecer mais de perto. Usufrui da viagem em leituras, conversas e contemplação. Logo no início da viagem, ocupa-se “em esboçar um drama lírico para o Carlos Gomes sobre a lenda do Equador – Guesa”. Em outro dia, recebe, do colega a bordo, o Professor norte-americano James Orton, um “elogio evidentemente exagerado”. O professor disse-lhe ter ouvido, de um compatriota seu, que nunca tinha conversado, “nos Estados Unidos, com pessoa que soubesse mais Botânica do que eu!”.

Em 5 de julho, começa a navegar em águas já brasileiras.

²⁸ No seu Diário 11, na página referente ao dia 12 de novembro de 1871, ele narra uma noite muito difícil. Em sua releitura, já em Cannes, em 1889, escreve, no topo e em destaque: “Noite de um Pária em sua terra natal”.

Foi belíssimo o ocaso -: oceano de anil; o poente com grandes arcos de ouro, verde e alaranjado tangenciando a linha azul escura do horizonte; o primeiro pôr-do-sol em águas do Brasil, verdadeiramente digno dessa terra de prodígios! (Rebouças, André. Diário, 5 de julho de 1873).

Ao chegar na Bahia, sua terra natal, na manhã do dia 16 de julho, desce da embarcação e aproveita para visitar suas tias “Luiza e Anna Rita, já muito velhas e doentes; a família do finado Tio Conselheiro Maurício Rebouças e do Tio Conselheiro Aranha”. Aproveitou, também, para tratar de negócios relacionados à casa de sua família na Bahia, da qual toma um “esboço da elevação”, esperançoso “que Deus me concederá elevar a – ‘Escola Rebouças’”.

Surpreendi-me, confesso, com a sua tão inesgotável capacidade de sonhar. Nem mesmo após aqueles perversos e dolorosos episódios, o destino, a utopia, pareceram-lhe inelutáveis. Não à toa, em 4 de junho de 1869, o jornal *Semana Ilustrada*, na seção “Publicações Importantes”, afirma serem “os homens como o Dr. André Rebouças” os grandes patriotas. Também por isso seu tão querido amigo, o Visconde de Itaborahy, tenha prometido lutar por fazer-lhe justiça. Como tão bem nos diz o Engenheiro Gustavo do Rego Barros, em 13 de agosto de 1874, em matéria do jornal *O Globo*, recortada e colada no Diário 16:

No entanto ainda não teve uma só distinção do nosso Governo, um cidadão que a seu país tem prestado serviços de engenharia de valor tão elevado; mas, quando na questão do encanamento d’água do Trapicheiro, a malevolência quis descobrir erro, o que não houve, não faltou quem lhe irrogasse injúria ou fizesse censura injusta.

4.3 “Ah! A verdade histórica!!!”

“Os indivíduos no tempo”. Essa é a brilhante definição de Marc Bloch (2001 [1949]) para o objeto da História. A partir daqui, aprofundarei uma análise sócio-histórica sobre a sociedade na qual viveu André Rebouças. Em 16 de setembro de 1865, revoltado com os acontecimentos da Guerra do Paraguai, ele escreve: “Ah! A verdade histórica!!!”. Trago essas palavras não com a pretensão de qualquer verdade absoluta, afinal de contas, embora o passado seja, por definição, imutável, o conhecimento sobre ele “é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (Bloch, 2001, p. 75). Utilizo essas palavras de Rebouças a fim de enfatizar meu empenho em enxergar além dos disfarces. Analisar os indivíduos no tempo implica, também, atenção à especificidade de trabalhar, enquanto categoria, a duração, um tempo sempre contínuo (Bloch, 2001). Não poderia, então, tentar traçar quaisquer origens dos processos de racialização que

perpassaram a vida de André Rebouças. Meu esforço é e entendê-los, a partir dos vestígios deixados por ele, em sua *historicidade*.

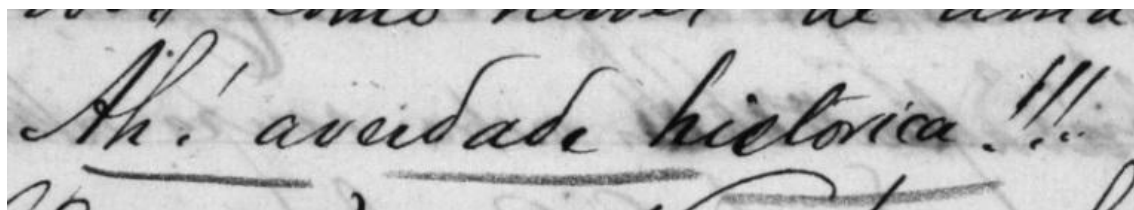


Figura 27: André Rebouças. Diário, 16 de setembro de 1865.

A seleção dos episódios que compõem o tópico sobre “O mal disfarçado” faz parte, evidentemente, da minha análise da memória de André Rebouças enquanto um *discurso biográfico*. Cabe retomar aqui alguns dos pressupostos metodológicos da pesquisa a fim de costurar melhor a continuidade do capítulo. Ao analisar um *discurso biográfico*, é imprescindível a interpelação entre texto e contexto, bem como a atenção ao esforço do indivíduo em dar sentido aos fatos. Esse trabalho de significar sua própria vida envolve momentos de crises e contradições. Vale lembrar que trajetórias de vida perfeitas e coerentes, como bem nos alertou Bourdieu, não passam de uma ilusão (2008). Por isso, é tão importante a inquietação de André Rebouças ao tentar entender “como concordar estes elogios à queima roupa” ao seu cotidiano de interdições. Evidencia-se um momento de incompreensão, em que, novamente segundo Bourdieu (2008), sua agência em campos simbólicos diversos resvala em restrições estruturais em uma dinâmica dialética e contraditória.

Ao partir dos pressupostos metodológicos da biografia histórica associados à análise crítica do discurso (Levi, 1989; Cano, 2004; Del Priori, 2009; Fairclough, 2001) o *discurso biográfico* de André Rebouças atua como instrumento de conhecimento sociológico. Nesse sentido, suas crises refletem tensões de uma época – e seus silêncios e disfarces também. Ora, Fairclough (2001) nos mostra como o discurso constrói a vida social, ou seja, longe de ser mero reflexo do mundo, a linguagem consiste em uma prática social. Desempenha, enquanto prática, uma relação dialética com a realidade. A partir daí, é possível entender os silêncios, fragmentos e artimanhas de um período histórico e, o que mais me interessa, os revides, a dimensão sempre presente da resistência. O discurso, nessa perspectiva, não apenas traduz conflitos, mas é, justamente, aquilo pelo que se luta. Há, evidentemente, uma dimensão estrutural na luta pela hegemonia discursiva, mas é imprescindível compreender a sujeição como algo contraditório: os sujeitos, embora

posicionados ideologicamente, são também atores criativos da sociedade. Interpelados de múltiplas maneiras, experienciam ambivalências, dilemas, incertezas e problematizações.

Por isso, o olhar para o discurso biográfico de André Rebouças esteve sempre atento a como seu texto reproduz, reestrutura e, também, desafia as hegemonias da sua época. Essa perspectiva, sensível às ambivalências, às interfaces dialéticas entre texto e contexto e à própria prática discursiva enquanto parte do campo de luta hegemônica me levou a tentar incorporar à análise o contexto que o circundava, a própria História do século XIX, a partir dos efeitos sociais de seus discursos. Começarei, então, tratando da Independência do Brasil, da necessidade prática de criar uma narrativa constitucional funcional aos tempos, suas contradições cotidianas e, segundo Chalhoub (2012), das lógicas sociais subjacentes à construção de uma espécie de interdito à própria problematização dessa situação.

Nesse caminho metodológico (já está posto, mas reforço), a dimensão da agência, da contrapartida dos marginalizados, do combate serão indispensáveis. No século XIX, liberdade e cidadania são demandas fundamentais para a população negra. Nos jogos políticos da época, veremos como reivindicações e concessões em torno da dignidade individual resvalarão na própria idiossincrasia do discurso enquanto prática social. Estamos tratando de um período extremamente complexo, como veremos adiante, o século de desestruturação do escravismo, para o qual olharemos de forma semelhante ao proposto por Sidney Chalhoub (2011). O movimento da decadência e posterior abolição do trabalho escravo é tido não como transição de um modelo a outro, como se dotado de alguma linearidade e mesmo previsibilidade; outrossim, trata-se de um “processo histórico”, indeterminado, já que construído por sujeitos históricos. Através dessa perspectiva, é importante dizer, Chalhoub (2011) pôde romper com concepções reificantes acerca das pessoas escravizadas, vistas, mesmo segundo a perspectiva de alguns teóricos, ora como passivas, ora como rebeldes, numa dualidade pouco sensível às vicissitudes e à potência da ação humana.

O Brasil consistiu-se durante mais de trezentos anos como uma sociedade escravocrata. Seu último século, justamente quando viveu André Rebouças, foi, no entanto, o mais controverso. Logo em seu princípio, no ano de 1822, temos um marco fundamental: a Independência marca, simultaneamente, o nascimento da nação e o início

do questionamento do regime escravista e, conseqüentemente, da construção de artimanhas políticas e sociais que levaram o país à Abolição mais tardia das Américas. São muitas as tramas políticas e sociais a serem analisadas para o nosso objetivo de entender a construção identitária de André Rebouças. Voltemos, então, a ela: a Independência. Proclamada em 1822, a Independência do Brasil foi um tanto singular. Na contramão das demais nações americanas, não havia presidente a ser nomeado, mas sim um monarca português da Casa dos Bragança. Como bem argumentam Schwarcz e Starling (2015), a solução monárquica soava como uma contradição, afinal de contas, o caminho mais condizente aos tempos supunha a proclamação de uma República e o fim do cativo.

O caminho adotado foi o de um império civil, noção que remonta à reorganização político-administrativa do reino de Portugal em fins do século XVIII, reatualizada na primeira Constituição do Império brasileiro. Antes mesmo da Independência, o Estado português teve de ser repensando quando, em 1808, sob ameaça de invasão por Napoleão Bonaparte, a Corte passa pela mudança mandatária para o Rio de Janeiro. A nova composição dessa elite será de nobres imigrados, burocratas de alto escalão e negociantes. Em 1815, o Rio de Janeiro, a sede do Reino do Brasil, torna-se novo estado político; falar em império significa, a partir de então, remeter ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Face a tais processos, reformas político-administrativas são reivindicadas a fim de ampliar a força política do novo regime. Dois projetos ganham destaque. O primeiro defendia a ideia de um império luso-brasílico, ou seja, um grande reino português com sede no Brasil. O sentimento de pertença à nação lusa prevaleceria, mas o Reino do Brasil e seus habitantes – os escravizados, claro, vistos como aquém a quaisquer direitos – gozariam dos mesmos direitos (Oliveira, 2005). Eis um ponto central para o argumento: uma concepção de cidadania e de “sistema representativo”, voltado a um “povo”, ganha força. Havia limites nessa proposição: os cidadãos seriam os “homens bons”, grandes proprietários, negociantes etc. e o direito ao voto seria restrito a alguns.

O segundo projeto, por sua vez, propunha um governo constitucional: a sociedade passaria a ser entendida como um “corpo de cidadãos” e, conseqüentemente, a esfera pública seria liberada e o monarca não seria absoluto. A ligação do Reino do Brasil e o de Portugal seria mantida, contudo o primeiro seria autônomo e usufruiria de mesmos direitos – semelhante, nesse ponto, à primeira proposta (Oliveira, 2005).

Os dois projetos, fundamentalmente, admitem uma concepção de cidadania, isto é, de condições de participação política. Eram ideias que, contraditoriamente, não contemplavam a todos: escravizados e homens livres sem ocupação fixa lhes estariam aquém. Na Assembleia da Província do Rio de Janeiro, em abril de 1821, essa foi uma discussão central. No fim das contas, esse episódio, cuja intenção inicial era desenhar um projeto capaz de manter a soberania num governo constitucional, desembocou num movimento de contestação da autoridade do monarca D. João VI. A partir, sobretudo, do segundo semestre de 1822 até março de 1824, um grande esforço é destinado à tentativa de depositar o poder político do Reino independente do Brasil no príncipe-regente D. Pedro – deixado no Brasil pelo pai, quando do seu retorno à sua pátria (Oliveira, 2005).

A Assembleia Constituinte, convocada pelo Príncipe-regente em 1822, reúne os dois grupos supracitados. A aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 22 de outubro do mesmo ano, expõe a corda bamba na qual ele andava face ao confronto dos dois projetos: em torno do título, há a disputa entre um governo monárquico ou representativo. Do lado do Imperador, estava José Bonifácio e demais indivíduos contrários a participação política sob alegação da legitimidade hereditária do príncipe. No cerimonial de consagração, o Imperador é revestido de uma ideia de sagrado, com sermão de Frei Sampaio, segundo o qual o novo monarca seria “ligado aos interesses da nação” e “defensor da Constituição”. Nesse sentido, alinhado à ideia de império civil, concebe-se o poder político como ilimitado, mas não do Imperador. Agora haveria uma distribuição constitucional dos poderes e o poder seria “ilimitado” até certo ponto, porque deveria obediência à Constituição. O Imperador, nesse jogo, adquire papel fundamental de garantir a existência do regime monárquico a partir da legalidade constitucional (Oliveira, 2005).

Fundamental aqui é entender como a obediência civil agora é exercida pelo conhecimento dos direitos e deveres dos indivíduos. A constituição precisou, para manter o poder da monarquia, admitir a liberdade política e o reconhecimento da cidadania – embora usasse de critérios censitário para o exercício do direito cívico, o processo indireto de eleição e, claro, a manutenção da escravidão (Oliveira, 2005). O entendimento do indivíduo como sujeito de direito, concepção produzida em meados do século XVII e adotada no Brasil por meio da nova Constituição, é bastante transformador, haja vista a preconização do Antigo Regime segundo a qual os indivíduos seriam meros integrantes de estamentos. O fato é que, no Brasil do oitocentos, embora as concepções liberais

supusessem rupturas a antiga tradição, as profundas hierarquias sociais, sobretudo pautadas no racismo, colocavam os dois regimes em coexistência. A materialidade do cotidiano (exaustivamente expostos nos relatos de André Rebouças) expunha os limites da cidadania definida na Carta de 1824 (Pandolfi, 2020).

Apesar das ideias liberais, que ressoavam com cada vez mais força, o país vivenciava uma “espécie de marcha interrompida” aos caminhos da liberdade, como esclarece Chalhoub (2012), já que novas dinâmicas capitalistas impulsionavam um recrudescimento do escravismo. Ou seja, a implementação da ordem constitucional no Brasil ocorreu simultaneamente ao que se denomina, na literatura, de “segunda escravidão” (Pandolfi, 2020; Salles, 2011). Para a elite escravocrata do país, o novo Estado teria de dar um jeito de manter o escravismo como um de seus pressupostos. Segundo o argumento da imprescindibilidade econômica, a recém-proclamada nação brasileira precisou navegar em caminhos tênues, cheios de artimanhas e dissimulações para garantir a perenidade do trabalho escravo. O grande desafio era administrar a cidadania dos descendentes de escravizados sem abalar as instituições. Incluir a tão numerosa população negra/”mestiça” livre e liberta ao escopo de cidadãos era uma maneira de evitar, inclusive, sua associação, junto aos escravizados, em insurreições. Era preciso apagar das linhas constitucionais a “diferença de cores”. O regulamento do recrutamento militar, por exemplo, teve de ser modificado em 1824. Onde estabelecia estarem aptos ao recrutamento todos os homens “brancos solteiros” e “pardos libertos”, houve a substituição por “cidadãos brasileiros” (Pandolfi, 2020).

Esse cenário contextualiza os debates acerca da primeira Constituição nacional. A Independência não se deu sem conflitos e oposição; o monarca teve de lidar com um império dividido. As bases sobre as quais deveriam se estruturar o novo Estado estavam em disputa e a nossa primeira constituição precisou ser imposta por D. Pedro I, por isso, ela é, até hoje, conhecida como “A Outorgada”. Essa Carta Magna é importantíssima, porque dará legitimidade à construção de discursos sobre cidadania a indivíduos tantos como André Rebouças. Imposta, ela teve de ser redigida a portas fechadas por pessoas de confiança do então monarca, a maioria juristas formados em Coimbra. Avançada para a época, garantia algo muito reivindicado pelos Rebouças, ou seja, que “todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. Além disso, todos os homens, mesmo se libertos e/ou analfabetos, maiores de 25 anos e com renda mínima anual de 100 mil réis, poderiam

votar. Esses eram preceitos liberais que instituíam princípios fundamentais para os descendentes de africanos livres, libertos ou ingênuos. Nesse sentido, criava-se um discurso de que não havia diferenças entre os cidadãos, ainda que a prática fosse bem diferente. Fundamental dizer que esse mesmo texto ilustra a corda bamba em que andava o jogo político do período: apesar de prever a garantia de tais direitos, mantinha o poder centralizado nas mãos do Imperador e, sobretudo, ignorava – o que legitimava – a escravidão (Schwarcz e Starling, 2015; Grinberg e Peabody, 2013).

Percebemos, então, como foi através de uma arquitetura ambígua, capaz de combinar possibilidades e limites da liberdade e da cidadania da população negra, que o Estado brasileiro oitocentista lidou com a gradativa desestruturação do escravismo (Albuquerque, 2009). Era preciso gerir aquele tão numeroso contingente de pessoas negras livres e, ao mesmo tempo, avivar a entrada de uma profusão de africanos como escravizados. Ainda em fins do século XVIII, já se percebia, no Brasil, “uma multidão de pretos e mulatos” (Lara, 2007). O trabalho de Sílvia Lara (2007) mostra como as possibilidades de alforria funcionavam como válvula de escape ao fortalecimento da escravidão. Grinberg e Peabody (2013) também discorrem sobre como as possibilidades de alforria desvelam como o Brasil, ainda que último das Américas a abolir a escravidão, detinha, simultaneamente, o maior número de negros livres (e/ou libertos). Alforriavam-se mais mulheres do que homens e mais “mestiços” do que “pretos”, o que reforça o papel importante, a ser explorado mais a diante, da mestiçagem naquele contexto. As principais formas de alcançar a liberdade eram as seguintes: através da carta de alforria, por testamento ou na “pia batismal”. Eram frequentes as compras dessas cartas por meio dos próprios escravizados, como também havia a possibilidade de liberdade condicional, que impunha uma quantidade determinada de anos restantes de trabalho ou até a data morte do senhor (Grinberg e Peabody, 2013).

Enquanto isso, a primeira metade do século XIX representa, também, o período em que mais entraram africanos como escravizados no Brasil, muito em virtude da economia cafeeira do Sudeste. Desde a década de 1830, essa entrada consistia em prática ilegal, ou seja, esses indivíduos eram escravizados clandestinamente. Por essa razão, Chalhoub (2011) afirma que a força da resistência escravocrata brasileira tem a peculiar característica de orientar a construção de um Estado nacional enquanto defende o comércio ilegal do tráfico transatlântico de africanos escravizados.

O novo Estado, que se pretendia moderno, teve, então, de lidar com diferentes concepções de liberdade individual. Possuir escravizados era reivindicado enquanto um direito associado à concepção de vida privada. Acontece que, durante todo o tempo colonial, a vida privada brasileira confundia-se com a própria ordem pública; nesse sentido, o escravizado era defendido como um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandavam o aval do Governo. Havia, portanto, uma ordem privada escravista, como argumenta Alencastro (1997), entrelaçada à ordem pública. O escravismo, e aqui está o ponto mais importante defendido pelo autor, não consistia em um mero legado passado que o Estado teria de abolir; outrossim, o Império retoma e reconstrói a escravidão segundo o direito moderno (Alencastro, 1997). A ideia de liberdade, durante o século XIX, estará em constante conflito com a defesa irrestrita da propriedade privada. Será contra esse “dilema da peteca” que as reivindicações abolicionistas terão de se confrontar (Chalhoub, 2011; 2012).

Retomemos a questão sobre a proibição do tráfico negreiro. Acordos e negociações, entre o Brasil e a Inglaterra, ganharam fôlego após a Independência e, desde março de 1830, esteve proibida a entrada de africanos no país, além de instituídas penas para quem descumprisse a legislação. A lei nunca foi cumprida, razão pela qual ficou conhecida como “lei para inglês ver”. Para usar as palavras de Wlamyra Albuquerque (2009), dissimulação e sabotagem são as principais características da atitude dos brasileiros frente à coação dos ingleses. Como chefe de polícia da Corte, Eusébio de Queiroz liderava o que deveria funcionar como monitoração do cumprimento da Lei. Ele tinha de lidar com os constantes extravios de africanos recém-chegados, chamados de boçais, os quais, perante a lei, eram livres. Uma de suas atitudes foi determinar o encaminhamento desses indivíduos à Casa de Correção da Corte; medida insuficiente face ao fluxo desmedido do tráfico. A corrupção estava em toda a parte. A História mostra quão naturalizada era a atitude de atribuir, ao africano recém-chegado, o lugar de escravizado. A força do costume era muito maior do que a da lei, afinal de contas, lembremos: a ordem escravista do Brasil era privada e pública (Chalhoub, 2012; Albuquerque, 2009; Grinberg e Peabody, 2013; Alencastro, 1997).

A reivindicação da propriedade escrava era permeada de facilidades. Além da teatralização constante da fala dos “boçais” para que passassem por “ladinos” (escravizados já há muitos anos no Brasil) e da hipocrisia da sociedade que fingia não ver o contrabando, havia o costume de considerar todo “preto” um escravizado até prova em

contrário (Chalhoub, 2012). Estamos falando da precariedade da liberdade dos negros livres e pobres em geral no Brasil oitocentista, ainda que fossem reconhecidos, pela Constituição, como iguais. Desde 1845, a pressão inglesa ficou mais forte. Nesse ano, foi votado o Bill Aberdeen, legalizando a apreensão de qualquer navio brasileiro participante do comércio ilícito, mesmo em águas brasileiras. Já em 1850, o governo aprovou uma nova lei, atestando fatalmente a ineficácia da outra, que finalmente extinguiu o tráfico. Essa extinção acarretou mudanças importantes nas dinâmicas sociais do país, sobretudo com o aumento do tráfico interno (Grinberg e Peabody, 2013).

Apenas dois anos após o fim oficial do tráfico de africanos, entram em vigor dois decretos imperiais, um exigindo a obrigatoriedade do registro de nascimentos e óbitos e outro a realização de recenseamento geral do Império. Longe da concordância plena da população, um verdadeiro tumulto tomou conta das cidades. Em *A força da escravidão* (2012), Sidney Chalhoub examina os porquês dessa calamidade. Através da análise de ofícios da época, o autor mostra que a causa dos motins residia no medo de uma escravização. Sim, boatos corriam soltos e logo se espalhou pelo país que a finalidade dos registros era “escravizar a gente de cor” (Chalhoub, 2012).

Esse episódio testemunha o medo cotidiano da população negra livre de ser reduzida à escravidão. Não se tratava, evidentemente, de um temor ao acaso. É importante demais a compreensão do quão precária era a experiência de liberdade desses negros livres – sobretudo os mais pobres – no Brasil do século XIX. Apesar do reconhecimento constitucional de uma pretensa igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros, a rotina dos que não eram brancos era marcada pelo “cisma do cativo”, ou seja, a possibilidade permanente de terem sua liberdade sob suspeita (Mattos, 2004; Chalhoub, 2012).

Um episódio, narrado por Rebouças nos dias 14 e 15 de maio de 1869, ilustra, a uma só vez, a precariedade da liberdade dos negros livres, o enraizamento do escravismo e incipientes estratégias de quem viria a ser o maior dos nossos abolicionistas. Tudo começa com um pedido do Conde D’Eu que, diferente de André, continuava servindo ao país na Guerra do Paraguai (1864/1870). Uma ponte danificada impossibilitava o exército brasileiro de seguir seu curso; com urgência, precisavam de um instrumento, um macaco de cravar estacas, e de um operário apto a realizar esse serviço. Rebouças tem uma ideia. No mesmo dia em que lê a carta do Conde, 14 de maio, sai a procura do Imperador. Não

o encontrando, decide pedir o aval do Visconde de Itaboraí, de quem recebe autorização para seguir com o plano. Ao Ministro da Guerra, Muritiba, explica a necessidade, face ao pedido do conde, de **libertar** um operário apto a realizar o serviço e viajar ao Paraguai com a ferramenta necessária: “autorizou-me a tratar desta **emancipação**”. Em negociação com Manoel Ferreira da Costa – que, apesar de ser um “pobre açougueiro analfabeto”, era o senhor de Francisco Correia da Silva –, chegam no seguinte acordo: a liberdade de Francisco é comprada por 2:000\$000, pagos em duas apólices de 1:000\$000 e fica o liberto obrigado a servir, por seis anos, em obras do Governo, com o salário que lhe fosse fixado. A carta de alforria provisória é assinada por Manoel diante de duas testemunhas. Já no dia seguinte,

Escrevi ao Conde d’Eu anunciando-lhe a remessa do macaco de cravar estacas, com 15 caixotes de sobressalentes e o liberto Francisco Correia da Silva para dirigir o trabalho de reparação das Pontes do Caminho de Ferro de Assumpção. Fiz uma declaração, que mandei selar e reconhecer por Tabelião da Carta de Liberdade do operário Francisco Correria da Silva para ele levar consigo (Rebouças, André. Diário, 15 de maio de 1869).

No topo de uma das páginas referentes à descrição do episódio, escritas em destaque, estão as seguintes palavras: “Liberdade do decano das Obras”. Na folha seguinte, com a mesma ênfase, escreve: “Abolição”. A reação de André, ao ler o apelo do Conde, mostra como ele tentava articular seu trabalho a estratégias de emancipação mesmo antes do Movimento Abolicionista. A liberdade de um único homem era suficiente para lhe inspirar engajamento e planos. Outro aspecto que vale a pena observar é a banalidade do acesso a escravizados, reiterada pelo fato de Manoel Ferreira da Costa ser um “pobre açougueiro analfabeto”. Talvez o mais importante aqui, para este ponto do texto, seja a forma como a liberdade de Francisco precisava ser comprovada por um documento assinado diante de duas testemunhas e ainda um outro, reconhecido por um Tabelião. Rebouças, no dia 15 de maio, acompanha o liberto ao navio, sobe a bordo e só sossega quando deixa “tudo pronto”.

Vimos como o último século do Brasil escravocrata foi cenário de pioneiras e fundamentais discussões e disputas em torno de noções tais como cidadania, dignidade, mérito e liberdade. A precariedade da liberdade das pessoas negras livres escancara, juntamente aos exaustivos episódios sobre o *mal disfarçado*, a altissona realidade do racismo da época, aspecto imprescindível para a compreensão de sua dualidade, ou seja, da simultânea construção social do silêncio sobre o assunto. A construção desse silêncio está presente nos próprios artigos constitucionais, que, conforme aludido, não

segregavam racialmente os cidadãos livres, mesmo sob a continuidade do escravismo. Além disso, o grande número de pessoas negras e “mestiças” livres, ávidas por cidadania e direitos, esteia uma espécie de duplo-movimento, no qual esses indivíduos também instrumentalizam o silêncio, segundo finalidades outras, como veremos.

No Brasil, a mestiçagem existe enquanto realidade pujante e inegável; a maneira como discursos foram criados sobre e a partir disso é que torna essa discussão tão complexa quanto necessária. Em *As Cores do Silêncio*, Hebe Mattos (2013) demonstra como a noção de “cor”, à época colonial, não designava, meramente, características fenotípicas, ou “graus” de mestiçagem. A cor definia lugares sociais. A partir de um estudo comparativo sobre estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas²⁹, Ferreira (2008) também defende certa “fluidez da cor”, segundo a qual dinâmicas de mudança social estavam associadas a negociações entre grupos subalternos e elites dirigentes. Já no início de seu texto, o autor traz o caso emblemático de um inglês que, ao visitar Pernambuco, no início do século XIX, questiona se um empregado era “mulato”. Em resposta, escuta que este era, mas já não o é. Tal mudança expressa como a cor dependia da aparência (afinal de contas, a pergunta do inglês foi suscitada pela materialidade do corpo do empregado), mas ia além dela (Ferreira, 2008). O homem “deixara de ser mulato”, porque ascendera socialmente. É evidente a ambiguidade dessa situação, a corda bamba na qual caminhavam esses indivíduos.

Percebe-se, então, como a narrativa das cores e da mestiçagem, enquanto discurso, é ambígua e contraditória, justamente porque não consiste em mero epifenômeno. Nesse sentido, podemos compreender a natureza dialética da relação entre linguagem e realidade social. Mais além, e fundamentalmente, a “orientação da ação” própria aos discursos, como a qualquer outra prática social; eles constroem o mundo (Levi, 1989; Cano, 2004; Gill, 2002; Fairclough, 2001). Disse acima que a mestiçagem, no Brasil, existe como dado, mas a construção discursiva feita a partir e sobre ela é que torna essa discussão tão complexa quanto necessária. Ao tratar das dinâmicas de mobilidade do Brasil escravocrata, Ferreira (2008) mostra o caráter geracional da ascensão social, uma vez que, na seguinte sequência de escravizados, livres, forros e descendentes de escravizados há um afastamento sucessivo da escravidão. Do ponto de vista da possibilidade de alforria, também percebemos padrões de mobilidade. Como dito acima, alforriavam-se mais

²⁹ O trabalho de Roberto Guedes Ferreira (2008) analisa as sociedades de Porto Feliz (em São Paulo) e Torbee (São Domingos), séculos XVIII e XIX.

crioulos do que africanos, mais mulheres do que homens, mais “mestiços” do que pretos (Lara, 2007; Ginberg e Peabody, 2013).

A mestiçagem exercia, sem dúvida, papel importante nessa dinâmica. Em 1872, 43% da população total do Império era de negros e “mestiços” livres. Essa presença, demograficamente tão acentuada, já não podia mais ser entendida, como bem argumenta Mattos (2013), simplesmente como exceções controladas. Apesar disso, cumpria uma lógica hegemônica na reprodução de padrões assimétricos; ou seja, a mobilidade social, apesar de presente, reproduzia a estrutura de um Estado racista e desigual. Ferreira (2008), mesmo ao reconhecer padrões de mobilidade e de fluidez da cor, reitera esse ponto:

Portanto, a mobilidade social, não acessível a todos, e manifesta na alteração de cor, contribuía para a manutenção das hierarquias sociais, posto que era fruto de negociações entre subalternos e elites dirigentes, o que implica preservar a deferência e a assimetria, reconhecendo o poder e o status quo instituídos e a incorporação de parcela dos grupos subalternos. Nesse sentido, a mobilidade social é crucial para a reprodução da estrutura social (Ferreira, 2008, p. 62).

A vida de André Rebouças ilustra o processo de construção histórica das categorias classificatórias de cor, seus limites e possibilidades. Autores como Leo Spitzer (2001), inclusive, enxergam a mobilidade ascendente de toda a sua família associada à mestiçagem, ao assimilacionismo e à ideologia do embranquecimento. Acredito ter deixado evidente que essa assimilação nunca se efetivou; o racismo esteve sempre presente na vida dos Rebouças. O *discurso biográfico* de André, como instrumento de análise sociológica, rompe com a própria construção discursiva que associou a mestiçagem brasileira à suposta capacidade adaptativa do colonizador português.

A ideia do Brasil enquanto uma democracia racial já é, hoje em dia, largamente contestada³⁰. Embora não a tenha criado, Gilberto Freyre foi pioneiro em dar-lhe uma roupagem científica, uma tentativa de fundamentação sociológica (Guimarães, 2001). Retomar a Freyre aqui é importante para o meu esforço de mostrar como a discussão sobre as relações raciais no Brasil remonta às dinâmicas sociais oitocentistas; mais além, a própria noção de democracia racial corresponde a uma distorção criada, desde o século XIX, a partir da dialética relação entre linguagem e realidade social.

³⁰ Conferir, por exemplo: Fernandes (1965; 2006), Bastide & Fernandes (1955); Cardoso (1977); Ianni (1988); Moura (1988).

Segundo o argumento Freyreano, nucleado nas noções irmãs de lusotropicalismo e democracia racial, “mestiçagem é sobretudo isso: mobilidade social” (Freyre, 1940, p. 57). O que ele pretende é alicerçar sua defesa irrestrita das benesses da miscigenação. Essa é uma leitura específica sobre a mobilidade social do Brasil escravocrata. No capítulo sobre a “ascensão do bacharel e do mulato”, no livro *Sobrados e Mocambos* (1961), Freyre argumenta que, desde os últimos tempos coloniais, o bacharel e o “mulato” vinham se constituindo em elementos de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo *equilíbrio* entre dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo. O “equilíbrio de antagonismos” seria, em sua teoria, característica *sine qua non* da colonização lusa, “historicamente apta à harmonia nas diferenças”. Em “*O mundo que o Português criou*” (1940), reitera que a miscigenação, decorrente, em sua teoria, do amor do português pela mulher negra, permitiu uma constante mobilidade, de classe para classe e até de uma raça para outra. Comum a toda obra colonizadora de Portugal, a mistura das raças teria sido o grande pendor para a democratização social. Daí sua síntese: “a mestiçagem é sobretudo isso: mobilidade social” (Freyre, 1940, p. 57).

Para Freyre, então, as possibilidades de mudança social no Brasil decorreriam do “lirismo amoroso”³¹ dos portugueses. Ele romantizou, evidentemente, violências ululantes intrínsecas às dinâmicas raciais da formação nacional, construiu um discurso, aos moldes de teoria, questionável segundo o qual os escravizadores seriam benevolentes para com seus escravizados. Em relação à população negra, instrumentalizou suas vidas para caberem em seus propósitos: às mulheres negras, vítimas de estupros banalizados, atribuiu-lhes um papel de subserviência e cumplicidade para a formação do Brasil; os negros e “mestiços” em trajetória ascendente, por sua vez, embasaram seus argumentos sobre as benesses da mestiçagem e da colonização lusa. A mestiçagem teria sido, segundo essa teoria, a maior força de atuação social e psicológica no Brasil; tendo superado, inclusive, as consequências profundas da escravidão (Freyre, 1940).

O português foi por toda a parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e subjugasse bárbaros para os dominar e os explorar do alto. Foi, principalmente, a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor (Freyre, 1940, p. 43).

Em oposição à teoria freyreana, autores como Angela Alonso (2015), Wlamyra Albuquerque (2009) e Florestan Fernandes (2006) argumentam que, à porosidade do

³¹ Freyre, 2003, p. 72

mundo público à ascensão de “mulatos” e negros livres, correspondia um desajuste, uma sensação de não pertencimento. Ou seja, estava longe de corresponder a um processo sem conflitos. Os incontáveis episódios de racismo vividos por André, seu irmão e pai corroboram esse ponto. Não obstante sua presença em espaços da elite, a postura de André Rebouças era de um constante pedido de licença, de resignação; a altivez era seu escudo enquanto, internamente, as dores o extenuavam. No colonialismo, fugir das amarras do racismo é quase impossível, porque, argumenta Fanon (2008), os negros são “sobredeterminados” a partir de um lugar exterior e tornam-se refém não somente da ideia dos outros, mas de sua própria aparência, de seu próprio corpo³². As questões mais profundas acerca das consequências subjetivas do racismo na vida de André Rebouças são conteúdo do capítulo sobre “*o negro André*”. Cabe aqui, no entanto, entender por que ele era reticente a tratar do assunto publicamente.

O silêncio de André Rebouças não era meramente individual. Ora, no já referido episódio sobre a carta do seu irmão narrando episódios de racismo, vimos como seu pai recomendou-lhe o silêncio e condenou a “demasiada susceptibilidade” do filho Antonio. Calar a respeito do racismo era parte da lógica das relações raciais então vigentes. Os disfarces e silêncios ocorriam em um duplo-movimento. Do ponto de vista das elites governamentais, cumpria o propósito de dissimular o caráter proto-racial da desigualdade. Wlamyra Albuquerque (2009) nos diz como políticos experientes do Império argumentavam que, sobre a cor, “convinha calar”. Para a população negra, também parte dessa equação, ser reticente era importante como reivindicação de direitos assegurados pela Carta Magna, segundo a qual a liberdade era única condição para cidadania. Como bem disse Rebouças, a questão era muito delicada, uma vez que versava sobre a “dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos³³”.

O episódio do envio de uma petição, em 14 de outubro de 1861, pela Sociedade Beneficente da Nação do Congo, ao Governo Imperial, é bastante emblemático. A sociedade esperava a aprovação de seus estatutos, cujas finalidades principais eram salvar seus membros em caso de doenças, lutar por libertação em casos de prisão,

³² Embora Rebouças não tenha vivido uma situação de “colonialismo” nos termos estritos tratados por Fanon, a persistência da ordem social escravocrata no país recém liberto assemelhava-se, para as pessoas radicalizadas, às condições sociais de dominação racial analisadas por Fanon.

³³ Rebouças, André. Diário. 20 de dezembro de 1867.

providenciar enterros dignos, proteger suas famílias em caso de morte e garantir pensão às pessoas que não pudessem mais trabalhar por razões de saúde ou velhice. A petição foi analisada por três membros da Seção do Império do Conselho de Estado: Pimenta Bueno, o Visconde de Sapucaí e o Marquês de Olinda (Chalhoub, 2006).

Suas controversas opiniões refletem questões centrais aqui trabalhadas. O desacordo entre os três concentrou-se, fundamentalmente, nos seguintes pontos: se escravizados poderiam ser admitidos em tal associação e se deveriam autorizar a formação de sociedades pautadas na origem africana e na “cor preta”. O Marquês de Olinda argumentou não haver fundamento em tais contestações, porque, já no primeiro estatuto, a sociedade dizia ser formada por pessoas livres. Além disso, prossegue o Marquês, há muitas outras irmandades religiosas formadas por pessoas negras. Em oposição, Pimenta Bueno é enfático e afirma ser papel do Estado reprovar a existência de sociedades constituídas de negros, mulatos, caboclos etc. Afinal de contas, continua, a experiência política já deixou evidente que a melhor regra é *não falar sobre isso*. Para Pimenta Bueno, se o Estado legitimasse tais sociedades ou, em certo sentido, o reconhecimento das diferenças, ele favoreceria o desenvolvimento da segregação, o que, segundo seu argumento, consistiria em um princípio oposto à nacionalidade brasileira (Chalhoub, 2006). Aqui, novamente, explicita-se o empenho em construir um discurso para o Brasil à revelia dos fatos; ora, tão real quanto a existência das irmandades e demais sociedades “de cor” era a própria segregação cotidiana.

Conforme defende Chalhoub (2006), esse acontecimento é valioso, porque consiste em uma das primeiras e mais explícitas expressões de tentativa de construção ideológica do silêncio sobre a cor. O propósito era, justamente, forjar o ideal de uma nação homogênea (Chalhoub, 2006). Uma fala do político Tavares Bastos, trazida por Albuquerque (2009) é também elucidativa. Para ele, o ideal seria calar sobre as questões raciais, uma vez que não existiam, no Brasil “distinções sociais ou políticas por causa de cores ou raças”, bastava observar como os “pretos e mulatos” gozavam aqui de todos os direitos políticos. Após a Abolição, disse ainda, o Brasil viveria o oposto do vivido nos Estados Unidos; aqui não haveria transtornos. Esses “jogos de dissimulação”, para usar a impecável expressão de Wlamyra Albuquerque (2009), cuja finalidade era não evidenciar os significados raciais subjacentes ao jogo político da época, foram a grande cartada do Estado Imperial. A produção do silêncio sobre a cor soou como estratégia ideal,

principalmente face ao *apartheid* norte-americano e à desestruturação em curso do escravismo (Albuquerque, 2009).

Pensemos mais sobre esses “jogos”. Em si, a palavra remete a algo dinâmico, multilateral. Remete também à disputa. Enquanto o Estado desenhou as regras, preconizou o silêncio, constitucionalizou uma noção cidadã sem critérios raciais, demais setores da sociedade, sobretudo aqueles cujas vidas foram instrumentalizadas nessa partida, também tinham suas táticas; também queriam vencer. A competição, evidentemente injusta, acontecia no cotidiano. Os escravizados, aquém à própria cidadania, também lutavam. Resistiram em quilombos, em crimes de legítima defesa, em revoltas. Ademais, recorreram também ao Estado em denúncias contra escravização ilegal, contra excessos de castigos corporais e outras formas de exploração. Conforme argumenta Chalhoub (1990), eles tinham suas próprias concepções sobre o que aceitariam no cativeiro. Indivíduos como André Rebouças, a “população de cor” livre ou liberta, reivindicavam a materialização de seus direitos, de sua cidadania, o reconhecimento de seus talentos e virtudes. O silêncio também lhes parecia oportuno, afinal de contas, era a quem mais interessava uma vida como iguais.

A dissimulação também foi tácita para alguns abolicionistas, para os quais, evidenciar questões raciais poderia incitar os últimos escravocratas (Albuquerque, 2009) ou, ainda, uma revolta da população negra, tal qual a ocorrida no Haiti por exemplo. Assim opera Nabuco em sua famosa obra *O Abolicionismo* (2012). A obra, escrita em 1883 quando Joaquim Nabuco vivia em Londres, é primorosa como matéria jurídica a embasar a ilegalidade da escravidão e detalhar as vias legais para o seu fim. Nabuco (2012) desmascara todas as artimanhas utilizadas pelo Estado cuja finalidade era retardar o processo de abolição. Havia, também, um compromisso social norteador o seu pensamento, já que ele – como Rebouças – não enxergava a Abolição como um fim em si mesmo. Nabuco defendia a educação para os escravos libertos, como caminho para diminuir a distância entre eles e os demais brasileiros. Há, no entanto, nas linhas do livro a presença desses “jogos de dissimulação”, a tentativa de maquiagem a violenta e perversa face do escravismo.

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. (Nabuco, 2012, p. 25)

Conforme já mencionado, em 1872, em todo o Império, o número de negros e “mestiços” livres correspondia a 43% da população. Embora esses números reflitam processos de liberdade e de ascensão instrumentalizados hegemonicamente pela elite branca, já não podem mais ser compreendidos enquanto “exceções controladas”, face tão expressiva presença demográfica (Mattos, 2013). Daí em diante, com a pressão cada vez mais intensa pela Abolição, ou seja, com o iminente dismantelamento da ordem social escravista, ocorrem mudanças relacionadas à construção discursiva sobre as relações raciais. Nesses anos finais, “anos de incerteza”, para usar a expressão de Albuquerque (2009), os defensores da escravidão, a fim de perpetuar seus privilégios, “precisaram” definir, em novas bases, as fronteiras e hierarquias. O papel da racialização aqui é decisivo, no sentido do estímulo crescente de práticas discriminatórias tanto nos últimos anos do Império quanto na República (Albuquerque, 2009).

Matheus Gato (2020) mostra como a instauração da República intensificou os processos de racialização das classificações sociais. Com a Abolição, o silêncio, por parte das elites, já não cumpria seu propósito; a partir daí, tentam essencializar ao máximo as classificações de cor (Gato, 2020). Não por acaso, em finais do século XIX, passa a tomar força, no Brasil, um modelo racial de análise que, a partir da ciência, reconheciam diferenças e determinavam inferioridades raciais. D. Pedro II, à época, foi denominado “mecenas da sciencia” (SCHWARCZ, 1993), e a amizade que tinha com Rebouças só reitera o quanto este último viveu mergulhado em um contexto no qual o racismo passou a ser legitimado cientificamente.

4.4 “O maestro Santa Rosa é mulato como eu”

Ainda no século XVIII, entre 1712 e 1728, o padre inglês Raphael Bluteau publicou um dicionário, em oito volumes, sobre a língua portuguesa. A obra consistia, na verdade, numa espécie de “dicionário enciclopédico”, no qual informações as mais diversas estavam reunidas (Correia, 2020). À sua vasta seleção, Bluteau incorporou também variantes sociais, categorias de cor. Ao “homem branco”, por exemplo, era imprescindível ser bem-nascido e, até na cor, diferir dos escravizados, estes, em geral, pretos e “mulatos”. Além disso, os escravizados, em sua definição, seriam aqueles que, nascidos cativos ou vendidos, estariam abaixo do poder do senhor. Os termos “pardo” e “mulato” foram associados, meramente, à mistura de cores. Ao termo mulato, acrescenta advir de mula, animal gerado de espécies diferentes (Lara, 2007).

Já nessa época, pode-se perceber como a mestiçagem, presente em significantes como “mulato”, “pardo” e “mestiço”, suscitava tensionamentos sociais importantes; tratava-se, em uma sociedade com características de Antigo Regime, de distinções de nascimento de pessoas de origens híbridas (Lara, 2007). Nesse sentido, Sílvia Lara (2007) corrobora o argumento de Mattos (2013) e Ferreira (2008) segundo o qual a cor, naquele contexto, indicava mais posições sociais, se altas ou baixas dentro da hierarquia social, do que a “natureza dos indivíduos”, como virá a significar, progressivamente, no decorrer do século XIX com o acirramento do discurso racialista. Sempre bom reforçar que, mesmo expressando-se de forma diferente, o preconceito de cor estava presente. Lara (2007), inclusive, mostra como, para diminuir alguém, a cor era instrumentalizada. Atribuir a pecha de ser “inafamado de mulatismo”, já no século XVIII, buscava desqualificar, no sentido de condenar a origem social mais baixa, segundo a hierarquia setecentista, e não a partir de atributos inerentes ao termo (Lara, 2007).

O trabalho de Hebe Mattos (2013) sobre a construção do silêncio sobre a cor no século XIX representa um marco historiográfico. A partir da análise de processos na Corte de Apelação, referentes às últimas décadas do escravismo, a autora esmiúça o processo dialético em que a mudez sobre a cor, apesar de mandatória, resvalava na sede por cidadania dos cidadãos afrodescendentes (Mattos, 2013). Mas esse silêncio não era sinônimo de ausência. Isto é, em uma sociedade escravocrata e, ainda, bastante miscigenada, distinções estavam postas no cotidiano.

Embora Bluteau, em seu dicionário setecentista, associe à escravidão pretos e mulatos, no século XIX, ocorrem algumas mudanças. Aos escravizados, segundo Mattos (2013), eram reservados os significantes “crioulo” e “preto”; também poderiam ser assim classificados os forros recentes, ou seja, aqueles libertos há pouco tempo. Crioulo, na verdade, designava, exclusivamente, os escravizados nascidos no Brasil, enquanto “preto”, até a primeira metade do século, referia-se, comumente, aos africanos. “Negro”, nesse mesmo período, não se usava muito (Mattos, 2013).

As disputas em torno da liberdade e cidadania, conforme já mencionei, compunham o enredo da luta negra no século XIX. A escravidão, nesse contexto, era tida como exclusivamente negra. Alencastro (1997) traz um caso elucidativo desse ponto. A partir de 1850, com o fim do tráfico transatlântico e aumento do comércio interno de escravizados, era possível encontrar cativos brancos ou “quase brancos”. Como seguia a

lógica do direito romano, no Brasil o estatuto do filho seguia o da mãe e, naquela época, filhos, netos ou bisnetos de escravas “mestiças” com homens brancos passaram a ser vendidos para a Corte. O caso trazido pelo autor é publicizado no Jornal do Comércio em 1858: um artigo, intitulado “Escravo branco”, narrava o desejo de compra de sua liberdade desse homem “branco, de olhos azuis e cabelos loiros”. Incrédula, a população solicitou várias verificações a fim de constatar se ele falava a verdade. Ao perceber que sim, 1600 contos de réis foram imediatamente coletados a fim de alforriar o escravo branco (Alencastro, 1997).

Como expus, o movimento da história atravessa essas construções e, gradativamente, o século XIX experienciava mudanças sociais que refletiam nas dinâmicas das cores. Lembremos que André Rebouças (1838/1898) teve sua vida atravessada por essas questões. Para compreender o argumento de Hebe Mattos (2013) sobre “a cor inexistente”, é preciso atentar a esses fluxos. Até, mais ou menos, meados do XIX, a liberdade era considerada uma faculdade “branca”, enquanto os negros e “mestiços” livres podiam ser lidos como “exceções controladas”; a partir da segunda metade, no entanto, esse padrão muda. Em 1872, em todo o Império, o número de negros e “mestiços” livres era de 4,2 milhões, o de brancos, 3,8 milhões e 1,5 milhões de escravizados. O primeiro grupo, então, longe de representar exceções controladas, correspondia a 43% da população. Esse crescimento relaciona-se ao acesso cada vez maior da compra de alforrias e à extinção definitiva do tráfico em 1850, que encareceu sobremaneira a possibilidade de possuir escravizados. Esses movimentos não apenas alteram dinâmicas identitárias da “população de cor”; os significados da cor branca também são solapados. A ausência da cor, nos registros analisados por Mattos (2013) representa como a noção de cidadania, na sociedade imperial, passa a ter não mais a branquitude como precondição, mas sim a liberdade (Mattos, 2013).

O crescente processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, à perda da cor de ambos. Não se trata necessariamente de branqueamento. Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue sinônimo de escravo, e também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava (Mattos, 2013, p. 107).

Enquanto a população branca perdia gradativamente o monopólio da liberdade, os negros livres, sujeitos políticos cada vez mais numerosos, articulavam novas reivindicações.

Representar-se era uma delas. Vimos como houve, com a Independência, uma revolução jornalística no Brasil. Um novo vocabulário político e preceitos constitucionais passam a ser difundidos na imprensa. Essa expansão jornalística alargou o espaço da coletivização de assuntos políticos. As novas ideias constitucionais, claro, compunham esse enredo. Nesse processo, diversos jornais, pautados, sobretudo, em demandas específicas da população de cor, surgiram. A polissemia das cores ilustrava desde os seus títulos: O Brasileiro Pardo, O Homem de Cor, O Crioulinho, O Indígena do Brasil, O Filho da Terra, O Meia Cara, O Cabrito, entre outros. O uso da cor era, justamente, um recurso para atingir uma cidadania desracializada. O contato com essas novas ideias difundidas não era restrito aos letrados. Leituras coletivas em lugares públicos eram comuns, além da força da oralidade que transitava as informações pelo boca-a-boca (Lima, 2003; Pandolfi, 2020).

O esforço de representação empreendido por esses jornais resvalava no conjunto de valores e discussões próprios da construção da identidade nacional. Os jornalistas, nesse sentido, eram como intérpretes da modernidade, ao traduzir para linguagem popular o novo vocabulário político (Pandolfi, 2020).

Dessa maneira, três princípios fundamentais do constitucionalismo eram divulgados de maneira acessível aos leitores – a ideia do mérito e do talento; a ideia da igualdade diante da lei e o princípio da limitação dos poderes das autoridades políticas (Pandolfi, 2020, p. 11).

Identidades raciais como mulato, “mestiço”, pardo ganhavam significado simultaneamente à ideia do “ser brasileiro”. A ambiguidade, claro, era a pedra de toque desse enredo. Esses mesmos atributos relacionados à mestiçagem eram utilizados, ora como afirmação positiva, ora como insulto, desqualificação. A força da palavra impressa naquele momento era tamanha, conforme argumenta Lima (2003), que compunha uma nova forma de fazer política. Demandas identitárias eram importante tônica nesse contexto; esses jornais, afinal de contas, consistiam em um espaço de autorrepresentação. A possibilidade de falar por si, empreendida por esses sujeitos, de construir seus próprios discursos, reforça a assunção de Fairclough (2001) sobre a dimensão sempre presente da luta. O discurso, vale lembrar, não apenas traduz conflitos, mas é, justamente, aquilo pelo que se luta. Longe de consistir em mero reflexo do mundo, o constrói em significado, em sentido.

Visto que a luta discursiva contempla sempre uma relação conflituosa com a realidade, enquanto a identidade era utilizada desde os títulos dos jornais – como local de

enunciação e, sobretudo, para reivindicar a garantia de seus direitos constitucionais –, ao mesmo tempo, esses sujeitos tinham de lidar com o altíssimo racismo de uma sociedade em que o silêncio era parte de sua construção discursiva sobre as relações raciais. Ainda segundo Lima (2003), a mestiçagem e toda sua polissemia eram temas caros aos racistas, ou seja, a origem social obscura, a bastardia, a acusação de ser “mestiço” surgiam, frequentemente, em tom ofensivo e de ridicularização.

Também eram frequentes matérias sobre as regras para admissão em cargos públicos e acusações de fraudes. Àquela época, a veiculação em jornais equivalia ao principal canal, em termos de alcance, tanto para ataques racistas quanto para suas respostas, os revides de suas vítimas. Esse veículo, então, amplificava dinâmicas sociais, sua reprodução e suas disputas. A discussão a respeito da discriminação racial, nesse sentido, tornava-se uma pauta pública e objeto de disputa, expondo, sobretudo, as contradições entre a assunção de igualdade entre os cidadãos e a materialidade cotidiana da segregação. A partir daí, esse espaço de circulação de ideias abria-se cada vez mais à denúncia, o que levava muitos políticos, com interesses estratégicos em angariar aliados entre esse grande contingente de indivíduos, a engajarem-se na causa (Pandolfi, 2020).

A forma como publicações racistas marcaram a vida de André Rebouças ilustra esse ponto. Sua dor era tanto devido à violência em si quanto à exposição a que ficava submetido. Para ele, cujo empenho na construção de sua figura pública era tamanho, sentir-se ridicularizado, diminuído, perante toda a sociedade, era extenuante. Utilizando da mesma ferramenta, dedicava-se, então, em defender-se através de incontáveis publicações. Nesse jogo ambíguo, o racismo manifestava-se, frequentemente, através de metáforas, ironias, nas entrelinhas, em acusações injustas, sátiras perversas, sem nomear suas vítimas. Lembremos os casos em que Rebouças foi vítima, como em “Pae Feitiço e Pae Quimbombo”, “Conversa entre dous pretos canoieiros da Praia dos Mineiros” ou, ainda, o soneto “As águas e a crise das secas”. Em 19 de julho de 1871, ele escreve em seu Diário: “Só peço a Deus que me poupe os insultos pelos jornais”. Em uma de suas respostas públicas, cujo teor costumaz era a defesa da dignidade e da garantia constitucional de sua cidadania, escreve: “há quase três meses que suporto com paciência evangélica ser cotidianamente insultado no jornal mais lido desta capital.”³⁴

³⁴ Recortada e colada em seu Diário, matéria da sessão “Publicações a Pedido”, não consta o nome do jornal, dia 23 de novembro de 1871.

A diferença racial se tornava via para uma ação política muito específica. Os termos “homem de cor” e “mulato”, por exemplo, foram ressignificados a partir de novos caminhos de significação guiados pela Constituição de 1824. Já em sua epígrafe, o jornal “O homem de cor” trazia o famoso artigo: “Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes” (Lima, 2003). A especificidade dessa ação política refere-se aos dilemas, centrais a este capítulo, da reprodução do “mal disfarçado” na sociedade brasileira oitocentista. Cogitei escrever “na lógica da reprodução”, contudo não há qualquer razoabilidade nesse contexto, em que, à altíssima realidade do racismo, contrapunha-se o esforço social de construção do silêncio a respeito. Nos supracitados jornais, trabalhados por Ivana Lima, em seu livro “Cores, marcas e falas” (2003), enquanto a defesa da cidadania, por parte de indivíduos negros e “mestiços” livres, alinhava-se ao uso estratégico do silêncio, como parte de sua defesa irrestrita dos princípios liberais da Constituição, havia referências a como o Governo travava uma “guerra aos mulatos” e não desistia de tentar “exterminar a gente de cor”.

Trarei agora uma sequência de acontecimentos importantes nos quais a semântica das cores aparece nos Diários de André. Após esse apanhado histórico, será possível compreender melhor a imbricação do social em sua biografia. Em seu primeiro Diário, quando Rebouças tinha ainda 25 anos, encontrei algumas referências a “pretos”. A forma como utiliza o termo é sempre para designar trabalhadores escravizados, como, por exemplo, no dia 23 de julho de 1863, quando fala de “um preto Antonio, que por muito tempo trabalhou na Casa de Correção do Rio de Janeiro” e passara a trabalhar em uma de suas obras. Há também o episódio inaugural deste capítulo, segundo o qual, após receber a recusa de hospedagem de dois senhores do Nordeste, dorme ao lado de uma senzala, ocasião em que ouve a conversa – e denúncias – “dos pretos”. Em 22 de novembro de 1864, poucos dias antes do aludido episódio, ele escreve: “Os pretos e pretas africanos irão fumar aqui, em umas longas cabaças, as folhas de uma planta que denominam DIAMBA, e o que os embriaga e embrutece completamente; assegurou-me um deles que o diamba da Costa de África é tão enérgico que basta algumas fumaças para produzir um delírio frenético que termina algumas vezes pela loucura”. Também é interessante sua descrição da cidade de Corrientes, por onde passa durante sua estadia na Guerra do Paraguai. Ele anota, no dia 19 de dezembro de 1865 que tal cidade “parece dever ter umas

10.000 almas. É notável pela variedade de raças que se encontra nas suas ruas; índios do Chaco, índios correntinos, pretos, mulatos, “mestiços” e brancos da Europa e do país”.

De volta ao Rio, enquanto chefiava obras, Rebouças recebia com incômodo pedidos de favores de uma elite acostumada à imposição de sua autoridade. “Principiam a embaraçar-me com empenhos”, ele escreve em 12 de outubro de 1866. Era a Marquesa de Olinda “pedindo” para manter em trabalho nas obras seis escravos seus. Além dela, “o Engenheiro Barreto empenhou-se por uma carta recebida ontem para que eu tome por meu Ajudante o Bacharel Cintra; a viúva Camara recomenda o seu neto, José Ewbank da Camara, a ajudante nas Obras da Alfandega”. Poucos dias depois, “continua a perseguição de empenhos”: uma senhora, “que se disse ser parente do Conselheiro Beaurepaire Rohan, teve a simplicidade de mandar-me chamar com a maior instância para pedir-me que um preto seu passasse se Servente a pedreiro. – Pode esta fazer companhia a tal Marquesa d’ Olinda”.

O significante preto é articulado, nesses exemplos, sempre como um “outro” para André. Ou seja, ele não esboça, ainda, qualquer elo de reconhecimento. Como a cor era fortemente vinculada ao lugar social, fica explícita a distância entre a sua posição e a deles. Os próprios “pretos da senzala”, vale retomar, demonstram surpresa em vê-lo experienciando tão precária situação. Nos últimos exemplos, ele é responsável por empregar “os pretos” em suas obras. Há uma distância social que dificultava a articulação de um reconhecimento recíproco. Esse é um ponto importante, como bem atenta Gato (2020): havia uma ordem social (e racial) específica na sociedade imperial que, apesar de alicerçada na escravidão negra, era organizada de tal forma a permitir a hierarquização e a divisão entre os próprios negros. Naquele momento, “pretos” eram os escravizados e/ou africanos (Mattos, 2013).

O primeiro pertencimento racial que aparece nos escritos o associa aos mulatos. Importante frisar que essas primeiras aparições demonstram uma identidade imposta a ele, ou seja, não se tratava de uma autoafirmação. Refiro-me, aqui, 1) ao “temor do Cônsul Pereira Pinto” de que, ao Almirante Mitre, fosse apresentado um “Ajudante de Ordens mulato!!!”³⁵; 2) quando, em dezembro de 1867, decide não levar ao Imperador os relatos do racismo vivido por Antonio no Chile “por julgar muito delicada para ser por ele tratada

³⁵ Em 07 de Setembro de 1865.

esta questão de dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos” ou, ainda, 3) quando cartas anônimas são enviadas ao Conde de Estrela com a pretensão de minar a amizade dos dois, “explorando a qualidade de mulato” de André e a nacionalidade portuguesa do Conde em 20 de setembro de 1871. Está óbvio, mas vale reiterar: nesses exemplos, o “ser mulato” era utilizado como signo de inferioridade.

Percebe-se uma mudança em seu *discurso biográfico* quando, em 27 de junho de 1870, Rebouças nos apresenta o Maestro Santa Rosa.

Apresentei ao Conde d’Eu o Maestro Santa Rosa que lhe ofereceu a partitura da Cantata Marcial, que se vai executar no Templo alegórico da Praça da Aclamação. *O Maestro Santa Rosa é mulato como eu*; disse ‘que fui eu quem compôs a sua cantata’, querendo significar que foi a amizade do Príncipe a mim e, sobretudo, a prova de consideração que meu fazendo dançar com a Princesa, que lhe inspirou simpatia ao Príncipe e depois entusiasmo pelos seus feitos, que pretende cantar de modo tão solene (Rebouças, André. Diário, 27 de junho de 1870).

Quando li sobre o Maestro Santa Rosa, senti grande emoção. Na citação acima, percebe-se a força do reconhecimento mútuo entre dois homens marcados pela insígnia da cor. A já tão falada dança de Rebouças com a Princesa (caberia um texto só sobre essa repercussão) inspirara, no Maestro, simpatia pela corte – de forma a sugerir ser de Rebouças a autoria de sua cantata. Este, a seu turno, esboça, pela primeira vez, uma afirmação positiva de sua cor, afinal de contas, o Maestro Santa Rosa era mulato como ele. Em 10 de julho de 1870, um domingo, foi exibida a “Cantata do Maestro Santa Rosa, que teve as honras da repetição”. Infelizmente, poucos meses depois, ele adoece gravemente e, em 22 de outubro, manda chamar o amigo engenheiro. Rebouças visita “o infeliz Maestro” essa e outras várias vezes; chega, inclusive, a convidar um médico para acompanhá-lo e, quem sabe, curar o amigo. A cura não chega e, em 5 de dezembro, Rebouças vai ao enterro “do infeliz Maestro Santa Rosa” (sim, o adjetivo infeliz precede o nome do músico por duas vezes). Dotado de tamanha consideração, Rebouças faz de tudo para garantir que a partitura da Cantata Marcial – oferecida, pelo músico, ao Conde D’Eu, mas depois tomada para tentar reduzir ao piano, a pedido da Princesa – chegasse, finalmente, às mãos do Conde. Em 17 de dezembro, vai à casa da viúva para esse fim, tomar a cantata e mandar encadernar. Como o casal Imperial viajava pela Europa, em 5 de maio de 1871, Rebouças decide escrever ao Conde d’Eu remetendo-lhe o presente. Outro mulato aparece em seu texto em tom de profunda admiração. O abolicionista Luiz Gama, quem André tanto admirava, o inspira a escrever, em 9 de junho de 1888, a biografia desse “imortal mulato”.

Matizes de cor aparecem em seu discurso outras vezes, como em 30 de março de 1871, ao narrar sua ida ao enterro da ama de leite do seu irmão Juca, “a *parda* Rufina, falecida às 2 da madrugada de hoje”. Os detalhes sobre esse enterro e, aliás, sua mera presença nos diários reflete um aspecto interessante, a ser aprofundado no próximo capítulo, a respeito da atenção especial dedicada por Rebouças às amas de leite. No mesmo ano, dia 14 de dezembro explicita ser também mulato o Maestro Mesquita cuja obra, “Vagabundo”, acabara de assistir. São, ademais, emblemáticos os aludidos episódios, vividos nos Estados Unidos, nos quais ele distingue os “criados”: pretos, mulatos e crioulos. Em sua viagem de regresso ao Brasil, no dia 29 de junho, a partir de uma breve parada na Ilha de São Thomaz, percebe sua composição populacional como de “índios, brancos, mulatos e pretos, falando simultaneamente o inglês e o espanhol”. Alguns dias a frente, 7 de julho de 1873, sua embarcação passa em frente à Ponta das Salinas, no Pará, e ele descreve, além da paisagem, a vinda, até o navio, de um Igarité “puxada por dois caboclos, com os seus remos de pá característicos”. Caboclo é, também, como André Rebouças descreve o grande amigo e maestro Carlos Gomes. Alguns meses antes, ainda na Europa, em um de seus encontros, ele detalha:

Em 17 de fevereiro de 1873, às 17 ¼h, estava no modestíssimo aposento do meu Carlos Gomes. (...) Adelina Peri, figura ter 25 a 28 anos de idade; muita inteligência, uma irradiação geral de bondade e de amor infinito a Carlos Gomes; cabelos negros, olhos pretos com fundo azul, à brasileira; dentes de rara beleza; cutis alva; estatura média; voz docíssima italiana. Ao vê-la ao lado do *caboclo* Gomes, sempre impaciente e de mal humor, dir-se-ia uma ovelha ao lado de um leão (Rebouças, André. 1938).³⁶

Vimos como o iminente fim do cativeiro, nos chamados “anos de incerteza”, a elite brasileira lançou mão do fortalecimento de um discurso racista, a fim de tentar perpetuar seus privilégios. Houve, nesse contexto, um estímulo crescente à discriminação. A população negra, em reação, interpretou a seu modo essas mudanças, desenvolvendo vínculos e elaborando simbolicamente suas heranças e origens. A ideia de raça tornou-se mais presente nos debates públicos e jurídicos, como também na trama do cotidiano (ALBUQUERQUE, 2009). Uma conversa, descrita por Rebouças e ocorrida em 05 de janeiro de 1889, ilustra bem esse ponto. Na sede do jornal “Cidade do Rio”, ele se encontra com o organizador da Guarda Negra, Manoel Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto e o aconselha a “evitar a violência e constituir Sociedades e Clubes para

³⁶ Há a seguinte lacuna em seu Diário 14: do dia 14 de fevereiro até 01 de abril de 1873. Conheci esse episódio, ocorrido em 17 de fevereiro, através do livro “Diário e Notas Autobiográficas”, texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo em 1938.

educação, instrução e aperfeiçoamento da *Raça Africana*". Cada vez mais, como afirma Albuquerque (2009), esses indivíduos eram equiparados pelo olhar racializado. É, inclusive, a partir da declaração de sua "alma africana" que André Rebouças, já no exílio – para onde parte poucos meses depois dessa conversa com o líder da Guarda Negra –, passa a afirmar-se positivamente como "O Negro André".

Sua vivência no exílio e seus dilemas identitário são conteúdo do último capítulo desta tese. Por ora, retomemos "O mal disfarçado" e o fato de, por grande parte da sua vida, Rebouças ter sido lido como mulato. É, inclusive, a partir desse lugar que compreende sua semelhança com o abolicionista estadunidense Frederick Douglass. Tomemos esse ponto de partida para uma análise comparada entre essas duas sociedades escravistas, a brasileira e a estadunidense.

Em 1971, o historiador estadunidense Carl Degler publica uma obra também voltada a essa comparação. O livro "*Neither Black nor White: Slave and Race Relations in Brazil and the United States*", vencedor do *Pulitzer Prize* na categoria história, teve entusiasta acolhida e seu principal argumento centrava-se no papel atribuído ao mulato na sociedade brasileira. Essa obra, importante lembrar, foi utilizada por Leo Spitzer (2001) para embasar seu argumento a respeito da vida dos Rebouças. Bastante consonante à argumentação de Gilberto Freyre, Degler defendia que, face a "tantas graduações de cor", a segregação, no Brasil, não teria sido sequer possível. Para compreender essa sociedade, segue em argumentação, seria preciso olhar não para a oposição branco *versus* negro, mas sim para o meio do caminho: o mulato. Em síntese, conforme argumenta Oliveira e Oliveira (1974), o ponto chave do livro era traçar as diferenças nas relações raciais entre as duas sociedades analisadas através da forma como o mulato brasileiro seria um tipo *socialmente aceito*.

Enquanto os Estados Unidos teriam testemunhado um sistemático e brutal regime de segregação, o Brasil teria propiciado, ao mulato, uma espécie de válvula de escape, devido ao seu papel não conflitante. A "*mulato escape hatch*", conceito central à obra de Degler, é mais uma face de um argumento bastante difundido, do qual tentamos compreender suas origens e funções, qual seja: o mito da democracia racial. Em sua resenha crítica do livro de Carl Degler, Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974) defenderá a visão do autor norte-americano como uma deformação de percepção.

Carl Degler não foi, nem de longe, o único a estadunidense a defender as benesses das dinâmicas raciais no Brasil. Bem antes dele, Frederick Douglass buscou referências brasileiras para embasar sua luta antirracista. Estrategicamente, o abolicionista utilizou exemplos extranacionais para demonstrar a possibilidade de uma sociedade multirracial. Durante o curto período que passou na Inglaterra, usufruir do acesso irrestrito aos transportes públicos, a hotéis, restaurantes, por exemplo, alargou sua compreensão sobre sonhos para o futuro do seu país. O Brasil, claro, parecia ser o mais feliz exemplo de convívio multirracial. Em seu jornal, *The North Star*, em 1849, Douglass publicou matérias sobre como, na sociedade brasileira, não haveria distinção de cor. Alguns anos depois, em 1852, o Brasil volta a figurar em seus jornais. As leis antitráfico – sobre as quais já discorri – surgem em sua explanação como prova do interesse do país em pôr fim ao cativo. Em maio de 1858, durante um discurso intitulado “Cidadania e o espírito de casta”, Frederick Douglass usou o Império brasileiro novamente para responder à proibição imposta à população negra de Nova York de utilizar o transporte público (Brito, 2019a).

Emblemático também é o exemplo Robert Abbott (1868-1940). Nascido na Geórgia e filho de pais outrora escravizados, Abbott tornou-se jornalista e empresário. Seu empreendimento enquanto jornalista começou diminuto, mas logo desenvolveu-se a ponto de proporcionar-lhe condições suficientes para uma viagem pela América do Sul. Já estávamos no século XX, ano de 1923, quando Abbott vem ao Brasil. Por aqui, estabeleceu relações com distintos “homens de cor”; dentre eles, vale frisar um dos afilhados de André Rebouças, José do Patrocínio Jr.³⁷. A admiração em testemunhar negros em posição de prestígio impressionou o jornalista norte-americano. Não hesitou, então, em afirmar que “não há nenhum tipo de problema racial no Brasil”. Por aqui, as cores não importavam, mas tão somente o mérito pessoal. Diante disso, sugeriu, aos seus conterrâneos negros, a imigração ao país sul-americano (Domingues, 2006, p. 163). No caso de Abbott, a mudança de país seria voluntária, em busca de condições mais dignas de vida; essa ideia, no entanto, já havia sido discutida muito antes, ainda à época de Douglass. No caso do século XIX, o projeto de expatriação era parte da semântica racista estadunidense e visava evitar a miscigenação e garantir perpetuação da supremacia branca. Por isso, a utilização feita por Douglass do exemplo brasileiro propunha outros caminhos: ele afirmava o direito da população negra em permanecer no solo

³⁷ Jornalista e filho do grande abolicionista José do Patrocínio.

estadunidense, porque, assim como no Brasil, uma sociedade democraticamente multirracial era possível (Brito, 2019a).

Talvez você esteja se perguntando como Robert Abott teria passado incólume ao racismo brasileiro durante sua aludida visita. A verdade é que ele não passou. O discurso que escolheu proferir foi construído à revelia das experiências discriminatórias sofridas por ele e por sua esposa desde quando ainda se preparavam para visitar este belo país tropical. Conforme detalha e analisa Domingues (2006), ainda enquanto se organizava para a viagem, o casal recebeu, do cônsul brasileiro em Chicago, a recusa do visto em virtude da cor dos solicitantes. Somente após pressão de terceiros, o visto foi liberado. Quando no Rio de Janeiro, a hospedagem também lhes foi negada, sob a alegação de não haver mais vagas. Em São Paulo, novamente sentiram-se hostilizados, porque, mesmo hospedados no Palace Hotel, foram informados que os demais hóspedes estavam insatisfeitos em tê-los ali. O porquê de Abott ter, apesar de tais acontecimentos, afirmado não haver problemas raciais no Brasil e, mais ainda, sugerir a imigração de seus compatriotas negros é impossível de precisar. Domingues (2006) argumenta que o mais provável é que o jornalista tenha partido de uma comparação com o modo de segregação estadunidense.

De fato, vimos como a experiência de André Rebouças nos Estados Unidos contemplou novas dinâmicas racistas, em relação às vividas no Brasil, a partir de uma segregação institucionalizada. Ele mesmo traz Frederick Douglass para mostrar como as leis Jim Crow eram hediondas. Luciana Brito (2019a) narra um episódio, ocorrido em maio de 1849, segundo o qual Douglass, ao passear pelas ruas de Nova York com os braços entrelaçados aos de amigas brancas, as irmãs abolicionistas Julia e Eliza Griffiths, é atacado por supremacistas. Desolado, o abolicionista reflete sobre a agressão que o vitimara e rejeita usar a palavra “preconceito”. Para ele, tal termo não seria suficiente para abarcar o que sentiam os racistas nos Estados Unidos; “ódio infernal” é como ele descreve (BRITO, 2019a).

A Abolição nos Estados Unidos tem dois grandes marcos. Em 1863, ainda durante a Guerra Civil (1861-1865), o presidente Lincoln põe fim à escravidão no território do Sul do país. Dois anos depois, o mesmo acontece no Norte por meio da 13ª Emenda Constitucional. Mesmo com o fim da guerra e do cativeiro, o país seguiu na reprodução de seu “ódio infernal”. Nesse período da Reconstrução (1865-1877), justamente quando

ocorre a viagem de Rebouças, alguns avanços foram alcançados para a população negra. Em 1870, por exemplo, homens negros puderam votar em condição de igualdade pela primeira vez. Todos esses avanços rumo a horizontes mais democráticos incitaram ainda mais a ira dos supremacistas. Conflitos e protestos eclodiram no país. As elites do sul, depois do período da Reconstrução, reconquistam o poder regional e, com a cumplicidade dos nortistas, empenham-se, por meio da violência e do terror, em aniquilar quaisquer ganhos relacionados à cidadania negra (Domingues, 2006; Brito, 2019a).

Entre o último quartel do século XIX e início do século seguinte, foram progressivamente sendo aprovadas leis de segregação racial, separando os brancos e negros nas escolas, nos hotéis e restaurantes, nas lojas, nas composições ferroviárias, nos bondes, nos teatros, cinemas, parques de diversões, cemitérios e lugares de reuniões públicas. Portanto, esse sistema de segregação racial – popularmente conhecido como Jim Crow – não foi construído da noite para o dia; pelo contrário, foi produto de um processo relativamente longo de conflitos sociais e políticos. É verdade que a segregação prevalecia no Sul dos Estados Unidos, mas também é um fato que muitas leis dessa natureza foram sancionadas no Norte do país (Domingues, 2006, p. 167).

Também era proibido o uso comum de praias ou piscinas, refeições em conjunto e a *dança* entre pessoas negras e brancas. Tecer comparações com o Brasil, então, era taticamente interessante às vítimas desses horrores. A tão famosa dança entre André Rebouças e a princesa Isabel, além de amplamente divulgada no Brasil, virou notícia também nos Estados Unidos. Por aqui, Rebouças não pareceu muito feliz com a repercussão. Lembremos que jornalistas o procuraram, a fim de obterem mais detalhes e autorização para uma publicação a respeito, ao que ele respondeu em negativa; aquela era, afinal de contas, apenas uma dentre tantas danças e momentos entre os nobres da Corte. Conforme mostra Brito (2019b), esse episódio foi publicizado, em 1892³⁸, em jornais norte-americanos como parte de uma homenagem a quem descreviam como “o maior engenheiro do Brasil”. A vida de Rebouças figurava em tom de denúncia às leis Jim Crow, no sentido de mostrar a possibilidade de integração e ascensão da população negra no Brasil. Um “detalhe” interessante é adicionado à publicação, sobre o qual Rebouças não fala em seus escritos, qual seja: a dança com a princesa teria ocorrido após Rebouças receber uma recusa por parte de uma norte-americana branca presente no Baile. A princesa, então, teria lhe convidado a fim de mostrar, à estadunidense e aos demais, a amizade da família com o engenheiro negro (Brito, 2019b).

³⁸ A dança entre Rebouças e a Princesa Isabel acontece no dia 10 de junho de 1867.



Figura 28: *State Capital, Springfield, Illinois, 13 de agosto de 1892 apud Brito, 2019b, p. 261*

O contraponto com a realidade do “reino das fadas”, para usar a expressão usada por Abott em alusão ao Brasil³⁹, fazia sentido face à brutalidade do apartheid norte-americano. O que não é lógico é a negligência para com a violência racial que, mesmo com especificidades, sempre existiu por aqui. Para seguir a linha argumentativa de Oliveira e Oliveira (1974), essa “desatenção” soa como uma “deformação de percepção”. É assim que ele entende a visão de Carl Degler sobre o mulato brasileiro enquanto válvula de escape. Vejamos, por exemplo, como, para Carl Degler, aspectos tais como a possibilidade de se armarem soldados negros, mesmo durante a vigência da escravidão, ilustrava a ausência de “linha de cor” por aqui. Oliveira e Oliveira (1974), então, traz uma fala bastante representativa de Henrique Dias⁴⁰ segundo a qual era “tratado com pouco respeito, com palavras que nem podem ser repetidas, e ninguém me reconhece como soldado”. Seguindo seu argumento, por mais amplo que seja o espectro das cores, as dinâmicas raciais no Brasil foram (e são) construídas em uma relação coercitiva para com o grupo branco dominante. Inspirado em Fanon, Oliveira e Oliveira (1974) afirma, ainda, a materialidade do corpo, essa barreira indisfarçável: “quando gostam de mim, eles dizem que gostam apesar da minha cor. Quando não gostam dizem que não é por causa da minha

³⁹ Segundo Domingues (2006), Abott escreve, após perceber que a recusa de hospedagem era fruto do racismo, “até no reino das fadas, o Brasil, [...] uma coisa nojenta dessas está presente”. Esse escrito está na sua publicação “Motivos pessoais”. Parte 2, no jornal *Chicago Defender*, do dia 11 de agosto de 1923.

⁴⁰ Importante militar negro no período do Brasil Colonial. Nascido na Capitania de Pernambuco, em 1662, filho de pais africanos libertos e famoso pela atuação heroica na Batalha dos Guararapes, episódio decisivo da Insurreição Pernambucana.

cor. De um jeito ou de outro, estou fechado num círculo infernal” (Fanon, 1971, p. 95 *apud* Oliveira e Oliveira, 1974).

A noção da *mulato escape hatch* recorre a uma série mitologias sociais, fortemente inspirada nas ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre, ao defender a romantizada predisposição especial dos portugueses à miscigenação pacífica. Vale reforçar, como o faz Oliveira e Oliveira (1974), que essa “mistura” foi, em verdade, consequente da violação extrema dos corpos femininos negros. A *mulato escape hatch* incorre, ainda, numa reificação, uma vez que iguala as categorias social e racial do mulato. Ora, do ponto de vista racial, o mulato também esteve e está presente nos Estados Unidos. Degler deveria, então, ter buscado compreendê-lo, na sociedade brasileira, do ponto de vista social. Se assim o fizesse, se tratasse a questão epistemologicamente diferente, talvez não reproduzisse essa “deformação de percepção” (Oliveira e Oliveira, 1974).

Aqui gostaríamos de fazer um apelo à semântica e sugerir um outro ângulo de visão possível para o *mulato escape hatch*. Sua tradução em português seria alçapão, palavra que comporta diferentes significados: tanto pode ser *saída de emergência*, como *armadilha preparada* (Oliveira e Oliveira, 1974, p. 70).

Retomemos aqui uma citação de Wlamyra Albuquerque (2009) sobre o permanente dilema dos intelectuais negros do Império, os quais eram “equiparados pelo olhar racializado”, por mais que tentassem fugir ou calar. Novamente a partir de Fanon, Oliveira e Oliveira (1974) finaliza seu texto sobre o mulato como obstáculo epistemológico com um ponto comum a todos os indivíduos negros em África ou na diáspora: sua precária e perene relação com o mundo branco.

A partir de sua etimologia, mulato remete ao cruzamento entre espécies diferentes⁴¹. Para Joaquim Nabuco, tal origem corrobora sua conotação pejorativa e, por isso, reprime veementemente o colega José Veríssimo por ousar chamar assim o maior escritor brasileiro, Machado de Assis. Veríssimo, ao escrever sobre sua morte, em dado momento, diz: “Mulato, foi de fato grego da melhor época”. Em resposta, Nabuco, embora elogie o conteúdo geral da homenagem, admite ter lhe causado arrepio a palavra

⁴¹ Sobre o termo “mulato(a)”, há recentes controvérsias quanto à sua etimologia. A interpretação predominante, especialmente em estudos linguísticos e históricos, sustenta que a palavra deriva de “mula”, animal híbrido resultante do cruzamento entre espécies distintas, frequentemente estéril — e cuja aplicação ao ser humano carrega, portanto, forte carga pejorativa e desumanizante. Em contraposição, a autora Lita Chastan propõe, em seu artigo “Mulata: estudo de um caso mal contado”, a hipótese de que o termo possa ter origem no árabe *muwallad*, que designava os descendentes mestiços de árabes com não árabes. Essa etimologia, segundo a autora, ampliaria o entendimento histórico e cultural do termo, deslocando-o do campo zoológico para o campo das mestiçagens humanas dentro de contextos islâmicos e ibéricos.

mulato. Além de lamentar o uso, afirma sua convicção de que, ao próprio Machado, causaria repulsa. E mais: “O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica” (Revista do Livro, vol. V. Ano II, março de 1957, p. 164 apud Oliveira e Oliveira, 1974).

Consonante ao argumento de Emília Viotti da Costa (2007), acredito que essa história é bastante elucidativa das tensões raciais e sociais do Brasil oitocentista. Era evidente a todos a aparência de negro de Machado; lembremos novamente de Fanon, da materialidade do corpo. O problema era o reconhecimento público disso. Além da epilepsia, sua origem humilde e sua cor eram fontes de estigma. Semelhante a Rebouças, ele também experienciou a ambiguidade de viver sob a égide do mal disfarçado. A atitude de Nabuco, inclusive, compunha parte do *modus operandi* da elite branca brasileira, da mesma forma que, no já exaustivamente citado baile, a Princesa Isabel fizera questão de dançar com André Rebouças (Viotti da Costa, 2007).

Ainda segundo Emília Viotti da Costa (2007), nesses episódios encontra-se a chave analítica para a compreensão das raízes do mito da democracia racial brasileira.

O mito nada mais foi do que a formalização num nível teórico de experiências vividas por brancos como Nabuco e por negros como Machado. A chave para a compreensão do padrão racial, do processo de formalização do mito e de sua crítica pode ser encontrada no sistema de clientela e patronagem e no seu desmoronamento (Viotti da Costa, 2007, p. 380).

É fundamental olhar para os mitos sociais enquanto parte integrante da vida social. Por muito tempo, pesquisadores trataram do assunto ou como mero epifenômeno, ou como uma criação artificial deliberadamente criada pelas elites para disfarçar – e assim perpetuar – seus sistemas opressores. Ambas as interpretações são reducionistas e negligenciam a agência individual, as dinâmicas cotidianas dos atores sociais. As funções do mito e seus usos não são a mesma coisa (Viotti da Costa, 2007).

Desde a época colonial, desenvolveu-se, no Brasil, um sistema de clientela e patronagem baseado no monopólio branco dos meios de produção e, simultaneamente, nas limitadas oportunidades de participação de setores da massa (lê-se: negros e “mestiços” livres e brancos pobres). As possibilidades de mobilidade social não ocorriam em consequência de qualquer benevolência colonizadora, mas sim por meio desse sistema de patronagem hierarquicamente orientado - sobretudo com a independência, momento em que urge a necessidade de a elite controlar o eleitorado. Ou seja, os negros podiam

ascender na escala social a partir do aval da elite branca. Por se tratar de uma sociedade escravocrata, concepções racistas compunham esse enredo, mas não havia razão de transformá-las em segregação institucionalizada. Haja vista a diferença entre as funções e os usos do mito, é importante reforçar as mediações feitas por meio dessas massas. Em certo sentido, de forma contraditória e muito limitada, os negros e mestiços também se beneficiaram desse enredo (Viotti da Costa, 2007).

A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornara mais difícil para os negros desenvolverem um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar um preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. Tinha que fingir que eram brancos. Eram negros “especiais”, “negros de alma branca” – expressão empregada pelos brasileiros da classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros. Se alguns deles estavam conscientes das sutis formas de preconceito e discriminação, fizeram questão de não as mencionar. Esses indivíduos compartilharam com os brancos o mito da democracia racial. Para a sociedade em geral, eles serviram como um claro testemunho da realidade do mito, como uma evidência tanto da ausência de preconceito como das possibilidades de mobilidade social desfrutadas pelos negros no Brasil (Viotti da Costa, 2007, p. 377).

Pensar o mito da democracia racial como discurso, no sentido de desvelar sua presença no cotidiano das pessoas, na sua orientação à ação, pode incorrer no risco de uma análise preponderantemente estruturalista, como atenta Guimarães (*apud* Domingues, 2006). O autor receia que, em consequência, perca-se a sua historicidade. Neste capítulo, ao contrário, empreendi uma análise sócio-histórica não do mito em si, mas do contexto que circundou a vida de André Rebouças. Ao questionar a forma como ele lidou com o racismo em sua vida, compreende-se que seu silêncio nunca foi meramente individual. Além disso, para compreender por que somente no fim de sua vida afirma-se como negro, é imprescindível atentar às dinâmicas de diferenciação no seio da própria negritude, ou seja, à polissemia da mestiçagem no contexto oitocentista. Não é ao acaso que, muito antes dessa autoafirmação, Rebouças enxergava-se como mulato.

Neste capítulo, o mito da democracia racial é lido através do *discurso biográfico* de André Rebouças. Sua dimensão ideológica é explicitada e, ao mesmo tempo, também o seu caráter construtor, como prática. O fio condutor das experiências de André rompe com análises maniqueístas e traz a dimensão dialética da contrapartida dos subjugados. Ele mesmo instrumentalizou o silêncio, com o propósito de fugir da racialização, e

usufruiu como pôde. A forma como, em dado momento, afirma a opção por “resignar-se” revela o custo subjetivo de submeter-se a tais dinâmicas.

Mais além, a contrapartida dessa construção ambígua, em que o silêncio é preconizado a partir da falácia da igualdade racial, é a perturbadora sensação de incompreensão e de fracasso, faces do que Florestan Fernandes chamará de *dilema racial brasileiro*. Segundo Angela Alonso (2020), as assunções liberais adotadas com a Independência conduziram o processo de formação de um Estado Nacional que almejava superar seu estatuto colonial no âmbito jurídico-político enquanto, contraditoriamente, interiorizava seus fundamentos material, social e moral. Baseada também em Florestan Fernandes (1975 *apud* Alonso, 2020), a autora discorre sobre como a Independência brasileira foi uma “revolução” de elites, uma mudança dentro da ordem incapaz – porque desinteressada – de universalizar a cidadania. Aqueles, como André Rebouças, que passaram a ser contemplados pela concepção cidadã da época faziam parte de um grupo circunscrito e, como foi reiteradamente exposto, usufruíam de uma experiência bastante precária, marcada por interdições.

Em suas obras mais conhecidas, *A integração do negro na sociedade de classes* (2008) e *A revolução burguesa no Brasil* (2006), Florestan analisa a formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção dos negros. Seus argumentos mostram como, mesmo com o fim da escravidão, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade escravocrata. No primeiro volume de “A integração do negro na sociedade de classes” (2008), fica posto que, sob a aparência da liberdade, a população negra herdou outra servidão, a do indivíduo que se considera livre, mas que se encontra de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. A ordem escravocrata, no Brasil, serviu de suporte inicial da fase subsequente, de transição para o capitalismo competitivo. Ou seja, a fim de explicar sociologicamente as relações da escravidão com o capitalismo, é preciso analisar as funções da escravidão como fator específico da acumulação originária de capital. A “Revolução Burguesa” brasileira operou de forma a manter os prestígios e privilégios daqueles que sempre os detiveram. Trata-se de um processo estrutural de longo prazo rumo à implementação de uma sociedade de classes, mas dotado de especificidades ao sul do Equador: em vez de democrático-burguesa, a nossa revolução foi autocrático-burguesa. Daí a compreensão daquilo que Fernandes chama “polarização

dinâmica”: a simultaneidade da manutenção da ordem escravocrata, ou seja, de um padrão tradicionalista de relações raciais, mais próximo a uma estrutural social estamental, e da “busca” pela modernização, a partir da consolidação de uma sociedade de classes que comportasse minimamente a abertura para o avanço democrático. Em síntese, nessa polarização, um polo aponta para a persistência do passado, na ideologia, e o outro para a projeção futura, na utopia (Fernandes, 2020; Cohn, 2002).

Embora suas análises estejam mais associadas aos processos políticos e sociais da virada do século XIX para o XX, proponho utilizar sua lente teórica para o período em que viveu André Rebouças. Longe de consistir em qualquer anacronismo, a proposição teórica de Florestan Fernandes parte, justamente, do processo de desestruturação e das continuidades do escravismo. Almejo mostrar como o dilema racial brasileiro constituía-se na sociedade oitocentista a partir dos relatos legados a nós por André Rebouças. No primeiro volume de “A integração do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 2008), lemos como a população negra depara-se, após a Abolição, com inúmeras barreiras mesmo para a obtenção daquilo que, aos brancos, está posto “como uma espécie de dom da natureza”: a presença na sociedade como seus sujeitos. O autor nos fala sobre uma população agora livre e reconhecida enquanto cidadã; podemos, então, alargar essa compreensão para uma outra população negra também livre e pretensamente cidadã em uma sociedade ainda escravocrata. Lembremos que esse contingente era imenso. Já no segundo volume de “A integração do negro na sociedade de classes”, Fernandes examina, sempre da perspectiva do negro, os modos encontrados para enfrentar esses tantos desafios e “retornar à cena histórica”. É um objetivo consonante ao primeiro número que traz, logo de início, a intenção de compreender como o Povo emerge na história (Cohn, 2000).

Os estudos de Florestan Fernandes sobre a formação do Brasil moderno exibem como se desenha, na história da sociedade brasileira, um dilema que perturba o seu presente e compromete seu futuro. Ao falar sobre o dilema racial, ele reforça seu caráter impeditivo à consolidação de uma ordem social realmente igualitária, uma vez que tal realidade condena os negros a um ostracismo invisível que mina suas possibilidades de viver em igualdade. Trata-se de fenômeno estrutural que se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. O dilema racial pode ser percebido nas ações dos brasileiros ou mesmo nos seus lapsos de ação; no seu “preconceito de ter preconceito”, na inconsistência de suas atitudes, normas e padrões de comportamento inter-racial, nos contrastes e

consequentes ambivalências entre a estereotipização e os padrões socialmente impostos. (Fernandes, 2008; Cohn, 2000). Usando de seus termos, o dilema consiste em um “círculo vicioso”, uma história de circuito fechado, a partir da qual dinâmicas de estratificação social são combinadas a padrões e tempos históricos distintos, o velho e o novo, o arcaico e o moderno. Esse fenômeno de demora cultural, então, torna-se estrutural (Costa; Alves; Portela Jr.; Soares; Silva; Mutzenberg, 2021).

A noção de dilema racial, por exemplo, reflete como as alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. Cohn (2008) afirma que a análise acerca do dilema racial no Brasil evoca conceitos importantes como o de “duplo vínculo” (*double blind*): situações em que exigências simultâneas e contraditórias paralisam e desorganizam o sujeito: - “Aprenda a agir como branco. Aprenda que você não é branco”). Podemos pensar, também, nos talentos e virtudes previstos pela Constituição de 1824 como atributos acessíveis a todos os livres sem distinção de cor. O cotidiano, no entanto, expunha esses indivíduos a duros dilemas de verem que, na prática, essa cidadania estava longe de ser irrestrita.

A reprodução do dilema ocorre através de persistentes e profundas pressões assimilacionistas e, ainda que os indivíduos negros tentem responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais profundas e persistentes, não encontram vias adequadas de acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e “brancos”. Isso posto, podemos compreender por que o dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática que só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade social (Fernandes, 2008, p. 572). Mais além, estamos a falar de dilemas da própria sorte da democracia no Brasil.

A mobilidade social vertical e a miscigenação, no último século escravocrata, operavam dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social. Preenchiam, assim, funções sociais relevantes para a diferenciação e a continuidade da estratificação racial engendrada pela escravidão. Os negros e “mestiços” que tinham a possibilidade de ascender, o faziam à imagem da figura do branco. A esses indivíduos era

requerido, para o propósito da ascensão, a equiparação ao padrão hegemônico. Tais processos implicam uma espécie de branqueamento psicossocial e moral pré-requisitado à participação no mundo branco: “tiveram de sair de sua pele”, nos diz Florestan. A imagem do “negro de êxito”, aquela exceção instrumentalizada para confirmar a regra é parte da retórica utilizada com o fim de manter o padrão tradicional de relação racial assimétrica e a ideologia racial dominante. A falácia da democracia racial caminhou lado a lado a esse processo (Fernandes, 2006; Soares; Braga; Costa, 2002).

Finalizemos, então, o capítulo com as inquietações de André sobre como concordar a profusão de elogios a esse “negro de êxito” a tantos obstáculos incompreensíveis. Ou, ainda, sobre o seu pai que, apesar de ter sido tão “ilustre parlamentar”, que participara de “diversas assembleias legislativas durante o longo período de 1830 a 1847”, nunca fora senador, ministro ou conselheiro do Estado. Essas perguntas surgem em sua memória a fim de explicitar sua angústia, sua inquietação face ao dilema de, mesmo reconhecido enquanto cidadão e com a dedicação extenuante a corroborar seus talentos e virtudes, muitos dos seus esforços eram inócuos. A presença do “mal disfarçado” acompanha toda a sua vida, à revelia de qualquer pretensa igualdade. Nos anos de luta abolicionista, ele fortalecerá também sua identidade, conforme esmiuçado no capítulo anterior. No exílio, “o Negro André” decidirá assumir “sua alma africana”.

5. “O NEGRO ANDRÉ”

A partir do pensamento de Florestan Fernandes, especialmente de seus conceitos de “impulsões igualitárias” e “dilema racial brasileiro”, a primeira parte deste capítulo visa aprofundar a análise das tramas sociais – sobretudo raciais – do Brasil oitocentista. Os dinamismos que permitiram a ascensão de indivíduos como André Rebouças serão problematizados de forma a escancarar como operavam através da manutenção de diferentes modos de dominação. Para interpor prerrogativas liberais em uma sociedade escravista, o racismo ganhou outras roupagens, outros disfarces. “O Negro André”, como assina Rebouças em seu exílio, revela, em seus escritos, a face mais madura de sua compreensão de si e da sociedade. O seu exercício de introspecção contínua através da escrita o acompanhará até o fim; agora, porém, não por meio de seus diários, mas sim de suas cartas. Sua terra natal, ademais, outrora território de sua agência, converte-se em pano de fundo de sua memória. No desterro, Rebouças encontrará em África seu novo lugar de pertencimento e assumirá, para si e para o mundo, sua “alma africana”.

5.1 “Dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos”

Em um estudo sobre a estratificação social no Brasil, Florestan Fernandes (2020) esclarece a importância do emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como “casta”, “estamento” e “classe”. As formas de dominação, afinal, embora cumprissem, via de regra, as prerrogativas de uma “racionalidade senhorial”, permitiram importantes dinamismos. A hegemonia branca, desde sempre, tentara ditar os liames desses processos a fim de, é claro, preservar a estabilidade da ordem senhorial e escravocrata, mas o caráter mercantil da escravidão, além da miscigenação, foram fundamentais à abertura de importantes fissuras em tal ordem. Houve, esclarece o autor, a superposição de estamentos e castas dentro de uma mesma ordem societária, ou seja, durante os séculos de escravidão, existiram incontáveis pessoas negras nascidas ou que se tornavam livres e com possibilidades, ainda que controladas pela supracitada racionalidade, de ascensão (Fernandes, 2020).

Pressões dinâmicas oriundas da expansão capitalista condenaram, paulatinamente, o escravismo à extinção. Esse novo “circuito histórico” impôs maior elasticidade à sociedade brasileira, apesar da manutenção dos monopólios de terra e político. A partir do século XIX, sobretudo após a Independência, um mercado capitalista moderno começa a ganhar corpo e os efeitos dessa dinamização da ordem escravocrata e senhoriais são

bastante consideráveis. Da metade para o final do século, fase em que o capitalismo competitivo dependente já havia fincado as bases de um comércio interno, torna-se evidente a crise irreversível da ordem escravista senhorial. Contexto bastante complexo, a sociedade brasileira, apesar das aludidas mudanças, testemunhara a continuidade do império colonial através de sua internalização mesmo após a Independência. Ou seja, essa ordem encontrou uma maneira de se perpetuar dentro das funções econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, o liberalismo senhorial começava e terminava na “liberdade do senhor” e, para tanto, colocava-se em absoluta oposição a qualquer revolução capaz de tirar o Estado nacional de seu controle estamental (Fernandes, 2020).

Esses processos esteiam a constituição de uma sociedade civil ultrasseletiva, alicerce político imprescindível à estabilidade de um Estado que buscava manter-se dentro da “ordem”. A crise da ordem social escravocrata – e consequente formação do capitalismo competitivo dependente – corresponde, então, a um processo histórico bastante prolongado no Brasil. No transcurso do século XIX, a inevitável presença do elemento competitivo em moldes capitalistas havia já penetrado de tal forma que a condição de senhor se transmutara à do “fazendeiro”, uma versão aburguesada, afirma Fernandes (2020), do senhor colonial. O modo de produção escravista, então, através da forma como construiu as fortunas das aristocracias agrárias no Brasil colonial, esteou o processo de acumulação originária de capital; em outras palavras, esteou a formação e expansão do capitalismo brasileiro. Com a República, ruptura que tanto revolta André Rebouças, os mesmos indivíduos históricos seguem a monopolizar a terra e o poder oligárquico. Por isso, para Fernandes (2020), ditam, à revolução burguesa brasileira, os seus próprios ritmos históricos arcaicos.

Nessa sociedade civil ultrasseletiva, a miscigenação e as possibilidades de compra de liberdade contribuíram sobremaneira para o aumento dos estratos dependentes intermediários. Além da desumana exploração da mão-de-obra escravizada, em consequência dessa diferenciação orquestrada, havia ocupações e atividades que só o indivíduo semi-livre ou livre poderia realizar. Esses indivíduos cumpriam papéis fundamentais à perpetuação do sistema. A ideia de democracia racial, por exemplo, era fomentada através da instrumentalização dessas biografias. No fundo, afirma ainda Fernandes (2007), esse mito corresponde a uma distorção criada nesse período colonial como reação aos mecanismos efetivos de ascensão social dessa população negra.

Por isso, à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” - ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista (Fernandes, 2007, p. 44).

Os mecanismos de mobilidade social vertical existentes na ordem escravista foram aproveitados por incontáveis sujeitos, a exemplo dos Rebouças. O custo subjetivo desse processo era alto, afinal, à revelia de qualquer mudança de status, o cotidiano era marcado pela violência do racismo. A esses indivíduos, era exigida cumplicidade, identificação para com os interesses e valores da hegemonia branca. Era preciso aceitar o código moral. Nesses espaços, desde que mantivessem o decoro, os racistas sentiam-se livres para suas manifestações cruéis, ainda que encobertas ou dissimuladas. Esses “padrões de tolerância” foram se desenhando na sociedade brasileira como imperativos para a reprodução da hierarquia racial; colocavam o racismo nessa seara ambígua, que o legitimava (Fernandes, 2007).

Em “A integração do negro na sociedade de classes” (2008), Florestan Fernandes busca compreender a complexa e tensa dinâmica em que se entrelaçam o presente, o legado do passado e as possibilidades futuras na sociedade brasileira (Cohn, 2000). Segundo seu argumento, mesmo com o fim da escravidão, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade escravocrata. Afirma, portanto, ser “perfeitamente possível estudar o passado através do presente” (Fernandes, 2008, p. 328). No primeiro volume do livro, fica posto que, sob a aparência da liberdade, a população negra herdou outra servidão, a do indivíduo que, embora livre, se encontra de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. Esse contingente de pessoas depara-se com inúmeras barreiras mesmo para a obtenção daquilo que, aos brancos, está posto “como uma espécie de dom da natureza”: a presença na sociedade como seus sujeitos. Por isso, no segundo volume, Fernandes (2002) examina, sempre da perspectiva do negro, os modos encontrados para enfrentar esses tantos desafios e “retornar à cena histórica”. É um objetivo consonante ao primeiro número que traz, logo de início, a intenção de compreender como o Povo emerge na história (Cohn, 2000).

Uma vez que a ordem escravocrata, no Brasil, serviu de suporte inicial da fase subsequente, de transição para o capitalismo competitivo, a “Revolução Burguesa” do país operou de forma a manter os prestígios e privilégios daqueles que sempre os

detiveram. Esse processo estrutural de longo prazo rumo à implementação de uma sociedade de classes, foi bastante específico no Brasil: em vez de democrático-burguesa, a nossa revolução foi autocrático-burguesa. Daí a compreensão daquilo que Fernandes chama “*polarização dinâmica*”: a simultaneidade da manutenção da ordem escravocrata e da “busca” pela modernização (abertura para o avanço democrático). Em síntese, nessa polarização, um pólo aponta para a persistência do passado, na ideologia, e o outro para a projeção futura, na utopia (Fernandes, 2006; Cohn, 2000). Para favorecer o Povo, a burguesia teria que, nesse processo, romper com laços externos, o que colocaria em risco a sua própria existência. Para seguir no poder, ela garantiu a existência do capitalismo na periferia através do governo autocrático (algo como uma ditadura aberta de classes). Não por acaso, na periferia do capitalismo, a Revolução Burguesa é essencialmente política.

A análise de Florestan Fernandes, embora se debruce, principalmente, sobre as dinâmicas das relações raciais do Brasil do século XX, possibilita, na forma como expõe as continuidades do passado, aprofundar a compreensão tanto do contexto em que viveu André Rebouças, quanto da dimensão subjetiva dessa vivência. Ao conceituar o dilema racial brasileiro, Fernandes (2008) dirá que esse consiste em um fenômeno de demora cultural; ao processo de implementação de uma sociedade de classes, portanto, não corresponderam formas equivalentes de coordenar e regulamentar as relações raciais. Enquanto novas prerrogativas, próprias de uma sociedade competitiva, eram postuladas, as diferenças “raciais” eram sobrepostas ao discurso pretensamente liberal.

Quando trata das impulsões igualitárias de integração social, Fernandes parte de um estudo das “elites negras” na cidade de São Paulo em meados do século XX. Esses indivíduos, segundo analisa, canalizavam energias em disposições construtivas em busca de ascensão. Já tendo exposto a forma, absolutamente cruel para com a população negra, como se passou o fim do cativo e a implementação de uma sociedade de classes no Brasil, os anos de espera e o período do protesto negro, Fernandes volta seu olhar para o momento em que novas possibilidades são abertas. Os indivíduos negros aptos ao usufruto dessas oportunidades passam, então, a agir de forma planejada e calculista a fim de “melhorar de vida”. Esses “ajustamentos estratégicos” são nutridos por sentimentos de igualdade racial, pela assunção de que “o negro é gente” e, portanto, pode e deve “ter as mesmas coisas que os brancos” (Campos, 2014; Fernandes, 2008).

Em outras palavras, a sociedade abre algumas trilhas ascensionais, mas de forma estratégica, sem um compromisso real com uma mudança profunda. Assim, indivíduos negros “penetram”, individualmente e não enquanto categoria racial, em ramos diversos de atividades. Trata-se, segundo Fernandes, de um peneiramento econômico, político e social que impunha um ajustamento individual aos requisitos da ordem social competitiva (ou em fase de implementação). Compulsões seculares de autonomia encontram acolhida, ainda que nessa lógica orquestrada, a partir da difusão do sentimento de, finalmente, “ser gente”. Essa revolução no horizonte cultural os leva a buscar garantias de formas de vida postuladas enquanto privilégio apenas dos brancos. Nesse sentido, almejam mais do que a aceitação desses últimos; a pretensão é o usufruto dos novos padrões de dignidade. Florestan argumenta que essa impulsão é, na verdade, o querer pôr em prática os valores sociais de uma nova ordem (Campos, 2014), que, no caso de Rebouças, estava em fase de implementação. Se ostentam seu novo status, ainda segundo Florestan (2008 *apud* Campos, 2014), manifestam sua autoafirmação social e igualitária.

Infelizmente, ao forçar a participação das “prerrogativas de direito”, a cor se impõe como um fantasma real (Fernandes, 2008). No presente de Florestan, esse “fantasma”, as resistências racistas encontradas, revelavam “o passado no presente”; na vida de Rebouças, esse passado era o seu presente. Portanto, afirma Fernandes (2008), é preciso atentar às funções sociais que tais atitudes preenchem, enquanto se perpetuam na cena histórica.

A impulsão igualitária de poder usufruir das prerrogativas de uma cidadania plena exige, obviamente, a eliminação do racismo. Quem consegue ascender, no entanto, esbarra em limites frustrantes aos seus esforços. Essa situação engendra uma série de contradições para quem a vivencia. Torna-se impossível fruir das garantias sociais de sua posição e a alternativa encontrada, geralmente, é o controle estratégico e calculista face ao cotidiano de violência. É preciso racionalizar as reações e, nesse sentido, o “preconceito de cor” é conotado como um “desafio pessoal”. O almejado controle da situação passa por um traquejo ambíguo que, segundo Fernandes (2008), seria diferente do “complexo de inferioridade” meramente. Na ânsia de driblar essas situações tão penosas, esses sujeitos negros tendem a antecipar atitudes, agir de forma pouco natural, o que acaba por reiterar o sentimento de não integração. São mecanismos reativos que mostram quão poderosas são as barreiras subjetivas devastadoras dos melhores anseios de igualdade, ou, para usar

seu conceito, devastadoras de tão justas impulsões igualitárias (Campos, 2014; Fernandes, 2008).

Retomemos a como a ideia de Império Civil foi implementada no Brasil. Uma concepção de cidadania e de “sistema representativo”, voltado a um “povo”, ganhara força. Claro que havia limites intransponíveis nessa equação. Com a aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 22 de outubro do mesmo ano, o monarca teve de lidar com a corda bamba entre um governo monárquico ou representativo. Alinhado à ideia de império civil, concebe-se uma distribuição constitucional dos poderes, segundo a qual até mesmo o poder do Imperador deveria obediência à Constituição. O imperador, nesse jogo, adquire papel fundamental de garantir a existência do regime monárquico a partir da legalidade constitucional. Crucial para a compreensão do argumento desta tese é entender como a obediência civil agora seria exercida pelo conhecimento dos direitos e deveres dos indivíduos. A constituição precisou, para manter o poder da monarquia, admitir a liberdade política e o reconhecimento da cidadania – embora usasse de critérios censitário para o exercício do direito cívico, o processo indireto de eleição e, claro, a manutenção da escravidão (Oliveira, 2005).

O Brasil escravocrata, por contraditório que pareça, opta por postular o entendimento do indivíduo como sujeito de direito; mudança tamanha em relação às premissas estamentais do Antigo Regime. O fato é que, no Brasil do oitocentos, embora as concepções liberais supusessem rupturas à antiga tradição, as profundas hierarquias sociais, sobretudo pautadas no racismo, colocavam os dois regimes em coexistência. A materialidade do cotidiano (exaustivamente expostos nos relatos de André Rebouças) expunha os limites da cidadania definida na Carta de 1824 (Pandolfi, 2020). Ou, para usar os termos de Florestan, tínhamos uma iminente sociedade civil ultrasseletiva, sobretudo porque escravocrata. Ainda segundo o autor (Fernandes, 2010), a “racionalidade senhorial” operava de forma a administrar a cidadania dos descendentes de escravizados sem abalar as instituições. Vale reforçar que incluir a tão numerosa população negra/mestiça livre e liberta ao escopo de cidadãos era uma maneira de evitar, inclusive, sua associação, junto aos escravizados, em insurreições. Era preciso apagar, das linhas constitucionais, a “diferença de cores” (Pandolfi, 2020).

Com as linhas constitucionais a afirmar que "todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e

virtudes”, criava-se um discurso de igualdade entre os cidadãos, ainda que a prática fosse bem diferente. Tornou-se mandatório calar a respeito do racismo. Do ponto de vista das elites governamentais, esse silêncio cumpria o propósito de dissimular o caráter proto-racial da desigualdade. Para a população negra, também parte dessa equação, ser reticente era importante como reivindicação de direitos assegurados pela Carta Magna nacional, segundo a qual a liberdade era única condição para cidadania. Como bem disse Rebouças, a questão era muito delicada, uma vez que versava sobre a “dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos¹⁶”. A construção ideológica do silêncio sobre a cor buscava forjar o ideal de uma nação homogênea (Schwarcz e Starling, 2015; Grinberg e Peabody, 2013; Albuquerque, 2009; Chalhoub, 2006).

Embora não fizesse parte do escopo temporal de análise de Florestan Fernandes, percebo como atitudes presentes na biografia de André Rebouças (e poderia dizer também na do seu pai) alinham-se ao seu conceito de impulsões igualitárias. Diferentes modos de dominação se interpuseram, na ordem escravocrata senhorial, permitindo importantes dinamismos que esteiam a constituição de uma sociedade civil ultrasseletiva, na qual funcionavam mecanismos importantes de mobilidade social vertical à população negra. Um mercado capitalista moderno começa a ganhar corpo no século em que viveu Rebouças e, quando fala em sua “dignidade pessoal”, ele está abraçado a noções caras ao liberalismo. Naquele contexto, como no que analisou Fernandes (2008), as trilhas ascensionais abertas operavam, via de regra, de forma bastante individualizada, ou seja, sem compromisso com uma mudança real na ordem social. Indivíduos como André Rebouças aprendiam a enxergar suas trajetórias como individualizadas e legítimas a partir das prerrogativas do direito, do embasamento constitucional. Também para ele, tratava-se do usufruto de padrões de dignidade. Seu enfrentamento ao racismo, na sua juventude, então, também conota sentido de desafio pessoal, como expus exhaustivamente em *O mal disfarçado*. Seu comportamento, muitas vezes, também incorria em atitudes antecipadas, forçadas, pouco naturais que, no fim das constas, escancaravam ainda mais a sua não acomodação àquela ordem.

Retomemos alguns fatos para a análise. O primeiro caso do capítulo *O mal disfarçado*, o racismo vivido por André no dia seis de dezembro de 1864, quando tinha ainda 26 anos, elucida vários pontos aqui trabalhados. Rememoremos que ele estava em viagem pelo Nordeste, quando decide passar um dia inteiro desbravando o território a cavalo. Exausto, decide procurar recanto para abrigar a si e ao seu “pobre animal”.

Rebouças recebe, nessa noite tão difícil, duas recusas em fazendas distintas e acaba tendo que dormir em condições precárias ao lado de uma senzala. Ele recorre à proteção paternalista, bastante importante à época, e usa da intermediação de um deputado, provavelmente branco, que lhe havia dito ter já alertado aos fazendeiros da região sobre sua possível visita. Os relatos do Diário mostram que nem mesmo essa intermediação foi suficiente para suplantear as barreiras do racismo; ou talvez nem mesmo aquele local precário ele tivesse conseguido para repousar. Rebouças se resigna, aceita o fardo daquela noite, mas não hesita em descrever, em detalhes, sua revolta nos seus cadernos. Além disso, escreve as palavras “escravocratas” e “abolição”, o que leva à compreensão de como aquele episódio contribuiu para a construção de seu senso crítico progressivamente abolicionista. Sua resignação, o fato de não ter enfrentado os indivíduos que o destratarem, mostra como operavam os padrões racistas da época; nenhum dos envolvidos, segundo o relato de Rebouças, usa de palavras explícitas para denotar o racismo. Ele, no entanto, está ali o tempo todo a conduzir as práticas. A dissimulação, conforme já analisamos, era fundamental à manutenção da falácia dos direitos civis que se construía naquela sociedade. Naquele enredo, os subjugados eram instrumentalizados, movidos, para usar termos de Fernandes, por compulsões seculares de autonomia e busca de dignidade.

Na sua análise sobre a ordem social escravista, Fernandes (2007) discorre sobre a existência de códigos de conduta segundo os quais, desde que mantivessem certo decoro, os racistas sentiam-se livres para suas manifestações, ainda que encobertas ou dissimuladas. Sempre vale a pena reforçar que esses padrões se referiam ao tratamento para com os livres; os escravizados seguiam a quem a qualquer noção de cidadania. Nesse contexto, vale também reforçar, a liberdade dos indivíduos negros era bastante precária, uma vez que todo negro livre/liberto, via de regra, era considerado um escravizado em potencial. Bom, os “padrões de tolerância”, os códigos de dissimulação e perpetuação do racismo, eram imperativos à reprodução da hierarquia racial. Essa ambiguidade era bastante perturbadora para suas vítimas. Lembremos como Rebouças, ao viver a interposição cotidiana de elogios e preconceitos, se questionava sobre como concordar os elogios que recebia às interdições colocadas à sua trajetória ascendente. Ou, ainda, por que seu pai, “este cidadão que a estas qualidades reunia a de independência e virtudes domésticas, nunca foi senador? Nunca foi ministro? Nunca foi conselheiro de Estado?”.

À sua incompreensão momentânea, Rebouças escrevia palavras como “que miséria”, “transações estranhas” ou, como emblematicamente deu nome ao segundo capítulo, “um mal disfarçado”. Com o passar do tempo, vai tornando-se cada vez mais evidente o caráter desse mal, como já foi dito e, sobretudo, como se explicitará ainda mais neste capítulo. Por ora, atentemos o racismo impactou a vida do jovem André Rebouças. Na luta ferrenha que trava para poder concorrer à vaga de professor na Escola Politécnica, ele, nos seus trinta anos, hesita em nomear como racismo as barreiras injustificadas colocadas contra sua inscrição. Ele opta por forçar a realização das prerrogativas de direito e recorre à Constituição. Na sua publicação no *Jornal do Comércio* do dia 6 de maio de 1868, ele esmiúça seu currículo, seus feitos e explicita os dizeres constitucionais de que “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes.” É, também, emblemático o episódio que ocorre com seu irmão Antonio, quando da sua viagem para o Chile em 1867. Ele narra ao irmão André a forma como vem sendo tratado. Segundo relata, os diplomatas brasileiros demonstravam um incômodo com a sua presença. André, angustiado, decide falar com o Conselheiro Zacharias, num apelo para trazer de volta o irmão. Tratou-se de uma conversa muito difícil, afinal, nos diz André, versava sobre “esta questão de dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos”⁵. Seu pai, ao saber do ocorrido com Antonio e da conversa de André com o conselheiro, reprime o filho; diz que esse assunto não deve chegar aos ouvidos do Imperador e que o Antonio fora “suscetível demais”.

Aqui vemos, uma vez mais, como a cor se impunha às trajetórias de ascensão. Mais além, o racismo aparece como um “desafio pessoal” que deve ser superado individualmente. Era preciso, em consonância com os argumentos de Fernandes (2008), racionalizar as reações. Esse esforço, muitas vezes, incorria em situações pouco naturais que acabavam por reforçar um lugar de não integração. Antecipar atitudes, por exemplo, como diz Fernandes (2008), acontecia no dia a dia de André. Relembremos como ele, em Sete de Setembro de 1865, trava “em francês conversação com o general Mitre sobre a amostra de calcáreo que tinha em mão” e, também em francês, insiste em conversar, quando do seu primeiro diálogo com o Conde D’Eu, no dia 11 de setembro desse mesmo ano. Assim também Rebouças tenta conotar ares de banalidade ao episódio da sua simbólica dança com a Princesa e aos demais momentos juntos à nobreza. Seus escritos no Diário, no entanto, conotavam o contrário; ele se impressionava com a simples

presença do Imperador, com como era “verdadeiramente singular” a amizade do Conde D’Eu, registra o dia exato em que o Imperador dispensa o “beijar mãos” etc. Quero demonstrar como havia uma ânsia em driblar as barreiras do racismo que perpassava os aludidos eventos; nesse sentido, mesmo o que poderia conotar integração resvalava na reprodução do que Fernandes (2008) chama de dilema racial brasileiro.

Enquanto um fenômeno de demora cultural, o dilema racial opera a partir da sobreposição da hierarquia racial à construção de uma sociedade de classes. Ou seja, mesmo com o reconhecimento constitucional da liberdade política e da cidadania da população negra livre, o racismo imperava, como se “o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos” para miná-lo (Fernandes, p. 391, 2008). Claro que, antes de 1888, tudo era ainda mais complexo, uma vez que se tratava de uma sociedade escravocrata. É importante, no entanto, entender os dinamismos existentes à época, uma vez que ordens sociais estavam em disputa. O olhar para o século XIX precisa ser perspicaz para não o reduzir à escravidão; caso contrário, seria impossível compreender a biografia de André Rebouças.

Muitas das violências sofridas por André Rebouças partiam do desconforto em vê-lo chegar tão longe. Era como se ele estivesse a ousar ultrapassar os limites que cabiam à sua ascensão. Por isso, nas violentas publicações em jornais contra ele e seu irmão, a tônica era, sobretudo, a ironia em relação às suas conquistas. Ou, ainda, quando, ao celebrar a admirável semelhança entre o seu projeto das Docas de D. Pedro II e as Docas de Nova York, recebe a acusação, publicada em jornal e recortada por ele no dia 20 de abril de 1872, de ter um “topete do tamanho do Pão de Açúcar” e, mais além, “Este orgulho com que o Sr. André Rebouças declara que dir-se-ia que um mesmo engenheiro concebera ambos os planos, das obras mais estupendas, *pela sua feição característica de inferioridade*, faz pasmar!”.

É sobre uma dessas publicações, inclusive, que ele escreve, quando de sua releitura já no exílio, as palavras “o preconceito de cor!!”¹. Essa inflexão que o acomete no exílio, a nomeação exata do que o vitimara, é parte do seu processo de compreensão de si. Por muito tempo, conforme argumento, ele foi movido por impulsões igualitárias, no sentido de buscar as garantias e o usufruto de novos padrões de dignidade outrora absolutamente negados a pessoas como ele. Seus Diários, sobretudo os de sua juventude, refletem seu ímpeto em tentar garantir para si e para os seus a realização das prerrogativas

constitucionais de igualdade entre indivíduos livres. Infelizmente, a cor se impõe como um fantasma real (Fernandes, 2008) e sua vida é profundamente marcada pelas consequências práticas e subjetivas daí decorrentes. Por grande parte de sua vida, André Rebouças foi lido enquanto mulato. Discorri sobre como ele, paulatinamente, reverte essa identificação e passa a traçar paralelos entre si e outros “mulatos” admiráveis, a exemplo do Maestro Santa Rosa, do abolicionista norte-americano Frederick Douglass ou do abolicionista brasileiro Luiz Gama – ou, ainda, com o “sublime mulato” Alexandre Dumas Pai, que seu pai, Antonio Pereira Rebouças, o ensinou “a amar como parente íntimo”⁴². O seu engajamento na luta pela liberdade é um dos fatores a fortalecer tanto o seu engajamento antirracista quando sua compreensão de partilhar com os escravizados “a mesma raça”.

Conforme argumenta Salles (2011), cada vez mais a cor serviu como catalizador do grupo sempre crescente de pessoas a se dissociar da escravidão. O movimento abolicionista participa desse enredo e, dialeticamente, apreende a questão racial enquanto experiência unificadora de uma nova identidade que ligava escravizados, libertos, negros e mestiços livres na busca comum do reconhecimento de sua cidadania. Nesse contexto, Rebouças vai defender, dentre outras frentes, a “superioridade moral dos libertos” e escreverá artigos como o publicado em 09 de setembro de 1885, no qual consta a afirmação de que “Não há vida particular para os **africanos, negros e mulatos**, no momento supremo, em que juraram não sobreviver à reescravização **da sua raça!**”. No seu artigo “Pequena Propriedade”, publicado em 5 de julho de 1888, ele novamente mostra sua compreensão de que a escravidão não era o único critério para subjugar um grupo aquém da cidadania, porque eram todos *homens de cor*. Ele retoma a importância do “dogma constitucional dos “talentos e virtudes” e fala sobre como o preconceito de cor nunca deixara de oprimir os “homens de cor”, “a raça africana”, “os descendentes de Henrique Dias”. Já em 1889, no dia 5 de janeiro, trava uma simbólica conversa com o organizador da Guarda Negra, Manuel Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto, e aproveita para lhe pedir para evitar a violência e focar na construção de Sociedades e Clubes voltados à “educação, instrução e aperfeiçoamento da Raça Africana”.

Sobre todos os eventos aludidos, eu já discorri nos capítulos precedentes. Trouxe-os, novamente, para que possamos compreender melhor, do ponto de vista da sua

⁴² Rebouças, André. Diário referente ao ano 1893 – 25 de junho.

identidade racial, o seu momento no exílio. Ele parte já bastante consciente sobre a sua cor e sobre a realidade do mal disfarçado.

5.2 “Sem pátria e sem rei”

Quando, em 15 de novembro de 1889, o golpe político-militar põe fim ao Império e proclama a República brasileira, Rebouças oferece-se para acompanhar a família imperial no exílio. Dois dias depois, partem juntos, no paquete Alagoas, rumo a Lisboa. Essa viagem marca o início de um período doloroso para André, que jamais regressa ao Brasil. Do ponto de vista subjetivo, compreende um importante momento de reflexão e fortalecimento de sua negritude. Em outubro de 1891, ainda em Cannes, pela primeira vez, refere a si mesmo como “o Negro André”⁴³ e essa referência, a partir de então, tornar-se-á frequente, como veremos. O momento em que o seu discurso sobre sua cor muda, ou seja, seu reconhecimento enquanto negro torna-se público, coincide com a declaração de sua “alma africana”. Esses são processos simultâneos e que se retroalimentam. Percebe-se, também, essa inflexão como consequência de sua maturidade e de sua compreensão mais profunda sobre sua própria história e a do país. Já expus o quão consciente sobre sua cor ele sempre fora e, mais além, sobre como o racismo o feriu durante toda a vida. No exílio, o que se evidencia é uma nova maneira de encarar a questão racial. Quando se afirma negro, André Rebouças está desolado com o destino do seu país e muito reflexivo sobre as injustiças que o vitimaram. Em 29 de outubro de 1891, ele escreve ao amigo J. C. Rodrigues que, “sempre que havia uma comissão gratuita e melífica - matadouros x cemitérios - era para o “negro André”. (...) “Em uma só palavra, meu caro Rodrigues, a Odisseia do “Negro André”, não caberá em 24 cantos; porque soma todos os trabalhos de Ulisses e todas as dores do escravo Eumeu. Saindo do Brasil, a 17 novembro 1889, “sacudi o pó das minhas sandálias”, como ordena Jesus” (Rebouças, 2022, p. 22).

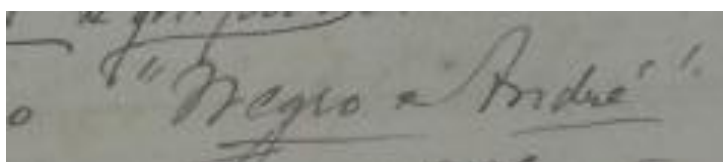


Figura 29: André Rebouças. Registro de Correspondência, outubro de 1891.

Rebouças, nessa fase de sua vida, quase não escreve nos Diários, hábito que nutriu por tantos anos, mas passa a transcrever as cartas enviadas. A escrita epistolar e a escrita

dos diários apresentam mais semelhanças do que se supõe. Apesar da primeira ser, a priori, dialógica, enquanto a segunda pretende-se mais ensimesmada, um olhar sobre seus sujeitos logo evidencia que, em geral, são os mesmos. Nesse sentido, possuem grande propensão à reflexividade. Muitos epistológrafos fazem, aliás, da carta uma espécie de diário (Diaz, 2014). No seu exílio, foi o que aconteceu com Rebouças. Brigitte Diaz (2014), em texto dedicado às influências e confluências entre carta e diário, traz passagens bastante bonitas, a exemplo das francas palavras da jovem Manon Philipon à sua correspondente: “não te alegres em receber notícias minhas tão frequentes; não é para ti que escrevo, embora seja a ti que me dirijo” (Diaz, 2014, p. 234).

No século XIX, essas duas formas de escrita de si ganharam bastante relevo; esse, afinal, ficara conhecido como o século do íntimo. Ambas datadas, marcada pela recorrência temporal, são palavras estruturadas pelo tempo. Ademais, nos dois casos, há a métrica necessária do dia da existência, “o dia do eu”. Esses registros, contraditoriamente, também colocam seus autores numa “existência fora do tempo” (Diaz, 2014). Sem dúvidas, podemos enxergar, nas cartas de André Rebouças, uma continuidade da função memorial de seus diários. Assim, ainda segundo Brigitte Diaz (2014), esses escritos não devem ser lidos como “rascunho de si”, posto que, na verdade, a existência seria o verdadeiro rascunho enquanto a memória escrita uma forma de “arrumá-la”.

Um ponto fundamental sobre as cartas é a presença do remetente. Embora seja evidente o desejo de André em ser lido, o seu diário era, sem dúvida, lugar privilegiado de encontro consigo. Conservado, arquivado, relido, editado... temos uma composição de sucessivas camadas do seu eu em transformação. Sobre as cartas, por sua vez, impõe-se a urgência do desejo (e da saudade) do outro. O destinatário, nesse sentido, não é mero espectador; o que acontece, em geral, com quem lê um Diário. Na escrita epistolar, durante seu próprio processo, está marcado o peso de outrem (Diaz, 2014).

Emprestando uma reflexão de Georges Gusdorf, é lícito dizer que essas duas práticas de escrita de si têm como horizonte teleológico comum não a ontologia – “a busca do Ser sem restrição” – mas mais humildemente “a fenomenologia, ou seja, a exploração das dimensões da existência pessoal revelada a si mesma na experiência vivida”. Exploratória e experimental, a escrita epistolar e diarista faz existir o “Eu” numa infinidade de posturas de expressão que lhe permitem afastar-se dos conformismos obrigatórios da vida social. A carta, como o diário, legítima – e nisto reside sua principal virtude – o interesse que o indivíduo manifesta por si mesmo (Diaz, p. 238, 2014).

Uma vez baseado nas cartas escritas no exílio, este será um capítulo bastante marcado pela dor. Nesse momento de sua vida, Rebouças afirma só encontrar conforto “em abrir o coração com os amigos”. Separados por tantas águas, ele diz, no dia 2 de novembro de 1891, em carta ao amigo J. C. Rodrigues: “tenha ou não tenha tempo, é preciso que me leia, que me ouça melhor através do oceano”. Ele estava desolado com os acontecimentos do Brasil. A Proclamação da República, que ele logo compreende ser “uma maldita República-militar-escravocrata”, correspondia à continuidade de séculos de uma história de exclusão.

Segundo Said (2003), a vida deixada para trás, a terra natal, tende a servir como pano de fundo da memória do exilado. Nesse sentido, as novas experiências ocorrem em contraponto. Trata-se, então, de uma apreensão específica, justamente pela consciência desse exercício de justaposição contrapontística da memória do exílio. É, também, comum que, nesse momento de desenraizamento, a escrita torne-se o lar de muitos sujeitos (Said, 2003). De tão longe e mesmo jamais regressando, o Brasil será sempre esse contraponto na memória de André. Por um breve momento, ele tentou, mesmo à distância, seguir com seus ideais para o país. Em 17 de junho de 1891, escreve: ““(…) Cuidem de Deus! Cuidem da Humanidade! Cuidem dos Negros – Libertos, que acumularam, durante 3 séculos de trabalho a chicote, as riquezas que estão hoje esbanjando... Democracia Rural!... Democracia Rural!...”⁴⁴. Poucos dias depois, em 23 de junho, escreve ao famoso abolicionista paulista, sucessor dos trabalhos de Luiz Gama, Antonio Bento que “nossa missão abolicionista ainda está em princípio”. Ele escreve ao Antonio Bento, conforme detalha em carta do dia 15 de julho de 1891,

para auxiliar-nos na Propaganda. Dei-lhe um exemplar de Agricultura Nacional, e expliquei-lhe todo o maquinismo da Centralização Agrícola e Industrial, que expus na carta de 19 de junho. O Antonio Bento, que tem relações no interior de São Paulo, pode prestar grandes serviços práticos formando um Núcleo Rural com Libertos; cada um com sua casinha, com sua mulher, com seus filhos, com sua horta, com seu pomar, com seu cafezal ou com seu canavial. Nada se tem feito pelo mísero Negro, que acumulou, durante 3 séculos de trabalhos forçados a chicote, todo esse mesmo cabedal que estão agora jogando e esbanjando... (Rebouças, André. Registros de Correspondências, 15 de julho de 1891).

A morte de D. Pedro II, em dezembro de 1891, causou um enorme desalento em André Rebouças: “agora, estou-me aqui, com 54 anos de idade. Sem pátria e sem rei”

⁴⁴ André Rebouças, Registros de Correspondências, 17 de junho de 1891.

(Rebouças, 2022, p. 73). Ele passa a afirmar não reconhecer que exista mais Brasil, “que ele morreu em D. Pedro II”. Todo o processo abolicionista o aproximou sobremaneira da corte e, após o 15 de novembro de 1889, sua fidelidade tornou-se ainda mais visceral. A bem da verdade, nos diz André já no exílio, sua “devoção” a D. Pedro II não nasceu com a Proclamação da República; muito pelo contrário, ele diz a Taunay em carta do dia 13 de maio de 1891⁴⁵, trata-se de filial amizade de 41 anos. Desde 1850, ainda menino, seu pai ensinara-lhe a estimar D. João VI, Pedro I e Pedro II, tanto pelos seus feitos em prol do Brasil quanto por serem eles “os únicos amigos dos mulatos”. Antonio Rebouças afirmava isso ao filho e, para atestar citava a longa lista de mulatos, mandados educar na Europa por D. João VI e Pedro I. Esse foi o porquê, segue a narrar André, de Antonio Rebouças ter rejeitado ser presidente da república do “mulato Sabino” em 1838, ano do seu nascimento. Seu pai preferira se opor à sabinada e organizar a reação. Desde sempre, ele ensinara a André que os republicanos eram “monstros de soberba, de orgulho e de vaidade”, que “foram sempre inimigos dos mulatos e escravocratas ferozes”.

Em inúmeras de suas cartas do exílio, Rebouças não hesita em condenar o destino do Brasil, sobretudo em relação aos “elementos mórbidos que o esfacelaram”, quais sejam: “1º Jesuitismo; 2º Fazenderismo; 3º Militarismo”. Acrescenta, ainda, a Taunay, seu amigo e principal interlocutor nesses anos, “e note, meu Taunay, que o fazendeiro era eminentemente fetichista; surrava aos negros e tinha no oratório um *são Benedito negro*.” Para o funeral do seu “mestre e Imperador”, Rebouças envia, junto com sua coroa de flores, um cartão com os seguintes dizeres: “Um negro brasileiro, em nome de sua raça” (Spitzer, 2001). “Depois de muito chorar e de muito soluçar”, conclui não ser possível voltar ao Brasil. Trata, então, de escrever aos familiares para que comecem a providenciar todas as suas questões pendentes, a bem da família, “na hipótese já de minha morte”. Ao irmão José, pede que, “de ora em diante”, cuide do irmão Pedro e das duas velhinhas na Bahia, suas tias. Ao sobrinho Andrézinho, pede que resolva demais pendências, cuide da sua irmã Carolina e, também, tente guardar seus livros deixados no Brasil. Sobre um deles, inclusive, o “Garantia de Juros”, ele afirma: “entre os meus livros, você encontrará, entre cartões, o exemplar preparado para a 2ª edição; guarde-o cuidadosamente; porque tudo isso valerá muito quando eu morrer”⁴⁶.

⁴⁵ André Rebouças, Registros de Correspondências, 13 de maio de 1891.

⁴⁶ André Rebouças, Registros de Correspondências, 24 julho 1891.

Suas letras revelavam sua tristeza e cansaço. Ao sobrinho André, em 20 de março de 1892, além de dizer que já o considere morto para providenciar tudo nessa hipótese, desabafa de sua exaustão: estou cansadíssimo, “na certeza de ter vivido demais e só procurando oportunidade para morrer dignamente; sem desmentir uma vida inteira de trabalho e abnegação. É nesse desideratum que vou para África.” A Taunay, em janeiro do mesmo ano, se reconhece como um naufrago, “a vagar pelo oceano sem saber mesmo se devemos desejar a vida ou a morte”. Conclui, então, nada melhor poder fazer do que ir a África “escrever um livro tolstoico – Em torno d’África - e esperar por lá que termine a expiação aguda dos seculares pecados do Brasil escravocrata e monopolizador de terra em latifúndios indefinidos”. Abraçado ao Tolstoísmo, recusa se entregar à preguiça e ao ócio; projeta, então, em África, seus sonhos frustrados para o Brasil. Sente-se dotado do direito de assim fazê-lo por se tratar do continente de seus pré-avós.

Cumpra ao Africano André ter toda a veemência do Sol do Continente Mártir. Quando eu morrer, dirão: - Foi o maior inimigo dos Fazendeiros - Epitáfio que me agrada muito pela novidade; porque ainda ninguém o teve no Brasil, ou, por ora, ainda ninguém quer ter. Mas a herança aí fica, e verá que aparecerão logo muitos bons e maior número de falsos Apóstolos para A Democracia Rural Brasileira. Quanto a mim, desejo apresentar-me ao Juiz Supremo, dizendo: “Trabalhei, quanto pude, para extirpar do mundo o monopólio da terra e a escravização de homens.” (André Rebouças, Registros de Correspondências, vol. II, 19 de junho de 1891, Acervo da Fundação Joaquim Nabuco).

Rebouças confessa a Taunay que o projeto de uma nova vida "nasceu logo que veio a impossibilidade de congregar monarquistas para fazer qualquer obra santa e boa nesse desgraçado Brasil"⁴⁷ Inspirado pelos conselhos do “meu santo mestre e Imperador” (“Trabalho! Trabalho sempre!”)⁴⁸, escreve ao amigo Antonio Júlio Machado para dar-lhe emprego de engenheiro em África. Seus amigos não aprovavam sua nova aventura. Como, no entanto, “o africano André Rebouças há de recuar por medo do sol e das inclemências do continente de seus pré-avós?!”⁴⁹. Em 27 de março de 1892, parte, então, de Marselha, pelo canal de Suez, no paquete Malange, rumo a Lourenço Marques, Moçambique. Lá, Rebouças acha impossível de residir, “não tanto pela malária, como pela embriaguez e pela crápula.”⁵⁰

Rebouças havia partido movido pelos seus sonhos. Em carta a Taunay, do dia 22 fevereiro de 1892, afirma: “também não sendo mais possível fazer idílio sobre o Brasil,

⁴⁷ Rebouças, André, 2022, p. 87.

⁴⁸ Rebouças, André, 2022, p. 87.

⁴⁹ Rebouças, André, 2022, p. 113.

⁵⁰ Rebouças, André, 2022, p. 178.

passo a idealizar a África”. Quão frustrante foi deparar-se, ainda em Moçambique, com “o hediondo escravagismo”. Por uma questão, ele argumenta, de higiene física e moral decide procurar abrigo em novo local. Escolhe, então, “as montanhas de Barbeton de mil metros de altura. Aqui estou nesta colônia mais escocesa do que inglesa, em pleno tolstoísmo”. Idealizar a África significa, também, idealizar sua própria ancestralidade. Em 17 de janeiro de 1893, avisa ao amigo Antônio Júlio Machado que “vai rapidamente o nosso livro *Em torno d’África*, com a velocidade de dez páginas por dia. É um desabafo das misérias deste negro”.

Evidencia-se muito, nas suas cartas da África, a consciência de ser, ele mesmo, um africano. É uma reviravolta, do ponto de vista de sua constituição identitária, porque, conforme foi exposto nos capítulos precedentes, a compreensão sobre sua cor, por quase toda a vida, o afirmava mulato. Vimos como, no transcurso dos anos abolicionistas, há um fortalecimento de uma identidade comum a todos os negros (Salles, 2011; Pinto, 2018), mas é no exílio que esse processo atinge seu ápice e Rebouças decide “assumir sua alma africana” para si e para o mundo.

Conforme aludido, o carinho e a admiração pela família imperial em muito se relacionavam à forma como esta lidava com a questão racial. Os Rebouças acreditavam que os monarcas eram “amigos dos mulatos”, conforme André discorre em mais de uma carta. Com a Abolição, essa assunção foi reiterada e ele não perdia qualquer oportunidade de vangloriar os feitos da “Princesa Redentora”. Contava sempre, inclusive, um caso que o horrorizava, as palavras de um republicano para Taunay, sobre o 15 de novembro de 1889: “Foi muito bom! A princesa chorou a valer!”. O imperador dom Pedro II foi um dos primeiros a quem André desvelou a valorização de sua origem africana. Ainda no início do exílio, em uma das suas quase diárias cartas, ele afirma, a Pedro II, ter “consciência de haver combatido, com a maior veemência do meu sangue africano, a nefanda república militar escravocrata, da traição e de ingratidão” (Rebouças, André, 2022). Quando do adoecimento do amigo, ele escreve: “o nosso velho imperador, que necessita da minha dedicação africana; bem africana”⁵¹.

O Visconde de Taunay, provavelmente seu principal interlocutor nesses anos de desterro, também recebeu inúmeras cartas cujo conteúdo afirmava a africanidade do nosso abolicionista. Em 8 de maio de 1892, ele desabafa ser “preciso que eu lave todas

⁵¹ André Rebouças. Registro de Correspondência, Vol. III. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

essas feridas do meu coração africano nas águas do Nilo, do Níger, do Congo, do Zambeze e dos lagos equatoriais; e, se for necessário, no Mediterrâneo e nos oceanos Atlântico e Índico. Ninguém sabe melhor do que Taunay quanto o Brasil foi injusto e iníquo para os Rebouças, desde o pai até os últimos filhos” (Rebouças, André, 2022, p. 146). Poucos dias depois, solicita que, caso algum brasileiro ou português sinta ciúmes de sua estadia em África, “diga-lhes que os pré-avós de André Rebouças são originários do Minho e da África, e que, portanto, ninguém tem mais direito do que ele para interessar-se pelo progresso da África portuguesa” (Rebouças, André, 2022, p. 149). Ainda para o mesmo amigo, que, segundo André, apesar de tanto ter trabalhado em prol da questão imigrantista, nunca amara os negros, afirma estar agora refém a ser “africanizado”. “O meu belo e louro Taunay” agora teria de abrir o mapa da África se quisesse saber “donde o André contempla o Cruzeiro do Sul para matar saudades do Brasil”. “Africanize-se bem”, ele finaliza, “para amar cada vez mais o seu velho André” (Rebouças, André, 2022, p. 161).

“Sou, em corpo e alma, meio brasileiro e meio africano; não podendo voltar ao Brasil parece-me melhor viver e morrer na África”. Essas palavras são ditas a outro amigo, Conrad Wissmann, no dia 09 de abril de 1893. De fato, Rebouças desejava fazer do “continente-mártir” o seu lugar derradeiro e, apesar de tão frustrante a experiência em Moçambique, segue a projetar, agora na África do Sul seus ideais reformadores. Um dos projetos sobre o qual mais discorre era o desejo de “Vestir 300 milhões de negros africanos”. Ele sabia que essa nudez era instrumentalizada para fomentar a propagação do racismo, como veremos. Aproveita, também, seus dias para escrever idílios, a exemplo de “encontrar na África belíssima palmeira e dormir a sua sombra o sono eterno”. Um de seus textos, inclusive, é reproduzido em jornais brasileiros e, de tão interessante, o trarei, aqui, na íntegra.

YDILLIOS AFRICANOS VI

- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!...
- Trajado de luto perpétuo e eterno: coberto de preto incrustado na própria pele!!!...
- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!!
- Esgotado em suor, sob o sol ardente, ou tiritando de frio, em noite escura e úmida!!..
- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!
- Carregando pedra áspera e dura: ferro pesado e frio, ou carvão de pedra sujo e sufocante!!!...

- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!!

Quando a atroz Retaguarda do feroz Stanley comprou uma negrinha para ver comê-la viva pelos canibais, tomaram os sketch-books e prepararam os ouvidos para gritos dilacerantes e os binóculos para “scenas emocionantes”...

A mísera ergueu os olhos para o céu, e deixou, sorrindo, dilacerarem-lhe o ventre...

- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!

Quando em Campinas, um fazendeiro de S. Paulo substituiu, na forca, por mísero preto velho inocente, seu capanga moço, assassino, esse desgraçado percorreu, inconscientemente, a via satânica dos Anás e dos Caifás: dos juízes e dos jurados, corruptos e cínicos: iníquos e vendidos aos escravizadores de homens, usurpadores e monopolizadores do território nacional...

Foi só quando o carrasco aproximou-se, de corda em punho, que o velho negro africano compreendeu onde ia terminar a infernal comédia... Então, sentou-se sobre os degraus da força e cantou a canção que lhe ensinara sua mãe, aqui na África, no continente Mártir.

- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!...

- Dize, Jesus, Mártir dos Mártires; dize, Tu, para quem não há segredos nem martírios no Sacrifício e na Humanidade; na Dedicção, no Devotamento e na Abnegação... Dize: - por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!

- Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça.

- Bem-aventurados os escravizados, os chicoteados, os insultados, os caluniados, os cuspidos e os esbofeteados.

- Bem-aventurados os que sofrem injustiças e iniquidades; sequestros e expoliações;

- Bem-aventurados os que não têm terra, nem casa: nem propriedade, nem família.

- Bem-aventurados os que não têm Pátria: os que são estrangeiros no seu próprio Continente Africano...

- Bem-aventurados os nus e os famintos, porque eles serão vestidos por “Nosso Pai que está nos Céus” com seda e púrpura das suas nuvens: com ouro do seu Sol e com diamantes das suas estrelas: porque eles receberão o “Pão nosso de cada dia” das mãos dos próprios Anjos, em êxtase perpétuo e infinito...

- Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!...

- Morriam nos circos Romanos os mártires do Cristianismo, dilacerados por tigres, hienas e leopardos, entoando salmos e sorrindo para os Anjos de Deus de Amor e de Bondade: do Deus de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade...

É por isso que o Negro Africano ri, canta e dança sempre; olhando para o céu azul: vendo sempre Jesus; a Fé e a Esperança dos Infelizes e dos Desgraçados: dos Pobres e dos Humilhados: dos Nus e dos Famintos: dos Escravizados e dos Espoliados: dos que “têm fome e sede da Justiça”: como Ele mesmo disse em sua frase de Superhumana Eloquência (Rebouças, André. Ideado em Krokodil Poort a 23 de maio de 1892; escrito em Barberton a 30 maio 1892. Publicado na Cidade do Rio em 4 de fevereiro de 1895. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

O sujeito da pergunta que dá título ao *Idílio* é coletivo e individual. São todos aqueles trajados, na própria pele, com a cor da iniquidade; dentre eles, o próprio André. O crime da escravidão dilacerava corpos e almas. Sorrir, cantar e dançar era refúgio não somente às vítimas mais brutais. A mesma mãe havia ensinado a todos os insultados, caluniados, vítimas de injustiças sua canção. Foi narrado à exaustão o quanto a vida foi amarga para o Negro André. Agora, tendo assumido sua alma africana, responde ao porquê dessa resistência, essa pulsão a insistir em animar o seu corpo. A pele em luto seria vestida com seda e púrpura — e eles acreditavam nisso. Eram os bem-aventurados, vítimas dos verdadeiros incivilizados, atroztes, corruptos e cínicos. “Estrangeiro no seu próprio Continente Africano”, Rebouças via Jesus no céu azul; como viam e viram seus semelhantes.

No seu poema “Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!” , são muitas as evidências de projeção de sua vida e de seus infortúnios. Protagonizam seus versos os indivíduos negros cujas vidas foram marcadas por reiteradas injustiças, como a sua; negro e africano, afinal, são alcunhas que, àquela altura, ele já abraçara. O período do exílio corresponde à sua fase mais madura, tanto pela idade, quanto pelas acuradas reflexões sobre os destinos seu e de sua pátria. Quando fala acerca desses infortúnios, ele se refere a toda uma série de situações penosas engendradas pelo escravismo. Trata-se de uma compreensão mais abrangente sobre os significados de ser negro. Nas suas cartas da África, Rebouças expõe estar ciente como nunca das artimanhas ou, para usar de suas próprias palavras, dos “pretextos de cor preta e de inferioridade de raça” estruturantes do colonialismo (Rebouças, 2022, p. 307).

Conforme aludido, em Moçambique, sua experiência fora desoladora. O testemunho da “hedionda exploração de escravagismo, de monopólio territorial e de landlordismos” tornaram insustentável sua permanência. Enquanto abolicionista reformador, sua concepção sobre os significados da escravidão era bastante abrangente e os dias em Lourenço Marques reiteraram-na. “A escravidão existe real, prática e efetivamente”, por exemplo, tanto na ausência de salário quanto na redução forçada ao mínimo absoluto; “na nudez em que sempre mantém os negros africanos”; “num sistema geral” de depreciar a África e seus filhos, impedindo-os do progresso etc. A questão da nudez era bastante importante para Rebouças; não por acaso, um de seus últimos projetos buscava vestir todos os negros africanos. Em Lourenço Marques, ele testemunhara uma cena deveras chocante, a qual fez questão de narrar em suas cartas:

O famigerado escravocrata Manuel Antonio de Souza fuzilava os africanos que encontrava vestidos de calças!!! O espírito satânico da escravidão tem horror ao negro vestido à europeia; quer o mísero nu ou seminu; envolvido em trapos de algodão de Manchester ou de Hamburgo; para depois tirar disso mesmo argumentos e pretextos para os sofismas de inferioridade de raça e de incapacidade de evoluir para a civilização cristã e igualitária (Rebouças, André, 2022, p. 162).

Enfim, nessa mesma carta, ele afirma ser preciso evidenciar que a luta pela democracia rural, em África, consistia, sobretudo, na mais elementar justiça.

Na África do Sul, seguem suas tentativas de dar sentido à vida. Quando em Barbeton, finalmente, Rebouças pôde sentir-se mais perto de casa: “Barbeton, donde lhe escrevo, é um Petrópolis africano”, diz ele a seus correspondentes (Rebouças, 2022, p. 171). Suas primeiras impressões eram animadoras. Ele percebia que a população negra já estava “evoluindo para a democracia rural”. Ainda nesse país, o tempo encarregou-se de, mais uma vez, frustrá-lo. Cansadíssimo de há tanto tempo “combater o monstro da escravidão”, não conseguia fugir da perspicácia de seu olhar, apto a enxergá-la mesmo nos lugares onde “o escravagismo está reduzido ao mínimo absoluto”. Em carta a Taunay, no dia 23 de dezembro de 1892, ele traz um dado bastante relevante ao argumento desta tese. Ele diz que, de tão reduzido o escravismo na África do Sul, “escaparia a qualquer outro que não fosse *mulato e abolicionista*, como André Rebouças” (Rebouças, 2022, p. 247). Ele afirma, então, uma capacidade epistêmica diferente, mais abrangente, porque racializada. Não somente por ser abolicionista, mas também mulato, era lhe impossível passar ileso ao menor testemunho do escravismo; e, por que não, do racismo. Ele elenca, então, algumas das injustiças que não lhe escaparam:

I. Em recusar propriedade territorial ao africano. Que horror!?! O africano não pode ser proprietário territorial no seu próprio continente africano!!! II. Em recusar ao africano direitos eleitorais; em sujeitá-lo a leis bárbaras; a julgá-lo em tribunais ad hoc; usando e abusando da atroz pena de açoites!!! III. Em dar curso à brutalidade ianque de recusar negros e mulatos nos hotéis e até fazer dificuldade em vender-lhes nas lojas de modas e perfumarias!!! Na hedionda República do Transvaal, boers ou holandeses canibalizados, fugidos de Cape Colony porque o Governo inglês não lhes pagou “indenização” (indenização: palavra maldita), tão quantiosa, quanto haviam calculado em seus cérebros tão estúpidos quão gananciosos; na escandalosa República do Transvaal, hipotecada e re-hipotecada a Rothschild, exatamente como as “fazendas cansadas” da Paraíba do Sul ao Banco do Brasil, rigorosamente pelos mesmos processos de peita, suborno, peculato e concussão, nessa fétida República de escravocratas, de agiotas, de monopolizadopes e envenenadores com álcoois tóxicos, o horrendo monstro escravocrata tripudia. (...) Empregando legalmente (!!!) pena de açoites em tribunais ou linchando nas estradas os africanos; repetindo os canibais ianques do Ohio, do Mississipi e do Missouri. Conservando os africanos em completa nudez, no interior das famílias; entre as mulheres e as próprias filhas solteiras sem vergonha e sem fundos algum. No Graphic, de Londres, vem representado um africano seminu, servindo de

ama-seca, em Barbeton; carregando ao colo uma criancinha e levando pela mão a irmã mais velha!!!” (Rebouças, André, 2022, p. 247).

Além de pautas fundamentais ao seu abolicionismo, a exemplo da não-indenização, do fim dos castigos físicos e do direito à propriedade, a segregação institucionalizada, aos moldes da que o vitimara na sua marcante viagem aos Estados Unidos em 1873, destaca-se na sua narrativa e permite-nos compreender por que tão perspicaz o olhar do “mulato e abolicionista”. Vale repetir que, no exílio, o negro e africano André explicitara um discurso mais aguerrido acerca de sua identidade. Talvez por isso seu amigo Taunay tenha clamado que ele partisse das tantas “opressões do continente negro e mártir, do qual não tens colhido senão combates estéreis e angustiosas decepções” (Rebouças, 2022, p. 291). Mais uma vez, como nos diz em carta escrita ainda em Cannes, em 23 de outubro de 1891¹¹, torna-se constante a acusação, “que se faz ao negro André, de ser por demais veemente”. À Taunay, ele explica a razão de suas cartas “por demais negras e africanas”: “Ora, eu vim para a África, não para caçar leões, como um lord; mas sim para combater a escravidão e o monopólio territorial”. E finaliza: “Concluirás, meu Taunay, que o André tendo dado 51 anos de vida ao Brasil (13 janeiro 1838 a 17 novembro 1889) deve dar o resto ao continente de seus pré-avós africanos” (Rebouças, André, 2022, p. 291).

Como não ser veemente sendo “o mais injustiçado”? Assim ele se afirma, já perto do final de sua temporada em “seu predileto continente africano”. Essa afirmação, de ser o mais injustiçado, está numa carta, novamente a Taunay, escrita em Capetown no dia 17 de janeiro de 1893. Nela, Rebouças torna a falar sobre como a família imperial opunha-se aos “hediondos prejuízos de cor”.

Foi d. João VI quem iniciou a nobre cruzada, na efusão de reconhecimento aos brasileiros, que o receberam em 1808 com o maior carinho. Foi ele quem preferiu o maestro mulato José Maurício (vide Revista Brasileira 15 novembro 1895. Estudo por Taunay) ao seu compatriota Marcos Portugal. Foi ele quem se apaixonou da voz de baixo-profundo do mulato mineiro João dos Reis, o primeiro intérprete do Moisés de Rossini, no Rio de Janeiro; foi ele quem se constituiu o amigo e o protetor das famílias Reis e Meirelles que deram três médicos distintos ao Brasil. Foi d. Pedro I quem tomou para seu médico particular o mulato Dr. Chalaça, que o acompanhou no exílio e no sítio do Porto. Foi d. Pedro II quem fez médico privado de sua majestade a imperatriz o dr. Joaquim Soares de Meireles, o maior de todos os descendentes dos protegidos de d. João VI. Segundo ocorreu no Brasil com André Rebouças, o mais injustiçado, Taunay sabe melhor do que eu mesmo; no livro *Em torno d’África* você lerá e verá provas extraordinárias da “mais sincera amizade” na própria frase de d. Pedro II (Rebouças, André, 2022, p. 269).

Além de explicitar a cor dos tantos “mulatos” presente na citação acima, Rebouças fala, em suas cartas, sobre o “sublime mulato” Alexandre Dumas Pai (Rebouças, 2022, p.

282) ou, ainda, sobre seu tão querido “compadre-mulato” José do Patrocínio (Rebouças, 2022, p. 285). Sempre no esforço de se inspirar através do reconhecimento. Enfim, “aos 55 anos de idade, tendo percorrido a América, a Europa e a África”, após sucessivas tentativas, todas “com a veemência de seu sangue africano”, de transformar os lugares a que sabia pertencer, impõe-se a necessidade de partir. Não será a África a sua última casa; também não será o Brasil. Realizar-se-á o que outrora escreveu e morrerá “como meu mestre e meu Imperador, em qualquer hotel do Velho Mundo”. Quão horrível o desalento “desses tempos de dor e de misérias”.

Mas já foi pior. Eu mesmo vi os míseros escravizados com máscaras de folha de flandres e em ferro ao pescoço, carregando água e barris de excrementos pelas ruas do Rio de Janeiro. Oh, sim! Já foi pior. Não há desanimar. A questão é só de tempo para o progresso (Rebouças, André, 2022, p. 301).

Em junho de 1893, na missão da “eterna e perpétua luta contra os monopolizadores de terra e escravizadores de homens”, André Rebouças parte para Funchal, na Ilha da Madeira, para viver o “novo capítulo na odisseia deste mísero Ulisses africano”.

5.3 “Um africano, André Rebouças, foragido do Brasil depois de 50 anos de lutas, tantas quantas de vida”.

A historiadora Hebe Mattos vem desenvolvendo um trabalho importantíssimo sobre André Rebouças. Seu olhar privilegia os anos do exílio, sobretudo em relação ao que ela chama de “pequena revolução” na narrativa de si do abolicionista. A partir de seus textos, tive acesso à sua potente interpretação, inspirada em Paul Gilroy e Du Bois, que o enxerga como um intelectual negro dotado de dupla consciência (Mattos, 2013; 2016; Daibert Júnior e Mattos, 2022; Mattos, 2022). Matha Abreu (2015), ao analisar o idílio “Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!, utiliza lente semelhante. Para ela, Rebouças aproximou-se de Du Bois ao interpretar a música, o canto e a dança negros como símbolo de esperança e fé na justiça final (Abreu, 2015, p. 188).

Em oposição a Spitzer (2001), cuja análise enfatiza noções como “assimilação” e “marginalidade”, Hebe Mattos lança mão de novas perspectivas e enxerga Rebouças como precursor do panafricanismo. Quando ele assume sua “alma africana”, por ser um filho da diáspora negra e, consequentemente, reivindica seu direito de projetar sonhos na missão de cristianizar e “civilizar” o “continente mártir”, se aproxima sobremaneira das proposições de Alexander Crummell. Novamente, seu texto, “Porque o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!”, volta à análise. A data e o cristianismo nas suas linhas

sugerem mais ainda a influência de Crummel. Além dele, é possível associar os escritos de Rebouças no exílio a outro panafricanista, Martin Delany (Mattos, 2013; 2016; 2022).

O protonacionalismo africano de André Rebouças evoca não apenas Delany, que provavelmente conhecia, dado o seu cosmopolitismo e interesse pela colonização da África e, em particular, pela experiência da produção de café na Libéria - comentada em artigos publicados por ele ainda na década de 1870 em *O Novo Mundo*, de José Carlos Rodrigues. Evoca também Frederick Douglass, o abolicionista negro a quem cita e cujas ideias reivindica com frequência. Dialoga, ainda, com outros precursores do panafricanismo, que com certeza conhecia, como Alexander Crummell e Edward Blyden, nativos do *O Novo Mundo* e liberianos por adoção (Mattos, 2022, p. 352).

Em trabalho recente, Hebe Mattos e Robert Daibert Júnior (2022) analisam a autocompreensão de Rebouças como um Tolstoi africano. Os autores aprofundam, então, a análise de sua dupla consciência e afirmam que, a partir da apropriação dos textos do escritor russo, Rebouças pôde olhar para o Ocidente da janela das sociedades periféricas sem, no entanto, abandonar uma noção de universalidade. Para compreender o argumento, faz-se necessário conhecer quem foi esse homem tão inspirador ao abdicar de suas atividades de romancista e optar por militar em favor dos pobres. Tolstoi, outrora membro da alta aristocracia russa, passou a sentir vergonha da vida que levava e decidiu engajar-se na luta por ações humanitárias de combate à fome e à miséria. Mesmo já consagrado como escritor, passou a publicar livros que relacionavam temas religiosos cristãos ao ativismo social. Suas ideias rapidamente ganharam uma infinidade de adeptos. No Brasil, André Rebouças figura entre seus primeiros seguidores. Ele lia seus livros em francês em primeira mão (Daibert Júnior e Mattos, 2022).

Ainda segundo os autores, o tolstoísmo de Rebouças serviu para acolher tanto seu “coração africano” quanto seu universalismo. A partir das premissas defendidas pelo escritor russo, ele pôde redefinir seu pensamento racial e transitar para uma contundente crítica à modernidade liberal. Ademais, o teor religioso do discurso tolstoico contribuiu para “equilibrar” as contradições consequentes da dupla consciência de ser um homem negro numa modernidade racializada. Como um tolstoi africano, Rebouças adotou um norte para sua interpretação acerca dos problemas sociais e políticos, sobretudo do Brasil, após o golpe de 1889, e da colonização e “civilização” da África. Essa influência explica, até o final da vida de Rebouças, sua adesão crítica não apenas à modernidade liberal, mas também aos valores cristãos. Importante frisar que tanto a religiosidade de Rebouças quanto a de Tolstoi eram eminentemente laicas. Nas suas cartas do exílio, fica evidente sua aversão ao que chamava de teocracia ou jesuitismo (no caso brasileiro), que percebia

como inevitavelmente ligados ao escravagismo (Daibert Júnior e Mattos, 2022; Mattos, 2022).

Nos meses passados entre Lourenço Marques, Barberton, Queenstown e Cidade do Cabo, a faceta universal do nosso “meio brasileiro, meio africano” assume outro personagem: Ulisses, personagem da Odisseia de Homero. Novamente, segue a afirmar Hebe Mattos, Rebouças busca reivindicar seus universalismo e cosmopolitismo a fim de justificar suas viagens no exílio, sobretudo para a África (Mattos, 2022).

A metáfora do Ulisses-Eumeu acionada por Rebouças é expressão de uma dupla consciência de si, ao mesmo tempo universal e racializada. Para além das especificidades dos diferentes contextos imperiais, as cartas de André Rebouças são um testemunho dramático das contradições e decepções das ideias liberais no processo de colonização europeia na África, bem como da difusão, também no Atlântico Sul, do que Paul Gilroy, reverberando Du Bois, chamou de dupla consciência dos intelectuais negros no Ocidente. A percepção de André de que os negros do Atlântico eram também africanos, tinham uma “alma” comum herdada de “seus pré-avós” e deviam contribuir na missão de civilizar o “continente mártir”, o coloca entre os precursores do panafricanismo (Mattos, 2022, p. 324).

A possibilidade, lançada por Hebe Mattos (2013; 2016; 2022) de alinhar os escritos de André Rebouças, sobretudo devido às suas reflexões no exílio, às narrativas do Atlântico Negro me permitiu trilhar um caminho interpretativo baseado não apenas em Gilroy e Du Bois, mas também em Frantz Fanon e Neusa Santos Souza. O conceito de dupla consciência, cunhado pelo sociólogo norte-americano W. E. B. Du Bois e aprofundado por Gilroy em seu livro “O Atlântico Negro” (2012), pode ser compreendido como o esforço que algumas pessoas precisam operar para conviver com uma identidade multifacetada. Trata-se de um tipo de “duplicidade” – ser interno e ao mesmo tempo externo ao Ocidente – e essa experiência afirma-se, muitas vezes, como a força constitutiva da experiência negra no mundo moderno. Importante dizer, também, que os textos produzidos no contexto do Atlântico Negro expressam de maneira poderosa uma tradição de escrita na qual a autobiografia, entendida como escrita de si, torna-se um ato ou processo de simultânea autocriação e autoemancipação (Gilroy, 2012).

Du Bois partiu de sua própria experiência de vida, já que ele, desde criança, entendeu que havia, entre ele e o mundo, “um questionamento”. Essa “experiência estranha”, a de ser um problema, impõe-se a alguns indivíduos logo na infância.

Eu era pequenino, vivendo nas colinas da Nova Inglaterra... em uma pequena escola de madeira, algum motivo levou os meninos e as meninas a comprarem belíssimos cartões de visita – a dez centavos o pacote – e os trocar entre si. A

troca estava divertida, até que uma garota, alta e recém-chegada, recusou meu cartão - e de forma categórica, com um olhar. Foi quando me veio a percepção quase imediata de que eu era diferente dos demais... apartado do mundo deles por um enorme véu (Du Bois, 2021, p. 21).

Como não lembrar de Rebouças, da memória amarga do dia em que se afastaram dele com repulsa ao seu corpo doente. A forma como sua tia, Dona Aprígrgia Francisca da Costa Aranha, não hesita em tomá-lo nos braços e enchê-lo de beijos, o emocionará por toda a vida. Du Bois (2021) discorrerá, ainda, sobre como muitos meninos negros desperdiçam sua meninice em um “lamento amargo”: “Por que Deus me fez um proscrito em minha própria casa?” (Du Bois, 2021, p. 22). Novamente, me remete à frase de Rebouças, agora já adulto, sobre se sentir um pária em sua terra natal.

Teóricos contemporâneos a Du Bois, como William James, Charles Horton Cooley e George Herbert Mead, cujos estudos também versavam sobre o self e a identidade, foram negligentes em relação ao significado da raça, enquanto categoria social, como elemento central à estrutura social que organiza experiências vividas sob a modernidade racializada. Quando teve a oportunidade de viver na Alemanha, Du Bois pôde alargar sua compreensão, outrora direcionada às experiências vividas pelos afro-americanos no sul dos Estados Unidos, em relação à linha de cor. Ele percebeu que se tratava de algo que ia além do seu país, ou seja, a linha de cor seria um fenômeno global. A partir desse entendimento, pode-se afirmar Du Bois como o primeiro sociólogo a desenvolver uma compreensão construcionista histórica e social da raça. Sua teoria, que aborda a construção da subjetividade em condições de opressão racial, pode ser estendida a situações semelhantes de racialização e colonialismo, mas sempre ancorada em contextos históricos concretos. Sua abordagem era fenomenológica, ou seja, as análises eram (e devem ser) conduzidas a partir das experiências vividas dos indivíduos em seu tempo e lugar (Itzgsohn & Brown, 2020).

Pilar da sua análise sobre a subjetividade, o conceito de dupla consciência corresponde à forma como os negros vivenciam o mundo e a si mesmos na vida cotidiana, ou seja, estrutura a subjetividade na modernidade racializada. Ademais, Du Bois descreve a linha de cor como um véu a separar e engendrar diferentes experiências para os sujeitos alocados em cada um dos seus lados. O mundo social, nesse sentido, é visto e experimentado de forma diferente; enquanto os negros experienciam a dupla consciência, os brancos vivem a partir da ignorância acerca da humanidade dos que estão do outro lado. Como um espelho unidirecional, através do véu, os brancos projetam suas

construções e enxergam-se nelas. Definem, assim, a si mesmos e aos outros, os quais tornam-se reféns dessas criações, que se tornam realidade e são fundamentais (e, sobretudo, danosas) à sua autoformação. O véu, então, impede o pleno reconhecimento da humanidade de grupos racialmente excluídos (Itzgsohn & Brown, 2020).

Segundo José Itzgsohn e Karida Brown (2020), três elementos são fundamentais para a teoria da dupla consciência: o véu (a linha de cor), a duplicidade e a segunda visão. A primeira compreensão de Du Bois acerca da duplicidade partiu de sua própria experiência de ser americano *e negro*. Ele percebeu que o sujeito racializado tem de processar, internamente, esse olhar externo, tem de lidar com as visões de dois mundos sociais diferentes - o mundo negro, construído atrás do véu, e o mundo branco, que perpetra a desumanização. Esse processo engendra profundas dores, obviamente, mas é importante atentar à assunção de Du Bois: esse estado de subjugação não é ontológico. Como uma construção social, apesar de toda opressão e sofrimento, há sempre a dimensão da dignidade, da auto-afirmação e da criatividade. Entre esses “dois mundos”, existe uma tensão constante entre a dominação e a agência, ou seja, o “mundo branco” não determina totalmente a experiência vivida dos negros. Uma possível resposta ao véu, inclusive, é a autoafirmação. Sobre a segunda visão, Du Bois afirma que viver em um mundo onde o imperativo é ver a si mesmo através da revelação do outro permite uma visão específica acerca do “mundo branco”. Em outras palavras, trata-se da capacidade potencial dos racialmente excluídos de ver o mundo além do véu (Itzgsohn & Brown, 2020). Como acontece com o estudante negro John, no seu texto “Sobre a vinda do precursor” em *As almas do povo negro* (2021). Depois de sair da pequena cidade onde nasceu e cresceu para estudar, essa revelação, a capacidade de ver os dois lados do véu, o acomete. Com as palavras de Du Bois, “pouco a pouco começou a sentir, quase pela primeira vez, o Véu que havia entre o mundo branco e ele” (Du Bois, 2021, p. 254). Foram muitas as reflexões daí decorrentes. John passou a não se conformar com a linha de cor: “quem o obrigava a ser o escravo e o mais baixo de todos? E, se alguém o obrigava, com que direito, sendo que havia um mundo como aquele à disposição dos homens?” (Du Bois, 2021, p. 257).

A dupla consciência gera uma “uma sensação peculiar”, “essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena” (Du Bois, 2021, p. 23). O indivíduo sente essa dualidade; ao ver-se através do outro, desenvolve essa capacidade potencial de enxergar o mundo para além do véu, ou seja, a segunda visão. Rebouças

explicita isso quando, na África do Sul, afirma a Taunay que, de tão reduzido o escravismo, “escaparia a qualquer outro que não fosse *mulato e abolicionista*, como André Rebouças” (Rebouças, 2022, p. 247). Conforme já discorri, esse trecho ilustra sua assunção numa capacidade epistêmica diferente, mais abrangente, porque racializada. Talvez aos brancos, aqueles episódios racistas pudessem passar despercebidos; ao mulato e abolicionista Rebouças, não.

A teoria da dupla consciência de Du Bois, por abordar a construção da subjetividade em condições de opressão racial, pode ser estendida a situações semelhantes de racialização, colonialismo e alteridade em outros cenários. Como bem afirmam José Itzgsohn e Karida Brown (2020), há numerosos paralelos entre a fenomenologia de Du Bois e a teorização de Frantz Fanon da subjetividade dos negros. Ambos os autores, tem como norte o humanismo, ou seja, não apenas assumem o ponto de vista dos oprimidos, mas também afirmam sua humanidade. O humano é a categoria ontológica da análise, não as raças. Os grupos raciais, portanto, são sempre historicizados. Afirmar a humanidade reside, justamente, na emancipação dos sujeitos racializados e coloniais e no fim da branquitude como categoria de dominação (Itzgsohn & Brown, 2020).

Frantz Fanon nasceu em 1925 na Martinica, uma colônia francesa no Caribe. À época, os martinicanos, negros em sua maioria (numérica, porque era a minoria branca que compunha as classes dominantes), aprendiam ainda na escola que eram todos franceses. Desde sua infância, então, Fanon conviveu em uma sociedade que se pretendia francesa em todos os sentidos possíveis. Apesar desse sentimento de pertença à Europa, havia grande ambiguidade na vida dos negros martinicanos. Aprendiam a dizer “Je suis Français” e, quando se comportavam mal, eram repreendidos com um “não se comporte como um negro!” (Faustino, 2018). Ora, a dupla consciência também fez parte da trajetória de Fanon e, como demonstrarei a seguir, os escritos de Du Bois influenciaram sobremaneira o seu pensamento.

Lewis Gordon (2015) mostra como o pensamento de Du Bois está presente, na obra fanoniana, justamente a partir do conceito de dupla consciência. Esse tipo de “divisão” (ou duplicidade para usar o termo de Gilroy) que faz as pessoas negras serem vistas pelos brancos segundo a lente distorcida do colonialismo enquanto, ao mesmo tempo, os negros percebem que são vistos como dessemelhantes. Para Fanon, o mais dramático é que os negros são levados a crer nessa suposta diferença ontológica. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), ele traz o debate sobre o que chama de “duplo

narcisismo” em continuidade às proposições de Du Bois. Como já foi dito, ao falar em termos de dupla consciência, Du Bois alerta a uma cisão acarretada pelo colonialismo. Ou seja, ele afirma que a sociedade colonial é cindida pelo véu do racismo de tal forma que o negro é, frequentemente, levado a enxergar o mundo a partir da visão de seu algoz, que o nega como ser humano (Faustino, 2015).

O pensamento de Fanon iluminou uma nova maneira de compreender o racismo. Precursor em escancarar como a violência racial fere a subjetividade de indivíduos negros, sua análise da despersonalização colonial pôs em xeque a ideia iluminista do “Homem”, porque a colonização perturbou profundamente a representação social e psíquica do sujeito humano. Para Fanon, a colonização acarretou uma extrema alienação da pessoa. É o que ele quer dizer com: “O homem negro não é. Nada mais que o homem branco”. Ele buscou uma forma conceitual apropriada para o antagonismo social da relação colonial (Bhabha, 1998).

Com uma perspectiva teórica que consegue compreender questões subjetivas do racismo, sobretudo relativas à dificuldade que os negros experienciam para construir uma autorrelação íntegra em um mundo cujo padrão é branco, Fanon é muito importante para o meu propósito de compreender como o racismo influenciou no processo conflituoso de construção de si de André Rebouças. Ainda segundo o psiquiatra martinicano, fugir das amarras do racismo é quase impossível, porque o negro se torna “sobredeterminado”, absolutizado, a partir de um lugar exterior; torna-se refém de sua própria aparência, de seu próprio corpo. Essa centralidade do corpo é retomada por Gordan (2005): “o corpo é o homem e o homem é o seu corpo”. O caso de Fanon - e dos negros em geral - refere-se, justamente, àqueles cujos corpos são negados por serem “corpos demais” (Fanon, 2008). Nesse sentido, fica evidente a crítica fanoniana à desumanização acarretada pelo racismo, o qual associa os negros à natureza, ao corpo, mais distantes da mente, da razão. Eles tornam-se reféns de sua própria aparência, o que reitera a importância do corpo: barreira indisfarçável para a construção das relações de opressão, o corpo confere materialidade (visual) ao racismo (Costa, 2006). No caso de André Rebouças, ainda que fosse um engenheiro e intelectual extremamente culto, a dimensão corporal, seu corpo negro, o acompanha em todos os espaços. Ou seja, por mais que sua trajetória o aproximasse do padrão branco, era como negro que ele era lido. (as suas manipulações do corpo – alguns autores falam!)

Fanon argumenta que o colonialismo criou estruturas racializadas de opressão que infligiram aos negros grande dificuldade para o alcance de uma “autorrelação” positiva. Ao criar o negro enquanto categoria racial, os brancos quiseram postular o seguinte: “eles não são seres humanos”. Alinhado ao seu conceito de sociogenia, a racialização reitera a dimensão social da alienação dos negros. Profunda forma de reificação, a racialização acontece, primeiramente, a partir da chamada epidermização dos lugares e posições sociais. Isso significa que a raça passa a ser critério para definição das oportunidades. Aí reside o porquê de, segundo o autor, tanto o colonizado quanto o colonizador serem “enclausurados em seus próprios corpos”: tanto a pretensa superioridade branca quanto a reificação do negro são aspectos desse mesmo enredo chamado racialização. A partir desse processo perverso, os subjugados pelo racismo, bem como os seus perpetradores, tendem a interiorizar essa lente distorcida. Ou seja, o que a racialização, como efeito do colonialismo, faz é impedir que os indivíduos se reconheçam mutuamente como sendo reciprocamente humanos. Eles passam a se enxergar através de uma “lente distorcida” própria do colonialismo. Por isso, W.E.B. Du Bois foi tão importante. Ele foi pioneiro em mostrar que o racismo atua na consciência como um véu que a leva a se enxergar com o olhar do outro que a nega (Faustino, 2015; Fanon, 2008).

“Veremos que a alienação do negro não é só uma questão individual”. Essa frase aparece ainda no início do livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008). Fanon advoga pela necessidade de ir além da dimensão psicológica/individual para compreender as pessoas e os seus conflitos existenciais (Faustino, 2015). A sua ideia de sociogenia refere-se, justamente, aos aspectos do mundo social que criam a identidade negra. É por isso que eu sempre li com ressalvas as análises simplistas que taxam André Rebouças como um alienado, complexado ou mesmo louco. Assim como Fanon, enxergo o racismo em sua dimensão sociogênica, ou seja, não dissocio as suas consequências subjetivas do contexto social que o engendra. A maneira como a construção de si de André Rebouças é perpassada pelas dores e ambivalências infligidas pelo racismo não é algo meramente individual; é uma questão sociológica.

Dentro da dimensão sociogênica dessa negação estrutural para com os negros, Fanon atribui grande importância à linguagem, porque a considera em relação simbiótica com o corpo. A partir de uma visão fenomenológica do corpo, percebe que não apenas a linguagem, mas também a consciência demanda sempre uma perspectiva, ou seja, é sempre consciência de algo. Cada corpo é uma perspectiva. Nesse sentido, em que a

linguagem é vista como incorporada, quase como algo vivo, podemos entender sua assunção de que transformar a linguagem é transformar a realidade. A linguagem investe significado em quem a incorpora, ou seja, a transformação da linguagem compreende a transformação de seus usuários. Por isso, muitas pessoas negras tentam transformar sua própria representação através da linguagem; tentam viver através de palavras que fingem transcender à negritude. Por exemplo: “eu não negro, sou mestiço”; “eu não sou negro, sou mulato”; “eu não sou negro, sou martinicano”; “eu não sou negro, sou francês”; “eu não sou negro, sou, simplesmente, um ser humano” (Gordon, 2005; Fanon, 2008). No caso de Rebouças, isso fica mais evidente por meio de um silenciamento, no sentido de que ele, por quase toda a vida, não afirmou positivamente a sua negritude; o que muda durante o seu exílio quando, pela primeira vez, afirma-se como “o Negro André”⁹ e essa referência, a partir de então, torna-se constante nas suas correspondências.

Para Fanon, falar é, sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. Ele assinala como os negros antilhanos seriam “mais brancos” se assimilassem a língua francesa. Os franceses, no entanto, costumavam se dirigir aos negros usando o “*petit-nègre*”¹⁰. Literalmente, essa língua significa “pequeno preto”. O negro não passa, então, de uma criança. Fanon reflete como, naquele contexto, um branco dirigindo-se a um negro comportava-se exatamente como um adulto com um menino: usava a mímica e falava sussurrando. Falar *petit-nègre* era uma maneira de estigmatizá-los e dava aos brancos a possibilidade de exprimir a seguinte ideia: “você aí, fique no seu lugar” (Fanon, 2008).

Ainda segundo Gordon (2008), a obra de Fanon revela um “duplo padrão” demandado: para serem considerados humanos, os negros têm que falar tal qual os brancos, mas, se assim o fazem, são considerados perigosos. É preciso ser um “bom negro”, agir de acordo com os padrões dominantes, mas desde que se conheça bem “o seu lugar”. Como bem disse Faustino (2018), diante desse “dilema colonial”, todo esforço é vão. Fanon percebeu como os negros martinicanos continuavam sob o estigma da subalternidade por mais que se esforçassem em afirmar uma pretensa autenticidade francesa. Esse esforço fazia com que eles vivessem em constante vigília, no sentido de terem de estar sempre atentos a sua maneira de se colocar no mundo. Espera-se que os negros não sejam negros a fim de legitimarem-se como negros, o que é uma tarefa impossível (Gordon, 2015; Fanon, 2008; Faustino, 2018).

Uma vez que, ainda segundo Fanon, a branquitude se coloca como a expressão universal do humano, apresenta-se como único caminho para o Ser. Ele nos mostra como essa imposição se transforma em um dilema: os negros buscam se equiparar aos brancos, mas essa equiparação é sempre interdita, uma vez que a lógica racista subjacente busca sempre a manutenção da diferenciação racializada. Para os negros, resta o seguinte: o que importa é querer ser branco, se ver como branco e, se possível, se comportar como um, mas nunca ser, de fato, branco, nunca ser considerado, plenamente, “um de nós” (Faustino, 2005; Fanon, 2008). Cabe retomar, nesse ponto, a noção de dilema racial, cunhada por Florestan Fernandes e bastante elucidativa sobre como, no Brasil, a imposição de padrões brancos acarreta situações contraditórias, a exemplo, para usar palavras de Cohn (2000), do “duplo vínculo” (double blind): situações em que exigências simultâneas e contraditórias paralisam e desorganizam o sujeito: - “Aprenda a agir como branco. Aprenda que você não é branco”.

No seu estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social, Neusa Santos Souza (2021) analisou a experiência emocional dos indivíduos negros que, para ascender, precisavam aceitar as prerrogativas da hegemonia branca. Bastante baseada nos estudos de Florestan Fernandes, a autora afirma que tomar o branco como modelo de identificação consiste no caminho, na única possibilidade encontrada, de “tornar-se gente”. Lembremos do argumento de Fernandes (2008) sobre as disposições construtivas dos negros em busca de ascensão, os quais, na verdade, são movidos por compulsões seculares de autonomia e dignidade, ou seja, por impulsões igualitárias (Fernandes, 2008).

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro se organizou para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (Santos Souza, 2021, p. 50).

O custo emocional da sujeição, justamente o cerne da análise da autora, é muito alto. A violência acaba por ser a pedra de toque desse processo, uma vez que, ao encarnar os ideais brancos, impõe-se, via de regra, a anulação do próprio corpo negro. Neusa Sousa Santos (2021), inspirada também por Fanon, afirma que a história da ascensão social do negro brasileiro é a história de uma identidade renunciada. O tripé racismo, ideologia do embranquecimento e mito da democracia racial, sustentáculo da estrutura das relações raciais no Brasil, acarreta ao indivíduo negro uma profunda ferida narcísica, grave e dilacerante; querer ser branco, afinal de contas, é um ideal inalcançável. Sobre o mito

negro, Santos escancara seu caráter ideológico, como um discurso instrumentalizado e imprescindível à reprodução dos padrões tradicionalistas de uma sociedade estruturada pela violência racista.

Em sua intervenção no Primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956, Fanon, em texto intitulado *Racismo e Cultura*, discorreu sobre como, para escravização, o colonizador precisou destruir os sistemas de referência da população autóctone. Ao lançar mão dos argumentos os mais diversos, a exemplo do discurso científico, incorreu numa destruição que atinge o âmago do ser. O grupo social racializado, conseqüentemente, tende a imitar o opressor na tentativa de desracializar-se. Culpabilidade e inferioridade são as consequências habituais desta dialética, diz Fanon ([1956] 2018), porque, enquanto adere aos modelos culturais impostos, tende a condenar tudo que remeter à sua “raça”. “Com a energia e a tenacidade do náufrago”, a cultura imposta irrompe com ares de salvação.

Ainda que empreenda tamanho esforço, o oprimido continua a esbarrar no racismo. Ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito. O sentimento de uma profunda injustiça toma conta. Por toda parte, no entanto, há quem se liberte da condenação imposta por esse sistema racista. É hora de apelar, então, ao sentido do humano, ao amor, ao respeito dos valores supremos... Em geral, nesse momento, o olhar volta para si. “Tornar-se negro”, nesse sentido, é mais do que a constatação do óbvio, nos alerta Neusa Santos; mais além, segue a afirmar, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus (Santos, 2021, p. 46). Experiência profunda de comprometimento com o resgate da sua história; “tornar-se negro” é recriar-se em suas potencialidades. Para Santos e Fanon, esse processo incorre na articulação à luta política, à construção transformadora da história. Esse indivíduo, exausto de tanta opressão, apaixona-se pela “cultura abandonada”; passa a sobrevalorizar o que outrora renegou. É possibilidade de cura, de construção de um outro ideal do ego. Assemelha-se ao desejo de se fazer perdoar. Esse mergulho no passado, na busca de novas referências, é fonte de liberdade (Fanon [1956] 2008; Santos, 2021).

Apesar de, no exílio, abraçar e assumir para o mundo sua “alma africana”, Rebouças reproduzia um discurso, comum à época, monogenista sobre a humanidade. Ou seja, acreditava que a humanidade era una, mas que havia um “gradiente” que a localizava segundo graus que iam do mais perfeito ao menos perfeito. Isto é, a evolução era o

paradigma. Em seu artigo *O problema da África*, como bem argumenta Mattos (2013), há diversas citações cunhadas em uma perspectiva monogenista da questão racial — por exemplo, ao acreditar que o Brasil deveria sanar a dívida com a África, civilizando-a. Ademais, em outro artigo escrito em Lisboa, intitulado *O problema Hebreu*, também publicado na *Revista de Engenharia*, em 28 de maio de 1891, utiliza a noção de raça como sinônimo de nação e de cultura, ao mesmo tempo em que se refere à raça humana “a que todos os povos pertenciam, ainda que com suas especificidades socioculturais e em diferentes estágios de civilização” (Mattos, 2013).

Embora também considerasse a imigração dos chineses uma forma de escravidão, Rebouças colocava-se contra essa imigração também por outros motivos. Acreditava que os asiáticos tinham uma civilização corrompida e que, por isso, eram indesejáveis para o Brasil; diferente dos africanos a quem considerava possível civilizar. Nas suas próprias palavras:

o africano é simplesmente um homem por civilizar; mas o Chin, o proletário asiático, é um ente corrupto e depravado, durante milhares de anos, pela escravidão, pela embriaguez, pelo ópio e pela ferocidade Oriental; é um ser incivilizável. Resistente e refratário a todo o progresso, corrompendo a sociedade que o admite em seu seio, em lugar de aperfeiçoar-se (Rebouças, André. Registro de Correspondência, Vol. VI, 23 de julho de 1893).

A partir do seu monogenismo, importante frisar, embora tivesse, como norte de sua educação e valores, padrões da cultura europeia, Rebouças não hesitava em condenar como bárbaros a instituição da escravidão e seus perpetradores. Não hesita em chamar de bárbaros os racistas. Retomemos um ponto trazido no capítulo “Profissão de fé de abolicionista”: “o elemento impossível e refratário às instituições democráticas americanas é o fazendeiro ou o senhor de engenho, monopolizador de latifúndios, explorador de escravos”. Ou seja, segundo Rebouças, eram os escravocratas os contrários à modernização, aos valores civilizatórios e não os escravizados como tentavam fazer crer. Ao contrário, e ele defenderá com veemência esse argumento, “o africano, demonstram-no plenamente os exemplos dos Estados Unidos e das colônias europeias emancipadas, faz prontamente a evolução para operário ou trabalhador assalariado e, ainda melhor para agricultor, proprietário das terras de sua lavoura” (Rebouças, 1883).

É verdade que são evidentemente arraigados seus preconceitos contra hábitos populares baseados em tradições que considerava bárbaras ou incivilizadas. Utiliza, porém, os signos de “selvageria e barbárie”, em que incluía a instituição da escravidão - cujo combate era então um dos púlpitos a justificar moralmente a expansão europeia no continente africano -, para fazer a crítica de toda ação pretensamente civilizadora que se rendia aos “castismos” e

capitulava ao monopólio da terra. Nas cartas da África, ele não ama o teatro de revista carioca, mas tampouco admira a ação portuguesa em Moçambique ou os “canibais ianques” do Sul dos Estados Unidos (Mattos, 2022, p. 343).

Nos seus escritos do exílio, o conceito de casta ocupa lugar central: o racismo seria uma forma de castismo. Seu antirracismo, liberal e anticastista, afirma a igualdade radical da “raça humana” (Mattos, 2022). Em seu minucioso trabalho de pesquisa, Hebe Mattos encontrou escritos inéditos de Rebouças, possivelmente mais um de seus idílios. O texto “Pro Africanis”, que a autora traz em seu posfácio do livro *Cartas da África*, publicado pela Chão em 2022, reitera o humanismo radical de André Rebouças.

Foi um africano, nascido no Egito; foi Moisés, descendente de hebreus, escravizados por egípcios ingratos; esquecidos dos benefícios do hebreu José; foi esse africano-escravo quem, primeiro, decretou no Decálogo: - Não matarás - e deu assim à humanidade o primeiro elemento de moral, de justiça, de equidade, de benevolência e de caridade... - Foi um africano, nascido em Cartago; foi Terêncio, escravo e depois liberto do senador Terentiu Lucanus; foi esse africano-escravo quem, primeiro, proclamou em Roma, em pleno teatro, a máxima sublime: Homo sum; humanis nihil a me alienum puto (Sou um homem. Nada que é humano me é estranho). E deu assim à humanidade o dogma divino da unidade, da solidariedade e da indivisibilidade da família humana... - É ainda um africano, André Rebouças, foragido do Brasil depois de 50 anos de lutas, tantas quantas de vida, de combates incessantes, perpétuos, quotidianos contra os escravizadores de negros, brancos, amarelos, africanos, europeus e asiáticos (...) quem, primeiro, fez esta síntese humanitária” (Rebouças, 2022, p. 349).

As análises de Du Bois e Fanon são também uma forma de humanismo radical: eles não apenas assumem o ponto de vista dos negros, mas (e sobretudo) afirmam sua humanidade. A categoria ontológica da análise é o humano e não as “raças”; por isso é tão fundamental, na sociologia de Du Bois, colocar a discussão racial em seu contexto histórico. Ambos os autores acreditavam que a possibilidade de afirmar a humanidade comum residia na emancipação dos sujeitos racializados e no fim da branquitude como categoria de dominação (Itzgsohn & Brown, 2020). Com as palavras de Rebouças, “Sou um homem. Nada que é humano me é estranho”.

6. CONCLUSÃO

“Sendo Rebouças quem era”, Rachel de Queiroz (1970) afirma não ter se surpreendido ao ler sobre um dos seus últimos projetos. O desejo de poder “vestir 300 milhões de negros africanos” refletiria, assim compreende a escritora, a futilidade do abolicionista, o qual planejava “civilizar, evangelizar, libertar” vestindo-os à moda europeia. Claro, ele era, apesar da materialidade do seu corpo, “o menos negro dos homens”, segue a argumentar. De tão completa imersão no mundo branco, a cor teria sido “apenas um acidente” (De Queiroz, 1970). Monteiro Lobato compartilhou opinião semelhante. Para reconhecer Rebouças como um “gênio”, “grande engenheiro do Império”, uma “glória nacional”, atribuiu o mérito a Antonio Rebouças, pai de André, que, apesar de “homem de duas raças”, teria sido “o mais puro caucásico”, tamanho seu refinamento aristocrático. Como fora um “perfeito cavalheiro de sua época”, Gislene Aparecida dos Santos (2005), por sua vez, afirma ter sido deliberada a escolha de André Rebouças de se aliar aos inimigos dos negros. Nesse sentido, seu argumento poderia responder ao questionamento feito por Rachel de Queiroz: “como fora possível ser negro, abolicionista e não se rebelar contra o racismo?”:

mas o que chama a atenção na história desse pensador é que, como negro, tendo a possibilidade de participar diretamente da transformação da mentalidade racista que circulava nos meios brancos, ao contrário, identificou-se com ela e afastou-se de todos os valores que pudessem identificá-lo como descendente de africanos. Tratou o problema da escravidão como algo que só lhe dizia respeito por questões de princípio ou de opção (Santos, 2005, p. 102).

Leo Spitzer (2001) também enxerga como acrítica a fidelidade de Rebouças ao sistema; sua afeição em relação à família imperial, aliás, teria sido semelhante a uma obsessão. É, também, segundo o prisma do adoecimento mental que Eduardo Coelho (1999) analisa a personalidade de André Rebouças: “traços de paranoia” seriam inequívocos. Joselice Jucá, inclusive, precisou defender o abolicionista das acusações de Richard Graham, segundo as quais esse “mulato de classe média” incorria sempre em gafes.

Para construir minha compreensão acerca de quem foi o sujeito histórico André Rebouças, sobretudo em relação à sua identidade negra, analisei minuciosamente o seu *discurso biográfico*. Os pressupostos metodológicos fizeram-me atentar, sobretudo, à relação dialética entre seu texto e contexto. Ademais, seus diários, cartas e publicações, como uma prática social, situavam André Rebouças como agente no mundo, sobre os outros, enquanto também construía a si mesmo. O caráter construtivo e biográfico da

linguagem de um homem comprometido com a narração de sua história desde os seus 25 anos até os seus últimos dias expõe reproduções, rupturas, questionamentos, contradições e dilemas de uma vida não linear, porque humana.

Discorri sobre como o Brasil, escravocrata por mais de três séculos, foi marcado, no XIX, período em que viveu André Rebouças, por pioneiras e fundamentais discussões e disputas em torno de noções tais como cidadania, dignidade, mérito e liberdade. Logo no início, em 1822, a Independência marcou não apenas o nascimento da nação, bem como o começo do questionamento do regime escravista. A Constituição de 1824 legitimou a reivindicação dos direitos e deveres dos indivíduos não escravizados, mesmo sendo negros. Noções de cidadania, então, eram formuladas embora novas dinâmicas capitalistas impulsionassem um recrudescimento do escravismo – à revelia dos supracitados questionamentos. A poderosa elite escravocrata do país exigiu do novo Estado a manutenção do escravismo como um de seus pressupostos. O desafio, portanto, era imenso: como administrar a cidadania dos descendentes de escravizados sem abalar as instituições? Era preciso apagar das linhas constitucionais a “diferença de cores”. (Oliveira, 2005; Chalhoub, 2012; Pandolfi, 2020).

Para gerir o progressivamente mais numeroso contingente de pessoas negras livres e, ao mesmo tempo, avivar a entrada de uma profusão de africanos como escravizados, o Estado brasileiro escravista propagou discursos não-racializados de cidadania. Era preciso calar sobre o assunto. A contrapartida dos indivíduos negros livres e libertos foi operacionalizar esse esquema de forma a tentar usufruir das prerrogativas de sua cidadania. Nesse sentido, o silêncio não era um objetivo em si mesmo; almejava-se, através dele, eliminar a racialização. Em outras palavras, esse “duplo-movimento”, no qual esses indivíduos também instrumentalizam o silêncio, respondia a impulsões seculares de indivíduos ávidos por direitos e dignidade. Argumento ser possível apreender a complexidade dessas experiências a partir do conceito de *impulsão igualitária*, criado por Florestan Fernandes para pensar as “elites negras” na cidade de São Paulo em meados do século XX (Fernandes, 2008).

Assim como os indivíduos estudados por Fernandes, os negros e mestiços livres e libertos no Brasil oitocentista – sobretudo os em trajetória ascendente – canalizavam energias em disposições construtivas que pudessem garantir um tratamento como iguais, como preconizava a Constituição: “todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos

civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus *talentos e virtudes*”. São compulsões seculares de autonomia a animar o peito de quem queria, simplesmente, “ser gente”. É claro que, para eles também, a cor se impunha como um fantasma real (Fernandes, 2008). Além de Florestan Fernandes (2006; 2008), autoras como Angela Alonso (2015) e Wlamyra Albuquerque (2009) argumentam que, à porosidade do mundo público à ascensão de mestiços e negros livres, correspondia um desajuste, uma sensação de não pertencimento.

Em meados do século XIX, com o fim do tráfico de africanos, a sociedade brasileira acelera mudanças demográficas importantes: comunidades escravas mais duradouras e organizadas em torno de famílias tornam-se mais comuns, além do aumento do número de crioulos (nascidos no Brasil) em relação ao número de africanos. O número de pessoas livres, cada vez mais dissociadas da ordem escravista, não cessa de aumentar. Essa dinâmica impulsionou uma articulação crítica contra a ordem escravista; condição *sine qua non* para a organização da luta abolicionista (Salles, 2018).

Na juventude de André Rebouças, sobretudo no início de sua jornada profissional, é evidente não apenas seu ímpeto em trabalhar “eficazmente para a prosperidade deste generoso País!!”, bem como sua crença na realização de todas as suas potencialidades dados os seus talentos e virtudes. Nos primeiros volumes dos seus diários, há o registro exaustivo dos elogios que recebia. Para mim, essa não é uma presença fortuita, tampouco sinal de arrogância, ou de que “tinha uma visão muito lisonjeira de si”, para usar palavras de Eduardo Coelho (1999). Esses registros comprovariam seu mérito, legitimariam sua participação naquela sociedade “como um igual”. Permitem, ademais, que André Rebouças elabore a si mesmo através de sua escrita. A transcrição desses momentos de aplausos, para mim, cumpria também o papel de corroborar sua fé na aplicabilidade da sua igualdade civil. Era uma repetição necessária, haja vista a perturbação decorrente do seguinte *dilema*: “como concordar estes elogios à queima-roupa com a recusa de admissão a exames vagos na Escola Central?”. A interdição à sua candidatura à vaga de professor na Escola Central simboliza, aqui, os recorrentes episódios racistas dos quais fora vítima e que funcionavam como entraves às suas aspirações. Para aprofundar o dilema, esses casos, em geral, usavam de disfarces, de dissimulações; alocavam o racismo nessa seara escorregadia, confusa, que o legitimava.

O registro desses episódios, elencados em “O mal disfarçado”, aprofunda seu significado. Diferente do argumento de Rachel de Queiroz (1970), segundo o qual Rebouças teria narrado/lidado com a violência racista de forma esportiva, compreendo seus diários, nesse sentido, como articulador da sua revolta e consolo para uma dor que, naquele momento, sequer podia ser gritada; tratava-se, afinal, de questão “muito delicada” por versar acerca da “dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos⁵²”. Ao Diário, confessa: “que miséria!”, “magoado pela injustiça”, “debilidade por excesso de trabalho e dor”, “debilitado pelos desgostos deste ano”. André Rebouças vivia esse cotidiano ambíguo, no qual episódios de racismo e de enaltecimento se entrecruzavam. Embora abraçado aos dizeres constitucionais, ou seja, à impulsão igualitária de viver uma cidadania plena, os limites à sua ascensão frustravam seus esforços. Segundo Fernandes (2008), os dilemas daí decorrentes levam suas vítimas a exercerem um traquejo ambíguo, calculista, constrangedor face ao cotidiano de interdições. O racismo, nesse contexto, é conotado como um “desafio pessoal”. Rebouças deixou registrado, apesar de tanta dor: “só Deus me viu chorar”.

Ao analisar as memórias individuais de Rebouças – aqui, mais exatamente sua contrapartida em relação às dinâmicas sociais/raciais – à luz de uma compreensão sócio-histórica, vemos como suas palavras conotavam uma semântica coletiva. Não era uma questão meramente individual; como nunca o é para os negros reféns do colonialismo, como alertou Fanon (2008). Enquanto o Estado e os setores sociais interessados na manutenção do *status quo* maquiavam o racismo ululante, sustentáculo de mais de três séculos de escravismo, a fim de tentar gerir os demais grupos sociais, os discursos produzidos, as artimanhas orquestradas, eram recebidos, dialeticamente, por indivíduos criativos, agentes no mundo, tanto para sua reprodução quanto transformação. Os veículos de comunicação mais importantes à época, os jornais, ilustram bem esse ponto. As ideias constitucionais sobre a igualdade civil compuseram enredos de jornais conduzidos e direcionados para pessoas de cor. O Brasileiro Pardo, O Homem de Cor, O Crioulinho, O Indígena do Brasil, O Filho da Terra, O Meia Cara, O Cabrito, por exemplo, articulava a semântica das cores à defesa de uma cidadania desracializada. Identidades raciais como mulato, mestiço, pardo ganhavam significado simultaneamente à ideia do “ser brasileiro” (Lima, 2003). O traquejo, nessa dinâmica, não tinha como não ser complexo, ambíguo, haja vista a seara escorregadia orquestrada por um império

⁵² O grifo é dele.

escravocrata ávido em estender-se ao máximo no tempo. Esses mesmos atributos relacionados à mestiçagem eram utilizados, ora como afirmação positiva, ora como insulto, desqualificação. André Rebouças participou ativamente desse movimento, seja produzindo artigos de jornais, seja como vítima de ataques divulgados em tais veículos. Pode-se dizer que sua construção identitária perpassou esse processo.

A princípio, enquanto o jovem André ainda registrava sistematicamente seus elogios e hesitava versar sobre sua “dignidade como mulato”, os registros que aparecem nos Diários são matérias de jornais racistas direcionadas a ele e ao irmão. O significante “mulato”, a primeira identificação racial presente nos diários de Rebouças, foi, de início, imposto como marca de estigma. Nesse sentido, os primeiros relatos refletem uma heteroidentificação violenta, racista: 1) o “temor do Cônsul Pereira Pinto” de que, ao Almirante Mitre, fosse apresentado um “Ajudante de Ordens mulato!!!”⁵³; 2) quando, em dezembro de 1867, decide não levar ao Imperador os relatos do racismo vivido por Antonio no Chile “por julgar muito delicada para ser por ele tratada esta questão de dignidade pessoal na nossa qualidade de mulatos” ou, ainda, 3) quando cartas anônimas são enviadas ao Conde de Estrela com a pretensão de minar a amizade dos dois, “explorando a qualidade de mulato” de André e a nacionalidade portuguesa do Conde em 20 de setembro de 1871. Nesses exemplos, o “ser mulato” era utilizado como signo de inferioridade.

Em 27 de junho de 1870, dois anos depois de sua primeira declaração pública como abolicionista, algo muda no discurso biográfico de André Rebouças. Nessa data, ele apresenta o Maestro Santa Rosa, e diz: “O Maestro Santa Rosa é mulato como eu”. Em 1873, face às dolorosas violências racistas sofridas em solo estadunidense, o exemplo de outro homem negro é usado como fonte de reconhecimento e alento: “o mulato Douglass”, tão admirado por André, também sofrera aquelas interdições. Lembremos que esses episódios são contemporâneos ao início do engajamento abolicionista de André Rebouças.

Progressivamente, a sociedade brasileira tornava-se mais urbana e com uma camada sempre maior de pessoas livres e libertas a se dissociar da lógica escravista. Cada vez mais o fator da cor servia como catalizador desse crescente grupo de pessoas a se

⁵³ Em 07 de Setembro de 1865.

dissociar da escravidão. O movimento abolicionista, que também não cessou de se ampliar socialmente, é parte fundamental nesse contexto: a questão racial foi também apreendida no movimento como experiência unificadora de uma nova identidade que ligava escravizados, libertos, negros e mestiços livres na busca comum do reconhecimento de sua cidadania (Salles, 2011). Nos primeiros Diários de André Rebouças, quando narra, por exemplo, o racismo vivido em sua viagem pelo Nordeste e a experiência de dormir ao lado de uma senzala, o termo “preto” é usado por ele em referência aos cativos e ele não demonstra qualquer sentimento de pertença. Lembremos, a partir de Hebe Mattos (2013), que o significante “preto”, durante grande parte do século XIX, era referência aos escravizados e, quando usado para pessoa livre, buscava associá-la ao cativo.

Uma nova identidade coletiva, no entanto, estava se formando – e podemos ver sua reverberação no *discurso biográfico* de André Rebouças. Já mencionei o Maestro Santa Rosa e Frederick Douglass... no transcurso da sua militância abolicionista, outros indivíduos negros inspirarão Rebouças, a exemplo de Luiz Gama e do seu compadre José do Patrocínio. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), dada a precariedade da cidadania negra, esses homens de cor abolicionistas logo reconheceram, em seus discursos, o racismo como grande entrave à democracia. “É nesse momento”, afirma Salles (2011), “que talvez pudéssemos falar da experiência de uma ‘classe de homens de cor’”.

Um dado importante remete ao ano de 1881, quando novos direitos políticos são concedidos aos libertos a partir de uma reforma eleitoral. A constituição de 1824 não reconhecia de forma plena a cidadania desses indivíduos, os quais, embora pudessem votar, não podiam ser votados. Com a reforma, tornaram-se “cidadãos plenos” ... para revolta das elites, agora temerosas da composição de um “voto negro” (Costa, 2013). Nesse contexto, algumas publicações de André Rebouças ilustram como sua compreensão sobre a questão racial se alargara. Em setembro de 1885, há um recorte colado em seu Diário de uma publicação sua na qual afirma: “Nada de hipocrisias... Não há vida particular para os **africanos, negros e mulatos**, no momento supremo, em que juraram não sobreviver à reescravização **da sua raça!**”. Especificamente em relação aos libertos, às ofensas e obstáculos a eles dirigidos face a aquisição de seus novos direitos, Rebouças reagiu energeticamente a defender a “superioridade moral” desses indivíduos que, tendo conhecido os horrores do trabalho escravizado, seriam capazes de valorizar como

ninguém as prerrogativas da cidadania. Eles só precisavam que *lhes fosse feita justiça*, assim argumentava Rebouças. Mais além, esse momento reitera sua agora pública compreensão de que, subjugados pelo racismo, eram todos da “raça africana”.

(...) Foi a Plutocracia Negreira, que inventou a aristocratização pela exploração do escravizado e pelo monopólio do latifúndio. Para sufocar o remorso de escravizar irmãos, açularam o preconceito de cor. Foi o Sr. Martinho Campos quem disse no Senado “que todo homem de cor devia trazer no bolso prova de não ser escravo”. Foi o Sr. Cotegipe – Saturno devorava os filhos; este tem raiva do seu próprio sangue – foi o Sr. Cotegipe quem inventou a horripilante frase – estigmas indelévels - contra os Libertos... Foi o Sr. Ramalho Ortigão quem proclamou, na Praça do Comércio, que a Raça Africana era constitucionalmente propensa ao furto e ao roubo. (...) Foi o Sr. Andrade Figueira quem, há poucos dias, interrompeu Joaquim Nabuco, para amesquinhar em plena câmara, a gratidão da Raça Africana pela Heroína, que a remiu tão devotada e generosamente... Felizmente, desde D. João VI, a Monarquia Brasileira foi sempre superior às atrozes cavilações da Plutocracia negreira e da Aristocracia monopolizadora das terras e exploradora de seus semelhantes. São os Reis e os Príncipes os únicos a sustentarem no Brasil o dogma constitucional dos “talentos e virtudes” em toda a sua santa pureza”. Felizmente, a santa Luz da Abolição esclareceu tudo: hoje os descendentes de Henrique Dias¹ não têm mais dúvida alguma que seu posto de honra é na vanguarda dos que combatem pela Monarquia Popular e Democrática Brasileira, no belo ideal de Joaquim Nabuco (Rebouças, André. Pequena Propriedade, Cidade do Rio, Vol. VI, 5 de julho de 1888).

Retomo essa citação, porque, escrita em 1888, expõe não apenas uma nova maneira de encarar o racismo, agora com denúncias explícitas nos jornais, bem como sua compreensão de que todos os “descendentes de Henrique Dias” compartilhavam a mesma “raça africana”. Importante lembrar que, com a pressão cada vez mais intensa pela Abolição, a construção discursiva sobre as relações raciais muda no Brasil: na defesa de seus privilégios, os escravocratas “precisaram” definir, em novas bases, as fronteiras e hierarquias. O papel da racialização aqui é decisivo e crescente (Albuquerque, 2009).

A partir do exposto, ou seja, do valor do reconhecimento entre homens de cor no seio do movimento abolicionista e do discurso de Rebouças cada vez mais a explicitar seu pertencimento à “raça africana”, muitas análises sobre o caráter do seu abolicionismo caem por terra. Para Rachel de Queiroz (1970), por exemplo, seu engajamento, além de tardio, não contemplava qualquer afinidade especial; em 2001, Leo Spitzer também afirmou ter Rebouças se engajado no abolicionismo por razões distintas à identificação racial; ou, ainda, Gislene dos Santos (2005), para quem Rebouças teria tratado do assunto por uma questão de princípios ou de opção e não a partir de qualquer solidariedade racial. Em “Profissão de fé de abolicionista”, foi possível analisar a construção de um militante cuja luta reverberava em complexas questões subjetivas, ou seja, o percurso do abolicionista André Rebouças jamais pode ser dissociado da sua formação enquanto

indivíduo. Sua construção identitária perpassa e retroalimenta sua luta. Lembremos que **“africanos, negros e mulatos juraram não sobreviver à reescravização da sua raça”**.

Além disso, sua entrega à causa jamais pode ser lida como instrumental/utilitária. Expus a dimensão tão humana de sua compreensão acerca da liberdade, luta que o acompanhou até o fim da vida. *O amor pela liberdade o guiava*, como afirma ainda em 2 de julho 1867. Liberdade, para André Rebouças, ia além dos grilhões do cativeiro. Sem possibilidades de garantir uma existência digna, por exemplo, não se poderia falar em liberdade. O seu compromisso se manifestava, por exemplo, na forma como priorizava e valorizava o trabalho assalariado, a ponto de escrever: “Demissão de empregados – jamais”; em como não hesitava em usar quaisquer artifícios em prol da alforria de um indivíduo; no seu ódio aos escravocratas, gritado incessantemente em muitas publicações de jornais (principal razão, inclusive, de seu exílio e jamais regresso à sua pátria); no seu olhar sensível às dores da mulher escravizada, sobretudo às amas de leite; no seu engajamento em estratégias perigosas, a exemplo dos caminhos de ferro rumo à “terra da luz” e dos quilombos abolicionistas etc. A certeza do seu compromisso, inclusive, foi um alento enquanto esteve longe do Brasil, nos seus anos de exílio. Rebouças, que vivia absorto pelo seu passado, sempre a pensar sobre o seu país, ainda que sofresse imensamente por testemunhar os rumos injustos da História, encontrava conforto na sua própria consciência, na certeza de ter dedicado sua vida à “causa emancipadora”. Naqueles anos tão adversos, em que não “sabia mesmo se devemos desejar a vida ou a morte”, estava seguro de, “quanto a mim, desejo apresentar-me ao Juiz Supremo, dizendo: ‘Trabalhei, quanto pude, para extirpar do mundo o monopólio da terra e a escravização de homens.’”

Ao longo do percurso abolicionista, a rede de indivíduos comprometidos com a causa cresce continuamente, as estratégias são aperfeiçoadas, e vitórias são alcançadas e celebradas – como a Abolição no Ceará. Tudo isso reforça o compromisso dos militantes. Na última década do escravismo, além de aguerrido como nunca à causa da liberdade, o olhar de André Rebouças perante a sociedade é cada vez mais crítico. “O mal disfarçado” é desvelado e denunciado, não somente no seu discurso, bem como na própria conjuntura, haja vista o aumento dos discursos racialistas. Ainda a partir de seu texto *Pequena Propriedade*, a “plutocracia negreira” teria açulado o *preconceito de cor* a fim de escravizar a gente negra; contra essa gente, ainda, fora preconizado que possuía “estigmas indelévels” ou, ainda, em pleno Senado, propagado “que todo homem de cor devia trazer

no bolso prova de não ser escravo”. Ou seja, esse seu olhar em retrospectiva explicita seu entendimento do racismo como entrave à aplicabilidade dos dogmas constitucionais dos talentos e virtudes. Essa publicação fora escrita em julho de 1888, apenas dois meses após a Abolição; ainda havia muito pelo que lutar, era hora de defender a continuidade da monarquia, uma vez que Rebouças acreditava na realização de sua democracia rural por meio desse regime político.

André Rebouças crescera ouvindo do pai que a família imperial seria a “única amiga dos mulatos”. Além disso, sua relação de amizade com o Imperador Dom Pedro II, além de outros membros da nobreza, a exemplo da princesa Isabel e o Conde D’Eu, fortalecia sua crença de que, agora livre, o Brasil precisava da monarquia para garantir reformas sociais capazes de integrar a população negra à nova ordem. Por isso, ele ficou desolado quando o golpe político-militar pôs fim ao Império e proclamou a República brasileira em 15 de novembro de 1889. Importante dizer que seu apego à monarquia não fora sempre irrestrito. Poucos dias após a sua morte, o jornal Cidade do Rio, do seu amigo e compadre José do Patrocínio e para o qual Rebouças contribuiu com frequentes publicações, divulga um texto intitulado “André Rebouças”. Dentre as emocionantes palavras, as quais acredito terem sido escritas por Patrocínio, há a afirmação de que Rebouças, durante a luta pelo fim do cativeiro, teria se afastado, em dado momento, do Imperador e do Conde D’Eu, acusando-os de contemporizar com a hedionda instituição contra a qual lutava com todo o seu ser. A partir da lei do 13 de Maio, Rebouças “faz-se, então, o mais decidido imperialista, o mais dedicado amigo da família reinante, porque havia nobilitado uma raça que o martírio e o preconceito estavam extinguindo. *Esta raça era a sua* e ele amou por toda ela a mão que assinara o decreto”.⁵⁴

Acompanhando a família imperial no exílio, ele seguiu não por escolha, mas por uma imposição de sua própria consciência, alinhada às suas convicções mais profundas. “O mártir da gratidão”, para usar ainda palavras do aludido texto publicado na Cidade do Rio, viveu nove anos e meio em agonia “condenado pelo seu coração a morrer longe da pátria, que ele tanto amou”. A vida longe do seu país, para onde nunca regressou, foi marcada por profunda tristeza. Suas cartas, nesse sentido, “abafavam os gritos lancinantes da sua nostalgia”. De tão ferido, seu “coração africano” precisaria ser lavado “nas águas

⁵⁴ “André Rebouças” (título), Cidade do Rio – jornal da tarde – José do Patrocínio – Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de Maio de 1898.

do Nilo, do Níger, do Congo, do Zambeze e dos lagos equatoriais; e, se for necessário, no Mediterrâneo e nos oceanos Atlântico e Índico” (Rebouças, André, 2022, p. 146).

Neste momento de desterro, é evidente o fortalecimento da afirmação de André Rebouças como homem negro. Ela leva consigo seus diários para o exílio e, ao ler sua memória, apreende suas experiências a partir de novas perspectivas. Até mesmo sobre os ianques, quem tanto admirava, Rebouças tece duras críticas em 23 de dezembro de 1892. Ele compara os horrores escravistas vistos na África do Sul à “*brutalidade ianque* de recusar negros e mulatos em hotéis e até fazer dificuldade em vender-lhes nas lojas de modas e perfumaria” (Rebouças, 2022, p. 249). Retomemos Gilroy (2012) em sua análise sobre a escrita autobiográfica, entendida como escrita de si, como um processo de simultânea autocriação e autoemancipação para os intelectuais negros filhos da diáspora africana. Ao reler os acontecimentos de fevereiro de 1871, a publicação racista dirigida a ele e seu irmão sob o título “Pae Feitiço e Pae Quimbombo”, Rebouças adiciona: “O preconceito de cor!!”. Imensamente desapontado com os rumos do Brasil e desperto como nunca em relação à sua própria história, Rebouças se sente no direito de projetar, em África, seus sonhos frustrados. A viagem ao seu 'continente ancestral' se torna, assim, um último suspiro aos sonhos que sempre animaram seu corpo. A afirmação de sua identidade negra, nesse contexto, passa pelo reconhecimento de si mesmo como africano. Importante dizer que, do ponto de vista identitário, o exílio não trouxe um discurso completamente novo. Embora, sim, assine pela primeira vez como “O Negro André” em outubro de 1891 e, daí em diante torne-se constante sua afirmação como negro e africano, vimos como, nos últimos anos do movimento abolicionista, ele já articulava e expunha o reconhecimento de si como parte da “raça africana”. Com a Proclamação da República e a decisão de deixar o país, ocorre a radicalização desse processo por quem reconhecia a si e ao seu país como vítimas de um sistema político que, à revelia de tanta luta, conseguira maneira de se perpetuar.

Retomemos, para iluminar a análise dos últimos anos de vida de André Rebouças, como ele, desde muito jovem, se empenhara ao máximo em seu propósito de ascensão social, de escrever seu nome na História do Brasil. Ele usufruiu dos mecanismos de mobilidade social existentes – e controlados – à sua época. Segundo Florestan Fernandes (2007), aos indivíduos como Rebouças, era exigida cumplicidade, identificação para com os interesses e valores da hegemonia branca. Essa dinâmica deixava os racistas livres para suas práticas violentas, ainda que usassem, muitas vezes, da dissimulação. Esses “padrões

de tolerância” foram se desenhando na sociedade brasileira como imperativos para a reprodução da hierarquia racial; colocavam o racismo nessa seara ambígua, que o legitimava (Fernandes, 2007). Também nos permitem compreender as origens do mito da democracia racial brasileira, como discutido no final do capítulo O mal disfarçado.

Do ponto de vista subjetivo, esses indivíduos negros viviam um dilema, esse fenômeno de “demora cultural” (Fernandes, 2008), em que prerrogativas sociais diferentes coexistiam, ou seja, “jogos de dissimulação” (Albuquerque, 2009) alocavam, de um lado, discursos pretensamente liberais, e, de outro, o racismo como entrave ao usufruto pleno da cidadania. Nesse sentido, era alimentada a cresça da possibilidade de vencer pelo mérito individual quando, na prática, muitos esforços eram vãos. Retomemos Neusa Santos, em Tornar-se Negro (2021), a como sua análise demonstrou a frustração de quem, a despeito de ser o melhor, não encontrava reconhecimento. O sentimento de uma profunda injustiça toma conta. Esse sentimento atinge o ápice na vida de André Rebouças nos seus anos de exílio, conforme desabafa ao amigo Taunay: “Ninguém sabe melhor do que Taunay quanto o Brasil foi injusto e iníquo para os Rebouças, desde o pai até os últimos filhos”. Ou, ainda, ao falar ao mesmo amigo sobre os “hediondos prejuízos da cor”, afirma: “segundo ocorreu no Brasil, com André Rebouças, o mais injustiçado” (Rebouças, André, 2022, ps. 146 e 269).

Para Frantz Fanon (2008), precursor em estudos sobre como o racismo afeta a subjetividade, para serem considerados humanos, os negros teriam que agir tal qual os brancos, mas dentro de certos limites: conheçam bem “o seu lugar”. Lembremos de algumas falas racistas dirigidas a André, a exemplo de: “o Sr. Dr. André Rebouças tem um topete do tamanho do Pão de Açúcar”; “Este orgulho com que o Sr. André Rebouças declara que dir-se-ia que um mesmo engenheiro concebera ambos os planos, das obras mais estupendas, *pela sua feição característica de inferioridade*, faz pasmar!”; “ousa dizer que tudo alcança, imitando o Juca Rosa” etc. Importante lembrar que esse julgamento não esteve circunscrito aos contemporâneos de Rebouças; expus exaustivamente como tantos pesquisadores pósteros incorreram na mesma violência ao julgar a vida do abolicionista.

Conforme discorri, Rebouças experienciou, em sua vida no Brasil, não apenas o racismo; ele também foi muito amado e reconhecido, por familiares, amigos, colegas de profissão, alunos, empregados, membros da elite política e até da nobreza. Embora o

reconhecimento animasse seu “pobre corpo que Deus não foi servido dar-me tão forte como a alma”, Rebouças frequentemente encarava entraves às suas aspirações. Era um círculo infernal, para usar o pensamento de Fanon: “quando gostam de mim, eles dizem que gostam apesar da minha cor. Quando não gostam dizem que não é por causa da minha cor. De um jeito ou de outro, estou fechado num círculo infernal” (Fanon, 1971, p. 95 *apud* Oliveira e Oliveira, 1974). Essa citação nos permite compreender as palavras de André Rebouças para o seu grande amigo, fiel correspondente até os seus últimos momentos de vida, o visconde de Taunay:

Desta vez, consigo africanizar o meu belo e louro Taunay. Jamais conseguiria que Joaquim Nabuco amasse o imigrante, nem que Taunay amasse o negro; agora há de, por força, abrir o mapa d’África para ir saber donde o André contempla o Cruzeiro do Sul para matar saudades do Brasil (...) africanize-se bem para amar cada vez mais o seu velho André (Rebouças, André, 2022, p, 161).

São profundamente dolorosas as consequências subjetivas de quem tem sua existência mensurada pela fita métrica do olhar da branquitude. Nesse processo, em que se impõe a lente distorcida do colonialismo, os negros percebem que são vistos como dessemelhantes (Gordon, 2005; Fanon, 2008; Du Bois, 2021). Infernal, aliás, foi usado como adjetivo não apenas por Fanon como também por Frederick Douglass para definir o ódio a ele destinado no *apartheid* estadunidense, e pelo próprio Rebouças, em 1895, quando escreve seu texto “Por que o Negro Africano ri, canta e dança sempre?!”. Ele diz que “foi só quando o carrasco aproximou-se, de corda em punho, que o velho negro africano compreendeu onde ia terminar a *infernal* comédia”.

Através da escrita de si de André Rebouças, foi possível acompanhar o passar o tempo na sua vida. Os diários iam além de simplesmente marcar sua passagem dia a dia, porque o elaborava e ajudava o abolicionista a melhor conduzi-lo, tendo como norte seus propósitos e/ou utopias (lembremos, afinal, que ele “já foi utopista”). Acompanhamos, portanto, a condução do tempo individual com o privilégio de testemunhar as luzes e sombras na sua intimidade. No exílio, a transcrição das suas cartas dá continuidade a esse processo; agora, porém, o tempo está a se aproximar de zero. Nos primeiros anos longe de casa, essa incansável alma ainda insiste em sonhar; tristemente, logo esses sonhos juntam-se aos do passado como ilusões. Em seus últimos anos, quase nada o convida a olhar para frente. Em março de 1892, afirma estar “cansadíssimo do mundo, da vida, e, sobretudo, da tal civilização”. Esse cansaço só se aprofunda. Em uma das suas últimas cartas, escritas em 24 de março de 1898, poucos meses antes da sua morte, André

Rebouças, já muito debilitado e triste, não suporta a escrita: “só vem à pena frases de dor e lástima”.

Este trabalho não pretende encerrar nenhuma discussão; ao contrário, espera-se contribuir com o debate sobre as relações raciais no Brasil, a precariedade da cidadania negra no século XIX e, sobretudo, sobre quem foi André Pinto Rebouças. “Não é pouco ter sido operário na extinção da hedionda escravidão no Brasil”, ele estava certo. Consciente da proximidade da “lei fatal a que todos somos obrigados a obedecer”, e da dimensão dos seus feitos para a História, André Rebouças organiza sua memória, seu “documento humano”, ciente de “ninguém no Brasil possuir biografia comparável a sua”. Na nota biográfica que escreveu para a Revista Musical em 4 de janeiro de 1879 sobre o seu grande amigo e compadre, o maestro Carlos Gomes, Rebouças celebra a imortalidade do músico através da sua memória. O esquecimento, diz ainda, representava a “dupla morte”. Felizmente, sendo Rebouças quem era, esquecê-lo seria impossível. Assim, esta tese buscou, também, honrar sua memória, contribuir à sua imortalidade e a uma compreensão mais profunda e justa de sua história e impacto.

André Rebouças era a resignação servida pelo mais santo desprendimento; um anjo em peregrinação através da maldade humana para atenuá-la, para aparar-lhe os golpes traiçoeiros.

A sua vaidade era o bem alheio, o seu orgulho concorrer para a felicidade do seu próximo.

Não há memória de um filho mais obediente e carinhoso, de um irmão mais solícito e abnegado, de um amigo mais leal e mais dedicado, de patriota mais fervoroso e desinteressado.

Na propaganda abolicionista, ele era o centro de que se irradiava o calor do apostolado sacrossanto, que venceu em 13 de Maio.

A sua bolsa não tinha cordões, estava sempre aberta para as necessidades da causa sagrada.

Foi o seu nome prestigiado pela sabedoria, que serviu de núcleo às primeiras agremiações.

Não militando em nenhum partido, sendo simplesmente um democrata, ele podia estar ao mesmo tempo com Ferreira de Menezes, com Nicolao Moreira, com Joaquim Nabuco, e servir de isolador político para que as paixões partidárias não impossibilitassem a realização da obra sagrada da redenção dos cativos.

A sua iniciativa se deve a organização do Boletim da Associação Emancipadora, clave tremenda que ele revigorava com a sua erudição vastíssima, com a sua verve inextinguível.

Era ele quem abeberava a mocidade propagandista na corrente límpida do seu saber enciclopédico; era a sua probidade, nunca discutida, a égide providencial que petrificava a baixa e inexorável calúnia contra os abolicionistas.

**Sua alma de democrata está em toda a obra de liberdade de
nossa terra.**

(“André Rebouças”, em Cidade do Rio – jornal da tarde – José do Patrocínio
– Rio de Janeiro, 17 de maio de 1898. Acervo da Fundação Biblioteca
Nacional – Brasil)

7. REFERÊNCIAS – DIÁRIOS E REGISTROS DE CORRESPONDÊNCIAS

Referências dos Diários e Registros de Correspondências lidos para a escrita da tese:

DIÁRIOS – ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

1863-1889

- Vol. 01** – (abril a 31 dezembro 1863/ 1 janeiro a 31 dezembro 1864/ 1 janeiro a 5 junho 1865) – 354 págs.
- Vol. 02** – (6 junho a 10 outubro 1865 – Guerra do Paraguai) 240 págs.
- Vol. 03** – (10 outubro 1865 a 15 março 1866 – Guerra do Paraguai) 194 págs.
- Vol. 04** – (23 junho a 16 dezembro 1866 – Guerra do Paraguai até a página 617) 196 págs.
- Vol. 05** – (17 dezembro 1866 a 17 setembro 1867) 200 págs.
- Vol. 06** – (17 setembro 1867 a 22 agosto 1868) 297 págs.
- Vol. 07** – (22 agosto 1868 a 20 maio 1869) 298 págs.
- Vol. 08** – (21 maio 1869 a 1º fevereiro 1870) 296 págs.
- Vol. 09** – (02 fevereiro a 11 outubro 1870) 288 págs.
- Vol. 10** – (12 outubro 1870 a 03 junho 1871) 296 págs.
- Vol. 11** – (04 junho a 15 dezembro 1871) 296 págs.
- Vol. 12** – (15 dezembro 1871 a 17 junho 1872) 194 págs.
- Vol. 13** – (17 junho a 30 novembro 1872 – Rio de Janeiro à Marselha) 192 págs.
- Vol. 14** – (1º dezembro 1872 a 30 abril 1873) 195 págs.
- Vol. 15** – (1º de maio a 16 de novembro 1873) 166 págs.
- Vol. 16** – (17 novembro 1873 a 31 dezembro 1874/ 31 dez.1874 a 03 mar.1875) 168 págs.
- Vol. 17** – (04 março 1875 a 03 novembro 1876) 168 págs.
- Vol. 18** – (1º de janeiro a 31 de dezembro 1886 – Lett's Office Diary and Almanac 1866) 305 págs.
- Vol. 19** – (1º de janeiro a 31 de dezembro de 1889 – Letts's Office Diary and Almanac for 1889) 305 págs.

DIÁRIOS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Diários referentes aos anos:

1884 – de janeiro a 31 de dezembro (451 páginas)

1885 – 1 de janeiro a 31 de dezembro (435 páginas)

1887 – 1 de janeiro a 31 de dezembro – 411 páginas

1888 – (380 páginas)

1893 – 1 de janeiro a 31 de dezembro – 216 páginas

1883 -

**REGISTROS DE CORRESPONDÊNCIAS (ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM
NABUCO)
1873-1898**

Vol. 01 – (junho de 1873 a jan. 1891)

Vol. 02 - (jan a jun. 1891)

Vol. 03 - (jul. a nov. 1891)

8. REFERÊNCIAS – ARTIGOS DE JORNAIS

REBOUÇAS, André. Devassa sobre amas de leite. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1883a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Superioridade dos Libertos. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1883b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Reescravizadores. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1887. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Caminho de Ferro Subterrâneo Emancipador. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 21 de maio 1883c. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Saudação ao Ceará, redentor dos escravos e glorificador dos livres, publicado em nome da Confederação Abolicionista. **Jornal do Comércio**, 26 de março de 1884. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. A dissolução. **Jornal do Comércio**, 22 de julho de 1884. Recorte colado em seu Diário.

REBOUÇAS, André. Dantas-Saraiva. **Gazeta da Tarde**, 16 de junho de 1885. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Reescravizadores. **Gazeta da Tarde**, 2 de agosto de 1887. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Abolição da Miséria. **Revista de Engenharia**, 28 de novembro de 1888. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Pequena Propriedade. **Cidade do Rio**, 5 de julho de 1888. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Abolição da Miséria. **REVISTA DE ENGENHARIA**, 1888, EDIÇÃO 00194. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Escola Central – Concurso para a Cadeira de Hydraulica. **Jornal do Comércio**, 6 de maio de 1868. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

REBOUÇAS, André. Notas biográficas – Carlos Gomes. **Revista Musical**, 4 de janeiro de 1879. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

PATROCÍNIO, José do. Desencargo de Consciência. **Cidade do Rio**, 28 de abril 1888. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. (2015). O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 177-204, jun. 2015.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Diários de André Rebouças**. Recife: [s.n.], 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1997.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, [1904] 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, [s. l], v. 151-62, n. 30, p. 151-161, dez. 1996.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **RAZÕES PRÁTICAS**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 9. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008. 223 p.

BRITO, Luciana. "Mr. Perpetual Motion" enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no Pós-Abolição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 241-264, jan. 2019b.

BRITO, Luciana. O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no império. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 33, n. 96, p. 199-222, 2019a.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa UNESCO em São Paulo**. 2014. 384 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CANO, Gilberto Loaiza. El recurso biográfico. **História Crítica**, [s.l.], v. 1, n. 27, p. 221-238, jan. 2004.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. The politics of silence: Race and citizenship in nineteenth-century Brazil. **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, v. 27, n.1, p. 73-87, aug. 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CHASTAN, Lita. Mulata: estudo de um caso mal contado. Revista Registro Histórico da E.E. José Alvim-VII, Atibaia-SP, n. 7, 2016.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC, 2000. v. 2. p. 385-402.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC, 2002. v. 1. p. 393-412.

CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

CORREIA, Ana Lúcia Merege. **HISTÓRIA DO LIVRO | O DICIONÁRIO DE BLUTEAU**, 2020. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-do-livro-o-dicionario-de-bluteau/>

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2007. Cap. 9. p. 367-386.

COSTA, Hilton. Era junho de 1880: Notas acerca da discussão da reforma eleitoral e os libertos. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 6., 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, [s.n.], 2013.

COSTA, Sergio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DAIBERT JR., Robert; MATTOS, Hebe. Um Tolstoi Africano: André Rebouças e um outro Ocidente (1889–1898). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 436-456, set.-dez. 2022.

DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul.-dez. 2009.

DIAZ, Brigitte. Carta e diário no século XIX: influências e confluências. (2014), **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n.2, p. 233-240, abr.-jun. 2014.

DOMINGUES, Petrônio. A visita de um afro-americano ao paraíso racial. **Revista de História**, São Paulo, n. 155, p. 161-181, dez. 2006.

DRESCHER, Seymour. Caminhos para a abolição. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (org.). **Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução: Iran Ferreira de Melo. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 307-329, out. 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. **Revista Convergência Crítica**, Rio de Janeiro, n.13, [1956] 2018.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018.

FAUSTINO, Deivison. **“Por que Fanon, por que agora?”: frantz fanon e os fanonismos no brasil**. 2015. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos – Ufscar, São Carlos, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: volume 1: Ensaio de interpretação sociológica**. [s. l.], Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 140-212.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, [1971] 2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, [1994] 2017. p. 147-160.

FERREIRA, Roberto Guedes. Estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas. uma análise comparada (Porto Feliz/São Paulo/ Brasil e Torbee/São Domingos, séc. XVIII e XIX). **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 18, p. 51–93, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/138>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o Português criou**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

FREYRE, Gilberto. **SOBRADOS E MUCAMBOS**: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

GATO, Matheus. “NINGUÉM QUER SER UM TREZE DE MAIO”: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903–1907). **Novos Estudos**: São Paulo, v. 37, n. 1, p. 117-140, 2018.

GATO, Matheus. **O massacre dos libertos**: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). São Paulo: Perspectiva, 2020.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 10, p. 244-270.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GORDON, Lewis. Prefácio. In: Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GORDON, Lewis. **What Fanon Said**: a philosophical introduction to his life and thought. Nova Iorque: Fordham University Press, 2015.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. Escravidão e liberdade no império português nas Américas e no Brasil. In: GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. **Escravidão e liberdade nas Américas**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2013. Cap. 5. p. 97-141.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Democracia Racial: O ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 147-162, nov. 2001

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 54, p.147-156, jul. 1999.

ITZIGSOHN, José; BROWN, Karida L. **The Sociology of W. E. B. Du Bois**: Racialized Modernity and the Global Color Line. Nova Iorque, NYU Press, 2020.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império**: quem possui a terra possui o homem. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: Episodes of everyday Racism. 2. ed. Münster: Unrast, 2010.

KLEIN, Herbert S. A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas américas. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p. 95-121, jan. 2012.

LARA, Sílvia Hunold. A multidão de pretos e mulatos. In: LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 126-172.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. Tradução de Banzato, G. **Annales Esc.** Paris, v. 44, n. 6, p. 1325-1336, jun. 1989.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOBATO, Monteiro. 1920, Diário de André Rebouças. **Revista do Brasil**, São Paulo, n. 57, set. 1920.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de Rumbo: la sociedade a escala del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MATA, Inocência. **Discursos Memorialistas Africanos e a Construção da História**. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, abr. 2014.

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o Pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). In: Simpósio Nacional de História, ANPUH, 27., Natal. **Anais...** Natal: [s.n.], jul. 2013.

MATTOS, Hebe. De pai para filho: África, identidade racial e subjetividade nos arquivos privados da família Rebouças (1838-1898). In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe (org.). **Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)**. Marseille: OpenEdition Press, 2016.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Lapidário de Si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: Ângela de Castro Gomes. (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004, v. 1, p. 27-50.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 351-391.

MATTOS, Hebe. Ulisses Africano: Modernidade e dupla consciência no Atlântico Sul. In: REBOUÇAS, André; MATTOS, Hebe (Org.). **Cartas da África: Registro de correspondência (1891-1893)**. São Paulo: Chão, 2022, p. 315-366.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe; NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 386-473.

MUAZE, Mariana. **As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 1998. p. 31.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NEDELL, Jeffrey D. Brazilian Abolitionism, Its Historiography, and the Uses of Political History. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 42, n. 2, p. 231-261, 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A idéia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 43-63, mar. 2005.

OLIVEIRA E OLIVEIRA, Eduardo de. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, [s. l.], ano 1, n. 3, jan. 1974.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação Racial e Cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). **Revista de História**, São Paulo, n. 179, a00419, p. 01–37, 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade**: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

PINTO, Filipe Barreiros Barbosa Alves. **Sousândrade desafia o coro dos contentes: uma análise dos processos de lembrança e esquecimento no cânone literário brasileiro**. 2020. 262 p. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

QUEIROZ, Raquel de. O Diário de André Rebouças. **Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 23-28, jul./set. 1970.

REBOUÇAS, André. Abolição imediata e sem indenização. Confederação abolicionista, panfleto n.1, Rio de Janeiro, **Typ. Central de Evaristo R da Costa**, Travessa do Ouvidor, 1883.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional**: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática. Recife, Editora Massangana, 1988.

REBOUÇAS, André. **Diário e notas autobiográficas**: Texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica: uma reflexão acerca dos desdobramentos recentes da teoria social do discurso. **Aled**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 27-50, 2005.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio 2014.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista De Indias**, [s. l.], v. 71, n. 251, p. 259–284, 2011.

SALLES, Ricardo. Resistência escrava e abolição na província do Rio de Janeiro. O Partido Abolicionista. In: LIMA, Ivana; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel A (org.). **Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do Ser Negro: Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ, 2005.

SANTOS, Sidney M. G. dos. **André Rebouças e Seu Tempo**. [s. l.]: Cip Brasil, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Renata Rufino da. Monteiro Lobato e a Revista do Brasil (1916-1925): representações de ciência, literatura, arte e história. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], jul. 2011.

SOARES, Eliane; COSTA, Diogo; PORTELA JR, Aristeu; Trindade, Lucas; Alves, Ana. Mutzenberg, Remo. Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. **Marxismo 21**, Santa Catarina, 2021.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da

explicação teórica à proposição política. **Sociedade e Cultura**, Goiania, v. 5, n. 1, p. 35-52, jan./jun. 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. André Rebouças. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, parte II, acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1914.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças**: um engenheiro do império. São Paulo: Hucitec, 2011.

VERÍSSIMO, Inácio José. **André Rebouças através de sua autobiografia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

ANEXO

TRANSCRIÇÃO – Jornal do Commercio (RJ) 1868/Edição 00128 -
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

7 de maio de 1868

(título) *ESCOLA CENTRAL – CONCURSO PARA A CADEIRA DE HYDRAULICA*

Desde o primeiro ano do meu curso na escola central, trabalho habilitar-me para o professorado, estudando incessantemente, explicando as matérias do ensino escolar tanto para lições anuais, como para exames finais.

Ultimamente, tendo sido chamado a reger a cadeira de botânica dessa escola, tive ocasião de reconhecer em mais de um ano de trabalhos escolares que não me faltavam as qualidades necessárias ao professorado.

Achando-se vaga a cadeira de hidráulica, matéria da qual tenho feito a minha especialidade, e anelando entrar no concurso, que, segundo as últimas ordens do governo imperial, abrir-se-á logo que termine a Guerra do Paraguai, apresentei a 3 de Abril do corrente ano a petição que em seguida publico, na qual se acham desenvolvidamente explicadas as circunstâncias dessa minha pretensão.

“Senhor. – Diz André Rebouças, bacharel em ciências matemáticas e físicas, formado em engenharia militar, que achando-se vaga na escola central do Rio de Janeiro, e devendo ser provida em concurso logo que finde a guerra do Paraguay, a 1ª cadeira do 6º ano, que se ocupa principalmente do ensino da ciência hidráulica em toda a sua generalidade, e tendo de entrar neste concurso, para o qual só se apresenta um outro candidato, pretende habilitar-se fazendo quando o governo de V. M. Imperial permitir exames vagos das matérias de engenharia civil.

A seu respeito se dá que, depois de ter, durante cinco anos, estudado na escola central, onde tomou o seu grau, foi complementar em mais dois anos na escola, então de aplicação, na fortaleza da Praia Vermelha, o curso de engenharia militar.

Concluídos os sete anos de estudos, nos quais conseguiu sempre as mais elevadas aprovações, obteve do governo imperial licença para ir estudar na Europa durante mais dois anos, teoria e praticamente engenharia civil nas mesmas condições de vencimentos

e de tempo, que se ficasse estudando na escola central do Rio de Janeiro, tendo precedido à esta resolução do governo imperial consulta ao diretor da escola central, que foi de parecer ser mais proveitoso o estudo da engenharia civil na Europa.

Durante os concedidos dois anos de estudo na Europa, escreveu *Memórias sobre as principais obras de engenharia civil*, cuja construção estudou em França e na Inglaterra, versando a primeira sobre o novo sistema de fundações por meio do ar comprimido; a segunda sobre estradas de ferro, tanto na sua parte técnica como administrativa; e a terceira sobre portos de mar, compreendendo todas as suas construções mais notáveis.

Encarregado da especialidade *hidráulica*, que desde então adoto, e a cujo ensino se propõe atualmente, na comissão de exposição internacional de Londres de 1862 escreveu sobre esse assunto dois relatórios, que fazem parte do livro dessa exposição, impresso e distribuído pela legação brasileira em Londres por ordem do governo imperial.

Ao chegar da Europa apresentou em janeiro de 1863, em cumprimento do aviso do ministério da guerra de 3 de dezembro de 1862, um relatório geral dos estudos que fizera na França e na Inglaterra, o qual foi sujeito à congregação da escola central, que, à vista do parecer dado pelos lentes catedráticos de engenharia civil, Drs. Jardim e Villa Nova Machado, os julgou dignos de sua aprovação.

Ao voltar da província de Santa Catarina, onde, como engenheiro militar, construiu um paiol e outras obras na fortaleza de Santa Cruz, e como engenheiro civil fez o projeto com orçamento de uma ponte para o rio Biguassú, e deu o parecer sobre o caminho de ferro dessa província à do Rio Grande do Sul, e sobre as estradas e outras obras daquela mesma província; apresentou ao governo imperial, pelo ministério da marinha, um modelo demonstrando o novo princípio dos *diques múltiplos*, que fez funcionar em presença de V. M. Imperial.

Foi, consecutivamente, encarregado pelo dito ministério de ir estudar o porto e o dique do Maranhão, sobre os quais apresentou uma memória, que anexa se acha ao relatório do mesmo ministério da marinha do ano de 1865.

Estando na província do Maranhão, no desempenho da mencionada comissão, recebeu ordem do ministério do comércio, da agricultura e das obras públicas para examinar, no seu regresso à esta capital, a ponte de Sanhauá, na Paraíba do Norte, e, cumprindo esta

ordem, teve a oportunidade de estudar também a localidade do Cabedelo, na embocadura do rio Parahyba do Norte, para a qual projetou a criação de um porto de comércio direto.

Chegado ao Rio de Janeiro, e tendo-se declarado a guerra do Paraguay, apresentou ao governo imperial um plano de campanha pela província do Paraná, e vários outros trabalhos sobre as operações de guerra, que teriam de ser executadas.

Nomeado membro da comissão de engenheiros do 1º corpo do exército, seguiu as operações da guerra do Paraguai até o dia 1 de julho de 1866, em que partiu de Corrientes impossibilitado de continuar por mal estado de saúde.

Durante essa comissão, entre outros trabalhos, fez parte da expedição fluvial a Uruguayana, a Itaqui e a S. Borja, apresentando nessa ocasião ao ministro e secretário de estado dos negócios da guerra uma memória demonstrando a inconveniência do projetado bombardeamento de Uruguayana; foi encarregado das fortificações e do diário do bombardeamento da Ilha de Itapirú, e concorreu na defesa dessa ilha no memorável combate de 10 de Abril; do serviço das pontes para a passagem do exército sobre o rio Paraná e do levantamento da planta do campo de batalha de 24 de Maio em Tuyuty, que foi mandada litografar em Buenos Aires pelo barão do Herval, então comandante do 1º corpo do exército.

A 8 de Outubro desse ano foi honrado com a nomeação de engenheiro diretor das obras hidráulicas da alfândega desta capital, proporcionando-se-lhe, assim, dar prova em trabalhos da maior dificuldade, de aptidão na especialidade profissional que adotara.

Em virtude do aviso do ministério da guerra de 4 de março de 1867, foi chamado a fazer e a repetir o curso de botânica e de zoologia da escola central.

Neste exercício, foi nomeado para examinar os alunos do 2º ano em geometria analítica, geometria descritiva e cálculo diferencial e integral; aos do 3º ano em mecânica racional; aos do 5º ano em mineralogia e geologia; e aos do 4º ano no curso de botânica e zoologia.

No decurso das férias, dirigiu em seus exercícios práticos os alunos dos 2º e 3º anos, e continuou nos trabalhos escolares até a chegada de Paris dos lentes repetidores, que se achavam na comissão da exposição, quando foi dispensado pela diretoria da escola central, “louvando-lhe o zelo, a assiduidade e a inteligência com que desempenhou os seus deveres no magistério dessa escola”.

A admissão a exames vagos tem sido por algumas vezes concedida pelo governo de V. M. Imperial, notavelmente por aviso de 27 de maio de 1847, ao Dr. Joaquim Gomes de Souza, que tanto se distinguiu no magistério da escola central, e por aviso de 2 de Março de 1859 ao engenheiro Gustavo do Rego Macedo.

Parece também que a espécie está perfeitamente autorizada pelo art. 243 do cap. 4º que rege o processo dos “concursos para os lugares do magistério” no atual regulamento, dizendo: “Art. 243 Havendo ‘candidatos, que em virtude do disposto neste regulamente e nos programas de concurso, tenham de habilitar-se por meio de *provas ou exames prévios* perante a escola para serem admitidos a concurso, a congregação ou conselho de instrução designará o dia em que essas provas devam ter lugar, e nomeará a comissão ou comissões para examinar os candidatos. O exame constará de duas provas, uma oral, que será vaga, versará sobre generalidades, e outra escrita, feita na escola sobre ponto tirado à sorte na mesma ocasião”.

Consequentemente, o suplicante muito respeitosamente requer e pede a V. M. Imperial se digne deferir-lhe, havendo por bem que seja admitido aos exames vagos das matérias dos dois anos de engenharia civil, que estudou teórica e praticamente na Europa, em cumprimento da licença que lhe foi concedida por aviso do ministério da guerra de 28 de Janeiro de 1861, tendo sido consultada previamente a diretoria da escola central, a fim de que se possa inscrever para o próximo concurso da 1ª cadeira do 6º ano da mesma escola. – E. R. M. – Rio de Janeiro, 3 de abril de 1868. – André Rebouças, engenheiro.”

Enviada esta petição a informar pela escola central, decidiu a maioria da sua congregação que não podia ser admitido a exames vagos de engenharia civil, fundando esta resolução no art. 207 da seção 2ª do atual regulamento, cuja epígrafe é “Matrículas”, desprezando assim o artigo 243 na petição textualmente citado do capítulo IV, cuja epígrafe é “concurso para os lugares do magistério”, como se eu tivesse requerido exames para matricular-me na escola e não muito positiva e explicitamente para habilitar-me para entrar no próximo concurso da cadeira de hidráulica.

Felizmente, a petição pende ainda da solução do governo imperial, que, em sua sabedoria, resolverá certamente demonstrando que o espírito do regulamente e o seu essencial intuito é que *não se faça um concurso sem concorrentes*.

Este deferimento servirá indubitavelmente de estímulo à mocidade estudiosa, e de conforto moral aos que ainda creem que está em vigor o § 14 do art. 179 da Constituição do Império, que diz:

“Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes.”

André Rebouças, engenheiro. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1868.